

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM MEDICINA VETERINÁRIA

São Luís

2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
I INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO	8
II CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES, DA REGIÃO E DO CURSO.....	9
1. CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO.....	9
1.1 Dados da Mantenedora.....	9
1.2 Dados da Mantida	9
1.3 Breve Histórico da Instituição.....	10
1.4 Áreas de Atuação Acadêmica.....	13
Missão Institucional.....	14
Visão.....	14
Valores Institucionais	14
Finalidade	15
1.5 Objetivos Institucionais	15
2 INSERÇÃO REGIONAL	16
2.1 Área de Influência	23
2.2 Cenário Socioeconômico	24
2.3 Cenário Cultural: São Luís Patrimônio Histórico.....	24
2.3.1 Manifestações	25
2.3.2 Música, arte, poesia, culinária, lendas e encantarias	27
2.4 Cenário Educacional	28
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	31
3.1 Políticas institucionais no âmbito do Curso	33
3.1.1 Diretrizes do PDI a serem implementadas no âmbito do curso.....	34
3.5 Curricularização da Extensão.....	53
3.6 Objetivos do Curso	58
3.6.1 Objetivo Geral.....	58
3.6.2 Objetivos Específicos	59
3.7 Curso de Graduação em Medicina Veterinária	60
3.7.1 Perfil do Profissional do Egresso/Profissional	60
3.7.2 Competências e Habilidades Gerais.....	61

3.7.3 Competências e Habilidades Específicas	62
3.7.4 Aspectos Ético-Sociais.....	64
3.7.5 Atribuições no Mercado de Trabalho	64
5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	88
5.1 Matriz Curricular	89
5.2 Integralização da Carga Horária Total do Curso	92
5.3 Conteúdos Curriculares	92
5.3.1. Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil do Egresso.....	92
5.3.2.Adequação dos Conteúdos Curriculares à Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	93
5.3.3.Adequação dos Conteúdos Curriculares à Educação das Relações Étnico-Raciais	94
5.3.4.Adequação dos Conteúdos Curriculares à Política Nacional de Educação Ambiental	94
5.3.4. Adequação dos Conteúdos Curriculares à Política de Direitos Humanos	94
5.3.5. Coerência do PPC com as Diretrizes Curriculares	95
5.3.5.1 <i>Demonstrativo do cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Medicina Veterinária</i>	95
5.4 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA.....	97
2.4.1. Adequação e Atualização das Ementas	97
5.4.2. Descrição do Ementário e Bibliografia do Curso	97
6 PROPOSTA PEDAGÓGICA	146
6.1 Metodologia de Ensino	146
6.3 Atividades Práticas de Ensino	159
7 ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO.....	161
7.1 Estágio Curricular	162
7.2 Acompanhamento do Estágio.....	162
7.2.1 Relevância do Estágio e da Prática Profissional	163
7.3 Trabalho de Conclusão de Curso	164
7.4 Atividades Complementares	164
7.4.1 Acompanhamento das Atividades Complementares.....	166
7.4.2 Relevância das Atividades Complementares	167
7.5 Programas ou Projetos de Pesquisa (Iniciação Científica)	167
7.6 Programas ou Projetos de Extensão	168
8 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	169

8.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	169
5.1.1 Princípios Norteadores da Avaliação do Processo Ensino e Aprendizagem	169
8.2 SISTEMA DE AUTO AVALIAÇÃO DO CURSO.....	170
8.2.1 Objetivos da Autoavaliação Institucional	171
8.2.1.1 <i>Objetivo Geral:</i>	171
8.2.1.2 Objetivos Específicos.....	171
8.2.2 Público Alvo	172
8.2.3 Metodologia.....	172
8.3 AVALIAÇÕES OFICIAIS DO CURSO	174
IV CORPO SOCIAL DO CURSO	175
9 CORPO DISCENTE	175
9.1 Forma de Acesso ao Curso	175
9.2 GESTÃO DO CURSO	176
9.2.1. Coordenação do Curso	176
9.2.3. Experiência.....	176
9.2.4. Regime de trabalho e carga horária dedicada ao curso	177
9.2.5. Atuação da coordenação.....	177
9.3 COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO COLEGIADO DE CURSO	177
9.3.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE	178
9.3.1 Composição	178
9.3.2 Atuação	179
9.4 CORPO DOCENTE.....	180
9.4.1 Titulação e experiência do corpo docente e efetiva dedicação ao curso	182
9.5 Plano de carreira e incentivos ao corpo docente	182
9.6 Participação do corpo docente na direção da instituição.....	185
10 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	185
V INFRAESTRUTURA.....	187
11 INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	187
11.1. Instalações Gerais.....	187
11.2. Instalações Administrativas	188
11.3 Núcleo de Educação a Distância e Espaço da Equipe Multidisciplinar	189
11.4 Instalações para Docentes e Coordenação do Curso.....	189
11.5 Salas de Aula.....	190

11.6 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática	191
11.7 Laboratórios da Área da Saúde.....	192
11.8 Descrição dos Laboratórios Multidisciplinares	192
11.10 Políticas de Atualização e Expansão dos Laboratórios	204
11.11 Normas Gerais de Utilização dos Laboratórios e Clínicas	205
11.12 Biblioteca	205
11.12.1 Política de Atualização do Acervo.....	206
11.12.2 Acervo Geral.....	207
11.12.3 Informatização da Biblioteca e Serviços.....	207
11.12.4 Pessoal Técnico-Administrativo.....	208
11.13 Bibliotecas Virtuais.....	208
11.14 Condições de Acesso para Pessoas com Deficiência - PCD.....	209
11.15 Instalações e Infraestrutura de Serviços	211
3.15.1 Instalações Sanitárias e Vestiários	211
11.15.2 Áreas de Convivência e Infraestrutura para o Desenvolvimento de Atividades de Recreação e Culturais	211
11.16.3 Infraestruturas de Alimentação e de Outros Serviços.....	212
11.17 Resumo Geral das Instalações	212
Laboratórios de Medicina Veterinária	213
NORMAS ESPECÍFICAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA.....	225
NORMAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA (TCC)	231
NORMAS ESPECÍFICA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA.....	236

APRESENTAÇÃO

Para o Instituto Florence de Ensino Superior, o Projeto Pedagógico é, antes de tudo, uma ação consciente, planejada com vistas ao futuro, visando, prioritariamente, a formação acadêmica fundamentada nas quatro formas do aprender, aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, traduzindo uma ação educativa contemporânea e preocupada com as demandas sociais da poli competência.

O presente projeto, portanto, está consubstanciado nos princípios filosóficos da Instituição, assim como atende amplamente às diretrizes pedagógicas e normativas estabelecidas pelos órgãos educacionais competentes, com o intuito de oferecer um Curso de Medicina Veterinária nos padrões de excelência, indispensáveis para a formação profissional e cidadã dos que atuam nesta área.

No tocante às exigências legais, o projeto atende às normas e diretrizes do Ministério da Educação e Cultura – MEC e, em particular, a Resolução CNE/CES nº 01/2003 e à legislação vigente.

Este projeto pedagógico visa traçar ações curriculares e extracurriculares que possam desenvolver habilidades e competências profissionais para o exercício de Medicina Veterinária, levando em conta, ainda, as perspectivas e condições do mercado de trabalho regional e o imperativo generalista que a profissão exige, sem prescindir do pleno desenvolvimento da pessoa do educando e seu preparo para o exercício efetivo da cidadania.

O Instituto Florence de Ensino Ltda., Entidade Mantenedora do Instituto Florence de Ensino Superior, tem, em seus fundadores, uma longa e comprovada trajetória dedicada à educação, sendo uma empresa-escola de educação superior da área da saúde e na área do direito, que se constitui, hoje, numa via para que jovens e adultos tenham acesso a um ensino de qualidade, que permita não só a apreensão do saber, mas, a sua problematização e contextualização, tendo em vista a compreensão da realidade, a inserção no mundo do trabalho e a qualidade da educação oferecida.

Localizado no município de São Luís, o Instituto Florence está situado na região central da cidade, circundado pelos bairros da Belira, Madre Deus, Centro e Praia Grande. Em decorrência da multiplicidade de suas atividades extensionistas, atende não só à demanda de sua área de abrangência direta, bem como o interior do Maranhão.

A proposta pedagógica do Curso de Medicina Veterinária fundamenta-se em princípios teórico-político-pedagógicos, que asseguram ao futuro profissional condições de participação efetiva na área agrária, bem como na saúde pública, promovendo ações que

caracterizem os avanços técnico-científicos nestas áreas e respondam às demandas sociais.

Este Projeto Político Pedagógico do Curso De Medicina Veterinária pretende constituir-se em documento referencial para o processo educacional do Curso de Medicina Veterinária, sendo capaz de nortear com segurança seu desenvolvimento curricular, atingindo os objetivos que lhe são próprios.

I INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO						
Denominação do curso	Medicina Veterinária					
Modalidade	Presencial/Semestral					
Endereço de oferta	Rua Rio Branco, nº 216; Centro São Luís - MA					
Regime de matrícula	Semestral					
Tempo de integralização	10 semestres					
Turno de funcionamento	INTEGRAL			Total		
Vagas anuais	100			100		
Carga horária total	DISC	ES	AC	TCC	PIEC	TOTAL
	3220	400	100	60	410	4190

Legenda:

DISC.: Carga horária destinada às **D**isciplinas

ES: Carga horária destinada ao **E**stágio **S**upervisionado

AC: Carga horária destinada às **A**tividades **C**omplementares

TCC: Carga horária destinada ao **T**CC

PIEC: Carga horária destinada **P**ráticas **I**nterdisciplinares de **E**xtensão **C**irricular

II CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES, DA REGIÃO E DO CURSO

1. CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO

1.1 Dados da Mantenedora

Mantenedora	Instituto Florence dde Ensino Superior Ltda.							
Endereço	Rua Rio Branco			Número		216		
Bairro	Centro	Cidade	São Luís	CEP	65020-490	UF	MA	
Telefone	(98) 3878 2120		Ramal	2127				
E-mail	dir.academica@florence.edu.br							
Site	www.florence.edu.br							

1.2 Dados da Mantida

Mantida	Instituto Florence dde Ensino Superior							
Endereço	Rua Rio Branco				Número		216	
Bairro	Centro	Cidade	São Luís		CEP	65020-490	UF	MA
Telefone	(98) 3878 2120		Ramal		2127			
E-mail	dir.academica@florence.edu.br							
Site	www.florence.edu.br							

Cargo	DIRETOR GERAL						
Nome	RITA IVANA BARBOSA GOMES						
CPF	460.051.963-91						
Endereço	Rua Rio Branco			Número		216	
Bairro	Centro	Cidade	São Luís	CEP	65020-490	UF	MA
Telefone	(98) 3878 2120		Ramal	2106			
E-mail	<u>dir.geral@florence.edu.br</u>						

Cargo	DIRETORIA ACADÊMICA						
Nome	THALES DYEGO DE ANDRADE COELHO						
CPF							
Endereço	Rua Rio Branco			Número	216		

Bairro	Centro	Cidade	São Luís	CEP	65020-490	UF	MA
Telefone	(98) 3878 2120		Ramal	2127			
E-mail	<u>dir.academical@florence.edu.br</u>						

1.3 Breve Histórico da Instituição

O Instituto Florence de Ensino Superior iniciou seu funcionamento em 2007, a partir de uma longa e comprovada trajetória dedicada à educação no Estado do Maranhão, a partir da experiência acumulada por seus fundadores a frente do Instituto de Enfermagem Florence Nightingale Ltda., empresa-escola de educação profissional, que se constitui em uma via para que jovens e adultos tenham acesso a um ensino profissional de qualidade.

O Instituto Florence Nightingale Ltda. iniciou sua trajetória com o curso técnico em Enfermagem, dedicando-se, especialmente, ao desenvolvimento de uma prática pedagógica reflexiva, na área da saúde, tendo em vista os indicadores do Estado do Maranhão, que, na época apontavam para a gravidade dos quadros de atendimento da área da saúde no estado e para a necessidade de formação de quadros profissionais qualificados.

Devido a sua intervenção social ativa e de práticas educacionais inovadoras, desenvolveu parceria com o Ministério da Saúde para a execução do Projeto de Profissionalização dos trabalhadores da Área da Enfermagem - PROFAE, quando teve o seu projeto pedagógico classificado, em processo licitatório internacional, em segundo lugar dentre todas as escolas profissionalizantes do Maranhão e primeiro lugar na capital.

O programa de formação, voltado para qualificação de Auxiliares de Enfermagem, constituiu-se na maior referência de formação de recursos humanos em Saúde do mundo. Inequivocamente, esta foi uma etapa de extrema relevância para a consolidação desta Instituição, considerando que o trabalho desenvolvido em dezenas de municípios do Maranhão levou conhecimento e agregou valor aos profissionais da área da enfermagem, contribuindo, assim, para a efetivação do direito à saúde no Estado.

O reconhecimento na qualidade do ensino e compromisso social, trouxe ao Instituto Florence Nightingale Ltda., em 2004, uma menção honrosa concedida pela Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn – MA, enaltecendo os serviços prestados pelo mesmo à Enfermagem e a sociedade maranhense.

A trajetória de compromisso educacional da Instituição, fez dela uma referência inegável para a educação profissionalizante no Estado do Maranhão. Tal constatação foi o impulso para que se buscasse ampliar o alcance do trabalho de excelência, já desenvolvido no

âmbito do ensino técnico, e construir a proposta pedagógica do Instituto Florence de Ensino Superior.

Em 2006, o Instituto Florence de Ensino Superior- IFES foi credenciado pelo Ministério da Educação como faculdade, por meio da Portaria de nº. 1764/06, publicada no Diário Oficial da União (DOU) Nº 211 de 03.11.2006, seção 01, Fl 14, com endereço localizado à Rua Rio Branco, nº 216-Centro; CEP 65040-270, São Luís - Ma, tendo com mantenedora o Instituto Florence de Ensino Superior Ltda, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada, com fins lucrativos e com inscrição no CNPJ sob nº 06.040.046/0001-10. O Instituto iniciou suas atividades em 2007, com a obtenção da autorização para funcionamento de dois cursos de graduação, Enfermagem e Farmácia. Desde então, vem ampliando os serviços prestados à sociedade maranhense.

Hoje, o Instituto Florence de Ensino Superior conta com nove cursos de graduação consolidados, a saber:

- Enfermagem: Autorizado pela Portaria Ministerial nº 841, de 01 de novembro de 2006 e, reconhecido pela Portaria Ministerial nº 269, de 19 de julho de 2011, publicado no DOU nº 138, em 20/07/2011, seção 01, folha 39;
- Farmácia: autorizado pela Portaria Ministerial nº 842, de 01 de novembro de 2006 e, reconhecido pela Portaria Ministerial nº 541, de 24 de outubro de 2013, publicado no DOU nº 208, seção 01, folha 37;
- Odontologia: autorizado pela Portaria Ministerial nº 159, 14 de janeiro de 2011 no DOU Nº 16, seção 1 e, reconhecido pela Portaria Ministerial nº 1032, de 23 de dezembro de 2015, publicado no DOU nº 246, seção 01, folha 80;
- Direito: Autorizado pela Portaria Ministerial nº 59, de 01 de junho de 2011 e, reconhecido pela Portaria Ministerial nº 412, de 26 de agosto de 2016, publicado no DOU, em 29 de agosto de 2016, seção 01, página 13;
- Ciências Contábeis → Autorizado pela Portaria Ministerial nº 370, de 28 de maio de 2018, e reconhecido pela Portaria Ministerial nº 276, de 02 de agosto de 2023, publicado no DOU, em 03.08.2016, edição 174, seção 01, página 13).
- Nutrição → autorizado pela Portaria Ministerial nº 116, de 20 de fevereiro de 2018, e reconhecido pela Portaria Ministerial nº 276, de 02 de agosto de 2023, publicado no DOU, em 03.08.2016, edição 174, seção 01, página 13).
- Fisioterapia → Autorizado pela Portaria Ministerial nº 423, de 12 de junho de 2018 e reconhecido pela Portaria Ministerial nº 276, de 02 de agosto de 2023, publicado no DOU, em 03.08.2016, edição 174, seção 01, página 13).

- Tecnólogo de Estética e Cosmética → autorizado pela Portaria Ministerial nº 196, de 22 de março de 2018 e reconhecido em 2023.
- Biomedicina: Autorizado pela Portaria Ministerial nº 423 de 12 de junho de 2018;
- Medicina Veterinária → Autorizado pela Portaria Ministerial nº 63, de 03 de março de 2020.
- Administração EaD → Autorizado pela Portaria Ministerial nº 500, de 26 de maio de 2021.

Em 2008, iniciou a oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* tendo como foco as duas áreas compreendidas como estratégicas para o bem-estar do indivíduo e do cidadão – educação e saúde. Hoje o Instituto mantém turmas de pós-graduação *Lato Sensu* em funcionamento constante.

Em 2010 formou sua primeira turma de Graduação em Enfermagem e Farmácia e posteriormente em 2011, iniciou o curso de Graduação em Odontologia e Direito, formando suas primeiras turmas em 2016.

A vocação da instituição está voltada para o atendimento do aluno residente na capital do Estado, bem como alunos dos municípios do Estado, atuando de maneira a reforçar a política de qualificação constante e universalização do ensino superior. Visa ainda à promoção do Ensino, da Iniciação Científica, da Extensão e da Pesquisa e da Assistência, contribuindo na produção, apreensão, sistematização e disseminação de conhecimentos e cultura, além da melhoria do bem-estar da população.

Em função dessa concepção, concentra esforços para contribuir na formação integral do indivíduo, despertando-lhe o saber pensar, o saber fazer, o saber conviver e o saber ser, bem como a ética e a capacidade de julgar e agir, formando cidadãos conscientes, qualificados para a vida profissional e social.

O Instituto Florence de Ensino Superior tem na assistência a comunidade uma de suas principais vocações, por meio de ações sociais, de projetos de extensão, de atividades teórico-práticas desenvolvidas nos diversos cursos de graduação e nas parcerias com órgãos governamentais e entidades não-governamentais, o que confere grande visibilidade a seus projetos e ainda contribui significativamente para uma formação profissional contextualizada e calcada em valores humanistas.

A produção científica do Instituto tem crescido significativamente nos últimos anos em função do incentivo a pesquisa, por conta do apoio a projetos de pesquisa coordenados por docentes e pela participação dos estudantes por meio da iniciação científica. A produção decorrente da realização de pesquisas nas diferentes áreas tem alimentado a

publicação de um periódico de divulgação científica – *Florence em Revista* (Qualis B5) – produzido pelo Instituto para divulgação dos resultados de pesquisas de docentes, discentes e outros pesquisadores, e ainda são divulgados em outros meios editoriais e em eventos de divulgação científica internos e externos.

Deste modo, o Instituto Florence de Ensino tem procurado aprofundar as questões que envolvem a prevenção e a promoção da saúde do ser humano com a formação de profissionais enfermeiros, dentistas, farmacêuticos, advogados, nutricionista, contadores, fisioterapeutas e esteticistas.

Para o Instituto Florence de Ensino Superior, o Projeto Pedagógico é, antes de tudo, uma ação consciente, planejada com vistas ao futuro, visando, prioritariamente, a formação acadêmica fundamentada nas quatro formas do aprender: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser, traduzindo uma ação educativa contemporânea e preocupada com as demandas sociais baseadas em habilidades e competências.

No tocante às exigências legais, o projeto atende às normas e diretrizes do Ministério da Educação e Cultura – MEC e, em particular, a Resolução CNE/CES nº 0105/2002 e à legislação vigente.

Este projeto pedagógico visa traçar ações curriculares e extracurriculares que possam desenvolver habilidades e competências para o exercício da profissão generalista do Médico Veterinário, levando em conta, ainda, as perspectivas e condições do mercado de trabalho regional e os imperativos que a profissão exige, sem prescindir do pleno desenvolvimento da pessoa do educando e seu preparo para o exercício efetivo da cidadania.

Outro destaque significativo no ano de 2010 foi a composição e orientação dos mecanismos de avaliação, em especial com a realização de um processo responsável pela implantação e pelo desenvolvimento de avaliações institucional e de curso desenvolvidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

1.4 Áreas de Atuação Acadêmica

O Instituto Florence de Ensino Superior atua no ensino superior com o ensino presencial de graduação – bacharelado e Tecnólogo, cursos de graduação na modalidade EaD e com pós-graduação *Lato Sensu*. As áreas de conhecimento abrangidas pela Instituição se referenciam no seu projeto de inserção para o desenvolvimento regional e tem como parâmetros a atuação segmentada em:

- Escola da Saúde por meio dos cursos de Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Biomedicina, Nutrição, Fisioterapia;
- Escola de Direito por meio do curso de Direito Matutino e Noturno;
- Escola de Negócios por meio do curso de Ciências Contábeis e Administração;
- Escola de Tecnologia por meio do curso de Estética e Cosmética.

O ensino de pós-graduação é ofertado em consonância com os cursos de graduação existentes das Escolas da Saúde, de Direito, de Negócios e do tecnólogo em Estética e Cosmética buscando focar na questão da sustentabilidade.

Missão Institucional

Gerar e difundir conhecimentos para formar profissionais dotados de senso crítico, competências e habilidades, bem como de princípios ético-humanísticos, com aptidão para atuar junto às diferentes demandas da sociedade, especialmente a maranhense, a partir de um ambiente acadêmico que harmonize a qualificação técnica, a cidadania, a competitividade e a inovação.

Visão

Consolidar-se como instituição referenciada nacionalmente pela excelência no ensino, pesquisa e extensão, na formação profissional diferenciada, na eficiência da gestão de seus processos internos, na solidez de suas parcerias e por sua harmoniosa integração no desenvolvimento da sociedade.

Valores Institucionais

Os valores são aquelas qualidades da experiência humana que consideramos tão importantes a ponto de servir como orientação para a maneira como vivemos nossas vidas e atuamos em sociedade. Os valores são luz orientadora que garantem o cumprimento da Missão. Eles são força impulsora que transmite energia à nossa motivação e capacidade de viver desta ou daquela maneira na comunidade. Portanto, são muito importantes – tão importantes que precisamos investigar o processo e aprender maneiras mais precisas de construí-los e vivenciá-los dentro da Comunidade Educativa.

Os Valores do Instituto Florence de Ensino Superior são:

- I. Respeito às leis e princípios éticos nas relações;
- II. Responsabilidade social, respeitando a diversidade, a inclusão e a sustentabilidade;
- III. Comprometimento com a formação integral do aluno e o mercado de trabalho;
- IV. Compromisso com a inovação, eficiência e meritocracia nas relações institucionais.

Finalidade

Em consonância com o que disciplina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e com o artigo 2º do seu Regimento Interno, o Instituto Florence de Ensino Superior tem por finalidade principal o oferecimento de ensino no nível de educação superior, com foco em especialidades que possam atender de forma concreta à demanda das organizações sociais.

1.5 Objetivos Institucionais

- Contribuir para a formação de indivíduos como cidadãos, competentes profissionalmente no desempenho de suas funções, com respeito à ética e aos valores de nossa sociedade, com senso de responsabilidade social e cômico de seus deveres de forma diferenciada;
- Problematicar, contextualizando, os objetos de ensino, aliando a teoria à prática em movimentos de significação e ressignificação curricular, de forma que os egressos do Instituto Florence de Ensino Superior percebam-se e sejam percebidos pelo mercado como altamente qualificados para concorrerem às oportunidades de trabalho em pé de igualdade com os egressos das mais tradicionais instituições de ensino superior;
- Fomentar saberes no graduando da IES, a fim de que seja um egresso apto a atuar comunitária e socialmente, atendendo às necessidades do entorno, autônomo no diagnóstico de problemas e no encaminhamento das soluções;
- Atentar às demandas da região, sistematizando planejamentos, em exercícios de responsabilidade social e aprimoramento acadêmico;
- Participar do processo de criação e divulgação de conhecimento, a partir da atuação de sua Coordenadoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, do periódico *Florence em Revista* e de outros meios de comunicação disponíveis;
- Promover, regularmente, qualificação do Corpo Técnico-Administrativo e Docente, com vistas ao aprimoramento do atendimento e intervenção junto ao discente, haja vista compreender-se que o discurso acadêmico, que se move por referencial filosófico definido, traduz unidade de discurso e comportamental dos colaboradores

envolvidos no processo de formação do discente;

- Desenvolver referencial teórico cognitivo problematizador, por compreender que a maturação intelectual é diferencial para o possível êxito de qualquer profissional e comunidade.

2 INSERÇÃO REGIONAL

O Maranhão está localizado no oeste da Região Nordeste e tem como limites o Oceano Atlântico (N), o Piauí (L), o Tocantins (S e SO) e o Pará (O). É o 4º Estado mais rico (PIB) do Nordeste e a 16ª maior economia (PIB) do Brasil.

O Estado possui mais de 640 km de litoral, sendo, portanto, o 2º maior do Brasil. Possui uma população de 6,9 milhões de habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), sendo o 4º estado mais populoso do Nordeste, com uma média de 20 habitantes por km², figurando em décimo sexto na lista de Estados Brasileiros por densidade demográfica.

Apresenta densidade demográfica estimada de 19,81 habitantes por km², destes, cerca de 70% vivem em áreas urbanas. É relevante citar que a mesma é composta em sua maioria por mulheres (51,45%) e negros (80,84%) e além disso, apenas 11,15% dos domicílios permanentes tem esgotamento sanitário. A distribuição da população por faixa etária segundo população potencialmente ativa mostra que entre os anos de 2000 a 2010, a razão de dependência no estado passou de 72,91%, em 2000 e 58,65% em 2010.

Ao observar os resultados para 2017, segundo a PNAD Contínua, a razão de dependência no Maranhão atingiu 52,18%. Para os mesmos anos, a taxa de envelhecimento registrou 4,88%, 6,02% e 7,92% respectivamente. Estes dados indicam o aumento do envelhecimento populacional no estado, seguindo a tendência demográfica contemporânea de envelhecimento da população brasileira.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua - PNUD 2017, o estado do Maranhão é um dos territórios mais pobres do Brasil, com um Índice de 13 Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,687, ainda comparável ao do Brasil em 1980 e superior apenas ao estado de Alagoas na lista dos estados brasileiros por IDH. Apesar disto, vemos uma melhoria importante neste indicador que passou de 0,357 em 1991 para 0,687 em 2017.

O índice nacional para o mesmo ano de 2017 foi de 0,778. O principal indicador de melhoria do IDH foi a educação como abordaremos a seguir. Um importante aliado da

melhoria do IDH no estado do Maranhão, é o crescimento econômico pelo qual o Maranhão vem passando. Desde 2010 o PIB do estado vem crescendo, e apesar da pandemia do COVID-19, que sugeria uma queda de -5,8% na taxa de crescimento real em 2020 conforme boletim do ano anterior, experimentou-se uma queda real de -3,8%, sugerindo um desempenho acima da média nacional que foi de -4,1% (MARANHÃO, 2020).

A economia estadual, atualmente, baseia-se na indústria de transformação de alumínio, alimentícia, madeireira, extrativismo (babaçu), agricultura (soja, mandioca, arroz, milho), pecuária e serviços, além da pesca, que lhe dá a liderança na produção de pescado artesanal do Brasil, bastante utilizados na culinária regional, como o camarão, caranguejo e sururu.

O turismo desponta nos últimos anos como um importante nicho de negócios, sobretudo na região dos lençóis maranhenses que atraem turistas de todo o mundo. Contrastando com sua riqueza natural e seu potencial de geração de emprego e renda para a população, a excessiva concentração de riquezas no Maranhão, tem embargado o processo de desenvolvimento social do estado.

Em termos de renda, o Maranhão possuía em 2010, 12,9% de sua população em situação de pobreza extrema, (que sobrevivem com até R\$ 70,00 por mês), e 39,53% em situação de pobreza (que sobrevivem com até R\$ 140,00 por mês), configurando os piores resultados com relação a este indicador do Brasil. A renda média da população correspondia a 65% da renda média nacional e a renda per capita média do estado era a pior de todo o país, correspondendo a R\$ 360,43 de acordo com dados do último Censo do IBGE (2010).

A estimativa da renda mensal domiciliar per capita do maranhense para o ano de 2020 foi de R\$676,00, a menor do Brasil, e muito abaixo da estimativa nacional de R\$1.380,00. Quando observamos indicadores educacionais, temos como exemplo a taxa de analfabetismo no estado, que é de 21,13% entre a população com 25 anos ou mais, enquanto a taxa nacional para esta faixa etária é de 8,68%. Apesar disso, esse indicador apresentou uma melhora de 4,55% desde o ano de 2012, indicando uma melhoria de acesso à escolaridade em nosso estado.

Considerando-se os demais níveis de escolaridade para o ano de 2017 temos que 49,05% das pessoas com 25 anos ou mais tinham o ensino fundamental completo, 35,34% possuíam o ensino médio completo e apenas 7,37%, o superior completo. A taxa de pessoas desempregadas chegou a 19,9% em novembro de 2020, a maior do país, superando o estado da Bahia, 19,5%. Além disso, a maioria das pessoas ocupadas no mercado maranhense são trabalhadores informais: 52% (IBGE 2020).

Percebe-se que em contraste com um mundo globalizado, regido pelas novas tecnologias da comunicação e informação (NTIC's), o estado do maranhão ainda enfrenta dilemas dramáticos de garantia de direitos humanos de segunda geração como saúde, educação e renda. A elevação da escolaridade e o adequado preparo dos trabalhadores para a vida produtiva, social e política são imperativos para a transformação dessa realidade.

No tocante a agropecuária, os dados socioeconômicos e geográficos mantêm-se como atividade de relevância no cenário nacional, mas também apresenta desdobramentos significativos no âmbito do comércio internacional. Tendo-se como foco o mercado interno, é possível destacar o setor agropecuário como um setor pujante, abastecedor de uma grande população, e, por outro lado, como relevante fonte de ocupação de mão de obra. Assinala-se a grande diversidade da agricultura e pecuária nacionais, que são a base para muitas cadeias produtivas de elevado peso no agronegócio. No âmbito externo, o Brasil é um dos principais países no comércio internacional de produtos agropecuários como a soja, o café e carnes. A tradicional participação brasileira no mercado mundial tem contribuído positivamente com o resultado da balança comercial.

Incluída nesse cenário a região Nordeste do Brasil também vem progredindo significativamente nos últimos anos. Esse progresso vem sendo possibilitado por uma série de projetos de desenvolvimento dos quais se destacam o setor agropecuário. A região tem sido foco de investidores, os quais buscam clima favorável e terras agricultáveis com baixo custo.

O Maranhão destaca-se o setor pecuário, pois o estado possui um rebanho bovino com mais de 215.000 de animais, e uma ampla e desenvolvida cadeia produtiva, consequência da força do agronegócio regional. O Maranhão o tem com objetivo para 2019 a imunização de 100% do rebanho com a perspectiva de que já em 2020 o Estado fique livre de febre aftosa. Exporta carne e derivados para a União Européia, que se deve ao reconhecimento do status sanitário do rebanho maranhense. Os produtores podem comercializar bois para os 77 frigoríficos brasileiros que são habilitados a exportar para União Européia. Pelo *status* atual, as plantas frigoríficas devem cumprir exigências da União Europeia para estabelecer essa relação comercial.

Já foram exportadas mais de 11 mil cabeças de gado maranhense para o Líbano e Venezuela. A tendência é de crescimento, uma vez que o Porto do Itaqui vem se consolidando como o porto preferencial da região Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), responsável pela produção de 120 milhões de cabeças de gado, mais de 50% de toda a produção de gado nacional.

Vale salientar que as exportações estão em pleno crescimento. Dados da

Secretaria de Comércio Exterior evidenciaram que entre os anos de 2017 e 2018 houve um aumento de 17% nas exportações de carne bovina no Estado.

A economia estadual, atualmente, baseia-se na indústria de transformação de alumínio e de ferro, de produção de papel e celulose, alimentícia, madeireira, extrativismo (babaçu), agricultura (soja, cana de açúcar, arroz, milho), pecuária e serviços, além da pesca, que lhe dá a liderança na produção de pescado artesanal do Brasil, bastante utilizados na culinária regional, como o camarão, caranguejo e sururu.

O Estado possui ainda grande potencial turístico, situado em todas as suas microrregiões (Lençóis Maranhenses, Chapada das Mesas, Baixada Maranhense, Leste Maranhense) e econômico, como o Porto do Itaqui, um dos mais profundos do mundo localizado em São Luís, assim como reservas de petróleo e gás que apenas recentemente foram exploradas. O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses abriga grande potencialidade para a geração de energia eólica, no entanto, o desequilíbrio ambiental gerado pelas atuais tecnologias utilizadas na geração dessa matriz energética, faz com que esse empreendimento seja questionável.

O Maranhão possui uma das principais rotas de escoamento da produção de minério de ferro do Brasil, a estrada de ferro Carajás, que liga Carajás, no Pará, ao terminal da Ponta da Madeira, em São Luís, onde o minério extraído da Serra de Carajás é exportado para todo o mundo.

Como afirma Vivian Aranha Sabóia:

No contexto brasileiro, a região que compreende o Estado do Maranhão, região Nordeste do país, ocupa um local de destaque tendo em vista as importantes transformações ocorridas como resultado da implantação de grandes investimentos. Dentre eles destacamos as Termoeletricas MPX, Porto do Itaqui, Miranda do Norte, a Hidrelétrica de Estreito, a Refinaria Premium da Petrobras, a ampliação da Alumar, a instalação da Suzano Papel e Celulose, os investimentos no setor imobiliário – devido a chegada de grandes construtoras como a Cyrela e a Gafysa –, os investimentos públicos realizados com recursos do PAC e aqueles feitos com recursos de organismos nacionais (BNDES) e internacionais (BIRD, BID). Além disso, ressalta-se o aumento das exportações de commodities com destaque para aquelas advindas do leste e do sul do Maranhão. Trata-se, especialmente, da soja cujo plantio se iniciou na década de 1970 e que, atualmente, responde, em conjunto com a cana de açúcar e a pecuária, por 17% do PIB do Estado (IMESC, 2010). Esse panorama conduziu ao aumento do PIB maranhense a taxas superiores à taxa nordestina.¹

O Censo Demográfico de 2010 mostrou a Região Nordeste com uma população 11,19% maior em relação a 2000. A crescente quantidade de habitantes da cidade continua

¹ in, O MARANHÃO CONTEMPORÂNEO: crescimento versus desenvolvimento, IV JOINPP/2013.

sendo verificada nos anos subsequentes à pesquisa. Ainda de acordo com dados do Censo Demográfico 2010, aproximadamente 53,1 milhões de habitantes de pessoas vivem na região Nordeste e desenvolver modos de sustentar essas pessoas, que em sua maioria são carentes, é condição indispensável para a preservação dos recursos ambientais da região.

Nesse contexto, a região anseia por profissionais atuantes nas áreas de produção animal, saúde de animais de companhia, saúde pública e do meio ambiente. Atualmente, o Estado do Maranhão, possui três cursos de graduação em Medicina Veterinária, sendo Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Universidade da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), Faculdade Maurício de Nassau (UNINASSAU), Faculdade Pitágoras e Faculdade de Imperatriz (FACIMP).

A população do Maranhão é uma das mais miscigenadas do Brasil, de acordo com o IBGE, 68% dos habitantes são pardos, resultado da mistura de diferentes composições étnicas. A maioria da população estadual é composta por afro-descendentes, consequência do intenso fluxo de tráfico negreiro entre os séculos XVIII e XIX. Atualmente, o Maranhão possui mais de 700 comunidades quilombolas, sendo, portanto, o estado que detém a maior quantidade de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil.

Contrastando com sua riqueza natural e material, potencial para a geração de emprego e renda para a população, a excessiva concentração de riqueza no Maranhão tem embargado o processo de desenvolvimento social do Estado. Os índices sociais do Maranhão encontram-se entre os piores do Brasil. Apesar dos dados acima apontados, segundo o IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Econômicos e Cartográficos), de um modo geral, o Maranhão ainda apresenta baixos índices de desenvolvimento humano.

Inúmeros são os estudos que apontam o Estado do Maranhão como um dos territórios mais pobres do Brasil, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,683, ainda comparável ao do Brasil em 1980 e superior apenas ao de Alagoas na lista dos estados brasileiros por IDH. O Estado possui a segunda pior expectativa de vida do Brasil, também superior apenas ao estado de Alagoas.

Em termos de renda, o Maranhão possui 12,9% de sua população em situação de pobreza extrema – sobrevivendo com R\$ 70,00 por mês –, a maior taxa do Brasil, e o percentual de pobres é de 39,53%, igualmente a mais alta do Brasil. A renda média da população corresponde a 65% da renda média nacional e a renda *per capita* média do estado é a pior de todo o país, R\$ 360,43, de acordo com dados do Censo do IBGE (2010).

Este é um reflexo direto do crescimento econômico sem distribuição de renda, concentrando a apropriação da riqueza produzida sem, portanto, conduzir ao desenvolvimento

desejado. O IDH maranhense, considerado médio pelas Nações Unidas² reflete a péssima distribuição de renda e as condições precárias de educação e saúde enfrentadas pela população residente no Estado.

São Luís, capital do Maranhão, com 1.014.837 habitantes é a cidade que possui maior concentração populacional do estado, seguida por outras cidades maranhenses: Imperatriz (247.505), São José de Ribamar (163.045), Timon (155.460), Caxias (155.129), Codó (118.038), Paço do Lumiar (105.121), Açailândia (104.047).

Os dados econômicos apontam que São Luis gera 38,95% do PIB maranhense, ocupando a 24ª posição entre as capitais brasileiras em termos de renda familiar *per capita*, estando na 25ª posição em termos de proporção de miseráveis na população, ou seja, percentual da população que vive com renda individual mensal abaixo de R\$ 137,00 (cento e trinta e sete reais)

A taxa de analfabetismo em todo o Estado é de 21,6% entre a população com 15 anos ou mais, enquanto a média nacional para esta faixa etária é de 8,6% e no Nordeste de 16,9%, de acordo com dados do IBGE (2011). Além disso, sabe-se que em uma economia globalizada e regida pelas novas tecnologias da comunicação e informação (NTI's), a elevação da escolaridade da população é fundamental para a geração de empregos e renda. A baixa escolaridade da força de trabalho e o reduzido número de trabalhadores com acesso à educação superior representam uma grande *desvantagem competitiva* para um país ou uma região. Países que competem diretamente com o Brasil têm uma proporção bem mais elevada de jovens cursando faculdades e universidades. Neste quesito, o acesso dos maranhenses a creches, ensino médio e educação superior é inferior a 50% da população na faixa etária correspondente, de acordo com dados do INEP.

Em São Luís percebe-se uma realidade contraditória, com um evidente crescimento econômico, infelizmente não acompanhado pelos principais indicadores sociais e laborais. Ou seja, a expansão econômica não trouxe ainda consigo uma maior qualificação dos trabalhadores ou o incremento da renda média desta classe, em que pese o evidente crescimento da cidade nos últimos anos, em termos de infraestrutura e renda.

Esta situação de vulnerabilidade social se reforça pela insuficiência das políticas públicas que efetivamente alcancem a maioria da população do estado, lhes garantindo acesso aos direitos básicos da cidadania. Isto se reflete no crescimento exponencial da violência em todo o estado, ganhando projeção nacional nos últimos anos. A taxa de mortes por armas de

² O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divide o IDH em quatro: muito alto, alto, médio e baixo.

fogo no estado saltou de 3,6 em 2000, para 13,8 em 2010. A crescente onda de homicídios e a situação de crise do sistema prisional, com facções criminosas promovendo rebeliões dentro dos presídios, traz o à tona a situação de instabilidade da segurança pública do estado.

Para equacionar esses graves problemas sociais são necessários promover mais igualdade entre as camadas sociais que convivem com problemas como miséria, analfabetismo e violência em todo o estado, ou seja, promover o acesso aos grupos socioeconômicos menos favorecidos as políticas públicas que lhes garantam o efetivo exercício de sua cidadania, passando pela equalização do acesso a educação, incluindo a de nível superior.

Outro índice que merece detida análise é o que reflete os números da educação no Estado do Maranhão. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE trata-se do Estado da Federação com menor número de profissionais com graduação e pós-graduação. De acordo com dados do INEP (2006), o Maranhão detinha a menor taxa de escolarização bruta do país e somente 10,4% da população estava matriculada no ensino superior. Os esforços do governo federal através da política de expansão da rede federal de ensino e de incentivos para que jovens de baixa renda tenham acesso ao ensino superior privado, como o PROUNI e o FIES, tem propiciado o crescimento das matrículas no ensino superior.

Este é um dado desafiador para o crescimento do Estado do Maranhão acompanhado do desenvolvimento social de sua população, por meio do acesso mais amplo a educação, sobretudo em nível superior.

Atento não só as necessidades do seu entorno, que abrange a região central da cidade circundada pelos bairros da Belira, Madre Deus, Centro e Praia Grande, bem como no exercício de sua função social, o Instituto Florence de Ensino Superior agrega o ensino, a pesquisa e a extensão, à assistência e a atenção às demandas da comunidade. Em decorrência da multiplicidade de suas atividades extensionistas, contempla não só à demanda de sua área de abrangência direta, como amplia a sua atuação na capital maranhense e nos municípios do Estado, por meio de projetos de extensão, ações sociais e parcerias.

A assistência à comunidade é realizada também por meio de atividades teórico-práticas contemplada no currículo dos cursos de graduação ofertados pela IES, como, ambulatório escola, farmácia escola, clínica escola e assistência e conciliação jurídica, laboratório de farmácia escola, que atende a comunidade como um todo. Além disso, o Instituto disponibiliza atendimento especializado no âmbito do direito do consumidor, em parceria com o PROCON-MA, através da instalação de uma unidade do órgão na sede da

Instituição, que presta seus serviços com a participação dos alunos do curso de Direito.

No entanto, a constatação de que o Maranhão é um Estado ainda carente quanto à promoção da oferta de serviços de saúde de qualidade, especialmente às camadas mais pobres da região, o Instituto Florence de Ensino Superior deseja continuar a contribuir para a reversão desse panorama de pobreza e carência do Estado, por meio da oferta do curso de Graduação em Medicina Veterinária.

A criação de um novo curso de Medicina Veterinária no estado do Maranhão fica plenamente justificada quando analisamos a procura pelo curso oferecido pela Universidade Estadual do Maranhão. O curso oferece 80 vagas anuais e, em média, 36 candidatos concorrem a cada vaga oferecida pela referida escola, totalizando uma demanda superior a mil ingressos anuais.

Uma das maneiras de gerar desenvolvimento e renda para a população é qualificá-la através da educação. Com isso, o Instituto Florence de Ensino Superior, sabendo da sua responsabilidade social e do potencial da região em que está inserida, visa suprir a demanda de profissionais nas áreas de produção e saúde animal, saúde pública e ambiental, oferecendo em São Luís - MA um curso para formar bacharéis em Medicina Veterinária.

2.1 Área de Influência

A atuação do Instituto Florence de Ensino Superior ocorre, prioritariamente, na **Região Metropolitana da Grande São Luís**, também conhecida como **Grande São Luís**, é composta pelos municípios de São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar, Alcântara, Bacabeira, Rosário, Santa Rita, Icatu e São Luís^[5], situados no estado brasileiro do Maranhão. Juntos, perfazem uma população de 1.621.102 habitantes (IBGE/2018). É situada no arquipélago de ilhas do Golfão Maranhense e porção continental circundante, com mais de 1000 km². Está inserida no Meio-Norte, uma das sub-regiões do Nordeste do Brasil.

Esta região administrativa tem os seguintes dados:

Área (km²) = 9.417,61 km²

População (hab.) (IBGE - 2010) = 1.014.837

População (hab.) (IBGE - 2018) = 1.621.102

Densidade Demográfica 2010 (hab./Km²) = 1.215,19

Sua abrangência é expandida para todo o Estado do Maranhão e Estados limítrofes pela concepção educacional no ensino, na pesquisa e na extensão.

2.2 Cenário Socioeconômico

A Secretaria de Estado do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública indica o seguinte cenário sócio econômico para o Estado do Maranhão, até o ano de 2020:

VARIÁVEIS	2010	2020
• População – Total (hab.)	1.383.445	1.644.722
População urbana	1.090.106	1.343.738
População rural	293.339	300.984
• Densidade demográfica (hab./km ²)	4,98	5,92
• Estrutura etária da população		
Menos de 15 anos	28,77	27,00
15 a 59 anos	62,74	62,50
60 anos a mais	8,50	10,50
• Taxa de mortalidade infantil (nº de óbitos infantis menores de 1 ano por 1000 nascidos vivos)	16,5	13,0
• Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais (%)		
População urbana (%)	6,82	5,0
População rural (%)	23,49	15,5
• Domicílios por rendimento mensal per capita sem salários-mínimos		
Sem rendimentos	5,52%	2%
Até ¼	12,79%	10%
Mais de ¼ a ½	24,53%	16%
Mais de ½ a 1	29,69%	20%
Mais de 1 a 2	15,56%	25%
Mais de 2 a 3	4,94%	10%
Mais de 3 a 5	3,79%	6%
Mais de 5	3,18%	11%
• PIB Total (milhões)	15.543	34.447
Participação do setor agropecuário	21%	22,5%
Participação do setor de indústria	24%	25%
Participação do setor de serviços	55%	52,5%
• Receitas – Total (R\$ milhões)	6.497,53	10.000
• Estradas pavimentadas (km)	6.497,53	10.000
• Saneamento / Água tratada – pop. Urbana atendida (%)	97%	100%
• Saneamento / Esgoto – pop. Atendida (%)	32%	60%
• Área plantada – Total (há)	667.705	1.100.000

Previsões elaboradas por diversos setores do Governo do Estado do Maranhão
Fonte: SEPLAN MA

2.3 Cenário Cultural: São Luís Patrimônio Histórico

Contando com uma população atual estimada em um milhão de habitantes, São Luís é a única capital brasileira que não nasceu portuguesa, ainda que seja uma das poucas cidades do Brasil que, curiosamente, tornou-se a mais lusitana e que “guarda relíquias imensuráveis, de uma beleza incalculável, através de uma arquitetura colonial sem igual, onde cada traço, cada vitral, cada azulejo é uma obra de arte exposta em um dos maiores museus ao ar livre do mundo (REIS, 1999, p.32). São Luís é a capital brasileira mais portuguesa: à riqueza do acervo arquitetônico erguido pelos portugueses, o maior e mais homogêneo da América Latina, deve-se hoje o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, concedido à cidade pela Unesco, no final de 1997.

Conhecida como *Ilha do Amor* ou *Cidade da Poesia* e, mais recentemente, *Ilha Rebelde*, a capital do Maranhão guarda relíquias de uma beleza singular, através de uma arquitetura colonial ímpar. Em nenhuma cidade brasileira os portugueses usaram tantos azulejos – aí eles estão por toda parte, nas fachadas, nos pátios, nas salas, nos corredores, nas escadarias e nas fontes, compadronagens variadas em forma de flores, bichos emotivos geométricos. Daí a denominação pelas qual é conhecida, Cidade dos Azulejos e Sobradões. Rica em logradouros históricos, prédios e monumentos, museus, igrejas, fontes, sítios, vielas, becos e ladeiras, a cidade apresenta muitas manifestações lúdicas, folclore fértil, teatro, música, danças, bailes, feiras, brincadeiras coletivas, culinária típica e passeio. Suas ruas, becos e praças, são detentoras de inusitados nomes, onde se tem o prazer de apreciar logradouros como rua da Inveja, rua do sol, rua da Paz, rua dos Veados, rua da Alegria, rua do Giz e das Hortas; praça dos amores, praça da Saudade, praça da Alegria, praça do Panteon e da Misericórdia. Beco da Bosta, beco do Mocambo, beco do Caga Osso, beco da Pacotilha, beco Escuro e da Prensa.

2.3.1 Manifestações culturais: danças e cultos populares

Terra do bumba-meu boi, do tambor de crioula, do tambor de mina, do cacuriá, do lelê, da dança do carço, do coco, do cordão de Reis, das tradicionais festas juninas e do carnaval, São Luís é fértil em manifestações populares de cultura. Isto se deve à miscigenação entre brancos, negros e índios, formadores da cultura do povo ludovicense. “A presença atuante do português e depois do negro, sem esquecer o índio, deram as coordenadas para o processo folclórico no Maranhão” (COSTA FILHO, 1979, p. 34). Estas raças sempre tiveram a dança e a música em seu cotidiano, possuindo nas suas raízes o gosto pelos ritmos de seus antepassados, expressos na sua cultura. Sobre o negro, em especial, destaca-se sua adoração

pela dança, pela liberação do corpo, com requebros cadenciados e saracoteados frenéticos, sempre lembrando sua terra de origem. É na força desta raça que nasceram as mais fortes manifestações da cultura popular de São Luís, uma história de resistência em nome da liberdade e do culto de expressão. Há registros, já nos tempos coloniais, sob pena de prisão por nove dias contínuos e cinquenta açoites de cada vez em “negros que usassem tambores, batuques, violas, pandeiros e nem outros instrumentos, que fazem provocar danças e ajuntamentos” (MORAES, 1995, p.218), secularmente seguidos por veemente protesto contra as manifestações dominicais de regozijados pretos, chamadas de danças inconvenientes, questionando-se se o batuque de pretos poderia recrear quem quer que fosse.

Na atualidade, as celebrações populares têm presença afirmativa com o símbolo e núcleo de resistência, ainda que em constante reciclagem, ajustando-se ao fluir do tempo, em sua marcha recriadora, mas mantendo a alma lúdica do povo, representada por suas danças, seus festejos e suas inúmeras brincadeiras.

O *tambor de crioula*, dança informal onde se observa a participação destacada da mulher, “é um simples batuque caracterizado, do ponto de vista coreográfico, pela umbigada, que para nós tem denominação depunga” (VIEIRA FILHO *apud* REIS, 1999, p. 37). Esta é considerada uma dança erótica, sensual–praticada predominantemente por descendentes de negros. O *cacuriá*, por sua vez, considerada uma dança totalmente ludovicense, tem um ritmo contagiante e cheio de malícia, fazendo uso de uma coreografia rápida com músicas e refrões do imaginário popular. A *dança do coco*, uma das mais populares do Nordeste brasileiro, muito comum no litoral, conta com a participação indígena visível na sua coreografia. É dança de roda cantada, com acompanhamento rítmico de palmas, pandeiros, ganzás, cuícas, viola e violão. De origem européia, a dança do Lelê é executada em pares dispostos em filas de homens e mulheres, vinculada, na maioria das vezes, a um pagamento de promessa, à Festa do Divino, e à derrubada e levantamento de mastros.

O *tambor de mina* trata-se da denominação de uma das religiões afro-brasileiras que se caracteriza, entre outros aspectos, por constituir-se em religião de transe ou possessão, em que entidades sobrenaturais são cultuadas, invocadas e se incorporam em participantes, “principalmente mulheres, sobretudo por ocasião de festas, com cânticos e danças, executados ao som de tambores e outros instrumentos” (FERRETTI, 1985, p.13). Trata-se de um culto que recebe vários nomes em diferentes regiões do país, como candoblé, batuque, xangô e macumba. Em São Luís, é praticado na Casa das Minas, Querebetam de Zomadomu ou terreiro de Zomadomu. Constitui-se numa prática religiosa onde dezenas de filhas-de-santo invocam e recebem, em estado de transe, as divindades cultuadas, chamadas voduns. O

bumba-meu-boi constitui-se na manifestação popular mais expressiva de São Luís, rica em legorias, fantasias, mitos, coreografia e magia. Faz parte das chamadas festas juninas, que giram em torno das figuras de São João, Santo Antônio, São Pedro e São Marçal, o que a diferencia das manifestações populares de boi que ocorrem em outros estados do Brasil, onde as festividades pertencem ao Ciclo de Festas Natalinas, efetivando-se entre novembro e janeiro, na noite de Reis.

2.3.2 Música, arte, poesia, culinária, lendas e encantarias

Cidade de ritmos exóticos e calientes, onde compositores e intérpretes locais garimpam fontes de músicas ricas em referências estéticas e sonoras, com ritmos que resistem ao tempo sem perder sua essência. Desta fonte despontaram para o Brasil, nos últimos tempos, artistas como Alcione, Zeca Baleiro, Rita Ribeiro. Modelo vivo de cenas cotidianas, São Luís é unanimidade entre os que se lançam ao desafio da arte. Fontes, beirais, telhados, azulejos, becos, pontes, praças, ruas, sol, mar, a cidade, generosa, tem cenários mil, servindo de fonte de inspiração para os muitos poetas, seresteiros, namorados, entre muitos artistas, que a tornaram tema de suas obras, renovando, em olhares singulares, a beleza da cidade, como Gonçalves Dias, Artur Azevedo, João Lisboa, Aluizio Azevedo, Josué Montello e Ferreira Gullar. São Luís inspira mais que poesia. O título de Atenas Brasileira e o orgulho de ser considerada a cidade em que melhor se fala o idioma nacional, demonstra que o ludovicense desenvolveu um estilo próprio para retratar em palavras o mundo ao seu redor. O pronome pessoal *tu*, é marca registrada no linguajar de quem mora na Ilha, em contraposição ao *você*, adotado no resto do país.

Com influências do português e africana, a estrutura básica da culinária da cidade está na mistura de ingredientes que resulta numa cozinha rica e variada. Do português ficou o coco asiático, o arroz e condimentos e especiarias aromáticas e de gosto picante. Do negro africano, a culinária herdou o dendê e uma série de pimentas escaldantes. Já o índio deixou sua marca em menores proporções, a exemplo da farinha de mandioca, ervas e mingaus. Haja vista que São Luís é uma ilha, com diversidade e abundância e frutos do mar, destacam-se na sua culinária as tortas de camarão, os casquinhos de siri e o aranguejo, as pescadas recheadas, os serras e tainhas fritos, sem esquecer os cozidos, guisados e ensopados, muito ligados à tradição portuguesa, que “aqui se a brasileiraram por artes e engenhos dos componentes afro-indígenas” (MORAES, 1995, p.113).

O arroz e a farinha de mandioca são presença garantida na mesa do ludovicense.

Com o primeiro faz-se excelentes pratos, como o arroz-de-cuxá, arroz-de-camarão, arroz-de-toucinho, arroz-de-jaçanã e arroz-maria-isabel. Com a segunda, faz-se a farofa, os pirões, as paçoças, os chibés, as tiquaras e os mingaus. Em São Luís o prato mais conhecido e característico é o Cuxá, que se come com arroz branco, peixe frito ou torta de camarão. Salada de caranguejo, mexido de camarão, peixada, caldeirada e caranguejo toctoc são motivos de calorosos elogios dos comensais que quase nunca resistem a estas delícias. Some - se a isso, as sobremesas típicas a famadas como os doces de bacuri, buriti, abricó, murici, jaca e carambola-frutas típicas da região. Para beber, o sonho cor de rosa do Guarná Jesus, os sucos de juçara, bacaba, jacama, bacuri, cupuaçu, cajá, caju e tamarindo, seguidos de fragrâncias e sabores variados.

Com quatro séculos de existência, São Luís permanece envolta em lendas e mistérios, que a sombreiam desde os seus primeiros anos. Contam alguns que ao redor da Ilha, submersa nas águas, haveria uma descomunal serpente, sempre a crescer, enquanto dorme, até que um dia sua cauda alcance a cabeça. Nesse dia, o monstro reunirá todas as suas forças e, produzindo rugidos ensurdecedores, soltando enormes labaredas pelosolhos e pela boca, abraçará a Ilha com estupenda força e, com fúria diabólica, a arrastará para as profundezas do mar, provocando seu completo desaparecimento, afogando, de maneira trágica, todos os habitantes da cidade.

Diz a lenda que na praia do Olho D'Água, depois de perder seu grande amor para Iara (Mãe D'Água), a filha do chefe indígena Itaporama chorou copiosamente até morrer à beira-mar. Dos seus olhos surgiram duas nascentes que até hoje correm para o mar. Com a ajuda dos santos, reza a lenda que São João Batista foi quem ajudou os portugueses a expulsarem definitivamente os holandeses do Maranhão. Já Nossa Senhora da Vitória, um pouco antes, foi a heroína na batalha pela expulsão dos franceses do Estado. Ela foi vista entre as tropas de Jerônimo de Albuquerque animando os soldados o tempo todo e, com sua mão milagrosa, a santa transformava areia em pólvora e seixos em projéteis.

2.4 Cenário Educacional

A Educação Básica compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e tem duração ideal de dezoito anos contando com a educação infantil. Como cita o Art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96: "A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no

trabalho e em estudos posteriores".

No Brasil, quando tratamos da oferta de educação básica, os dados apontam para desafios de grande vultuosidade, principalmente no que se refere ao atendimento educacional com qualidade a que submetemos nossas crianças, jovens e adultos. Por condicionantes diversos, as regiões Norte e Nordeste concentram os piores indicadores educacionais do país, estando o Maranhão nesse contexto conflitante, concentrando déficits educacionais que precisam ser devidamente enfrentados para elevação da qualidade educacional. Dentre os indicadores relevantes para a qualidade educacional brasileira destaca-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.

A administração da educação pública no Maranhão é realizada pela Secretaria de Educação do Maranhão (Seduc), que tem como missão elaborar, coordenar, monitorar e avaliar as políticas públicas no âmbito educacional, primando pela qualidade do ensino e acesso de todos à educação. A Seduc atua de forma descentralizada, por isso conta com as Unidades Regionais de Educação que foram criadas com o objetivo de promover a reestruturação administrativa, a descentralização e a gestão participativa no governo do estado do Maranhão, resultando no aumento do controle social das ações governamentais. As 19 Unidades Regionais de Educação (UREs) maranhenses são: Açailândia; Bacabal; Balsas; Barra do Corda; Caxias; Chapadinha; Codó; Imperatriz; Itapecuru-Mirim; Pedreiras; Pinheiro; Presidente Dutra; Rosário; São João dos Patos; Santa Inês; Timon; Viana; Zé Doca e São Luís.

O Ensino Médio é a última etapa da Educação Básica, e de acordo com a LDB 9394/96, os Estados são responsáveis por, progressivamente, tornar o Ensino Médio obrigatório. Preparando o jovem para prosseguimento dos estudos no nível superior ou para inserção no mercado de trabalho. É imprescindível ao Ensino Médio a articulação entre concepções e práticas em cada área de conhecimento e disciplina, desenvolvendo assim, o pensamento crítico, a autonomia intelectual e o protagonismo juvenil.

No Ensino Superior observa-se que, o percentual de alunos matriculados – faixa etária 18 a 24 anos – no Estado do Maranhão é de 10,6%. Na educação superior estão catalogadas 17 instituições de ensino no Estado, ofertados em 12 municípios do Estado, incluindo - se a educação presencial e educação a distância, sendo que em São Luís 15 Instituições ofertam cursos de educação superior.

O Estado do Maranhão determinou como meta elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta, com as seguintes estratégias: garantir a continuidade e

ampliação da oferta de vagas na Educação Superior Pública por meio da implantação de cursos de graduação presencial, semipresencial e a distância considerando as necessidades regionais e locais; estimular ampliação da oferta de vagas nos cursos de graduação interdisciplinares considerando as especificidades regionais e locais; estimular a ampliação e oferta de vagas dos programas de interiorização da Universidade Estadual do Maranhão nos cursos de graduação, considerando as necessidades regionais e locais; integrar a Educação Superior com as etapas da educação básica; estabelecer formas de participação da sociedade civil na gestão universitária para assegurar sua integração às necessidades sociais regionais e locais; fixar diretrizes estaduais e os meios para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão de modo a atender as necessidades e peculiaridades regionais locais da comunidade.

Além de assegurar que os Projetos Político Pedagógicos e os currículos considerem a base comum nacional para os cursos de graduação; implantar política interinstitucional de estímulo ao ensino, pesquisa e extensão que tenha como objetivo identificar e intervir nos problemas educacionais relevantes propiciando a troca de experiências e saberes entre a universidade e os sistemas de ensino da educação básica, integrando as Secretarias da Educação e de Ciência e Tecnologia do Estado do Maranhão, em parceria com as SEMEDs.

Garantindo ações afirmativas de inclusão e de assistência estudantis dirigidas aos estudantes de instituições públicas e bolsistas de instituições privadas de Educação Superior, de modo a reduzir as desigualdades sociais, ampliando o atendimento das populações do campo, indígenas, afrodescendentes e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar em relação ao acesso, permanência e conclusão nos cursos de graduação e fomentar e promover a reorganização pedagógica dos cursos de graduação com vista à inclusão de temas sociais e gestão pública.

De acordo com o Censo Escolar de 2015, a rede estadual de educação do Maranhão é composta por 1.095 escolas. São 526 unidades (48%) localizadas em área urbana e 569 (52%) em área rural. As matrículas das escolas estaduais – reunindo todas as etapas e modalidades de ensino – somam um total de 364.533. São 297.990 matrículas em área urbana e 66.543 na área rural. Do total de escolas do estado, 779 compõem a rede de Ensino Médio regular estadual, estando 468 (60%) delas localizadas na área urbana e 311 (40%) escolas na área rural. O total de matrículas em escolas com Ensino Médio regular totaliza 281.194 que estão distribuídas da seguinte forma: 239.166 matrículas em escolas urbanas e 42.028 matrículas em escolas situadas em área rural.

Uma das condições básicas do propósito Institucional refere-se à oferta de seus serviços educacionais, que aderentes à vocação do Estado do Maranhão apresentando - se em quatro escolas: Escola de Saúde, Escola de Direito, Escola de Negócios e Escola de Tecnologia.

Para a Escola de Ciências Agrárias, o Curso de Medicina Veterinária, proporcionará ao estudante uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, apto a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação às atividades inerentes ao exercício profissional, no âmbito de seus campos específicos de atuação em saúde animal e clínica veterinária; saneamento ambiental e medicina veterinária preventiva, saúde pública e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal; zootecnia, produção e reprodução animal e ecologia e proteção ao meio ambiente. Ter conhecimento dos fatos sociais, culturais e políticos da economia e da administração agropecuária e agroindustrial. Capacidade de raciocínio lógico, de observação, de interpretação e de análise de dados e informações, bem como dos conhecimentos essenciais de Medicina Veterinária, para identificação e resolução de problemas.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A proposta pedagógica para o curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior está alicerçada em conceitos, práticas e vivências que visam estimular a formação de profissionais generalistas, com sólida formação técnico-científica, humanística e ética, capacitados para agir em todos os setores da produção e da saúde animal e pública, contribuindo assim para a geração do desenvolvimento econômico e social da região.

Segundo o último Censo Agropecuário do IBGE (2017), o Maranhão possui mais de 219.765 mil estabelecimentos rurais, nos quais são desenvolvidas diversas atividades produtivas, como bovinocultura de corte e de leite, equideocultura, suinocultura, caprino e ovinocultura, avicultura, apicultura e aquicultura. Embora se reconheça a tradição agropecuária do estado, economicamente expressiva, é fundamental que o curso forme profissionais que atendam também a outras demandas crescentes na região e no país. Sendo assim, além de preparar profissionais de excelência para atuação na produção animal, o curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior oferece condições para a formação de Médicos Veterinários que possam atuar em segmentos como a área da saúde pública, de pequenos animais e de animais silvestres, entre outros.

Seguindo a tendência reconhecida em outras regiões do País e do mundo, nota-se no estado do Maranhão também o crescimento e a relevância do mercado “pet” e de produtos e serviços veterinários relacionados a ele. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (ABINPET), o ano de 2015 registrou crescimento de 7,6% no faturamento deste setor e o Brasil se encontra como o quarto maior do mundo em população total de animais de estimação, com 52,2 milhões de cães e 22,1 milhões de gatos (IBGE, 2013). De acordo com o Conselho Regional de Medicina Veterinária e Zootecnia do Maranhão - CRMV/MA, o estado acompanha esse crescimento e possui atualmente muitos estabelecimentos ativos voltados ao atendimento clínico, cirúrgico e laboratorial de pequenos animais. O Instituto Florence de Ensino Superior irá investir em infraestrutura de Clínica Veterinária, e posteriormente em um Hospital Veterinário, e todos os seus laboratórios, que propiciará o ambiente necessário para inserir os alunos em um cotidiano de atividades práticas voltadas a esta área de atuação.

Desde 2011, o Médico Veterinário foi oficialmente incluído nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs) do Governo Federal, requerendo formação profissional condizente com a necessidade de que ele atue como agente promotor da saúde coletiva. A cidade de São Luís conta com alguns órgãos de atuação ativa, que necessitam de profissionais com competências e habilidades de um médico veterinário. O curso, nesse ínterim, atuará em parcerias com a prefeitura municipal e demais órgãos competentes, propiciando aos alunos oportunidades de atuação junto à área de saúde pública por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Além das áreas já citadas, nota-se ainda no estado a demanda por profissionais capacitados para atuação em conservação, manejo e clínica de animais silvestres. O Maranhão encontra-se inserido na Amazônia Legal, rico em milhares de espécies animais como primatas e outros mamíferos, répteis, aves e peixes (IBF, 2016).

A sociedade contemporânea passa por modificações constantes e as Instituições de Ensino Superior devem se responsabilizar por formar profissionais dinâmicos e preparados para enfrentar os desafios atuais. No contexto da medicina veterinária há grandes gargalos, como os de conciliar o avanço da agropecuária com a preservação do meio ambiente; administrar o crescimento das áreas urbanas respeitando a necessidade de se realizar o saneamento ambiental e garantir a saúde pública; assegurar a saúde e o bem-estar animal respeitando a necessidade de desenvolvimento econômico e sustentável.

Com isso, o mercado necessita de Médicos Veterinários habilitados a trabalharem sob uma nova perspectiva de ação, sendo observadores e capazes de analisar criticamente as

situações cotidianas e a partir disso agir de maneira proativa a fim decidir a conduta mais adequada e ética para a resolução de problemas.

Sob essa nova perspectiva, o curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior apresenta uma proposta curricular direcionada para a formação de profissionais com competências e habilidades para adaptação às novas situações do mundo globalizado. Formando profissionais aptos a desenvolverem atividades nas áreas tradicionais da medicina veterinária, bem como nas áreas que apresentam atualmente grande progresso como biotecnologia, medicina veterinária preventiva, bem-estar animal e planejamento e administração agropecuária.

Neste sentido o projeto pedagógico pretende atender as especificidades da Medicina Veterinária garantindo a formação integral do profissional. Proporcionando aos alunos conhecimentos teóricos e práticos, tanto nas áreas básicas como específicas do curso. Além de oferecer disciplinas gerais para a formação crítica, criativa, empreendedora, ética e humanística, características fundamentais no atual contexto sócio econômico, ambiental e cultural.

Ao longo de todo curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior o aluno será o protagonista das atividades, sendo o centro do processo e tem-se o professor como facilitador, orientador e mediador do ensino-aprendizagem.

O curso traz como missão promover uma sólida e ética formação em Medicina Veterinária, através da capacitação de profissionais para as diversas áreas de abrangência da profissão, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Maranhão e do Brasil.

3.1 Políticas institucionais no âmbito do Curso

As políticas institucionais definidas pelo PDI a serem implementadas no âmbito do curso, tem por base a formação de um perfil profissional fundamentado na qualidade de ensino, aliado à pesquisa e extensão, além de sua formação continuada, por meio da pós-graduação. Estabelece o cumprimento da integração curricular através de adoção de práticas interdisciplinares que viabilizem o desenvolvimento de competências e habilidades alicerçadas no saber científico e na consciência para a responsabilidade social.

O projeto pedagógico Institucional do Instituto Florence de Ensino Superior visa cumprir as exigências da legislação educacional brasileira e o direito do discente ao acesso à formação profissional nos padrões de um perfil universitário com qualidade.

Para tanto, a política institucional, voltada para o ensino de graduação, está fundamentada no princípio da formação acadêmica e profissional de qualidade. Trata-se do condutor para a promoção de uma prática calcada em preceitos éticos, na construção do conhecimento técnico-científico, ao aperfeiçoamento cultural e ao desenvolvimento de um pensamento, reflexivo, crítico e responsável, que impulsionem a transformação sócio-político-econômica da sociedade.

A relação da gestão do curso com a gestão institucional, segundo suas políticas, tem por base, a integração do currículo à luz das competências, com a finalidade de proporcionar a formação básica e profissional do estudante, conforme as linhas mestras que orientam as ações dos diferentes segmentos acadêmicos, em consonância com a sua missão.

As competências e habilidades requeridas pelo mundo do trabalho, que sinalizam o perfil de policompetência, são planejadas no âmbito do projeto pedagógico do curso, considerando o PPPI, sendo materializadas através do planejamento docente e de outras atividades a serem desenvolvidas no âmbito do curso.

Entende-se que o desafio da solução de problemas é, igualmente, básico para o desenvolvimento de autonomia intelectual, criatividade e aceitação da diversidade teórica, tão comum no trabalho interdisciplinar, configurando-se como recurso de problematização se apresenta através de estudos de caso.

O Instituto Florence de Ensino Superior, enquanto espaço formador e preocupado com as demandas da sociedade hodierna, prima pelo desenvolvimento pleno dos formandos, considerando dimensões humanas, cognitivas, éticas e filosóficas, bem como avalia o discente-formando na observação de mudança comportamental, que se reflete na materialização do pensar em forma de comunicação escrita, falada, gestual, em procedimentos, em simulações de situações reais ou em vivências efetivas.

3.1.1 Diretrizes do PDI a serem implementadas no âmbito do curso

- ✓ Definir uma base teórica única como eixo norteador de todo o trabalho educacional, seja ideológico (que tipo de homem e mulher se quer formar) ou psicopedagógico (que teoria de aprendizagem fundamenta o projeto dos cursos);
- ✓ Valorizar o trabalho em parceria, em equipe interdisciplinar, integrada, estabelecendo pontos de contato entre as diversas disciplinas do currículo;
- ✓ Historicizar e contextualizar os conteúdos (resgatar a memória dos acontecimentos, interessando-se por suas origens, causas, consequências e

significações);

- ✓ Desenvolver programação no curso que viabilize a busca do conhecimento, a pesquisa, a construção e a investigação;
- ✓ Conduzir avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar docentes e discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas;
- ✓ Promover a construção do conhecimento e o desenvolvimento de competências em contraposição às abordagens centradas na transmissão de saberes prontos e definitivos;
- ✓ Criar condições para o desenvolvimento de profissionais autônomos, policompetentes, criativos, solidários e éticos, capazes de contribuir para o desenvolvimento do processo produtivo e da sociedade;
- ✓ Criar condições para o desenvolvimento de profissionais que sejam capazes de empreender, avaliando e aproveitando oportunidades do mercado;
- ✓ Construir os processos educativos, abrangentes e flexíveis, aproveitando os conhecimentos prévios na constituição de competências e habilidades utilizáveis ao longo da vida, possibilitando a construção de caminhos singulares de desenvolvimento;
- ✓ Utilizar metodologias ativas na resolução de situações-problema;
- ✓ Utilizar processos de avaliação que sejam diagnósticos, contínuos, sistemáticos, cumulativos, flexíveis, participativos e focados na análise do desenvolvimento de competências e habilidades;
- ✓ Ofertar currículos organizados por competências e habilidades, desenvolvidos por meio de projetos integradores ou articuladores ou eixos temáticos, com um perfil de saída diferenciado, que preveja atuação profissional responsável;
- ✓ Garantir a qualidade na execução de Programas e Cursos, atendendo às expectativas dos participantes e ampliando as possibilidades de ingresso e permanência no mundo do trabalho;
- ✓ Atualizar permanentemente os currículos, em constante sintonia com as exigências do mundo do trabalho e das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- ✓ Desenvolver Programas e Projetos institucionais de pesquisa e extensão, incrementando parcerias com iniciativas municipais, estaduais, nacionais e internacionais;
- ✓ Aperfeiçoar o processo de avaliação, criando condições para sistematizar

informações, de modo a facilitar a identificação de fragilidades e potencialidades da IES, socializando resultados e fomentando políticas institucionais;

- ✓ Integrar as atividades educacionais, fundamentadas em práticas inovadoras com perfil do “aprender fazendo” e na incorporação de novas tecnologias, de modo a garantir a qualidade do desenvolvimento profissional;
- ✓ Incentivar e definir de maneira sistemática a atuação plena e democrática dos Colegiados de Curso. Tudo a partir do objetivo de analisar periodicamente os anseios docentes e discentes e os processos de ensino-aprendizagem;
- ✓ Apoiar as atividades e o plano de trabalho do NDE, a fim de analisar as indicações advindas pelos Colegiados de Curso, no que tange a implementação e reformulações dos Projetos Político-Pedagógicos do Curso;
- ✓ Estimular o Colegiado de Curso a revisar sistematicamente os conteúdos programáticos, a fim de garantir um ensino mais integrado, promovendo assim a interdisciplinaridade, a contextualização e a problematização dos objetos;
- ✓ Criar espaço para reflexão acadêmica sólida e de qualidade, visando o desenvolvimento de competências profissionais;
- ✓ Complementar a formação humanística e competente dos alunos por meio do uso de novas tecnologias;
- ✓ Valorizar os instrumentos de avaliação dos cursos (interna e externa), a fim de instituir políticas de intervenção e gestão mais sólidas a partir dos diagnósticos advindos desses procedimentos;
- ✓ Estimular atividades que envolvam o contato constante dos docentes e alunos da Faculdade com profissionais já inseridos no mercado de trabalho, procurando conhecer melhor a realidade do profissional e integrá-la à vida acadêmica;
- ✓ Valorizar e fortalecer a formação acadêmica por meio do desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, bem como participação em Bolsas de Iniciação Científica;
- ✓ Apoiar a viabilização, enquanto Instituição, dos diferentes estágios previstos na formação dos profissionais das áreas dos cursos de Graduação da IES;
- ✓ Identificar e buscar soluções para as necessidades específicas dos cursos e das turmas de graduação;
- ✓ Valorizar a atividade didática dos docentes promovendo cursos e oficinas sobre metodologias de ensino, planejamento e avaliação;
- ✓ Aprimorar o canal de comunicação com os egressos da Faculdade através do

PAE – Programa de Acompanhamento de Egressos;

- ✓ Aprimorar o sistema de Controle Acadêmico.

A partir dessas considerações, constata-se que o trabalho interdisciplinar e coletivo corresponde a uma nova consciência da realidade, a um novo modo de pensar, que resulta num ato de troca, de reciprocidade e integração entre diferentes áreas de conhecimento. Assim, fica patente que o ato de aprender não é estar em atitude contemplativa ou absorvente frente aos dados culturais da sociedade, é, sobretudo, estar envolvido na sua interpretação e produção.

Nesse sentido, as políticas institucionais do Instituto Florence de Ensino Superior para o ensino de graduação nas modalidades bacharelado, licenciatura e tecnológico demonstram-se coerentes com o que preconizam o PDI, o PPI, o PPC e demais documentos institucionais.

Respeitando a missão da IES, a concepção do Projeto Político Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária é norteada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso e pelas políticas para o desenvolvimento do Brasil e do Estado do Maranhão. Assim, as políticas institucionais para o ensino para Medicina Veterinária determinam um tratamento metodológico aos conhecimentos, no sentido de garantir o equilíbrio entre a aquisição de habilidades, atitudes, valores, desenvolvimento de competências e habilidades.

Dentro da proposta pedagógica do Instituto Florence de Ensino superior, o processo ensino-aprendizagem se amplia para além do espaço de sala de aula. As atividades formativas se articulam em uma estrutura flexível e integradora composta de: Aulas regulares; Práticas investigativas em ambiente social e universitário; Práticas de laboratório; Estímulo à iniciação científica acadêmica; Biblioteca com acervo bibliográfico consistente; Estágios; Oficinas e seminários sobre temas relacionados a cada área de formação; Ações específicas visando a Responsabilidade Social; e Atividades de extensão universitária nas áreas educativas, ambientais, culturais e sociais.

As metodologias de ensino procuram desenvolver no educando do Curso de Medicina Veterinária a capacidade de análise crítica dos conhecimentos, análise densa dos temas propostos, argumentação sólida e um acompanhamento dos avanços tecnológicos. Os conteúdos serão apresentados partindo sempre de uma postura problematizadora, de modo a fornecer ao professor uma constante atualização do perfil do aluno, dos diferentes níveis de avaliação, bem como o grau de dificuldade durante o processo de ensino-aprendizagem. Tal procedimento possibilita ao professor a implementação das ações que se fazem necessárias à

minimização das dificuldades constatadas.

Os professores privilegiam metodologias que permitam a aceleração do processo de ensino-aprendizagem. Tais como: atividades práticas reais e simuladas, estudos de casos, congressos, seminários, painéis, simpósios e visitas técnicas. Entendendo que a formação profissional deve estar intimamente ligada ao entendimento contínuo das práticas laborais inerentes a cada área proposta.

O Instituto Florence tem como metodologia de ensino o investimento contínuo e criterioso na estrutura laboratorial como forma de fornecer subsídios de qualidade à prática simulada de procedimentos relacionados às profissões ora em formação. Dessa forma, a IES conta com laboratórios multidisciplinares e específicos que além de servirem como campo de estágio curricular e extracurricular aos alunos, presta, também, serviços à comunidade maranhense com eficiência e alto padrão de qualidade.

- Políticas de Pesquisa

Têm como objetivos:

- ✓ Divulgação de resultados de pesquisas desenvolvidas internamente ou fora da Instituição, objetivando a disseminação do conhecimento produzido;
- ✓ Estabelecimento de parcerias interinstitucionais de fomento à pesquisa;
- ✓ Consolidar a proposta de iniciação científica já implantada, sem perder de vista a missão institucional e os Projetos Político-Pedagógicos dos demais cursos de graduação;
- ✓ Fomentar as ações no que tange a Iniciação Científica a partir da oferta de bolsas institucionais de iniciação científica;
- ✓ Fortalecer o periódico Florence em Revista, fomentando publicações de docentes e discentes do curso;
- ✓ Promover discussão permanente sobre a criação de projetos e grupos de pesquisa, bem como a ampliação das linhas de pesquisa;
- ✓ Incentivar e proporcionar a troca de conhecimentos de cunho científico entre os graduandos e pós-graduandos da IES, e entre estes e os docentes do curso;
- ✓ Estimular a realização de projetos de pesquisa interdisciplinares, envolvendo docentes e discentes dos cursos da Faculdade;
- ✓ Estimular a realização de projetos de pesquisa, envolvendo docentes e discentes;
- ✓ Estimular o aperfeiçoamento dos docentes através de incentivos à qualificação em curso stricto sensu e a publicação de estudos e pesquisas;

- ✓ Estimular parcerias científicas com o setor privado;
- ✓ Estimular a participação de toda a comunidade acadêmica nos Seminários Científicos, procurando manter ativo um espaço de reflexão e discussão científica na Instituto Florence de Ensino Superior.
- ✓ Incentivar o empreendedorismo e a inovação como estratégias de soluções de problemas científicos no contexto da academia e da sociedade.

A operacionalização da pesquisa e da extensão no IFES acontece por meio do Núcleo Pesquisa e Extensão/NUPEX que é órgão eminentemente técnico, que desempenhará funções de avaliação e acompanhamento dos projetos de pesquisas desenvolvidos pela Instituição, sendo supervisionada pela Coordenadoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – CONEX.

Para o financiamento das atividades de iniciação científica, a instituição firmará convênios com organismos especializados ou agências governamentais ou não-governamentais, além de consignar, em seu orçamento anual, recursos iguais ou superiores a 3% (três por cento) de sua receita operacional e que será normatizado através do Fundo de Amparo à Pesquisa e Extensão/FAPE.

Dar-se-á prioridade à pesquisa vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade regional e nacional, sem detrimento da generalização dos fatos descobertos e de suas interpretações. A fim de cumprir os objetivos da interdisciplinaridade, a instituição criará núcleos de pesquisa, que visarão:

- ✓ Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, por meio do aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;
- ✓ Oportunizar o treinamento de habilidades para técnicas especiais;
- ✓ Criar condições favoráveis ao trabalho científico;
- ✓ Aprimorar a qualidade do ensino com a elevação do perfil acadêmico dos docentes;
- ✓ Criar adequadas condições de trabalho a pesquisadores de diferentes áreas, que integrem o núcleo;
- ✓ Integrar espaço físico e recursos humanos, racionalizando o trabalho e a produção científica;
- ✓ Prestar serviços à comunidade nas diferentes áreas do núcleo;
- ✓ Promover intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres e entidades governamentais.

As linhas de pesquisa serão estabelecidas, observando a relação entre estas e o projeto pedagógico institucional e do curso. Os projetos serão analisados tendo presente o conteúdo e a relevância do tema e a adequação entre os trabalhos a serem desenvolvidos e os recursos disponíveis. Terão prioridade os temas relacionados com a realidade local e regional, com ênfase para a área de influência de São Luís. Serão coordenados por docentes dos cursos de graduação, por meio de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos mesmos, com a participação discente, 31 assessorados pela coordenadora do curso e pelo coordenador de Pós- Graduação, Pesquisa e Extensão, designado pela Direção Geral do Instituto.

Para o financiamento das atividades de pesquisa, através da iniciação científica, a instituição firma convênios com organismos ou agências governamentais ou não-governamentais, por meio do Núcleo de Relações Institucionais, além de consignar, em seu orçamento anual, recursos através do Fundo de Amparo à Pesquisa e Extensão/FAPE. Caberá ao colegiado de cursos analisar e deliberar, inicialmente, sobre os projetos de pesquisas.

O estímulo a essas atividades consiste, principalmente, em:

- ✓ Formar pessoal docente em curso de pós-graduação da instituição e de outras IES nacionais, ou estrangeiras;
- ✓ Conceder auxílio para projetos específicos;
- ✓ Realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa;
- ✓ Manter intercâmbio com instituições científicas, visando alimentar contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- ✓ Ampliar e manter atualizada sua biblioteca;
- ✓ Divulgar os resultados das pesquisas realizadas, em periódicos institucionais e em outros, nacionais ou estrangeiros;
- ✓ Realizar simpósios destinados ao debate de temas científicos;
- ✓ Adotar regime de trabalho especial para pesquisadores;
- ✓ Conceder bolsas de trabalho a pesquisadores, observadas as condições e exigências existentes sobre a matéria e o disposto no Regimento Interno da IES.
- ✓ Dar-se prioridade à pesquisa vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade regional e nacional, sem detrimento da generalização dos fatos descobertos e de suas interpretações.

Os projetos de pesquisa são coordenados pelo coordenador do curso, ou por coordenador designado pelo Diretor, quando envolver atividades intercurso. A fim de cumprir os objetivos da interdisciplinaridade, a instituição criará núcleos temáticos que visarão:

- ✓ Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, por meio do aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;
- ✓ Proporcionar treinamento eficaz de técnicas de alto padrão face ao desenvolvimento nacional;
- ✓ Criar condições favoráveis ao trabalho científico;
- ✓ Aprimorar a qualidade do ensino com a elevação do perfil acadêmico dos docentes;
- ✓ Criar adequadas condições de trabalho a pesquisadores de diferentes áreas, que integrem o núcleo;
- ✓ Integrar espaço físico e recursos humanos, racionalizando o trabalho e a produção científica;
- ✓ Oferecer planos integrados de ensino de pós-graduação (aperfeiçoamento e especialização) e pós-graduação (mestrado e doutorado) para integrar profissionais das diferentes áreas do núcleo;
- ✓ Prestar serviços à comunidade nas diferentes áreas do núcleo;

- ✓ Promover intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres e entidades governamentais.

As linhas de pesquisa na IES são estabelecidas, observada a relação entre estas e o projeto pedagógico Institucional e do curso em pleito. A Faculdade incentiva a pesquisa mediante a concessão de auxílio para a execução de projetos científicos, concessão de bolsas especiais, formação de pessoal pós-graduado, promoção de congressos, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados das pesquisas realizadas e outros meios ao seu alcance, dentro dos recursos financeiros liberados pela Mantenedora. Os projetos de pesquisa e extensão são avaliados pela CONEX e homologados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP.

A CONEX encaminha periodicamente à Diretoria Acadêmica e Diretoria Geral as informações sobre os projetos de pesquisa e extensão. A Faculdade desenvolve projetos de extensão para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes às áreas afins.

- Políticas Extensão

O IFES promove através da Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão/CONEX, as políticas de extensão no curso de graduação em Medicina Veterinária, com vistas à interação transformadora entre Instituição e comunidade, articulando-se com o ensino e a pesquisa, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida da população.

Os programas de extensão deverão privilegiar as ações interdisciplinares, que reúnam diferentes áreas em torno de objetivos comuns, além de primarem pela formação humana, sociopolítica, ambiental e cultural dos indivíduos envolvidos, sejam alunos ou sociedade de maneira dialógica.

As atividades de extensão são entendidas como prática acadêmica no campo de ação social, onde os conhecimentos produzidos na interface escola/sociedade (comunidade em geral, instituições públicas e privadas/filantrópicas, organizações não-governamentais) possibilitem transformações e realimentem o processo ensino-aprendizagem, tornando-se, dessa forma, indispensáveis à formação do aluno e atualização do professor e da sociedade.

O IFES promoverá atividades de extensão, abertas à participação da comunidade, objetivando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica em saúde, tendo-se sempre a preocupação de avaliar como a Instituição tem atendido às necessidades desta sociedade junto à qual está atuando. A IES manterá convênios com várias instituições da área da saúde que tenham representatividade e responsabilidade ética, social e ambiental com a finalidade de aumentar as possibilidades de os alunos conhecerem as várias realidades do mercado de trabalho e do Sistema de Saúde.

As ações de extensão disciplinares e multidisciplinares, em conformidade com o Plano

Nacional de Extensão, compreenderão: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações, desenvolvimento tecnológico em parceria com o setor produtivo e outros produtos acadêmicos que se fizeram necessários para satisfazer às necessidades da população e da região. As atividades de extensão são acompanhadas do curso e do serviço assistencial em articulação com a Coordenação de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão – CONEX.

O financiamento da extensão é realizado com a utilização de recursos próprios da instituição ou mediante alocação de recursos externos, por meio de convênio (parcerias) com organizações da comunidade (local e regional), públicas ou privadas. Os serviços serão oferecidos através de programas interdisciplinares e de natureza cultural e científica, sob forma de:

- ✓ Atendimento à comunidade, diretamente ou através de instituições públicas e particulares; ▪ Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
- ✓ Intervenção em situações-problema, identificadas por meio de estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional;
- ✓ Promoção de atividades artísticas e culturais;
- ✓ Realização de eventos de natureza científica, com periodicidade semestral, a fim de promover a divulgação dos conhecimentos produzidos pela academia e a integração com a comunidade;
- ✓ Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;
- ✓ Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;
- ✓ Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica.

O IFES, dentro de sua política de extensão, assume um compromisso com a região em que está inserido: “liderar o processo de desenvolvimento cultural da comunidade regional”. Para atuar sobre bases sólidas, delinear-se a partir de amplos debates realizados a nível regional, alguns programas que, voltados ao atendimento desse compromisso, atendem, também aos princípios básicos do perfil da instituição e à necessidade de proporcionar-lhe consistência como Faculdade Regional.

Os programas caracterizados como de extensão não serão restritos aos limites da instituição, mas serão, também, estendidos “fora da sede”, em locais onde as necessidades se apresentem. Nesse aspecto, os laboratórios e demais serviços serão colocados à disposição de programas de maior alcance, oferecendo orientações básicas à população. A integração entre a Faculdade e a Comunidade terá sequência natural, tomando maior consistência, intensificando-se ainda mais à medida que os programas forem implementados.

A articulação da Faculdade com a Comunidade será concretizada através de programas onde a cultura seja difundida, havendo entrelaçamento da cultura popular e acadêmica. Eventos como exposições, feiras, competições esportivas e outras formas de integração farão o chamamento da população para uma participação mais efetiva na vida acadêmica. Ao mesmo tempo, a Faculdade, por meio de seus estudantes, deslocar-se-á para levar cultura a locais fora da sede da instituição, no sentido de promover o conhecimento e, em consequência, contribuir para que o cidadão desempenhe um papel consciente dentro da sociedade.

Portanto, as políticas institucionais de extensão do IFES buscarão:

- ✓ Fortalecimento de projetos extensionistas na relação Faculdade x Comunidade, com a participação de Professores, Alunos e Técnicos Administrativos;
- ✓ Desenvolvimento de Projeto de Extensão, em consonância com as diretrizes da IES e com as áreas de interesse;
- ✓ Estabelecer o cumprimento do Programa Institucional de Responsabilidade Social da IES;
- ✓ Apoiar a realização de projetos de extensão que visem questões socioambientais. Na IES são consideradas atividade de extensão:
- ✓ Eventos culturais, técnicos e científicos;
- ✓ Cursos de atualização oferecidos à comunidade acadêmica e a comunidade em geral;
- ✓ Ações de prestação de serviços de assistência à Comunidade;
- ✓ Produções e publicações de interesse acadêmico e cultural;
- ✓ Projetos de extensão.

A Instituto Florence de Ensino Superior atua na área da extensão identificando as situações-problema na sua região de abrangência, com vistas à otimização do ensino e da pesquisa, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população. Os programas de extensão privilegiam ações interdisciplinares, que reúnam áreas diferentes em torno de objetivos comuns.

A realização das atividades extensionistas (cursos e serviços) é regulamentada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP, tendo presente o Regimento e demais normas legais vigentes. Os programas de extensão são coordenados pelo coordenador do curso ou por professor, designado pelo Diretor.

Os serviços são realizados sob forma de:

- ✓ Atendimento à comunidade, diretamente ou através de instituições públicas e particulares; ▪ Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
- ✓ Intervenção em situações-problema identificadas por meio de estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional
- ✓ Realização de eventos de natureza científica, com periodicidade semestral, a fim de promover a divulgação dos conhecimentos produzidos pela academia e a integração com a comunidade;
- ✓ Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;
- ✓ Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;
- ✓ Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica.

As ações extensionistas são estimuladas em todos os cursos e se constituem em atividades que compõe o perfil acadêmico da instituição:

CURSOS	ATIVIDADE DE EXTENSÃO
--------	-----------------------

ENFERMAGEM	Anjos da Enfermagem: Educação em Saúde através do Lúdico
	Saúde na escolar
	Clínica Escola de Enfermagem
	Tanatologia
	Saúde e cidadania na Cidade Olímpica
	Saúde e cidadania, em parceria com a defensoria pública - Praça Nauro Machado
	Liga acadêmica de saúde da mulher
	Central de material e esterilização
	Atenção Integral à Saúde da Criança
	Saúde da Mulher
	Intervenções Médicas no Parto Vaginal em Hospitais na Rede Pública de São Luís - ma
	Saúde e cidadania
FARMÁCIA	Farmacêuticos do Bem
	Educação Sanitária nas Escolas do Maranhão: Contribuindo para um Futuro mais Saudável
	Bula informativa
	Farmácia Universitária
	Laboratório Escola de Farmácia
ODONTOLOGIA	SOS Endodontia: Programa de Atendimento à Pacientes com Urgências Odontológicas
	Clínica Escola de Odontologia
	Saúde bucal de gestantes: nível de conhecimento, hábitos de higiene e alterações bucais em serviços públicos e privados
	Odontologia em Ação
	Projeto Sorriso e Saúde de Mãe para Filho
	Laboratório de Prática Jurídica
	Cidadão Defensor

DIREITO	Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular - NAJUP / GERÔ
	Direito e Sétima Arte
	Painel Jurídico
NUTRIÇÃO	Atenção Nutricional a Quem Ensina, Aprende e Colabora com o Florence
FISIOTERAPIA	Clínica Escola de Fisioterapia
	Liga Acadêmica de Fisioterapia
ESTÉTICA E COSMÉTICA	Clínica Escola de Estética
INTERDISCIPLINAR	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: a Implementação das Políticas de Saúde Integral das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos no Município de São Luís.
	Circuito da Saúde
	Projeto Viva Cidadão
	Entrevista com Moreira Serra

A Instituto Florence de Ensino Superior, dentro de sua política de extensão, assume um compromisso com a Região em que está inserida: “contribuir com o processo de desenvolvimento cultural da comunidade regional”. Os programas caracterizados como de extensão não são restritos aos limites da instituição, mas também estendidos “fora da sede”, em locais onde as necessidades se apresentem.

Nesse aspecto, são colocadas à disposição de programas de maior alcance, oferecendo orientações básicas à população. O estreitamento da relação Faculdade-Comunidade é concretizado através de programas onde a cultura seja difundida, havendo entrelaçamento da cultura popular e acadêmica. Eventos como exposições, feiras, competições esportivas e outras formas de integração fazem o chamamento da população para uma participação mais efetiva na vida acadêmica

- Incentivar a integração dos cursos de pós-graduação do Instituto Florence de Ensino Superior por meio de disciplinas e seminários comuns;
- Apoiar os docentes, discentes e as ações da Coordenadoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão - CONEX no aprimoramento da formação conteudista e extensionista dos seus programas;
- Incentivar a incorporação de novos docentes da Faculdade nos cursos de pós graduação;
- Fomentar a discussão sobre a criação de novos cursos de especialização;
- Buscar parcerias para realização de cursos de pós-graduação na modalidade de Mestrado Interinstitucional – MINTER, visando à qualificação dos docentes da IES e o fortalecimento dos diversos setores da região de inserção.

3.2 Núcleo de Carreiras e Empregabilidade

O objetivo geral do Núcleo de Carreiras é disponibilizar, a alunos e egressos do Instituto Florence, suporte e preparo para o ingresso na trajetória profissional, preparando-os, atentando-se as nuances mercadológicas condizentes às suas áreas de formação, bem como, a estruturação do seu planejamento de carreira, desenvolvimento de suas competências e aprimoramento de suas fragilidades. Tem como objetivos específicos:

- I. Promover a integração entre empresas, alunos, egressos e a Universidade;
- II. Contribuir na preparação e segurança dos estudantes para o futuro desenvolvimento da atividade profissional;
- III. Identificar e desenvolver atividades que contribuam com o IV. Desenvolvimento dos estudantes preparando-os para as exigências do mercado de trabalho;
- IV. Promover a cultura empreendedora, entre alunos e egressos, potencializando aspectos cognitivos, emocionais e comportamentais para uma postura ativa diante da vida e da carreira;
- V. Fomentar, coordenar e controlar a realização de estágios nãoobrigatórios;
- VI. Registrar e controlar a realização de estágios obrigatórios;
- VII. Registrar e controlar os Termos de Convênio firmados entre organizações concedentes de estágio e o Instituto Florence;
- VIII. Acompanhar, cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à realização de estágios.

O Núcleo de Carreiras e Empregabilidade do Instituto Florence é responsável por oportunizar a integração entre o mercado de trabalho e os alunos e ex-alunos dos cursos de graduação do Instituto Florence, provendo recursos que os auxiliam no processo de inserção e/ou reinserção no mercado de trabalho. Atua com foco na orientação e planejamento de carreiras, desenvolvendo atividades de formação no âmbito do ensino e da extensão, como o Projeto Life e os projetos Descobrimos Carreiras e Laboratório de Práticas, respectivamente, além da realização de palestras, simulações de processos seletivos e workshops sobre carreiras e empregabilidade.

Dentre as atividades do NCE destaca-se o Programa de acompanhamento de Egressos (PAE) que nasceu da compreensão da IES acerca da grande relevância que sua relação com os alunos não se encerre com o término do curso de Graduação, mas que prossiga, embora de forma diferenciada, no decorrer da vida profissional de cada um dos seus concluintes. Assim, a Instituição manterá o Programa de Educação Continuada em constante sintonia às necessidades de aperfeiçoamento e atualização encontradas na prática profissional dos egressos.

Para estes, a manutenção do vínculo com a Instituição torna-se interessante, pois representa uma alternativa de prosseguir no meio acadêmico, encontrando incentivos para estudar e produzir, alargando, aprofundando e atualizando seus conhecimentos. Para a Instituição, essa interação é também importante, pois traz enriquecimento à cultura institucional e à sua ação pedagógica. Outro aspecto relevante é o envolvimento dos egressos no Programa de Avaliação Institucional.

Importantes indicadores são fornecidos, tanto por depoimentos, como pela resolução do questionário Comissão Própria de Avaliação (CPA), uma vez que, por meio do formulário, tem-se o diagnóstico da vida profissional do egresso, bem como seu desempenho em concursos, seletivos para empregos, produções científicas, publicações e outros. Tem-se, inclusive, pela resolução do questionário, o entendimento sobre o nível de satisfação dos egressos, a avaliação da qualidade do ensino e adequação dos currículos, nos permitindo levantar e analisar trajetórias profissionais, bem como acompanhar o interesse por estudos de educação continuada (cursos de capacitação e aperfeiçoamento profissional e de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu).

Deste modo, o Instituto Florence de Ensino Superior, em concordância com o texto constitucional e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/ 96), compreende que a educação superior tem como finalidade precípua a preparação

para o trabalho. Nesse sentido, entende como uma dimensão fundamental na avaliação da qualidade de qualquer instituição educacional, a empregabilidade de seus egressos, ou seja, a qualidade da preparação para o trabalho que lhe foi ofertada na academia.

Ressalta-se que todas as contribuições prestadas pelos egressos serão valorizadas, inclusive com medidas de incentivo e apoio, como permissão para uso de biblioteca e laboratórios, participação em projetos de pesquisa e extensão, auxílio para publicações de trabalhos e outros, vinculadas ao Programa de Formação Continuada. Destaca-se que o contato direto e permanente com os egressos é desenvolvido por um sistema on-line (site e redes sociais), através do PAE.

Por meio do PAE, o egresso é informado sobre notícias da sua área de formação, do âmbito científico-técnico, de eventos (jornadas, congressos, cursos de atualização etc.), de atividades de formação continuada, oportunidades de emprego e pós-graduação. A Instituição pretende ainda criar ambientes virtuais de aprendizagem e intercâmbio de informações, como chats, listas de discussão e sites interativos.

3.3 Políticas de Gestão

- Implantar, avaliar e aperfeiçoar um sistema de gestão acadêmica, considerando a valorização das pessoas de forma a proporcionar condições a todos os colaboradores da Instituto Florence de Ensino Superior, para desenvolverem suas atividades de forma eficaz;
- Empreender uma gestão participativa e democrática pautada em princípios éticos, que possibilitem a efetiva participação da comunidade acadêmica no processo decisório da instituição e do curso, através de seus órgãos colegiados, garantida a representação paritária de todos os segmentos do curso;
- Investir na qualificação do corpo docente, através de uma política de recursos humanos, que garanta o seu aprimoramento contínuo e sua satisfação profissional;
- Prever mecanismos de captação de docentes de alta qualificação e titulação;
- Valorizar os talentos individuais dos docentes, considerando as suas prioridades de dedicação em relação às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;
- Realizar planejamento individual de atividades com os docentes, no que tange as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão desenvolvidas no âmbito do Curso e em consonância com o PPC;
- Contribuir com a atualização constante, por meio de ampla discussão do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Instituto Florence de Ensino Superior - a com a

revisão e atualização dos PPCs dos cursos de graduação, priorizando a participação 39 de todos os segmentos da comunidade acadêmica;

- Realizar encontro anual de discussão do planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o fortalecimento das ações;

- Fortalecer as parcerias com o setor público e privado quanto a concessão de estágios e outras ações estratégicas para o desenvolvimento e consolidação dos Cursos de Graduação;

- Colaborar com o fortalecimento e constituição da representação estudantil junto a IES (Diretórios Acadêmicos);

- Propor diálogo permanente junto à Mantenedora para contratação do corpo docente e técnico- administrativo, visando sua constante atualização;

- Propor diálogo permanente junto à Mantenedora quanto à execução dos projetos de reestruturação e adaptação das instalações físicas da IES, procurando incluir nesses projetos os aspectos de acessibilidade, segurança e gestão ambiental, assim como da criação, ampliação e manutenção dos espaços destinados às atividades específicas dos Cursos;

- Propor diálogo permanente junto às Diretorias e Mantenedora na discussão e reflexão sobre os planos de carreira docente e do técnico administrativo para que se adequem as exigências do mercado de trabalho;

- Apoiar o programa de Avaliação Institucional da Faculdade (CPA), através da participação mais efetiva da comunidade acadêmica e sociedade civil, propondo soluções que impactam na melhoria dos níveis de satisfação do curso e do padrão de qualidade de ensino;

- Incentivar a participação do corpo docente e técnico-administrativo nos órgãos colegiados como forma estratégica de consolidação dos princípios e políticas da comunidade acadêmica;

- Fomentar mecanismos de fortalecimento da comunicação da faculdade com a comunidade em geral e especificamente com os interessados em informações sobre os cursos, através do site da Instituto Florence de Ensino Superior e da Assessoria de Comunicação - ASCOM, garantindo uma maior agilidade na alteração das informações nele depositadas;

- Fortalecer e valorizar os setores técnicos, acadêmicos e administrativos, visando o funcionamento harmônico da IES;

- Fortalecer e aperfeiçoar os serviços de informática e biblioteca da Faculdade, tendo em vista a sua importância estratégica na melhoria das atividades acadêmico- 40 administrativas;

- Participar de reuniões anuais de acompanhamento do presente PPC e do PDI da

IES, junto aos órgãos diretivos e administrativos da IES;

- Estabelecer reuniões periódicas para discussão e análise acerca do PPC com a participação do NDE e Colegiados;
- Participar de reuniões periódicas com as Diretorias e Coordenações de curso, visando uma maior integração e agilidade na execução de suas atividades.

Esse sistema de gestão, que se rege pela missão e objetivos da instituição é continuamente avaliado em função dos resultados alcançados e aperfeiçoado para o alcance efetivo das metas propostas de desenvolvimento institucional como um todo, no âmbito administrativo e acadêmico.

3.4 Políticas de Responsabilidade Social

O Instituto Florence de Ensino Superior tem como política de responsabilidade social o atendimento à comunidade com qualidade, ética, respeito e dignidade, proporcionando-lhe os benefícios da produção intelectual e científica de seus professores e alunos. A responsabilidade social da instituição é caracterizada, especialmente, em relação à inclusão, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e à educação inclusiva de pessoas com necessidades especiais específicas. A responsabilidade da IES é refletida:

- Na promoção de conhecimentos e importância social das suas ações universitárias, bem como o impacto dessas atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento das comunidades do Centro e seu entorno (Jaracati, Camboa, Coroadinho e Anjo da Guarda, etc.);
- Na natureza das relações e parcerias com os setores público, produtivo, com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis, pois a IES compreende as necessidades sociais e culturais do seu entorno, prestando atendimento em observância à sua política e filosofia de ensino;
- Nas ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa. Para atingir tal desiderato, assegura-se que o valor da mensalidade, aliado ao compromisso com a qualidade do ensino ministrado, torne a instituição participativa na luta pela redução das desigualdades sociais, haja vista o acesso à educação que se qualifica como instrumento de poder.

Assim, o Programa de Financiamento e Bolsas a alunos com hipossuficiência financeira é mais uma das estratégias utilizadas pela IES, pois pretende ser um instrumento

capaz de proporcionar apoio psicossocial e pedagógico ao discente com limitações financeiras acentuadas, otimizando sua qualidade de vida. Contudo, a política de inclusão de maior relevo consubstancia-se financiamentos Institucionais (interno e externo), como o PROUNI, FIES e PRAVALER, Crédito Educativo interno e Programa de Descontos Diferenciados através dos seguintes Convênios: AGROLUSA, COMERCIO E CONSTRUÇÃO AGROPECUÁRIA, RION GRANDE COMÉRCIO DE CARNES, SEMAPA, FRIGORIFICO DA VITAL, PREFEITURA DE SÃO LUIS, SEDES ASISMU, SINDSEP MA, SINTSPREV, SINTAF, SINPROESSEMA, SINDJUS, SINDCOMERCIÁRIOS, INLAB, SINDMETAL, Polícia Militar do Maranhão – PMMA, ANESG, COREN, SINPEEES/MA, SINPOL- MA, SINTSEP, 24º BATALHÃO DE CAÇADORES, STTREMA – TRANSPORTE RODOVIÁRIO, SINDITÁXI, SINDPANIP, SINDICATO DOS TRABALHADORES COM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NATURAIS E INDUSTRIALIZADOS, DE PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA, TORRFAÇÃO E MOAGEM, CEREAIS, RAÇÕES ANIMAIS, MASSAS E EMPRESAS FRIGORÍFICAS DE SÃO LUÍS, PAÇO DO LUMIAR, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, NO ESTADO DO MARANHÃO, SINDSCONSTRUCIVIL, SINDSPEM, APCEF/MA, CEMAR, STEFEM, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Maranhão, FAMEM, entre outros. Por fim, tem-se ainda o estágio remunerado, bolsas de monitoria, iniciação científica e extensão.

Para o desenvolvimento das atividades de prática administrativa e extensão, firmou-se convênio com a PREFEITURA DE SÃO LUIS, englobando todas as Secretarias do respectivo órgão, com o GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO e Empresas para o fortalecimento das atividades de estágio e iniciação ao mundo do trabalho. Quanto ao atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais ou reduzidas, assume-se que as diferenças humanas são normais e que, como consequência desse pressuposto, a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades do educando, em vez do educando adaptar-se, de qualquer maneira, ao processo de aprendizagem, para tanto encontra-se disponível na IES, atendimento com psicopedagoga no âmbito das ações do NUPAD que também promove orientações aos docentes sobre questões relacionadas dificuldades de aprendizagem.

Nesse sentido, a inclusão e a participação são essenciais à dignidade humana e ao pleno exercício da cidadania. A educação inclusiva reconhece e responde às necessidades diversas do educando, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de metodologias de ensino apropriadas, arranjos organizacionais, uso de recursos diversificados e parceria com as organizações especializadas. A partir desse entendimento, a IES adotará as seguintes diretrizes:

- Campanhas de sensibilização e de fomento à aceitação das diferenças;
- Criação e adaptação de espaços para garantir o acesso diferenciado desta clientela aos bens e serviços oferecidos pela IES;
- Parcerias com corporações profissionais e entidades de classe (sindicatos, associações, federações, confederações etc.);
- Integração faculdade-empresa para a oferta de Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios, com adequadas condições de atuação para as pessoas com necessidades especiais. De acordo com o plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário e diferenciado para a utilização dos espaços, mobiliários e edificações.

O Instituto Florence de Ensino Superior tem suas instalações adaptadas, tomando como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas: rampas com corrimãos que permitem o acesso aos espaços de uso coletivo; rampas com corrimãos ou elevadores que permitam o acesso às salas de aula, laboratórios, biblioteca e outras instalações da infraestrutura física e acadêmica; banheiros adaptados, com portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; barras de apoio nas paredes dos banheiros; lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas; telefone público instalado em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas; vaga em estacionamento nas proximidades da IES e em estacionamento próprio.

A IES proporcionará, caso seja solicitada, para alunos com deficiência visual, sistema de síntese de voz, impressora Braille acoplada a computador; software de ampliação de tela do computador; scanner acoplado a computador; gravador e fotocopadora que amplie textos; aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio; lupas, régua de leitura; aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para alunos com deficiência auditiva, segundo os sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais (LIBRAS), especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso; materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

No tocante à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, a IES pretende desenvolver atividades através de projetos de extensão, como fomento à cultura popular maranhense e à sustentabilidade ambiental, além de

promover e implementar todos os programas e ações determinadas pela Lei e pelo poder público, que visem erradicar ou reduzir as barreiras que de qualquer modo imponham óbice ao pleno acesso aos conhecimentos e à cidadania.

3.5 Curricularização da Extensão

A Faculdade Florence, em consonância com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE 2014- 2024), APROVA a Resolução Normativa nº 08 de 01 março de 2022 com vista a regulamentar as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para todos os seus cursos de graduação e demais documentos normativos próprios para o quinquênio (2021 a 2025), com a finalidade de integralizar as atividades extensionistas com as questões pedagógicas do ensino, bem como com os benefícios da pesquisa, alinhados às demandas sociais e à dinâmica curricular definida no perfil do egresso estabelecidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

Para tanto, estabelece que “as atividades de extensão **devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento)** do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”. Ainda, instrui o INEP a considerar, **para efeitos de autorização e reconhecimento de cursos**, (i) o cumprimento dos 10% de carga horária mínima dedicada à extensão, (ii) a articulação entre atividades de extensão, ensino e pesquisa, (iii) os docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação.

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 08/ 2022, DE 01 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre a inserção da Extensão nos currículos dos Cursos de Graduação da Faculdade Florence.

A PRESIDENTE DA MANTENEDORA, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o que deliberaram esses órgãos colegiados em sessão conjunta realizada em 01 de março de 2022; considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão previsto no artigo 207 da Constituição da República de 1988; a concepção curricular estabelecida pela Lei Federal nº 9.394/1996, observada a Meta 12, estratégia 12.7, do Plano Nacional de Educação (2014-2024); a Lei Federal nº 13.005/2014; a Resolução nº 7, de 18 de

dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação/ Ministério da Educação, que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, respeitados o Regulamento dos Cursos de Graduação da Faculdade Florence, Resolução nº 08/2022, de 01 de Março de 2022

Resolve:

Art. 1º Esta resolução normativa regulamenta as atividades acadêmicas de extensão na forma de componentes curriculares para os cursos de graduação da Faculdade Florence, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) da Faculdade Florence, e de acordo com o perfil dos egressos estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios.

Art. 2º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos de graduação e deverão fazer parte da matriz curricular e do histórico curricular estudantil.

Parágrafo único. Entende-se por carga horária total a soma das horas dos componentes curriculares, incluídos, quando houver, atividades complementares, trabalho de conclusão de curso (TCC), estágio obrigatório e outros estágios previstos no PPC de cada curso de graduação.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Art. 3º Para os propósitos desta resolução normativa, a extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre a Faculdade Florence e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Parágrafo único. São consideradas atividades de extensão as ações que promovam o aprimoramento científico, com ênfase na resolução de problemas numa perspectiva transversal que possa aglutinar conhecimentos teórico-prático vivenciado na academia com as necessidades da comunidade externa, nos termos desta resolução normativa e conforme

critérios estabelecidos nos PPCs dos cursos de graduação.

Art. 4º Estruturam a concepção e a prática das atividades de extensão:

I – a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II – a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III – a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e da aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV – a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico;

V – a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

VI – o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira, respeitando e promovendo a interculturalidade;

VII – a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social da IES com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes curriculares para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

VIII – a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

IX – o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

X – a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável do país.

Art. 5º As atividades de extensão, segundo sua caracterização nos projetos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

I – Ações sociais;

II – projetos;

III – cursos e palestras;

IV – eventos.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES, ESTRATÉGIAS E INSERÇÃO CURRICULAR

Art. 6º Os PPCs deverão definir as atividades de extensão que serão reconhecidas para fins de creditação curricular, dentro das seguintes unidades curriculares:

I – como disciplina da matriz curricular, que dedicará toda ou parte da carga horária de um período letivo à realização de atividades de extensão previstas em um ou mais programas de extensão;

II – como atividade de extensão na forma de unidade curricular, constituída de ações sociais, projetos, cursos, palestras e eventos, conforme definição nesta Resolução.

§ 1º Não é objetivo aumentar a carga horária total dos cursos de graduação. Entretanto, se o Colegiado de Curso, julgar necessário, deverá justificar a necessidade de aumento da carga horária e submeter à apreciação do Colegiado Superior (CONSUP).

§ 2º As disciplinas referentes ao inciso I serão registradas no Planejamento e Acompanhamento das Atividades Docentes – CAP, como atividade de ensino.

Art. 7º As atividades de extensão desenvolvidas como disciplina da matriz curricular deverão estar integradas a um ou mais programas de extensão descritos no PPC e deverão estar registrados no sistema de registro de ações de extensão da Faculdade Florence.

Parágrafo único. O programa de extensão ao qual se vincula a disciplina deve envolver a comunidade externa, as instituições conveniadas e parceiras tanto de Educação Básica quanto do Ensino Superior e constar no respectivo PPC, de forma articulada aos objetivos do curso e ao perfil do egresso.

Art. 8º O plano e o programa de ensino das disciplinas que dediquem toda ou parte da carga horária ao desenvolvimento de atividades de extensão deverão detalhar as atividades e cronograma, descrever a metodologia e as formas de avaliação, e discriminar a carga horária correspondente.

§ 1º A incorporação de atividades de extensão à matriz curricular não implica necessariamente alteração na ementa da disciplina.

§ 2º A sistemática de avaliação dar-se-á por meio da entrega de relatórios individuais ou em grupo, contruído pelos estudantes como culminância da atividade extensionista, para validação da nota de 0 a 10.

Art. 9º A participação dos estudantes em ações sociais, projetos, eventos, cursos e palestras poderá ser reconhecida para fins de integralização curricular e poderá ser registrada

em unidades curriculares denominadas:

- I – “Atividades extensionistas – Projetos”;
- II – “Atividades extensionistas – Ações sociais”;
- III – “Atividades extensionistas – Cursos e palestras”.
- IV - Atividades extensionistas – Evento’

§ 1º Fica estabelecido que os PPCs deverão adotar as seguintes estratégias metodológica para as ações de curricularização da extensão:

- a) estudantes do 1º e 2º periodos → atividades extensionistas direcionadas a participarão em palestras e minicursos (formação continuada);
- b) estudantes do 3º ao 5º periodo → atividades extensionistas direcionadas a ações sociais e eventos;
- c) estudantes do 6º ao ultimo período → atividades extensionistas direcionada a elaboração de projetos cujo resultado seja o desenvolvimento de um produto (cartilhas, ebooks, vídeos educativos, manuais, etc).

§ 2º O PPC poderá definir a carga horária mínima a ser cumprida pelo estudante em cada uma das modalidades mencionadas nos incisos de I a IV e no parágrafo 1º.

§ 3º Preferencialmente, as atividades de extensão devem ser oferecidas ao estudante no seu turno de estudo.

§ 4º Os cursos de educação a distância (EaD) também promoverão atividades de extensão para a participação de seus estudantes.

§ 5º Horas de estágio não serão contabilizadas como extensão.

§ 6º Para validação, as ações de extensão devem estar registradas e aprovadas no Sistema Acadêmico de Registro (GFLEX), e será considerada a carga horária total do estudante no semestre incluída no sistema pelo coordenador da ação de extensão.

Seção 1

Da coordenação de extensão do curso

Art. 10. O reconhecimento e avaliação das atividades de extensão na forma de unidade curricular serão feitos por um coordenador de extensão de curso.

Art. 11. O colegiado de curso deverá indicar um docente para exercer a função de coordenador de extensão de curso, com as seguintes atribuições:

- I – coordenar, orientar e acompanhar as ações de extensão realizadas no âmbito do

curso nos termos da curricularização da extensão;

II – avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo estudante em concordância com o PPC;

III – cadastrar as disciplinas extensionistas, carga horária e plano de atividade no sistema de registro acadêmico da Faculdade;

IV – promover reuniões com a coordenação pedagógica, de ensino e docentes que ministrem disciplinas correlacionadas com as atividades de extensão;

V – aprovar a participação dos estudantes nas ações de extensão registradas no Gflex.

Art. 12. Para o exercício das funções de coordenador de extensão de curso serão alocadas até 20 (vinte) horas semanais de trabalho. A alocação de horas será efetuada no ato de designação para a respectiva função, a ser emitido pela Direção Acadêmica.

CAPÍTULO III

Disposições gerais

Art. 13. Esta resolução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Caberá a Direção Geral e a Direção Acadêmica criar programas de apoio financeiro, programas de capacitação e explicitar os instrumentos e indicadores na autoavaliação continuada para as ações de extensão previstas nesta resolução normativa, nos termos do Art. 11 da Resolução 07 CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018.

Art. 15. Os cursos de graduação terão prazo até 01 de agosto de 2022 para a implantação da curricularização, conforme disposto nesta resolução normativa.

3.6 Objetivos do Curso

Os objetivos do curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior foram traçados cuidadosamente para que o acadêmico desenvolva ao longo do processo as habilidades necessárias para o pleno exercício das atividades profissionais. Formar profissionais generalistas, humanistas, críticos, reflexivos e capacitados técnica e cientificamente para desempenharem, com ética e qualidade, funções nas áreas de competência da Medicina Veterinária. Sendo assim, a estrutura curricular auxiliará de maneira substancial para se atingir os objetivos abaixo propostos.

3.6.1 Objetivo Geral

Formar Médicos Veterinários capacitados e preparados para atender as exigências mercadológicas, sociais, ambientais e profissionais. Através de uma formação multidisciplinar, científica, cultural e específica, com o fim de possibilitar a atuação nos diversos contextos do mercado, desenvolvendo profissionais com competências técnicas e humanas.

3.6.2 Objetivos Específicos

- Habilitar acadêmicos de medicina veterinária a se tornarem profissionais a fim de desenvolver com qualidade ações de prevenção, promoção e reabilitação da saúde animal individual e coletiva;
- Capacitar o acadêmico para o exercício profissional embasado nas áreas de produção animal e de alimentos, saúde e bem-estar animal, saúde pública, preservação ambiental e biotecnologias;
- Instruir para o diagnóstico de problemas pertinentes à medicina veterinária, direcionando o profissional para a correta tomada de decisão, pensamento estratégico e solução dos desafios encontrados;
- Promover uma formação humanística e ética para a obtenção de um profissional preocupado com questões sociais e ambientais;
- Formar médicos veterinários para atender a demanda local, regional e nacional, bem como estimular a atuação empreendedora, preparando-os para enfrentar novos desafios na área de ciências agrárias;
- Desenvolver o espírito empreendedor nos acadêmicos, embasando-os com noções de economia, planejamento, administração e gestão;
- Proporcionar a discussão de valores humanísticos, sociais e éticos, incentivando o desenvolvimento do espírito crítico para a formação de um cidadão consciente de suas responsabilidades sociais e éticas na atuação profissional;
- Qualificar para a atuação em equipes multidisciplinares a fim de promover o desenvolvimento ambientalmente sustentável e o bem-estar social;
- Estimular a constante atualização dos conhecimentos tecnológicos e científicos visando à construção e o aperfeiçoamento profissional;
- Despertar a capacidade de análise das demandas sociais, a fim de atuar cooperativamente com as mesmas;

- Mobilizar o acadêmico para o “aprender a aprender”, a fim de que adquira independência e autonomia em relação ao aprendizado de novos conteúdos e seja capaz de identificar e promover a interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento;
- Estimular o aprendizado contínuo e a pesquisa científica, a busca pela informação e a constante atualização, bem como o trabalho em equipe, a comunicação e a liderança;
- Promover uma formação humanística e ética para a obtenção de um profissional preocupado com questões sociais e ambientais, proporcionando melhoria na qualidade de vida da sociedade local e regional;
- Proporcionar formação teórica e prática em clínica e cirurgia, medicina veterinária preventiva e saúde pública, inspeção e tecnologia de produtos de origem animal, ecologia, reprodução, criação e alimentação de animais de companhia e de produção.

3.7 Curso de Graduação em Medicina Veterinária

3.7.1 Perfil do Profissional do Egresso/Profissional

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais de acordo com a Resolução CNE/CES 070 de 23 de janeiro de 2019, o Curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior visa à formação de um profissional Médico Veterinário, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, apto a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação às atividades inerentes ao exercício profissional, no âmbito de seus campos específicos de atuação em saúde animal, saúde pública e saúde ambiental; clínica veterinária; medicina veterinária preventiva; inspeção e tecnologia de produtos de origem animal; zootecnia, produção e reprodução animal, bem como a medicina veterinária para os esportes com os animais. Ter conhecimento dos fatos sociais, culturais e políticos; de economia e de administração. Capacidade de raciocínio lógico, de observação, de interpretação e de análise de dados e informações, bem como dos conhecimentos essenciais de Medicina Veterinária para identificação e resolução de problemas visando a sustentabilidade econômica, social, ambiental e o bem-estar animal.

As características dos egressos do curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior podem ser divididas em três componentes, englobando aspectos gerais, técnicos e ético-sociais de acordo com as competências e habilidades, apresentados a

seguir:

3.7.2 Competências e Habilidades Gerais

Os egressos do curso devem ser profissionais com as seguintes características:

I – Atenção à saúde: os médicos veterinários devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde. Sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, considerando que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim com a resolução do problema de saúde, em geral;

II – Tomada de decisões: o trabalho dos médicos veterinários deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III – Comunicação: os médicos veterinários devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologia de comunicação e informação;

IV – Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os médicos veterinários devem estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

V – Administração e gerenciamento: os médicos veterinários devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração da força de trabalho, dos recursos físicos materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a ser empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças em equipes de saúde;

VI – Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender

continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando o desenvolvimento e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

3.7.3 Competências e Habilidades Específicas

O Curso de Graduação em Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior deve assegurar, também, a formação de profissional em suas áreas de atuação: saúde animal, saúde pública e saúde ambiental; clínica veterinária; medicina veterinária preventiva; inspeção e tecnologia de produtos de origem animal; zootecnia e produção e reprodução animal, com competências e habilidades específicas para:

I – respeitar os princípios éticos inerentes ao exercício profissional;

II – avaliar grau de bem-estar animal a partir de indicadores comportamentais e fisiológicos e de protocolos específicos, bem como planejar e executar estratégias para melhoria do bem-estar animal visando a utilização de animais para os diferentes fins, com ênfase na bioética;

III – desenvolver, orientar, executar e interpretar exames clínicos e laboratoriais, bem como identificar e interpretar sinais clínicos e alterações morfofuncionais;

IV – identificar e classificar os fatores etiológicos, compreender e elucidar a patogenia, bem como, prevenir, controlar e erradicar as doenças de interesse na saúde animal, saúde pública e saúde ambiental;

V – instituir diagnóstico, prognóstico, tratamento e medidas profiláticas, individuais e populacionais;

VI – planejar, elaborar, executar, avaliar e gerenciar projetos e programas de proteção ao meio ambiente e dos animais selvagens, bem como de manejo e tratamento de resíduos ambientais, participando também de equipes multidisciplinares;

VII – desenvolver, programar, orientar e aplicar técnicas eficientes e eficazes de criação, manejo, nutrição, alimentação, melhoramento genético, produção e reprodução animal;

VIII – planejar, orientar, executar, participar, gerenciar e avaliar programas de

saúde animal, incluindo biossegurança, biosseguridade e certificação;

IX – planejar, orientar, executar, participar, gerenciar e avaliar a inspeção sanitária e tecnológica de produtos de origem animal;

X – planejar, orientar, gerenciar e avaliar unidades de criação de animais para experimentação (bioterismo);

XI – planejar, organizar, avaliar e gerenciar unidades de produção de medicamentos, imunobiológicos, produtos biológicos e rações para animais;

XII – elaborar, executar, gerenciar e participar de projetos na área de biotecnologia da reprodução;

XIII – planejar, avaliar, participar e gerenciar unidades de serviços médico veterinários e agroindustriais;

XIV – realizar perícias, assistência técnica e auditorias, bem como elaborar e interpretar laudos periciais e técnicos em todos os campos de conhecimento da Medicina Veterinária;

XV – planejar, elaborar, executar, gerenciar e participar de projetos e programas agropecuários e do agronegócio;

XVI – planejar, executar, gerenciar e avaliar programas de saúde pública em conformidade com as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) e de acordo com diretrizes internacionais de saúde, com ênfase no bem-estar social;

XVII – exercer a profissão de forma articulada ao contexto social, entendendo-a como uma forma de participação e contribuição social;

XVIII – conhecer métodos de busca da informação, técnicas de investigação e elaboração de trabalhos técnicos, acadêmicos, científicos e de divulgação de resultados;

XIX – assimilar e aplicar as mudanças conceituais, legais e tecnológicas ocorridas nos contextos nacional e internacional, considerando aspectos da inovação;

XX – Avaliar e responder, com senso crítico, as informações que são oferecidas durante seu processo de formação e no exercício profissional;

XXI – participar no planejamento, execução, gerenciamento e avaliação de programas e ações para promoção e preservação da saúde única, no âmbito das estratégias de saúde da família e outros segmentos de atividades relacionadas ao médico veterinário junto à comunidade;

XXII – planejar, orientar, executar, participar, gerenciar e avaliar programas de análises de riscos envolvendo possíveis agravos a saúde animal, a saúde pública e a saúde ambiental; e

XXIII – prevenir, identificar, controlar e erradicar doenças emergentes e reemergentes com vistas à atuação no serviço veterinário oficial e privado.

3.7.4 Aspectos Ético-Sociais

Os egressos do curso de Medicina Veterinária devem conhecer e respeitar os princípios éticos que regem a sociedade. Para isso devem:

- Respeitar e aplicar os princípios éticos da profissão;
- Implementar ações que visem melhorar a saúde e bem-estar animal, as condições de saúde da população e as condições de trabalho do médico veterinário;
- Ter uma visão humanística crítica e consistente sobre o impacto de sua atuação profissional na sociedade;
- Conhecer a legislação vigente, no que tange às atribuições dos profissionais da área e sua atuação junto à sociedade, bem como respeitar sua aplicação de forma multiprofissional.

Em relação à política de acompanhamento de egressos, política prevista no PDI da Instituição, o Instituto Florence de Ensino Superior procura, constantemente, inovar na relação com o aluno. Na instituição há um contato contínuo com os egressos viabilizado por um formulário no site do curso por meio do qual o egresso pode informar dados pessoais e de contato, como telefone e e-mail. Além das informações de contato, o egresso também informa dados profissionais e acadêmicos, como empresa onde trabalha, ano e semestre de ingresso e formatura. Estas informações permitem que a Instituição entre em contato com os egressos e acompanhe sua atuação no mercado. Essa facilidade de interação apresenta novas possibilidades ao egresso, como continuar em contato com seus professores, inserir-se em programas de pós-graduação e extensão, conhecer novos alunos e, através dos conteúdos disponíveis nas comunidades e pelos usuários, desenvolver um processo de aprendizagem contínuo, que supera os limites da sala de aula.

3.7.5 Atribuições no Mercado de Trabalho

O curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior possibilita ao profissional uma atuação em diversos seguimentos do mercado de trabalho. Incluindo desde atividades em unidades de produção agropecuária até atribuições no meio urbano, incorporando áreas genéricas e específicas do conhecimento, incluindo esferas do

ensino, pesquisa e extensão, supervisão, coordenação e orientação técnica.

Dentre os vários ramos de atuação destaca-se a nobre missão de zelar pela saúde animal. Sendo o profissional habilitado a realizar diagnóstico, clínica e cirurgia de animais de companhia, de produção e silvestres. Também é responsável por realizar a medicina veterinária preventiva, visando o bem-estar animal e da população.

O médico veterinário ainda está imbuído da responsabilidade de cuidar da saúde pública no que diz respeito à inspeção e fiscalização sob o ponto de vista higiênico, tecnológico e sanitário de produtos de origem animal. Bem como a adoção de medidas de saúde pública no tocante às zoonoses e à defesa sanitária e saneamento ambiental, garantindo o bem-estar social.

Nessa perspectiva, vale salientar que o Maranhão é um estado que necessita de profissionais habilitados e responsáveis por garantir que o desenvolvimento urbano respeite e assegure a saúde da população no que diz respeito ao saneamento ambiental, a prevenção de zoonoses e a fiscalização de produtos de origem animal.

Outra importante área de atuação do egresso é a produção animal envolvendo seu planejamento, administração, orientação técnica, execução e pesquisa. Bem como a utilização de biotecnologias da reprodução, melhoramento genético, nutrição e planejamento sanitário. Sempre visando uma produção animal sustentável e economicamente viável gerando alimentos de qualidade para a população.

Nesse contexto, é imprescindível o desenvolvimento e a profissionalização da pecuária local para gerar renda para população e melhorar os índices de desenvolvimento regional. Sendo necessária a atuação de médicos veterinários nas áreas de produção animal para a contribuição com o desenvolvimento econômico em consonância com a preservação do bioma regional.

Ainda há áreas emergentes no Estado do Maranhão como etologia e bem-estar animal, manejo, conservação e clínica da fauna silvestre, avicultura, piscicultura, produção de pequenos ruminantes e gestão empresarial, dentre outras que precisam ser atendidas. Deve-se destacar também necessidade de profissionais nas áreas de pesquisa e desenvolvimento de produtos envolvendo microbiologia, imunologia, biologia molecular e produção de biológicos.

3.8 Políticas de Educação à Distância

O início das ações do Instituto Florence de Ensino Superior em direção à

qualificação a distância se deu em 2017, quando da implementação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para a oferta de disciplinas na modalidade em EaD nos cursos presenciais atendendo ao estabelecido na portaria MEC nº 1.134, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016, que revogou anterior, nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que tratava sobre a oferta de disciplinas na modalidade a distância em cursos presenciais até o limite de 20% da carga horária total do curso. No AVA além da trilha de aprendizagem foram disponibilizados serviços de atendimento online, como os recursos de aviso, compartilhar material didático, chat, fórum de discussão etc.

O Instituto Florence de Ensino Superior (IFES), atenta à velocidade com que as tecnologias de informação e comunicação vêm sendo implementadas, tornando-se ferramentas indispensáveis para facilitar o processo de ensino e aprendizagem, priorizou ferramentas que ampliaram as oportunidades de aprendizado e otimizaram o tempo em sala de aula, além de fomentar o relacionamento entre os estudantes e docentes de todos os seus cursos.

O AVA trouxe como inovação no dia a dia dos estudantes as seguintes funcionalidades:

- ✓ Apresentação e disponibilização dos planos de ensino das disciplinas;
- ✓ Disponibilização de mapa de atividades, estabelecendo um cronograma com o roteiro das aulas e de atividades;
- ✓ Disponibilização de atividades de aprendizagem, incluindo material didático, desafios, tarefas, exercícios e avaliações;
- ✓ Disponibilização ainda de recursos de multimídia para nivelamento de conteúdos da educação básica em Matemática, Física Química, História e Língua Portuguesa;
- ✓ Comunicação com alunos e professores por meio de avisos, fóruns e chat;
- ✓ Oferece ainda treinamentos, tutoriais e manuais de utilização do AVA.

Além disso, passou a oferecer também atividades complementares na modalidade EaD, utilizando o AVA, valorizando o estudo e a autonomia da aprendizagem. E desde 2017, o Núcleo de Educação a Distância (NEAD) vêm realizando cursos de capacitação através do AVA para professores e coordenadores de curso, com produção de material (manuais e tutoriais) e participação em fóruns de discussão sobre tecnologia educacionais, visando à formação continuada do corpo docente da instituição.

O AVA otimiza o tempo de docentes e discentes em sala de aula e incrementa as formas de interação e relacionamento entre todos. É no AVA que o aluno tem acesso

antecipado ao conteúdo das disciplinas, o que transformará a sala de aula em ambiente de discussão. Isso ampliará as oportunidades de desenvolvimento das atividades práticas e otimização do tempo das aulas, tornando-as mais interessantes.

A Faculdade Florence já possui uma cultura pedagógica de utilização de tecnologias de informação e comunicação nos cursos presenciais e desenvolveu qualificação técnica e acadêmica para o desenvolvimento delas em apoio aos processos de ensino e de aprendizagem em EaD, acelerados pela situação inevitável do COVID-19, mas com excelência de dotar à Comunidade Acadêmica de condições para oferecer disciplinas e cursos com qualidade na modalidade a distância.

Neste processo houve uma reestruturação do Núcleo de Educação a Distância - NEaD, que foi fortalecido, tanto no aspecto das suas instalações físicas e materiais como também no âmbito dos recursos humanos que atuam no setor tendo como culminância a elaboração de um Projeto Administrativo e Pedagógico da Educação a Distância do Instituto Florence (PAPEAD), que versa sobre gestão, organização administrativa e pedagógica do NEaD, plano de ação semestral do NEaD, pressupostos pedagógicos da EaD, organização didático-pedagógica dos cursos em EaD, sistema avaliativo, corpo docente e tutorial, políticas de formação permanente do NEaD e infraestrutura física e tecnológica.

4. ESTRUTURA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

No sentido de suportar as atividades destinadas ao cumprimento de sua missão e da execução das ações necessárias, a gestão administrativa e acadêmica do Instituto Florence de Ensino Superior funciona, segundo as diretrizes estabelecidas na LDB, por meio de órgãos colegiados de natureza consultiva e deliberativa, e por meio de órgãos executivos, cuja 47 constituição e competências estão estabelecidas no Regimento Interno.

Tanto o processo de gestão do curso, em sua trajetória ascendente, quanto o da gestão institucional, definem como políticas de ação, as decisões aprovadas por diretrizes e ações de órgãos colegiados superiores, administrativos e acadêmicos, que regem o âmbito geral da IES, assim como dos órgãos colegiados auxiliares, ligados a cada curso, com representação paritária de todos os segmentos que os compõe.

O Título II do Regimento Interno da IES define as estruturas e atribuições dos órgãos colegiados e executivos do Instituto Florence de Ensino Superior, sobre os quais passamos a discorrer nos subtópicos abaixo:

4.1 Órgãos Colegiados

4.1.1 O Conselho Superior – CONSUP O Conselho Superior - CONSUP, órgão máximo de natureza deliberativa, normativa e recursal do Instituto Florence de Ensino Superior, é constituído pelos seguintes membros:

- Diretor Geral, seu presidente;
- Diretor Acadêmico;
- Diretor Administrativo-Financeiro;
- Até 3 (três) representantes da entidade mantenedora, por ela indicado(s);
- 1 (um) representante da comunidade, escolhido e designado pelo Diretor Geral;
- 1 (um) representante do Corpo Discente, escolhido pelos órgãos de representação estudantil, desde que esteja regularmente matriculado na instituição, não estejam cursando dependência e apresente aproveitamento e frequência satisfatórios nas disciplinas cursadas;
- Até 5 (cinco) representantes do Corpo Docente, escolhidos por seus pares. O mandato dos representantes é de um ano, permitida uma recondução.

O Conselho Superior reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por semestre, no início e término do período letivo, e extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou por requerimento de 2/3 de seus membros.

As reuniões do Conselho Superior funcionam com presença da maioria absoluta de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos e apresentadas na forma de Resolução.

O Conselho Administrativo Superior possui as seguintes competências e atribuições regimentais:

- Exercer, como órgão consultivo, deliberativo e normativo, a jurisdição superior da Faculdade;
- Aprovar Regimentos, suas alterações e emendas, submetendo-o à aprovação do Órgão Federal competente;
- Aprovar o Plano Anual de Trabalho;
- Deliberar, atendida a legislação em vigor, sobre a criação, incorporação, suspensão e extinção de cursos ou habilitações de graduação, a serem aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, pós-graduação e cursos sequenciais;
- Deliberar sobre a criação, desmembramento, incorporação ou extinção de Unidades Acadêmicas ou Administrativas, ouvida a Entidade Mantenedora;
- Deliberar sobre a política de recursos humanos da Faculdade, planos de carreira e salários, no âmbito de sua competência, submetendo-a à Entidade Mantenedora;

- Decidir sobre os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;
- Decidir sobre a concessão de títulos acadêmicos e honoríficos e sobre a instituição de símbolos, bandeiras e outros dísticos para uso da Faculdade e da sua comunidade acadêmico - administrativa;
- Referendar, no âmbito de sua competência, os atos do Diretor-Geral.

4.1.2 O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEP, órgão de natureza deliberativa, normativa e consultiva do Instituto Florence de Ensino Superior, em matérias de natureza acadêmica, é constituído pelos seguintes membros:

- Diretor Geral, seu presidente;
- Diretor Acadêmico;
- Coordenadores dos Cursos Superiores;
- Coordenador de Pós-Graduação e Extensão;
- Até 5 (cinco) representante do Corpo Docente, escolhidos por seus pares; e
- 1 (um) representante do Corpo Discente, escolhido pelos órgãos de representação estudantil, desde que esteja regularmente matriculado na instituição, não estejam cursando dependência e apresente aproveitamento e frequência satisfatórios nas disciplinas cursadas.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por semestre, no início e término do período letivo, e extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou por requerimento de 2/3 de seus membros.

As reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ocorrem com presença da maioria absoluta de seus membros, sendo as decisões tomadas por maioria simples de votos e apresentadas na forma de Resolução.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, cujas decisões podem ser objeto de recurso para o Conselho Superior, possui as seguintes competências e atribuições regimentais:

- Fixar as diretrizes e políticas de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade;
- Apreciar e emitir parecer sobre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cursos sequenciais;
- Deliberar sobre representações relativas ao ensino, pesquisa, extensão e cursos sequenciais, em primeira instância e em grau de recurso;
- Aprovar o Calendário Escolar;
- Fixar normas complementares ao Regimento Interno da IES, sobre processo

seletivo, diretrizes curriculares e programas, matrículas, transferências, adaptações e aproveitamento de estudos, ouvidas as manifestações dos colegiados dos cursos;

- Aprovar projetos de pesquisa e programas de extensão;
- Apreciar as diretrizes curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação;
- Aprovar normas específicas para os estágios supervisionados, elaboração, apresentação e avaliação de monografias ou trabalho de conclusão de curso;
- Referendar, no âmbito de sua competência, os atos do Diretor Geral;
- Propor a concessão de prêmios destinados ao estímulo e à recompensa das atividades acadêmicas; e
- Autorizar acordos e convênios propostos pela Entidade Mantenedora, com entidades nacionais e estrangeiras, que envolvam o interesse da Faculdade. Das decisões do CONSEP cabe recurso ao CONSUP.

4.1.3 Colegiado de Curso O Colegiado de Curso

É um órgão deliberativo e consultivo, de natureza acadêmica, servindo para assessoramento da Diretoria e da coordenadoria de curso para o planejamento, acompanhamento e busca de melhorias contínuas de cada curso do Instituto Florence de Ensino Superior.

O Colegiado de Curso tem, no mínimo, a seguinte composição:

- Coordenador do Curso, que o preside;
- Professores que ministram disciplinas no curso; e
- Um representante do Corpo Discente, escolhido pelos alunos do mesmo, observados os requisitos para representação discente nos órgãos colegiados, com mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução.

O Colegiado de Curso reúne-se, ordinariamente, 1 (uma) vez por semestre, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento de 2/3 de seus membros, funcionando suas reuniões com a presença da maioria absoluta de seus membros, com tomada de decisões por maioria simples de votos.

As decisões e/ou proposições do Colegiado à Diretoria, coordenadoria de curso ou aos Conselhos Superiores serão apresentadas na forma de Parecer, baseado na ata da Reunião do mesmo e em outros documentos apresentados, devendo ser assinado pelo Presidente.

O Colegiado de Curso possui as seguintes competências e atribuições, regimentalmente fixadas:

- Pronunciar-se sobre o projeto pedagógico do curso, programação acadêmica e seu

desenvolvimento nos aspectos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão, articulados com os objetivos da Faculdade e com as normas regimentais;

- Quanto à organização didático-pedagógica dos planos de ensino de disciplinas, elaboração e ou reelaboração de ementas, definição de objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino e de avaliação e bibliografia;
- Apreciar programação acadêmica que estimule a concepção e prática interdisciplinar entre disciplinas e atividades de distintos cursos;
- Analisar resultados de desempenho acadêmico dos alunos e aproveitamento em disciplinas com vistas a pronunciamentos pedagógico-didático e acadêmico e administrativo;
- Inteirar-se da concepção de processos e resultados de Avaliação Institucional interna e externa, Padrões de Qualidade para Avaliação de Cursos, Avaliação de Cursos (ENADE) e avaliação de Desempenho e Rendimento Acadêmico dos Alunos no Curso com vistos aos procedimentos acadêmicos; e
- Analisar e propor normas para o estágio supervisionado, elaboração e apresentação de monografia e de trabalho de conclusão de curso a serem encaminhados ao CONSEP.

4.2 Órgãos Executivos

São os seguintes os órgãos executivos do Instituto Florence de Ensino Superior cujas atribuições e competências encontram-se estabelecidas no Regimento Geral e ou nos Estatutos e Regimentos da Mantenedora.

4.2.1 Diretoria Geral

A Diretoria Geral é o órgão executivo máximo da administração geral da Faculdade e é exercida pelo Diretor Geral. O Diretor Geral é auxiliado nas suas funções pelo Diretor Acadêmico e Administrativo-Financeiro. Em suas ausências e impedimentos eventuais e legais, o Diretor Geral é substituído pelo Diretor Acadêmico.

O Diretor Geral é designado pela Entidade Mantenedora, para mandato de 02 (dois) anos, admitidas reconduções por iguais períodos. Os Diretores, acadêmico e Administrativo-Financeiro serão designados pela Mantenedora, por indicação do Diretor Geral.

Compete ao Diretor Geral:

- I. Representar a Faculdade interna e externamente ou promover-lhe a representação, no âmbito de suas atribuições;
- II. Promover em conjunto com os Diretores Acadêmico e Administrativo-Financeiro, a integração no planejamento e harmonização na execução das

atividades;

- III. Conferir graus, expedir diplomas e títulos honoríficos, presidir a solenidade de formatura e demais atos acadêmicos em que estiver presente;
- IV. Convocar e presidir o Conselho Superior e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- V. Promover a elaboração o Plano Anual de Trabalho, submetendo-o à aprovação do CONSUP;
- VI. Decidir sobre matéria de natureza urgente ou omissa, “ad referendum” do colegiado competente;
- VII. Promover a elaboração do calendário escolar encaminhando-o ao CONSEP;
- VIII. Dar posse aos Diretores Acadêmico e Administrativo-Financeiro, aos Coordenadores de Curso, aos Coordenadores de Núcleos e aos Chefes de Setores;
- IX. Autorizar, previamente, pronunciamento público e as publicações que envolvam responsabilidade da Faculdade;
- X. Encaminhar ao CONSUP e à Entidade Mantenedora o relatório anual das atividades;
- XI. Constituir comissões e grupos de trabalhos, designar assessorias permanentes e temporárias, com finalidades específicas de implementação das políticas educacionais da Instituição;
- XII. Firmar acordos, convênios, planos de cooperação técnico-científico em cumprimento dos objetivos da Faculdade.

4.2.2 Diretoria Acadêmica

A direção acadêmica é o órgão executivo responsável pela gestão e planejamento das atividades de natureza acadêmica no âmbito da faculdade, tendo como titular o diretor acadêmico, nomeado e subordinado diretamente a direção geral.

Compete ao Diretor Acadêmico:

- I. Assessorar o Diretor Geral no exercício das atividades acadêmicas da Faculdade;
- II. Gerenciar as ações de programação acadêmica, execução e avaliação dos currículos plenos dos cursos, objetivando articulação das diversas áreas do conhecimento e integração da Coordenadoria de cursos de graduação às diretrizes, políticas e objetivos educacionais da Faculdade e dos cursos;

III. Estimular a participação docente e discente na programação cultural, técnico científicas, didático-pedagógica e desportivas;

IV. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e as deliberações dos órgãos colegiados.

.4.2.3 Coordenadoria de Cursos de Graduação

A coordenadoria de curso de graduação é o órgão executivo responsável pela gestão e planejamento das atividades de natureza acadêmica no âmbito de cada curso de graduação, observando a política interna da faculdade, tendo como titular o coordenador de curso, nomeado pela direção geral e subordinado diretamente a direção acadêmica.

O coordenador do curso deve ser profissional com formação específica da área do curso, em nível de graduação e com pós-graduação stricto-sensu, preferencialmente em nível de doutorado, com experiência profissional e acadêmica adequadas para o exercício da função. O coordenador de curso será assessorado em suas funções pelo coordenador adjunto.

Compete ao Coordenador de Curso:

- I. Assessorar a Diretoria Acadêmica na formulação, programação e implementação de diretrizes e metas articuladas com as políticas e objetivos educacionais da Faculdade e do Curso;
- II. Gerenciar o desenvolvimento do projeto pedagógico do curso e propor sua revisão em face de necessidades de mudança, compatibilização e aperfeiçoamento do curso no âmbito interno da instituição e no âmbito externo, mediante a devida aprovação nos órgãos colegiados;
- III. Supervisionar a elaboração e a implantação de programas e planos de ensino buscando assegurar articulação, consistência e atualização do ementário e da programação didático-pedagógico, objetivos, conteúdos, metodologia, avaliação e cronograma de trabalho;
- IV. Gerenciar a execução da programação acadêmica do curso zelando pelo cumprimento das atividades propostas e dos programas e planos de ensino e respectiva duração e carga horária das disciplinas;
- V. Acompanhar o desempenho docente e discente mediante análise de registros acadêmicos, da frequência, do aproveitamento dos alunos e de resultados das avaliações e de outros aspectos relacionados à vida acadêmica;
- VI. Promover estudos e atualização dos conteúdos programáticos das práticas de atividades de ensino e de novos paradigmas de avaliação de aprendizagem;

- VII. Elaborar e gerenciar a implantação de horários e oferta de disciplinas e alocação de professores segundo as diretrizes gerais da Faculdade;
- VIII. Coordenar a organização de eventos, semanas de estudos, ciclos de debates e outros, no âmbito do curso;
- IX. Fazer cumprir as exigências necessárias para a integralização curricular, providenciando, ao final do curso, a elaboração de Histórico Escolar dos concluintes, para fins de expedição dos diplomas;
- X. Convocar e dirigir reuniões do respectivo colegiado responsável pela coordenação didática do curso;
- XI. Adotar “ad referendum” em caso de urgência e no âmbito de sua competência, providências indispensáveis ao funcionamento do curso;
- XII. Cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Interno e as deliberações dos órgãos colegiados da IES.

4.2.4 Coordenadoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão/CONEX

A Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão/ CONEX superintende, coordena, fomenta e fiscaliza todas as atividades da área de pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Faculdade, zelando pelo seu bom desempenho e qualidade, visando a excelência de forma integrada com a Diretoria Acadêmica.

Compete a Coordenação de pós-graduação, Pesquisa e Extensão:

- I. Coordenar a vida acadêmica e as atividades didático-pedagógicas de pós-graduação, pesquisa e Extensão;
- II. Representar essas áreas da educação superior da Faculdade perante autoridades e instituições congêneres e associativas de sua categoria no âmbito da sua competência;
- III. Assinar diplomas e/ou certificados de conclusão de cursos e outros certificados, na área de pós-graduação e Extensão juntamente com o Diretor Geral;
- IV. Zelar para que na área de sua jurisdição a Faculdade não fique privada ou desprovida de recurso de qualquer natureza, necessário ao desenvolvimento de suas atividades em nível de qualidade e excelência;
- V. Proceder à distribuição do pessoal docente nos respectivos cursos de pós-graduação e extensão;
- VI. Promover a interligação e integração da sua área com a graduação;

- VII. Propor a Diretoria Geral a concessão de títulos e prêmios honoríficos para o pessoal sob sua administração;
- VIII. Propor ao Diretor Geral a constituição de comissão a assessorias para resolver questões de interesse acadêmico de sua área, quando houver absoluta necessidade, ouvidos os órgãos envolvidos;
- IX. Zelar pela fiel observância da legislação de ensino, e das normas complementares emanadas dos órgãos da Faculdade; e
- X. Desempenhar outras funções e atividades no âmbito de sua competência, ou que, por sua natureza lhe sejam atribuídos pelo Diretor Geral.

Para o financiamento das atividades de pesquisa, através da iniciação científica, a instituição firma convênios com organismos ou agências governamentais ou não-governamentais, por meio do Núcleo de Relações Institucionais, além de consignar, em seu orçamento anual, recursos através do Fundo de Amparo a Pesquisa e Extensão/FAPE.

Caberá ao colegiado de cursos analisar e deliberar, inicialmente, sobre os projetos de pesquisas. O estímulo a essas atividades consiste, principalmente, em:

- Formar pessoal docente em curso de pós-graduação da instituição e de outras IES nacionais, ou estrangeiras;
- Conceder auxílio para projetos específicos;
- Realizar convênios com instituições vinculadas à pesquisa;
- Manter intercâmbio com instituições científicas, visando alimentar contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- Ampliar e manter atualizada sua biblioteca;
- Divulgar os resultados das pesquisas realizadas, em periódicos institucionais e em outros, nacionais ou estrangeiros;
- Realizar simpósios destinados ao debate de temas científicos;
- Adotar regime de trabalho especial para pesquisadores;
- Conceder bolsas de trabalho a pesquisadores, observadas as condições e exigências existentes sobre a matéria e o disposto no Regimento Interno da IES.
- Dar-se prioridade à pesquisa vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade regional e nacional, sem detrimento da generalização dos fatos descobertos e de suas interpretações.

Os projetos de pesquisa são coordenados pelo coordenador do curso, ou por coordenador designado pelo Diretor, quando envolver atividades intercurso. A fim de

cumprir os objetivos da interdisciplinaridade, a instituição criará núcleos temáticos que visarão:

- Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, por meio do aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;
- Proporcionar treinamento eficaz de técnicas de alto padrão face ao desenvolvimento nacional;
- Criar condições favoráveis ao trabalho científico;
- Aprimorar a qualidade do ensino com a elevação do perfil acadêmico dos docentes;
- Criar adequadas condições de trabalho a pesquisadores de diferentes áreas, que integrem o núcleo;
- Integrar espaço físico e recursos humanos, racionalizando o trabalho e a produção científica;
- Oferecer planos integrados de ensino de pós-graduação (aperfeiçoamento e especialização) e pós-graduação (mestrado e doutorado) para integrar profissionais das diferentes áreas do núcleo;
- Prestar serviços à comunidade nas diferentes áreas do núcleo;
- Promover intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres e entidades governamentais. As linhas de pesquisa são estabelecidas, observada a relação entre estas e o projeto pedagógico Institucional e do curso em pleito. As linhas de pesquisas desenvolvidas no Instituto Florence de Ensino Superior.

A Faculdade incentiva a pesquisa mediante a concessão de auxílio para a execução de projetos científicos, concessão de bolsas especiais, formação de pessoal pós-graduado, promoção de congressos, intercâmbio com outras instituições, divulgação dos resultados das pesquisas realizadas e outros meios ao seu alcance, dentro dos recursos financeiros liberados pela Mantenedora.

Os projetos de pesquisa e extensão são avaliados pela CONEX e homologados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP. A CONEX encaminha periodicamente à Diretoria Acadêmica e Diretoria Geral as informações sobre os projetos de pesquisa e extensão.

A Faculdade desenvolve projetos de extensão para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes às áreas afins. São consideradas atividade de extensão:

- Eventos culturais, técnicos e científicos;

- Cursos de atualização oferecidos à comunidade acadêmica e a comunidade em geral;
- Ações de prestação de serviços de assistência à Comunidade;
- Produções e publicações de interesse acadêmico e cultural;
- Projetos de extensão.

O Instituto Florence de Ensino Superior atua na área da extensão identificando as situações-problema na sua região de abrangência, com vistas à otimização do ensino e da pesquisa, contribuindo, desse modo, para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população. Os programas de extensão privilegiam ações interdisciplinares, que reúnam áreas diferentes em torno de objetivos comuns.

A realização das atividades extensionistas (cursos e serviços) é regulamentada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP, tendo presente o Regimento e demais normas legais vigentes. Os programas de extensão são coordenados pelo coordenador do curso ou por professor, designado pelo Diretor.

O financiamento da extensão é realizado com a utilização de recursos próprios da instituição ou mediante alocação de recursos externos, por meio de convênio (parcerias) com organizações da comunidade (local e regional), públicas ou privadas. Os núcleos temáticos atuam, também, na extensão oferecendo programas interdisciplinares e de natureza cultural e científica.

Os serviços são realizados sob a forma de:

- Atendimento à comunidade, diretamente ou através de instituições públicas e particulares;
- Participação em iniciativa de natureza cultural, artística e científica;
- Intervenção em situações-problema identificadas por meio de estudos e pesquisas em torno de aspectos da realidade local ou regional
- Realização de eventos de natureza científica, com periodicidade semestral, a fim de promover a divulgação dos conhecimentos produzidos pela academia e a integração com a comunidade;
- Publicação de trabalhos de interesse cultural ou científico;
- Divulgação de conhecimentos e técnicas de trabalho;
- Estímulo à criação literária, artística e científica e à especulação filosófica.

O Instituto Florence de Ensino Superior, dentro de sua política de extensão,

assume um compromisso com a Região em que está inserida: “contribuir com o processo de desenvolvimento cultural da comunidade regional”. Os programas caracterizados como de extensão não são restritos aos limites da instituição, mas também estendidos “fora da sede”, em locais onde as necessidades se apresentem. Nesse aspecto, são colocadas à disposição de programas de maior alcance, oferecendo orientações básicas à população.

O estreitamento da relação Faculdade-Comunidade é concretizado através de programas onde a cultura seja difundida, havendo entrelaçamento da cultura popular e acadêmica. Eventos como exposições, feiras, competições esportivas e outras formas de integração fazem o chamamento da população para uma participação mais efetiva na vida acadêmica.

O Instituto Florence de Ensino Superior oferece bolsas de monitoria, iniciação científica e extensão aos alunos, viabilizando a articulação do processo ensino/aprendizagem, como forma de estimular a participação dos estudantes nos projetos desenvolvidos pela Instituição. A bolsa de monitoria é a modalidade de auxílio financeiro concedido àqueles alunos que participarem de programas de monitoria, nos seus respectivos cursos de graduação. Tem por objetivo incentivar os alunos que demonstrem aptidão pela carreira acadêmica, assegurando a cooperação do corpo discente com o corpo docente nas atividades do ensino.

O programa de monitoria é regido pelo Regulamento de Monitoria que se encontra no repositório institucional. A bolsa de iniciação científica é a modalidade de auxílio financeiro concedido àqueles alunos que participarem de programas de iniciação científica, regularmente aprovados pelo Instituto Florence de Ensino Superior. Tem por objetivo incentivar os alunos que demonstrem interesse e aptidão pela carreira científica, através da participação em projetos de pesquisa.

A bolsa de extensão é a modalidade de auxílio financeiro concedido àqueles alunos que participarem de programas de extensão, regularmente aprovados pelo Instituto Florence de Ensino Superior.

4.2.5 Coordenadoria de Apoio Pedagógico aos Docentes e Discentes (CAP)

A Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/ CAP, é um órgão de assessoramento didático-pedagógico do Instituto Florence de Ensino Superior, constitui-se como instância de apoio, acompanhamento e operacionalização de atividades acadêmicas. Visa dar suporte a docentes e discentes da instituição, no que diz respeito às atividades inerentes à prática pedagógica e prática acadêmica, conforme definidas nos Projetos Políticos

Pedagógicos dos Cursos de Graduação do Instituto Florence de Ensino Superior.

Considerando suas atribuições, a CAP divide-se em dois Núcleos:

I. Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente/ NAP, responsável pelo atendimento das necessidades do corpo docente da IES, através da viabilização do Programa de Apoio ao Docente e o Plano de Qualificação Docente/ PQD.

São objetivos do Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente/ NAP:

- Formar um quadro de docentes qualificados, criativos e com embasamento teórico compatível às necessidades dos discentes e às exigências do mundo contemporâneo;
- Qualificar profissionais aptos para desenvolver na instituição uma docência comprometida às necessidades sociais da comunidade maranhense;
- Elaborar e operacionalizar a formação inicial dos docentes, tendo, como princípio, a formação significativa dos professores;
- Elaborar e operacionalizar a formação continuada dos docentes;
- Organizar as atividades de planejamento e avaliação docente, no início de cada semestre letivo;
- Acompanhar as atividades planejadas pelos docentes, dando-lhes suporte pedagógico sempre que necessário;
- Subsidiar materialmente e teoricamente todas as necessidades do docente;
- Fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da instituição, com vistas à consecução dos objetivos inerentes a academia.

II. Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente/ NUPAD responsável pelo atendimento às necessidades do corpo discente da instituição, através da viabilização do Programa de Apoio Psicopedagógico ao Discente.

São objetivos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Discente/ NUPAD:

- Apoiar e orientar o educando em sua trajetória acadêmica, instrumentalizando-o para construção/ reconstrução do conhecimento e para formação de novos saberes, baseado em critérios de cientificidade, que permitam a atuação consciente do profissional junto ao mundo do trabalho;
- Analisar e encaminhar as demandas dos alunos, no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem e/ ou financeiras;
- Implementar um programa de Nivelamento Acadêmico, que possibilite ao educando condições de equidade e prosseguimento de estudos;
- Orientar os alunos na organização dos diretórios estudantis ou acadêmicos;

- Implementar ações que visem acompanhar os egressos dos Cursos de Graduação da IES e a partir desse acompanhamento, retroalimentar as propostas pedagógicas dos cursos;
- Fomentar a iniciação científica como princípio pedagógico e educativo dos discentes.

A CAP funciona no horário de atividades da faculdade e será constituída por um Coordenador com formação em Pedagogia, que desenvolverá, em conjunto com Diretoria Acadêmica, Coordenadorias dos Cursos e Comissão Própria de Avaliação/ CPA, atividades de apoio, avaliação, acompanhamento, orientação, elaboração e organização de todas as ações inerentes ao fazer pedagógico.

4.2.6 Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é órgão responsável pela matrícula e movimentação discente, pela documentação, pelos registros e controles acadêmicos.

A Secretaria Acadêmica é dirigida pelo Secretário Acadêmico, designado pelo Diretor Geral. Compete ao Secretário Acadêmico:

- Responsabilizar-se pela guarda e conservação de documentos, diários de classe e outros meios de registro e arquivo de dados;
- Orientar e acompanhar a execução do atendimento, do protocolo e dos registros acadêmicos;
- Autorizar e controlar o funcionamento de cópias de documentos aos interessados;
- Expedir, por autorização do Diretor Geral, certidões e declarações relativas à vida acadêmica dos alunos.

4.2.7 Núcleo de Produção e Divulgação, Biblioteca e Tecnologia

O Núcleo de Produção e Divulgação, Biblioteca e Tecnologia é órgão de apoio técnico ao desenvolvimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, dirigido pelo Coordenador da Biblioteca.

São atividades integrantes deste Núcleo: a editoração, publicação e divulgação da produção acadêmica e da difusão de atividades culturais, dos serviços bibliotecários e dos laboratórios, dos equipamentos tecnológicos de apoio ao ensino e do Centro de Processamento de Dados.

Compete ao Coordenador do Núcleo de Produção e Divulgação, Biblioteca e

Tecnologia:

- Assessorar a Diretoria Geral na formulação e implantação da política institucional;
- Programar, coordenar e supervisionar as atividades que integram o Núcleo.

4.2.8 Diretoria Administrativa e Financeira

A Diretoria Administrativa e Financeira, órgão executivo para assuntos de natureza administrativo-financeira, é exercida pelo Diretor Administrativo-Financeiro, nomeado e subordinado a direção geral.

A Diretoria Administrativa e financeira supervisiona as atividades relacionadas a:

- I. Recursos Humanos;
- II. Recursos Orçamentários e Financeiros;
- III. Recursos Patrimoniais e Materiais;
- IV. Serviços de Administração Geral.

O Diretor Administrativo-Financeiro, em suas ausências e impedimentos legais é substituído por funcionário designado pelo Diretor Geral. Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- Auxiliar o Diretor Geral na formulação e execução da política administrativa-financeira da Faculdade;
- Coordenar as ações de planejamento, execução e avaliação da Administração Geral em seus aspectos de recursos humanos, orçamentários, financeiros, patrimoniais, materiais e serviços gerais;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e as deliberações dos órgãos colegiados.

4.2.9 Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI

Órgão de apoio técnico ao desenvolvimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. São atividades integrantes deste Núcleo: editoração, publicação, divulgação da produção acadêmica e da difusão de atividades culturais, dos serviços bibliotecários e dos laboratórios, dos equipamentos tecnológicos de apoio ao ensino e do Centro de Processamento de Dados.

Compete ao Coordenador do Núcleo de Tecnologia da Informação:

- Assessorar a Diretoria Geral na formulação e implantação da política

institucional;

- Programar, coordenar e supervisionar as atividades que integram o Núcleo.

4.2.10 Sistema de Comunicação, Informação, Controle e Registro Acadêmico

O registro e controle acadêmico do Instituto Florence de Ensino Superior é realizado mediante programa instalado na Secretaria, (GFLEX - Inforgêneses - versão 15.09) que funciona em rede com a diretoria, a coordenação do curso, tesouraria e biblioteca.

O Instituto Florence de Ensino Superior dispõe de Sistema de Controle Acadêmico, Administrativo e Financeiro, possibilitando à comunidade acadêmica o acesso, acompanhamento e recuperação de informações à distância, a partir da internet. Tal sistema oferece diversas funcionalidades, tais como: controle de notas e faltas; histórico escolar; comunicados diversos; horários de aula; solicitação e acompanhamento de requerimentos; extratos financeiros; 2ª via do boleto bancário; matrícula on-line e calendário de aulas, dentre outros.

Também são disponibilizadas aos docentes várias informações para acesso, entre elas: turmas; horários de aulas; calendário de avaliações; lançamento de notas; consulta de notas e disponibilização de arquivos para download dos alunos.

Além disso, está disponível para a comunidade acadêmica todo o conjunto de informações e serviços acerca da biblioteca, tais como: acervo, reserva de livros e materiais acadêmicos, pagamento de taxas, dentre outros. Existem ainda algumas ferramentas de comunicação interna e externa disponível, possibilitando articulação entre as áreas organizacionais e toda comunidade acadêmica. Com o uso desses sistemas, o gestor, em todas as esferas de atuação institucional, dispõe das informações relevantes e necessárias à tomada de decisão.

O Sistema de informação é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento institucional possibilitando acesso rápido e fácil e interagindo toda estrutura pedagógica e administrativa. O mesmo sistema funciona através da Internet disponibilizando aos alunos informações sobre os cursos, serviços gerais como histórico escolar, boletim de resultado, consulta de notas, consulta de programas de disciplinas, horários das aulas, solicitação de declarações e sugestões.

O site do Instituto Florence de Ensino Superior auxilia nas pesquisas dos interessados em conhecer os cursos oferecidos e a obter informações extras, fornece ainda aos alunos a facilidade de poderem consultar suas notas e faltas e titulação do corpo docente. Todos os setores da faculdade estão interligados através de uma rede interna de comunicação

on-line, o que permite a troca e a atualização de informações de forma rápida e eficiente.

No site da faculdade, são disponibilizadas áreas destinadas aos alunos e aos professores onde o acesso a serviços e informações são feitos de forma restrita através de login e senha. No site está disponível material didático de apoio aos alunos.

4.2.11 Organização e Gestão de Pessoal

As políticas de organização, gestão e capacitação de pessoal adotadas nos Cursos de Graduação, seguem as diretrizes e normas aplicadas a IES como um todo, em conformidade com o PDI e o Regimento Interno, sempre ouvindo o NDE e o Colegiado de Curso em matéria de sua competência, visando aperfeiçoar os processos de seleção, capacitação e valorização do corpo docente e técnico-administrativo vinculado ao curso.

4.2.11.1 Corpo Docente

Desde o início de suas atividades, o Instituto Florence de Ensino Superior, na seleção de professores, tem priorizado a contratação de candidatos, observando, especialmente, no caso de especialistas, mestres e doutores, o credenciamento dos respectivos cursos. Inclui-se ainda como importante componente na fase de contratação a experiência profissional e o exercício do magistério superior, de forma a aliar, nas estratégias pedagógicas, a prática e a teoria.

Ao contratar os seus docentes, a IES leva em conta também a produção científica, o desenvolvimento de projetos de pesquisa, a busca constante de atualização e participação em eventos de relevância na área de formação e atuação docente, além da atuação e experiência profissional do candidato.

Ao regular exercício da docência, no âmbito da IES, são aplicados os demais requisitos constantes do Plano de Cargos, Salários e Carreira do Magistério Superior vigente no Instituto Florence de Ensino Superior, homologado pelo Ministério do Trabalho e publicado no DOU nº 155, seção 1, pg. 135 de 13/08/2010.

De acordo com o Plano de Cargos, Salários e Carreira, constituem-se como graus da carreira do magistério superior no âmbito do Instituto Florence de Ensino Superior:

- I. Professor Doutor, portador de diploma de Doutor e experiência em magistério superior de 02 (dois) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 02 (dois) anos na área de atuação.
- II. Professor Mestre, portador do diploma de Mestre e experiência em magistério superior de 02 (dois) anos letivos ou experiência profissional comprovada de

02 (dois) anos na área de atuação;

- III. Professor Especialista, portador de diploma de especialista e experiência em magistério superior de 02 (dois) anos letivos ou experiência profissional comprovada de 02 (dois) anos na área de atuação.

A admissão de professor é feita mediante seleção realizada pelo Coordenador de Curso e homologada pela Mantenedora, observados os seguintes critérios: Além da idoneidade moral do candidato, são considerados seus títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, relacionados com a disciplina a ser por ele lecionada.

No âmbito do cumprimento da missão e dos objetivos da IES, o desempenho da função docente é de fundamental importância. Por esse motivo, o professor é selecionado, observando os critérios elencados acima, e constantemente avaliado, no que tange ao cumprimento de suas funções, por meio da Comissão Própria de Avaliação – CPA e por meio da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente – CAP.

O resultado das avaliações docentes norteia o planejamento das ações de capacitação, elaboradas no âmbito da direção acadêmica, Coordenadoria dos Cursos e Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente – CAP, assim como, as decisões de desligamento de docentes por falhas no cumprimento de suas atribuições.

O Plano de Carreira Docente do Instituto Florence de Ensino Superior, regulamenta a valorização de experiências docentes no magistério superior, assim como define, normatiza e disciplina as condições de admissão, demissão, promoção, progressão, desenvolvimento profissional, direitos e deveres.

Quanto às experiências profissionais não acadêmicas, são consideradas relevantes, pela Instituição, as experiências (atividades) realizadas por seus docentes fora do contexto acadêmico, como fonte de aperfeiçoamento e ampliação de conhecimentos teórico-práticos, removendo limitações e fronteiras de saberes específicos e compartimentados.

O Instituto Florence de Ensino Superior, por meio da operacionalização de seu plano de Capacitação e Qualificação do Corpo Docente – PQD, tem empreendido esforços para compor seus quadros, professores com renomada trajetória profissional e acadêmica e com titulação *stricto sensu*, e fomentado a fixação destes docentes mediante avaliação da qualidade do ensino e da produtividade dos mesmos, através da concessão de incentivos e benefícios constantes a capacitação profissional e a produção científica, de modo que essas políticas reflitam positivamente na qualidade dos cursos.

Ressalta-se nesse processo a CAP – Coordenação de Apoio Pedagógico aos

Docentes e Discentes, que é composta por: Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente/ NAP, responsável pelo atendimento às necessidades do corpo docente da instituição, através da viabilização do Programa de Apoio ao Docente e do Plano de Qualificação Docente/ PQD. O regime de trabalho dos docentes da Instituição será o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pela qual se regem todos os respectivos contratos.

Os docentes do Magistério Superior da Instituição serão contratados como Professores de Ensino Superior, em um dos seguintes regimes de trabalho:

- Em tempo Integral: será atribuído ao docente que se obriga a prestar quarenta (40) horas semanais de trabalho à Instituição, no desempenho de atividades de ensino, pesquisa, extensão ou de administração universitária ou acadêmica.
- Em tempo parcial: docente contratado atuando com no mínimo 12 (doze) horas semanais de trabalho, reservando-se, pelo menos, 25% desta carga-horária para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. A título eventual e por tempo estritamente determinado, a Instituição pode dispor do concurso para Professor Substituto, Professor Colaborador e Professor Visitante, destinado a suprir a falta temporária de docentes integrantes da carreira.

O docente poderá ainda exercer atividades de pesquisa e extensão, quando aprovadas, ou administrativas, na coordenação de cursos e supervisão de estágios. O número de horas-aula do docente poderá variar, de acordo com o planejamento curricular dos cursos, por semestre, sendo definido pela coordenadoria do curso e aprovado pelo Colegiado do Curso antes do início do semestre letivo regular.

Nenhum contrato de trabalho poderá ter duração superior a 40 horas semanais. O tempo da hora-aula determinado pela legislação pertinente, despendido pelo docente quando em atividade em sala de aula, equivalerá sempre à uma hora de trabalho contratual. Enquanto política de apoio pedagógico ao corpo docente, o Instituto Florence de Ensino Superior, por meio da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP, operacionaliza o Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente – NAP, que consiste em ações e programas voltados a formação pedagógica e orientação aos docentes do curso, assim como a promover ações de capacitação docente, sobretudo através do Programa de apoio didático-pedagógico ao docente.

O Programa tem como objetivo auxiliar e orientar os professores na condução de sua prática pedagógica a partir da sugestão de metodologias, recursos, atividades e propostas de trabalho, além de oferecer todo o suporte estrutural para a operacionalização das atividades planejadas pelo docente e terá os seguintes objetivos:

- Acompanhar o desempenho acadêmico do professor, verificando suas dificuldades e conferindo ao mesmo o suporte necessário;
- Subsidiar materialmente e teoricamente todas as necessidades do docente;
- Propor alternativas de solução para os problemas detectados e/ou apontados pela comunidade acadêmica;
- Implantar e implementar a formação inicial e continuada do professor;
- Fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da instituição com vistas à consecução dos objetivos inerentes a academia;
- Acompanhar junto com o professor e o NUPAD o desempenho do discente, propondo soluções imediatas;
- Interagir criativamente em face de dificuldades pedagógicas sentidas pelos cursos;
- Apoiar as coordenações em atividades e programas que visem o bom funcionamento dos currículos;
- Selecionar, em consenso com os docentes, procedimentos didático-metodológicos para melhor atender as necessidades dos alunos e a natureza das disciplinas;
- Utilizar estratégias adequadas de ação para possibilitar o envolvimento dos docentes nos projetos pedagógicos dos cursos;
- Orientar para a resolução de problemas e enfrentar desafios oriundos da implantação dos novos modelos curriculares nos cursos;
- Buscar informações especializadas analisá-las, tomar e justificar decisões metodológicas;
- Avaliar a efetividade das ações curriculares desenvolvidas nos cursos;
- Participar da formulação, acompanhamento e avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos;
- Incorporar ao trabalho docente, novas metodologias de ensino e avaliação da aprendizagem;
- Fornecer suporte didático pedagógico aos docentes. A avaliação docente é um processo interno que acontece semestralmente, e estará articulada às atividades desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação/CPA e pela Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP, tendo como protagonistas o grupo de alunos, os professores e a coordenação do curso. A avaliação obedece às seguintes etapas:
 - Participação dos alunos respondendo ao questionário de avaliação semestral, onde cada disciplina e o seu professor é avaliado, assim como a infraestrutura física, a organização acadêmica e os serviços prestados pela faculdade;

- Autoavaliação docente, onde o próprio professor comenta a sua atuação em sala de aula, destacando os seus objetivos para o período e as suas dificuldades;
- Avaliação docente sobre as turmas, onde cada professor avalia o desempenho e destaca as características das turmas que lecionou; e
- Reunião com a coordenação do curso, onde o coordenador discute com os professores os resultados e as sugestões apontadas nas avaliações acima.

O objetivo de todo o processo do sistema permanente de avaliação docente é auxiliar o professor no seu desempenho em sala de aula. De posse de todas as avaliações e após discussão com o docente, cabe à coordenação do curso propor medidas de auxílio à atuação docente como, por exemplo, a disponibilidade de novos equipamentos de auxílio as aulas, a atualização em algum campo ou a atuação do docente em outras disciplinas compatíveis com a sua formação acadêmica.

4.2.11.2 Corpo Técnico-Administrativo

O Corpo Técnico-Administrativo da Instituição é constituído pelos funcionários enquadrados nesta categoria e que prestem serviços de apoio técnico, administrativo e operacional, bem como de assessoramento a todos os órgãos e níveis hierárquicos da Instituição, que desempenhem as seguintes funções:

- Gerencias: administração, controle, coordenação, supervisão e avaliação;
 - Atividades técnicas de assessoria e suporte à administração superior ou intermediária, que demandem análises, pareceres, procedimentos e execução;
 - Atividades de apoio administrativo;
 - Atividades de apoio operacional em execução de serviços gerais, necessários ao bom desempenho institucional. O Corpo Técnico-Administrativo da Instituição é constituído pelas seguintes categorias:
- Auxiliar de Serviços Gerais;
 - Auxiliar Administrativo;
 - Técnico Administrativo de Nível Médio;
 - Técnico Administrativo de Nível Superior.

O Corpo técnico-administrativo do Instituto Florence de Ensino Superior é composto de acordo com os critérios previstos no Plano de Cargos, Salários e Carreira do Corpo Técnico-administrativo, observando as seguintes condições:

- Remuneração compatível com seu cargo e desempenho;

- Acesso, promoção e progressão no plano de carreira;
- Incentivo ao seu aprimoramento profissional;
- Direito, em igualdade de condições a qualquer funcionário da Instituição, à política de benefícios/vantagens da instituição;
- Direito a voto e a elegibilidade, em conformidade com o Regimento Interno da Instituição;
- Condições adequadas ao exercício profissional.

O Regime disciplinar do corpo técnico-administrativo está previsto no Regimento Interno da Instituição. O Programa Integrado de Gestão de Capital Humano (PIC), prevê ações de capacitação e avaliação do corpo técnico-administrativo por meio do Programa de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo/PEQ-TEC, desenvolvidas pelo setor de recursos humanos da IES. A progressão do funcionário nos níveis previstos no Plano de Cargos, Salários e Carreira leva em consideração a avaliação do funcionário e a participação e rendimento nas atividades de capacitação previstas no PEQ/TEC. O regime de trabalho dos funcionários da Instituição será o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pelas quais se regem todos os contratos trabalhistas.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O mercado de trabalho contemporâneo necessita de Médicos Veterinários habilitados a trabalharem sob uma nova perspectiva de ação. Não basta o profissional dominar os conhecimentos específicos da profissão, ele deve ter uma postura proativa, observadora e crítica perante as situações cotidianas.

Ciente dessas novas necessidades, o curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior apresenta uma proposta curricular direcionada para a formação de profissionais preparados para enfrentar as novas situações do mundo atual. Neste sentido a estrutura curricular proporciona aos alunos a vivência prática das teorias estudadas, tanto nas áreas básicas como nas específicas do curso. Além de oferecer disciplinas gerais para uma formação integral do acadêmico.

Nas disciplinas básicas o aluno terá conhecimento de anatomia, biologia, genética, histologia, embriologia, bioquímica, microbiologia, fisiologia, imunologia, farmacologia, estatística, ecologia, entre outras.

As disciplinas gerais visam uma formação crítica, criativa, empreendedora, ética e

humanística, características fundamentais no atual contexto sócio econômico, ambiental e cultural.

Já as disciplinas profissionalizantes visam o aprofundamento do conhecimento nas principais áreas de atuação do Médico Veterinário, deste modo, os alunos deverão obter conhecimentos específicos de semiologia, anestesiologia, patologia, clínica e cirurgia, produção, nutrição e reprodução animal, inspeção e tecnologia de alimentos, saúde pública, entre outras. A estrutura curricular também prevê a realização de Projetos Integradores que tem por objetivo a realização de atividades e resolução de problemas práticos que envolvam a interdisciplinaridade dos conteúdos que estão sendo cursados no semestre letivo. Essa metodologia também incentiva o aluno ao importante ato de “aprender a aprender”.

5.1 Matriz Curricular

COMPONENTE	BLOCO	TEORIA	PRÁTICA	TOTAL	PRÉ-REQUISITOS
1º PERÍODO					
Metodologia Científica (EAD)	1	40h	0h	40h	-
Citologia e Histologia	1	40h	20h	60h	-
Bioquímica	1	40h	20h	60h	-
Microbiologia Básica	1	40h	20h	60h	-
Introdução à Medicina Veterinária (EAD)	1	40h	0h	40h	-
Anatomia descritiva dos animais domésticos I	1	40h	40h	80h	-
TOTAL	6	240h	100h	340h	
2º PERÍODO					
Anatomia descritiva dos animais domésticos II	2	40h	40h	80h	Anatomia descritiva dos animais domésticos I
Histologia Veterinária	2	40h	20h	60h	Citologia e Histologia
Bioestatística	2	40h	-	40h	-
Fisiologia Veterinária I	2	40h	20h	60h	-
Embriologia e Genética	2	40h	20h	60h	-
Parasitologia e Helmintologia veterinária	2	60h	20h	80h	-
TOTAL	6	260h	120h	380h	
3º PERÍODO					
Anatomia Topográfica dos animais domésticos	3	40h	20h	60h	Anatomia descritiva dos animais domésticos II

Fisiologia veterinária II	3	40h	20h	60h	Fisiologia Veterinária I
Forrageiras e Manejo de Sistemas de Produção(EAD)	3	40h	20h	60h	
Imunologia Básica	3	40h	--	40h	
Doenças Parasitárias dos animais domésticos	3	60h	20h	80h	Parasitologia e Helminologia veterinária
Patologia Veterinária I	3	40h	40h	80h	Histologia Veterinária
Atividades extensionista I	3	--	50h	50h	
TOTAL	7	260h	170h	430h	

4º PERÍODO

Diagnóstico por imagem Em Medicina Veterinária	4	40h	20h	60h	Anatomia Topográfica dos animais domésticos
Farmacologia Veterinária I	4	60h	--	60h	Bioquímica geral
Semiologia Veterinária	4	40h	20h	60h	
Zootecnia, Bioclimatologia e Etiologia	4	40h	20h	60h	-
Nutrição Animal	4	40h	20h	60h	Fisiologia veterinária I
Patologia Veterinária II	4	40h	40h	80h	Patologia Veterinária I
Atividades extensionista II	4	--	60h	60h	
TOTAL	7	260h	180h	440h	

5º PERÍODO

Manejo e Conservação de Animais Silvestres e Bioterismo	5	40h	20h	60h	
Genética Aplicada e Melhoramento Animal	5	40h	20h	60h	-
Patologia Clínica Veterinária	5	40h	40h	80h	
Manejo e Cadeias de Animais de Produção	5	40h	40h	80h	
Terapêutica Veterinária	5	40h	20h	60h	Semiologia Veterinária
Epidemiologia e Planejamento Em Saúde Animal (EAD)	5	40h	20h	60h	
Atividades extensionista III	5	--	60h	60h	
TOTAL	7	240h	220h	460h	

6º PERÍODO

Medicina de Cães e Gatos	6	40h	40h	80h	Semiologia Veterinária
Anestesiologia Veterinária e Intensivismo	6	40h	20h	60h	Anatomia Topográfica dos Animais Domésticos
Doenças Bacterianas e Fúngicas Dos Animais Domésticos	6	40h	20h	60h	Microbiologia Básica
Medicina Legal Veterinária (EAD)	6	40h	20h	60h	-
Tecnologia, Igiene e Inspeção de	6	40h	40h	80h	-

Leite, Derivados e Mel					
Atividades extensionista IV	6	--	60h	60h	
TOTAL	6	200h	200h	400h	
7º PERÍODO					
Doenças Virais dos Animais Domésticos	7	40h	20h	60h	Microbiologia Básica
Optativa I (EAD)	7	40h	--	40h	
Técnica Cirúrgica Veterinária	7	20h	40h	60h	Anatomia Topográfica dos animais domésticos
Medicina dos Ruminantes	7	40h	40h	80h	Semiologia Veterinária
Gestão e Planejamento de Ambientes De Produção	7	40h	20h	60h	-
Tecnologia, Igiene e Inspeção de Carnes, Pescados e Produtos Derivados	7	40h	20h	60h	-
Atividades extensionista V	7	--	60h	60h	
TOTAL	6	220h	200h	420h	
8º PERÍODO					
Defesa Sanitária Animal, Saúde Pública e Gestão do Meio Ambiente (EAD)	8	60h	--	60h	
Ginecologia e Obstetícia Veterinária	8	40h	40h	80h	Anatomia Topográfica dos Animais Domésticos
Clínica Cirúrgica Veterinária	8	20h	60h	80h	Técnica Cirúrgica Veterinária
Medicina de Equinos	8	40h	40h	80h	Semiologia Veterinária
Medicina de Suínos e Aves	8	40h	40h	80h	Semiologia Veterinária
Atividades extensionista VI	8	--	60h	60h	
TOTAL	6	200h	240h	440	
9º PERÍODO					
Andrologia e Biotecnologia da Reprodução Animal	9	40h	40h	80h	Melhoramento Genético Animal
Optativa II	9	40h	20h	60h	
Trabalho de conclusão de curso I	9	40h	0h	40h	
Empreendedorismo e Marketing (EAD)	9	40h	-	40h	
Clínica Cirúrgica Veterinária II	9	20h	60h	80h	Clínica Cirúrgica Veterinária I
Atividades extensionista VII	9	--	60h	60h	
TOTAL	6	180h	180h	360h	
10º PERÍODO					
Estágio em Medicina Veterinária	10	-	400h		Todas as disciplinas cursadas e aprovadas

Trabalho de conclusão de curso II (EAD)	10	20h	20h		
Atividades Complementares	10		100h		
TOTAL	3	20h	520h		
TOTAL GERAL			4190h		

5.2 Integralização da Carga Horária Total do Curso

A carga horária do curso Bacharelado em Medicina Veterinária ofertado pelo Instituto Florence de Ensino Superior atende, em todos os requisitos, a carga horária total prevista pelas Resoluções CNE/CES nº 03/2007 e nº 08/2007, e aos Pareceres CNE/CES nº 329/2004, 184/2006 e 261/2006, no que se refere à integralização da carga horária mínima do curso, sendo 4.190 horas/aula relógio distribuídas em 10 semestres. As disciplinas possuem sua carga horária ofertada intercaladamente entre horas teóricas e práticas, permitindo o trabalho efetivo discente no que tange a formação do conhecimento.

5.3 Conteúdos Curriculares

Sintonizada com as necessidades do mercado de trabalho, com as novas diretrizes curriculares, com as exigências legais e com o Exame Nacional de Cursos do Ministério da Educação, o Instituto Florence de Ensino Superior não medirá esforços na construção de um perfil profissiográfico destinado ao pleno desenvolvimento profissional futuro dos médicos veterinários. Orientando o curso de Medicina Veterinária de modo a contemplar os indicadores que têm constituído referências para o bom desempenho no exercício da profissão.

Os conteúdos curriculares trabalhados no curso de Medicina Veterinária possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, tendo a maior parte de sua carga horária, 3.780 horas, voltada para disciplinas gerais, básicas e profissionalizantes. Essas disciplinas estão atreladas a um contexto bibliográfico atualizado e pertinente que, sob todas as formas, permite ao acadêmico a formação ampla do conhecimento.

O restante da carga horário do curso contempla atividades complementares (100 horas) e estágio curricular supervisionado (400 horas), os quais possibilitam a integralização da formação do acadêmico.

5.3.1. Coerência dos Conteúdos Curriculares com o Perfil do Egresso

O curso objetiva formar um profissional ético, ciente das suas responsabilidades sociais e capacitado a atuar nas áreas do conhecimento da Medicina Veterinária. Para isso, além das disciplinas básicas e específicas, o estudante disporá de um conjunto de matérias que permitem uma visão holística e uma formação técnica proativa. Nesse contexto, o discente é incentivado ao necessário processo de educação continuada, o qual o capacita a exercer as atividades profissionais e o estimula ao contínuo e necessário aperfeiçoamento e atualização profissional.

As disciplinas que contemplam conteúdos básicos e profissionalizantes habilitarão o egresso a atuar nas áreas de medicina veterinária preventiva, saúde animal, saúde pública, saneamento ambiental, inspeção e tecnologia de produtos de origem animal, produção e reprodução animal, bem como no âmbito da ecologia e proteção ambiental.

O profissional formado pelo Instituto Florence de Ensino Superior também cursará disciplinas gerais que o trará conhecimentos dos fatos sociais, culturais e políticos da economia e da administração agropecuária e agroindustrial. Sua formação o capacitará a fazer uso de raciocínio lógico, observação, interpretação e de análise de dados, bem como dos conhecimentos essenciais da Medicina Veterinária para identificação, tomada de decisões e resolução de problemas.

Para atender a esse perfil profissional, o curso de Medicina Veterinária apresenta uma estrutura curricular que objetiva garantir um atualizado e eficiente embasamento teórico, científico e prático, aliado à utilização de tecnologias avançadas e ao desenvolvimento de metodologias inovadoras. Estas com o fim de dotar o profissional de uma visão generalista e de conhecimento sobre os principais enfoques necessários para uma atuação eficiente e eficaz no âmbito da medicina veterinária.

Não obstante, todo o conteúdo curricular pensado para o curso contempla disciplinas dos eixos gerais, básicos e específicos no contexto da medicina veterinária. As disciplinas possuem parcialidade da carga horária distribuída para aulas práticas, estabelecendo correlações epistemológicas entre questões teóricas e práticas.

5.3.2. Adequação dos Conteúdos Curriculares à Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

O Curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior oferece a disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como disciplina optativa do curso, conforme as exigências do decreto nº 5.626/2005.

5.3.3. Adequação dos Conteúdos Curriculares à Educação das Relações Étnico-Raciais

Conforme prevê a Resolução CNE/CP nº. 1/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, o Curso de Medicina Veterinária, considerando suas disciplinas curriculares e atividades do eixo institucional, desenvolve ao longo do curso eventos e programas que permitem a interdisciplinaridade do curso com diretrizes socioambientais e étnico-raciais, permitindo aos acadêmicos a vivência da relação e conhecimento com aspectos culturais, históricos e geográficos das regiões que compreendem a Amazônia Legal.

5.3.4. Adequação dos Conteúdos Curriculares à Política Nacional de Educação Ambiental

O curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior privilegia seus conteúdos curriculares com disciplinas técnicas focadas nos contextos ambientais, com coerência ao que determina o Decreto nº 4.281//2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Dentro da grade do curso, a vertente ambiental é tratada das mais diferentes formas, permitindo o conhecimento sextavado sobre a relação meio ambiente, biodiversidade, ecossistemas e sustentabilidade.

5.3.4. Adequação dos Conteúdos Curriculares à Política de Direitos Humanos

O curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior privilegia seus conteúdos curriculares com disciplinas técnicas focadas nos contextos ambientais, conforme preconiza a Resolução n. 1/2012, a Educação em Direitos Humanos tem o design de promover a educação para mudança e transformação social. Desta forma, abrange conteúdos e práticas educacionais e sociais, ressinificando métodos, conteúdos, relações, projetos de vida e de trabalho, clima e cultura organizacional.

Neste sentido, a instituição estabelece uma série de eventos no calendário acadêmico, com foco nessa temática, promovendo diálogo entre a comunidade local e representantes dos setores público e privado, sobre as questões sociais e direitos humanos, tratadas nas disciplinas de saúde, cultura, gênero e sociedade.

5.3.5. Coerência do PPC com as Diretrizes Curriculares

O Projeto Político Pedagógico – PPC do curso de Medicina Veterinária foi construído com coerência à todas as exigências estabelecidas pelas Diretrizes Nacionais Curriculares – DCN's.

5.3.5.1 Demonstrativo do cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Medicina Veterinária

DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES COM BASE NAS DCN's		
PARECER CNE/CES nº 070/2019		
FORMAÇÃO REQUISITADA PELAS DCN's	DISCIPLINAS/COMPONENTES CURRICULARES	CH
I - Ciências Biológicas e da Saúde: incluem-se os conteúdos teóricos e práticos de bases moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da morfofisiologia dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, bem como processos bioquímicos, biofísicos, microbiológicos, parasitológicos, imunológicos, genéticos, farmacológicos e ambientais, nos campos de atuação da Medicina Veterinária, fundamentados em conhecimentos de bioinformática e metodologia científica.	Anatomia dos Animais Domésticos I	80
	Embriologia e Genética	60
	Anatomia dos Animais Domésticos II	80
	Bioquímica	60
	Citologia e Histologia	60
	Microbiologia Básica	60
	Fisiologia Veterinária I	60
	Histologia Veterinária	60
	Fisiologia Veterinária II	60
	Imunologia	40
	Bioestatística	40
	Metodologia Científica	40
II - Ciências Sociais e Humanas: incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão e atuação sobre os determinantes sociais, culturais, políticos, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais e conteúdos envolvendo comunicação, informática, economia e administração com ênfase em marketing, empreendedorismo e inovação em nível individual e coletivo.	Introdução à Medicina Veterinária, Deontologia e Bem Estar animal (EAD)	40
	Medicina Legal Veterinária (EAD)	60
	Empreendedorismo e Marketing (EAD)	40
	Optativa I (EAD)	40
III - Ciência da Medicina Veterinária: incluem-se os conteúdos teóricos e práticos relacionados com saúde-doença, produção animal, sustentabilidade e bem-estar animal, com ênfase nas áreas de saúde animal, clínicas médica e cirúrgica veterinárias, medicina veterinária legal, medicina veterinária preventiva, saúde pública, zootecnia, produção e reprodução animal e inspeção e tecnologia de produtos de origem animal, contemplando as abordagens teórica e prática dos conteúdos a seguir		
a) Zootecnia e Produção Animal:	Nutrição Animal	60
	Forrageiras e Manejo de Sistemas e Produção (EAD)	60

envolvendo sistemas de criação, manejo, nutrição, biotécnicas da reprodução com foco na sustentabilidade econômica, social e ambiental, incluindo agronegócio, animais de experimentação, selvagens e aquáticos;	Genética Aplicada e Melhoramento Animal	60
	Manejo e Cdeias de Animais de Produção	60
	Andrologia e Biotecnologia da Reprodução	80
	Zootecnia, Bioclimatologia e Etologia	60
	Gestão de Planejamento de Ambientes de Produção (EAD)	60
	OPTATIVA II	60
b) Inspeção e Tecnologia dos Produtos de Origem Animal – incluindo todas as fases da cadeia produtiva dos alimentos, com ênfase na classificação, processamento, padronização, conservação, controle de qualidade, certificação, desenvolvimento de produtos e inspeção higiênica e sanitária dos produtos de origem animal e dos seus derivados;	Tecnologia, Higiene e Inspeção de Carnes, pescado e profutos derivados	60
	Tecnologia, Higiene e Inspeção de Leite, derivados e Mel	80
c) Clínica Veterinária – incorporando conhecimentos de clínica, cirurgia, anestesiologia, patologia diagnóstica (intervenções anatomopatológicas, patologia clínica), diagnóstico por imagem e fisiopatologia da reprodução, visando a determinação da etiopatogenia, do diagnóstico e dos tratamentos médicos clínico ou cirúrgico das enfermidades de diversas naturezas nas diferentes espécies animais;	Medicina de Caes e Gatos	80
	Medicina dos Ruminantes	80
	Medicina de Suínos e Aves	80
	Medicina de Equinos	80
	Anestesiologia Veterinária e Intensivismo	60
	Tecnica Cirurgica Veterinária	60
	Clinica Cirurgica Veterinária	80
	Clinica Cirurgica Veterinária II	80
	Doenças Bacterianas e Fungicas de Animais Domésticos	60
	Doenças Virais dos Animais Domesticos	60
	Diagnosticos por Imagem em Medicina Veterinária	60
	Terapeutica Veterinária	60
	Semiologia Veterinária	80
	Patologia Clinica Veterinária I	80
	Patologia Clinica Veterinária II	60
	Farmacologia Veterinária	60
	Manejo e Conservação de Animais Silvestre e Bioterismo	80
	Ginecologia e Obstetricia Veterinária	
d) Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Pública – reunindo conteúdos essenciais às atividades destinadas ao planejamento em saúde, a epidemiologia, a prevenção, controle e erradicação das enfermidades infecciosas, contagiosas, parasitárias, incluindo as zoonóticas. Defesa sanitária, prevenção e controle de doenças emergentes e reemergentes, propiciando conhecimentos sobre biossegurança, produção e controle de produtos biológicos e biotecnológicos e gestão ambiental. Conteúdos referentes às políticas de saúde do SUS e diretrizes internacionais da saúde.	Parasitologia E Helmentologia Veterinária	80
	Doenças Parasitária dos Animais Domésticos	80
	Epidemiologia e Planejamento em Saúde Animal (EAD)	60
	Defesa Sanitária Animal, Saúde Pública e Gestão do Meio Ambiente (EAD)	60
Subtotal		3450

Trabalho de Conclusão de Curso	Disciplinas	CH
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	TCC	60
Estágio	Disciplinas	CH
ESTÁGIO SUPERVISIONADO - 10% da Carga Horária do Curso	Estagio Supervisionado	400
Atividades Complementares	Disciplinas	CH
Atividades Complementares	Atividade Complementar	100
Curricularização da Extensão	Disciplinas	CH
Curricularização da Extensão	Atividade Extensionista	410
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO		4190h

5.4 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

2.4.1. Adequação e Atualização das Ementas

As ementas e as bibliografias de cada disciplina são constantemente avaliadas e atualizadas pelos docentes responsáveis pelas mesmas e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), que deve zelar pela qualidade do curso. As atualizações visam adequar os conteúdos curriculares ao perfil do egresso e às necessidades do mercado de trabalho. Bem como disponibilizar aos discentes conteúdos e bibliografias atualizados.

5.4.2. Descrição do Ementário e Bibliografia do Curso

EMENTÁRIO

1º SEMESTRE

a) Disciplina: METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (40h)

c) Ementa: Bases para o raciocínio científico. Conhecimento das normas para apresentação e redação de trabalhos científicos na Medicina Veterinária. Aprendizagem sobre elaboração de projetos de extensão e pesquisa, relatórios de pesquisa, monografia, referências bibliográficas. Importância da leitura no trabalho de investigação. Argumentação. Linguagem científica.

d) Bibliografia Básica

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, M. de A. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

e) Bibliografia Complementar

SALOMON, D.V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARCONI, M.A. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2001.

MATTAR, J. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2008.

ANDRADE, M.M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

VIEIRA, S.; HOSSNE, W. S. **Metodologia Científica para a Área de Saúde**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

f) Periódico: Revista Trabalho, Educação e Saúde

a) Disciplina: BIOQUÍMICA

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Conhecimento sobre as biomoléculas, incluindo os aminoácidos, as proteínas, os carboidratos, os lipídeos, os nucleotídeos e os ácidos nucleicos, além das membranas biológicas, vitaminas, minerais e coenzimas. Os principais aspectos cinéticos e metabólicos das enzimas. O metabolismo dos carboidratos, dos lipídeos, dos compostos nitrogenados; regulação e integração metabólicas fazendo a correlação da aplicação de tais conhecimentos à medicina veterinária.

d) Bibliografia Básica

MARZZOCO, A.; TORRES, B. B. **Bioquímica básica**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2013.

BERG, J. M.; TYMOCZKO, J. L.; STRYER, L. **Bioquímica**. 7 ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2014.

NELSON, D. L. et. al. **Princípios de bioquímica**. 6. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2013.

e) Bibliografia Complementar

PELLEY, J.W. **Bioquímica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

VOET, D. **Fundamentos de bioquímica**. [recurso eletrônico] 2. Ed Porto Alegre: Artmed, 2008.

STRYER, LUBERT. **Bioquímica**. 4. ed.. [S.l.]: Guanabara Koogan, 1996.

BASTOS DE MARIA, C.A. **Bioquímica básica: introdução a bioquímica dos hormônios, sangue, sistema urinário, processos digestivos e absorptivo e micronutrientes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

THRALL, M. A. et al. **Hematologia e Bioquímica Clínica Veterinária**, Roca. 2014.

f) Periódico: Revista Química Nova

a) Disciplina: CITOLOGIA E HISTOLOGIA

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Estudo morfológico e fundamental da célula e suas estruturas, divisão celular, reprodução, ciclo celular. DNA, RNA, Código genético, transcrição, Tradução, Recursos e tecnologia do DNA recombinante. A Histologia e seus métodos de estudo. Tecidos em geral: classificação. Tecido epitelial de revestimento. Tecido epitelial glandular. Tecido conjuntivo. Tecido cartilaginoso. Tecido ósseo. A ossificação. O Sangue e a Hemocitopoiese. Tecido muscular. Tecido nervoso.

d) Bibliografia Básica

DE ROBERTS, E. M. F.; HIB, J. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. 4. Ed. Rio De Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J.; ABRAHAMSOHN, P. **Histologia básica: texto e Atlas**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

DE ROBERTS, E. M. F.; HIB, J. **Biologia celular e molecular**. 9ª ed. 2012

e) Bibliografia Complementar

CORMAK, C.H. **Fundamentos de citologia, histologia e embriologia**. Caralise, 2000.

EURELL, Jo Ann. **Histologia veterinária de Dellmann**. 6. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

PAOLI, Severo de. **Citologia e embriologia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

YOUNIVERITAS UNG, B; LOWE, J. S. STEVENS, A; HEATH, J. W. WHEATER.

Histologia Funcional: Texto e Atlas em Cores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

KIERSZENBAUM, Abraham L. **Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

f) Periódico: Revista Bras. de Ens. de Bioquímica e Biologia Molecular

a) Disciplina: INTRODUÇÃO À MEDICINA VETERINÁRIA, DEONTOLOGIA E BEM-

ESTAR ANIMAL (EAD)

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (40h)

c) Ementa: A medicina veterinária na universidade e no contexto social. Exercício profissional do médico veterinário. O currículo do curso de medicina veterinária frente à evolução dos conhecimentos sociais da profissão. O ensino da medicina veterinária no Brasil. Áreas de formação e de atuação da Medicina Veterinária, pesquisa, legislação e política vigentes, política ambiental, Educação em direitos humanos e história e cultura afro-brasileira. Conceitos de bem-estar animal, conceitos de dor e sensibilidade animal, definição e importância das cinco liberdades, avaliação do bem-estar animal através de ferramentas auxiliares, ética no uso de animais. Bem-estar e manejo racional de animais de produção (ruminantes, suínos, aves, equídeos, peixes), bem-estar de animais silvestres, bem-estar de animais de companhia e bem-estar de animais de laboratório, eutanásia e abate humanitário, legislação de proteção animal, aplicabilidade de técnicas de melhorias para o bem-estar animal no âmbito econômico e social.

d) Bibliografia Básica

BROOM, D. M.; FRASER, A. F. **Comportamento e bem-estar de animais domésticos**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2010. 438 p.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA BRASILEIRA VETERINÁRIA. **A situação do ensino da medicina veterinária no Brasil**. 3ª ed.. CFMV 1995.

GRANDIN, T.; JOHNSON, C. **O bem-estar dos animais: proposta de uma vida melhor para todos os bichos**. São Paulo, SP: Rocco, 2010. 334 p.

e) Bibliografia complementar

BLOOD, D. C.; STUDDERT V. P. **Dicionário de Veterinária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

LACOVANTUONO, V.S., SANTIAGO, G. S. **Manual de Medicina Veterinária**. São Paulo: Martinari, 2018.

MENESES, J.M.C **Uma História da Veterinária**. Ed. UFMG, 2012, p. 183.

KANAYAMA, C.Y. **Atividades complementares para medicina veterinária - modelos de projetos**. São Paulo: Virtual Books, 2002.

RABELO, R. C. **Guia de conduta para o médico veterinário-intensivista-núcleo de medicina veterinária avançada**. São Paulo: Medvet, 2018.

f) Periódico: Pesquisa Veterinária Brasileira

a) Disciplina: MICROBIOLOGIA BÁSICA

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Fundamentos da Microbiologia. Conhecimentos básicos de aspectos estruturais – funcionais de microrganismos e efeitos da ação de agentes físicos, químicos e biológicos sobre os mesmos. Taxonomia e classificação. Antibiógramas. Genética bacteriana. Ação dos agentes físicos e químicos sobre as bactérias. Mecanismo de patogenicidade. Virologia.

d) Bibliografia Básica

QUINN; MARKEY; LEONARD. **Microbiologia Veterinária: essencial**. 2018.

TORTORA; FUNKE; CASE. **Microbiologia veterinária**. Artmed, 2016.

ANDEY, R. **Microbiologia Veterinária: clínicas e moleculares**. São Paulo: Roca, 2004.

e) Bibliografia Complementar

HIRSH, D. C; ZEE, Y. C. **Microbiologia veterinária**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

McVEY, KENNEDY, CHEGAPPA. **Microbiologia Veterinária**. 3ª ed, Guanabara Koogan, 2016.

GWENDOLYN R. W. BURTON. **Microbiologia para as Ciências da Saúde**. 9ª ed. Editora Guanabara Koogan 2012.

QUINN, P. J. et al. **Microbiologia veterinária e doenças infecciosas**. Artmed Editora, 2005.

TRABULSI, Luiz Rachid. **Microbiologia**. 6. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.

f) Periódico:

a) Disciplina: ANATOMIA DESCRITIVA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS I

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (40h) + Prática (40h)

c) Ementa: Estudo descritivo das características morfológicas dos sistemas corpóreos, de modo comparado entre as espécies de animais domésticos, dando ênfase na nomenclatura anatômica veterinária atualizada e nos aspectos estruturais e arquitetônicos do corpo. O conhecimento proposto aborda: o tegumento comum, o sistema locomotor (miologia, artrologia e osteologia), sistema Nervoso Central e Periférico, o sistema Cardiovascular, angiologia sistêmica e linfático.

d) Bibliografia Básica

KONIG, HE; LIBICH, H-G. Anatomia dos Animais Domésticos: texto e atlas. Porto Alegre: ArtMed, 2016.

DYCE, K. M.; SARCK, W. O.; WENSING, C. J. G. **Tratado de anatomia veterinária**. 4 ed.

Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GETTY, Robert. **Anatomia dos animais domésticos**. Título original Sisson and Grossman's The anatomy of the domestic animals. em português, traduzido e adaptado da 5. ed. original. 1981.

e) Bibliografia Complementar

CONSTANTINESCU, G.M. **Anatomia Clínica de Pequenos Animais**. Editora Guanabara Koogan S. A. 1a ed. Rio de Janeiro, 2005.

SALOMON, F.V.; GEYER, H. **Atlas de anatomia aplicada dos animais domésticos**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

DONE, S.H.; GOODOY, P. C. **Atlas colorido de anatomia veterinária do cão e gato**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

POPESKO, P. **Atlas de anatomia topográfica dos animais domésticos**. Barueri: Manole, 2012.

BUDRAS, Klaus-Dieter. **Anatomia do cão: texto e atlas**. 5. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

f) Periódicos:

2º SEMESTRE

a) Disciplina: ANATOMIA DESCRITIVA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS II

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (40h) + Prática (40h)

c) Ementa: Estudo geral sobre esplancnologia comparada dos animais domésticos. Sistema Digestório. Sistema Urinário. Sistema Reprodutor (masculino e feminino). Órgão dos sentidos (visão e audição). Sistema Respiratório. Sistema Endócrino. Sistema Nervoso Central e Periférico. Estesiologia (órgãos da visão e vestibulococlear).

d) Bibliografia Básica

POPESKO, P. **Atlas de anatomia topográfica dos animais domésticos**. Barueri: Manole, 2012.

KONIG, HE; LIBICH, H-G. **Anatomia dos Animais Domésticos: texto e atlas**. Porto Alegre: ArtMed, 2016.

DYCE, K. M.; SARCK, W. O.; WENSING, C. J. G. **Tratado de anatomia veterinária**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

e) Bibliografia complementar

GETTY, R. **Anatomia dos animais domésticos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1981.

SALOMON, F.V.; GEYER, H. **Atlas de anatomia aplicada dos animais domésticos**. Rio de

Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

DONE, S.H.; GOODOY, P. C. **Atlas colorido de anatomia veterinária do cão e gato**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BUDRAS, Klaus-Dieter. **Anatomia do cão: texto e atlas**. 5. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

MIRANDA, E., KOLBER, M., WAFAR, N., PEREIRA, V. R. (2018). **Atlas de anatomia: Imagens humanas e veterinárias**. Brasil: Difusão Editora.

a) Disciplina: EMBRIOLOGIA E GENÉTICA

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Conhecimentos básicos sobre os princípios reprodutivos e desenvolvimento embrionário dos vários grupos animais, focando as principais fases embrionárias, os anexos embrionários, placentação, organogênese, comunicação intercelular no processo de diferenciação e os erros do desenvolvimento intrauterino que decorrem em malformações. Embriologia animal comparada. Aplicação dos conhecimentos da embriologia na medicina veterinária. Princípios básicos da genética. A molécula de DNA e sua importância nos avanços da biologia molecular. Estudo das doenças genéticas mais frequentes (gênicas e cromossômicas).

d) Bibliografia Básica

DE ROBERTS, E. M. F.; HIB, J. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. 4. Ed. Rio De Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

MARZZOCO, A.; TORRES, B.B. **Bioquímica Básica**. 4ª ed., Ed. Guanabara Koogan, 2015.

MOORE, K.L.; PERSAUD, T.V.N.; TORCHIA, M. G. **Embriologia Básica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

e) Bibliografia complementar

HARVEY, R.A.; FERRIER, D.R. **Bioquímica Ilustrada**. 5ª ed., Artmed, 2012.

JUNQUEIRA. **Fundamentos de embriologia humana**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

NUSSBAUM, R.L.; MCLNNES, R.R.; WILLARD. H.F. **Thompson & Thompson Genética Médica**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

OTTO, P. G. **Genética básica para veterinária**. 5 ed. São Paulo: Roca, 2012.

GRIFFITHS, Anthony J. F. **Introdução à genética**. 10 Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013, 709 p.

f) Periódico:

a) Disciplina: FISIOLOGIA VETERINÁRIA I

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Introdução à fisiologia. Fisiologia do sistema nervoso. Fisiologia dos sistemas: muscular, cardiovascular e renal. Termorregulação. Endocrinologia.

d) Bibliografia Básica

KLEIN, Bradley G. (Trad.). **Cunningham Tratado de Fisiologia Veterinária**. 5. Ed. São Paulo: Elsevier, 2014

REECE, Willian O. (Trad.). **Dukes fisiologia dos animais domésticos**. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

AIRES, Margarida de Mello. **Fisiologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

e) Bibliografia complementar

CURI, R.; ARAÚJO FILHO, J. P. **Fisiologia básica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

HALL, John E. **Guyton & Hall: tratado de fisiologia médica**. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

BARRETT, Kim E. **Fisiologia médica de Ganong**. 24. ed. Porto Alegre AMGH 2015.

FALAVIGNA, A. **Fisiologia prática**. Caxias do Sul, RS: Educ, 2010.

FRANDSON, Rowen D.; WILKE, W. Lee; FAILS, Anna Dee. **Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda**. Guanabara Koogan, 2005.

a) Disciplina: HISTOLOGIA VETERINÁRIA

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Sistema Tegumentar. Sistema Cardiovascular. Sistema Nervoso Central. Sistema Nervoso Periférico. Sistema Imunológico e Linfóide. Sistema Respiratório. Sistema Digestório. Órgãos associados ao trato digestório. Sistema Endócrino. Sistema Reprodutor Masculino e Feminino e Sistema Urinário.

d) Bibliografia Básica

SAMUELSON, D. A. **Tratado de histologia veterinária**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J.; ABRAHAMSOHN, P. **Histologia básica: texto e Atlas**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

KIERSZENBAUM, Abraham L. **Histologia e biologia celular: uma introdução à**

patologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

e) Bibliografia Complementar

EURELL J. A.; FRAPIER, B. L. **Histologia Veterinária de Dellmann.** 6. ed. São Paulo: Manole, 2012.

BACHA Jr., W. J.; BACHA, L. M. **Atlas colorido de Histologia Veterinária.** 2. ed. Roca, 2003.

SAMUELSON, DON A. **Tratado de histologia veterinária.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

EURELL, Jo Ann. **Histologia veterinária de Dellmann.** 6. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

YOUNIVERITAS UNG, B; LOWE, J. S. STEVENS, A; HEATH, J. W. WHEATER. **Histologia Funcional: Texto e Atlas em Cores.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

f) Periódico:

a) Disciplina: BIOESTATÍSTICA

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (40h)

c) Ementa: Conceitos fundamentais da estatística, variáveis contínuas e discretas, fases do método ou trabalho estatístico, medidas de precisão e arredondamento, amostras e amostragem, distribuição de frequência, apresentação tabular e gráfica, medidas de tendência central e reposicionamento, medidas de dispersão, noções de probabilidade, distribuição normal, intervalo de confiança e teste de hipóteses.

d) Bibliografia Básica

DORIA FILHO, Ulysses. **Introdução à bioestatística: para simples mortais.** [S.l.]: NEGÓCIO, 2003.

CALLEGARI-JACQUES, SIDIA M. **Bioestatística: princípios e aplicações.** São Paulo: Artmed, 2008.

ARANGO, H. G. **Bioestatística Teórica e Computacional.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

e) Bibliografia Complementar

LEVIN, J.; FOX, J. A. **Estatística para ciências humanas.** 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

VIEIRA, S. **Introdução à bioestatística.** RIO DE JANEIRO: CAMPUS, 2008.

BEIGUELMAN, BERNARDO. **Curso prático de bioestatística.** 5.ed.. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002.

MARTINEZ, Edson Zangiacomi. **Bioestatística para os cursos de graduação da área da saúde.** São Paulo: Blucher, 2015.

RODRIGUES, Maisa. **Bioestatística**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

f) Periódico: Estatística e Sociedade

a) Disciplina: PARASITOLOGIA E HELMINTOLOGIA VETERINÁRIA

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (60h) + Prática (20h)

c) Ementa: Regras internacionais da nomenclatura zoológica. Estudo da taxonomia, morfologia, ecologia e ciclo evolutivo dos principais parasitos de interesse médico-veterinário pertencentes aos filos: Arthropoda, Protozoa, Nematelminthes, Plathelminthes e Acantocephala. Importância econômica e social.

d) Bibliografia Básica

BOWMAN, D. D. **Georgis. Parasitologia Veterinária**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

TAYLOR, M. A. **Parasitologia Veterinária**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

MONTEIRO, Silvia Gonzalez. **Parasitologia na Medicina Veterinária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Roca, 2017. 370p.

e) Bibliografia Complementar

FORTES, E. **Parasitologia Veterinária**. 4ª ed. São Paulo: Ícone, 2004.

LEVINE, N. D. **Tratado de parasitologia veterinária**. Zaragoza, Espanha: Acribia, 1983.

MATTOS, D.G. **Manual de helmintoses comuns em cães e gatos**. Niterói: UFF, 2000. 113p.

GUIMARÃES, J. H.; TUCCI, E. C.; BARROS-BATTESTI, D. M. **Ectoparasitos de importância veterinária**. São Paulo: Pleiade, 2001

BUENO, H.; GONÇALVES, P. C. **Manual para diagnóstico das helmintoses de ruminantes**. 4ª ed. Tokyo: Japan international cooperation agency, 1998.

f) Periódico: Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária

3º SEMESTRE

a) Disciplina: ANATOMIA TOPOGRÁFICA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Fundamentos da Anatomia Topográfica. Divisão regional do corpo dos animais domésticos através da identificação das várias estruturas como cabeça, pescoço, tórax, abdome, pelve, membros torácico e pélvico, evidenciando as estruturas e correlacionando as

informações anatômicas com as necessidades encontradas na clínica e cirurgia.

d) Bibliografia Básica

KONIG, H E; LIEBICH, H-G. **Anatomia dos Animais Domésticos: texto e Atlas**. 6 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2016.

DYCE, K.M.; SACK, W.O.; WENSING, C.J.G. **Tratado de Anatomia Veterinária**. 4 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

GETTY, R. Sisson Grossman. **Anatomia dos animais domésticos**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

e) Bibliografia Complementar

MERIGHI, A. **Anatomia Topográfica Veterinária**. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

POPESKO, P. **Atlas de anatomia topográfica dos animais domésticos**. Barueri: Manole, 2012.

DONE, S. H.; GOODY, P. C. **Atlas colorido de anatomia veterinária do cão e gato**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BUDRAS, Klaus-Dieter. **Anatomia do cão: texto e atlas**. 5. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

MIRANDA, E., KOLBER, M., WAFAR, N., PEREIRA, V. R. (2018). **Atlas de anatomia: Imagens humanas e veterinárias**. Brasil: Difusão Editora.

f) Periódico: Revista Brasileira de Ciência Veterinária

a) Disciplina: FISILOGIA VETERINÁRIA II

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Fisiologia do aparelho reprodutor masculino, feminino e da glândula mamária. Fisiologia do aparelho digestivo, respiratório, circulatório e excretor. Fisiologia do sangue e linfa. Equilíbrio hídrico e eletrolítico.

d) Bibliografia Básica

CUNNINGHAM, J. G., KLEIN, B. G. (2008). **Tratado de fisiologia veterinária**. Brasil: Elsevier.

GUYTON, Arthur C; HALL, John E. **Tratado de fisiologia médica**. Tradução de Alcides Marinho Junior. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FRANDSON, R. D. **Anatomia e fisiologia dos animais da fazenda**. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

e) Bibliografia Complementar

BARRETT, Kim E. **Fisiologia médica de Ganong**. 24. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

REECE, Willian O. (Trad.). **Dukes Fisiologia Dos Animais Domésticos**. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

KLEIN, Bradley G. Cunningham. **Tratado de fisiologia veterinária**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FALAVIGNA, Asdrubal. **Fisiologia prática**. Caxias do Sul, RS: Educ, 2010.

PIERMATTEI, Donald L. **Ortopedia e tratamento de fraturas de pequenos animais**. 4. ed. Baruei, SP: Manole, 2009.

f) Periódico: Acta Scientiae Veterinariae

a) Disciplina: FORRAGEIRAS E MANEJO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO (EAD)

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Terminologia e classificação de plantas forrageiras. Morfofisiologia de plantas forrageiras. Interação entre plantas forrageiras e entre plantas e herbívoros em pastagens. Ciclagem de nutrientes em pastagens. Gramíneas de clima tropical. Leguminosas de clima tropical e subtropical. Caatinga como suporte forrageiro. Uso de corretivos agrícolas e fertilizantes. Consumo, digestibilidade e análise bromatológica de plantas forrageiras. Fatores que afetam a qualidade de plantas forrageiras. Métodos de Pastejo. Nutrição de ruminantes em pastejo e equídeos em pastejo. Pasto diferido e capineiras. Conservação de forragem: ensilagem. Conservação de forragem: fenação.

d) Bibliografia Básica

REIS, R A. et al. **Forragicultura: Ciência, Tecnologia e Gestão dos Recursos Forrageiros**. São Paulo: FUNEP. 2014.

SILVA, S.C.; NASCIMENTO JÚNIOR, D. do; EUCLIDES, V.B.P. **Pastagens: conceitos básicos, produção e manejo**. Viçosa: Suprema, 2008.

FONSECA, D. M. da; MARTUSCELLO, J. A. **Plantas forrageiras**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2010.

e) Bibliografia Complementar

SOUSA, D.M.G. de; LOBATO, E. **Cerrado: correção do solo e adubação**. 2.ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

PIRES, W. et al. **Manual de Pastagens**. Viçosa: Editora Aprenda Fácil. 2011

ALCANTARA, P. B. **Plantas Forrageiras-gramíneas & Leguminosas**. São Paulo: Nobel. 2009.

LEPSCH, Igo F. **Formação e conservação dos solos**. 2. ed. São Paulo: Oficina de textos,

2010.

REICHARDT, Klaus. **Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2016.

f) Periódico:

a) Disciplina: IMUNOLOGIA BÁSICA

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (40h)

c) Ementa: Estudos de imunologia básica e sua aplicação na imunologia clínica veterinária. Funcionamento do sistema imune frente a infecções, neoplasias e doenças autoimunes. Diferenças entre as imunidades natural e específica. A composição do sistema imune. Os mecanismos do desenvolvimento de linfócitos T e B. Respostas imunes humoral e celular. Sistema Complemento. Resposta a bactérias, vírus, parasitas, fungos e tumores. Reações de hipersensibilidade. Imunidade dos neonatos. Autoimunidade e doenças autoimunes. Testes sorológicos. Imunoterapia e imunoprofilaxia. Vacinas e soros.

d) Bibliografia Básica

GUTIERREZ, M.M.B. et al. **Manual Gráfico de Imunologia e Enfermidades Infecciosas do Cão e do Gato**. São Paulo: Med Vet livros. 2015

REECE, William O. **Fisiologia dos Animais Domésticos**. 13ª edição Guanabara Koogan, 2017.

TIZARD, I. R. **Imunologia Veterinária - Uma Introdução**. 8. ed. Elsevier, 2009.

e) Bibliografia Complementar

ABUI K. ABBAS, SHIV, Pillai. **Imunologia Celular e Molecular**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

LEVINSON, W. & JAWETZ, E. **Microbiologia Médica e Imunologia**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

DELVES, P.J. et al. **Fundamentos da Imunologia**. Rio de Janeiro: Guanabara. 2013.

SEHNEM, Nicole Teixeira. **Microbiologia e imunologia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

FORTE, Wilma Carvalho Neves. **Imunologia: do básico ao aplicado**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.

f) Periódico: Pesquisa Veterinária Brasileira

a) Disciplina: DOENÇAS PARASITÁRIAS DOS ANIMAS DOMÉSTICOS

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (60h) + Prática (20h)

c) Ementa: Etiologia, distribuição geográfica, epidemiologia, patogenia, sinais clínicos, evolução, diagnóstico clínico e laboratorial, tratamento, controle e prevenção das doenças parasitárias dos animais domésticos, causadas por protozoários, helmintos e artrópodes. Assim como a importância de saúde pública dessas parasitoses.

d) Bibliografia Básica

ETTINGER, S. J. **Tratado de medicina interna veterinária: DOENÇAS DO CÃO E DO GATO**. 5ª. ED. RIO DE JANEIRO, RJ: GUANABARA KOOGAN, 2004.

SMITH, B. **Medicina interna de grandes animais**. 3 ED. SÃO PAULO: MANOLE. 2006.

FORTES, E. **Parasitologia Veterinária**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2004.

e) Bibliografia Complementar

TAYLOR, M. A; COOP, R. L.; WALL, R. L. **Parasitologia Veterinária**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2010. Tradução da 3ª edição, 2007.

GUIMARÃES, J. H.; TUCCI, E. C.; BARROS-BATTESTI, D. M. **Ectoparasitos de importância veterinária**. São Paulo: Pleiade, 2001.

HOFFMANN, R. P. **Diagnóstico de parasitismo veterinário**. PORTO ALEGRE: SULINA, 1987.

LAPCHIK, Vania Gomes de Moura Mattaraia. **Cuidados e manejo de animais de laboratório**. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Atheneu. 2017.

MACINTIRE, Douglas K. **Emergência e cuidados intensivos em pequenos animais**. Barueri, SP: Manole. 2007.

f) Periódico: Revista Brasileiro de Parasitologia Veterinária

a) Disciplina: PATOLOGIA VETERINÁRIA I

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (40h) + Prática (40h)

c) Ementa: Introdução ao Estudo da Patologia Geral. Conceito da doença. Etiopatogenia, aspectos patológicos gerais, sua reação em nível celular/intersticial e consequências, bem como a sua atuação nos diferentes órgãos anatômicos e sistemas dos mamíferos domésticos. Teratologia. Morte e Alterações Pós-Morte. Degenerações Patológicas. Necrose. Alterações Circulatórias Gerais. Pigmentações Patológicas. Inflamação. Calcificações Patológicas. Distúrbios do Crescimento e da Diferenciação Celular. Neoplasias. Técnica de Necropsia nas Diversas Espécies Domésticas. Colheita, remessa e processamento de materiais para

histopatologia.

d) Bibliografia Básica

BRASILEIRO FILHO, G. **Bogliolo. Patologia Geral**. 9 a edição. Editora Guanabara. Koogan S.A., Rio de Janeiro, RJ, 2016.

ZACHARY, JAMES. **Bases da patologia em veterinária**. 6 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

DIJK, J. E. Van; MOUWEN, J.M.V.M. **Atlas colorido de patologia veterinária: reações morfológicas gerais de órgãos e tecidos**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008.

e) Bibliografia Complementar

KUMAR, V.; ABBAS, A.K.; ASTER, J.C. **Robbins & Cotran Patologia bases Patológicas das Doenças**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016

NASCIMENTO, E. F.; SANTOS, R. L. **Patologia da reprodução dos animais domésticos**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

ANGELO, I. C. **Patologia Geral**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

CHEVILLE, Norman F. **Introdução á patologia veterinária**. Barueri, SP: Manole, 2009.

ROBBINS & COTRAN. **Patologia - Bases Patológicas das Doenças**, 8ª ed. Elsevier/Medicina Nacionais, Rio de Janeiro, 2010.

f) Periódico: Pesquisa Veterinária Brasileira

4º SEMESTRE

a) Disciplina: DIAGNÓSTICO POR IMAGEM

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (40h)

c) Ementa: Aplicações dos métodos auxiliares de diagnóstico por imagem, em especial da radiologia e da ultrassonografia, teóricas e práticas. Técnica anatomia radiográfica ultrassonográfica. Diagnóstico por imagem das principais enfermidades dos sistemas locomotor, neurológico, cardiovascular, respiratório, digestório, urinário, reprodutor feminino e masculino. Além das bases históricas e importância dos raios X. Os raios X e sua produção: natureza e propriedades. Reconhecimento dos aparelhos, equipamentos e funcionamento do setor radiológico. Tipos de ânodos. Funcionamento do tubo de raios-X. Os raios X e a formação da imagem. Efeito anódico. Geometria da formação da imagem. Radiação dispersa. Redução das radiações dispersa. Aplicações e princípios da tomografia na Medicina Veterinária.

d) Bibliografia Básica

OLIVEIRA, Maria Emília Franco. **Ultrassonografia na reprodução animal**. São Paulo: MedVet, 2013.

O'BRIEN, T. R. **Radiologia De Equinos**. São Paulo: Roca. 2006

KEALY, J. K. ; MCALLISTER,H.; GRAHAM,J. P. **Radiologia e ultra-sonografia do cão & do gato**. 5ª ed. São Paulo: Elsevier, 2012.

e) Bibliografia Complementar

PENNINCK, D.; D'ANJOU, M. **Ultrassonografia De Pequenos Animais**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2011.

FELICIANO, M.A.R.; CANOLA, J.C.; VICENTE, W. R. W. **Ultrassonografia na Reprodução Animal**. São Paulo: Med Vet. 2013.

SCHEBITZ, H. ; WILKENS, H. **Atlas de anatomia radiográfica do cão e do gato**. 5ª. Ed. São Paulo: Manole. 2001.

SARAVEGO. Simone. **Manual de posicionamento para estágio em radiologia**. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2007.

SANTOS, Gelvis Cardozo dos. **Manual de radiologia: fundamentos e técnicas**. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2008.

f) Periódico: Radiologia Brasileira

a) Disciplina: FARMACOLOGIA VETERINÁRIA I

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (60h)

c) Ementa: Farmacologia Geral:- Princípios e mecanismos básicos da Farmacocinética e da Farmacodinâmica. Farmacologia Especial - Farmacologia especial do sistema nervoso central e periférico, cardiovascular, respiratório, renal e digestivo. Antibióticos. Anti-inflamatórios não esteroidais (analgésicos não narcóticos), anti-inflamatórios esteroidais e autacóides.

d) Bibliografia Básica

SPINOSA, H. S. **Farmacologia aplicada a medicina veterinária**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2011.

BARROS, C. M.; DI STASI, L. C. **Farmacologia Veterinária**. São Paulo: Manole. 2012

PALERMO.NETO; SPINOSA; GÓRNIK. **Farmacologia Aplicada a Avicultura – Boas Práticas e Manejo dos Medicamentos**. São Paulo: Roca, 2005.

e) Bibliografia Complementar

ANDRADE S. F. **Manual de terapêutica veterinária**. São Paulo: Roca. 2000

ADAMS, H. R. **Farmacologia e terapêutica em veterinária**. Rio de Janeiro: Guanabara

Koogan, 2002.

HERDMAN. J. C, LIMBRID, L, E. **Goldmam & Gilman. As Bases da Terapêutica Farmacológica.** Rio de Janeiro, RJ: McGraw-Hill, 2010

CHELINI, Marie Odile Monier, **Terapia assistida por animais.** Barueri, SP: Manole. 2016.

LAPCHIK, Vania Gomes de Moura Mattaraia. **Cuidados e manejo de animais de laboratório.** 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Atheneu. 2017.

f) Periódico: Veterinária Notícias

a) Disciplina: SEMIOLOGIA VETERINÁRIA

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Conceitos semiológicos básicos. Técnicas de contenção para exame clínico. Métodos de exame clínico. Identificação ou resenha, histórico e anamnese. Termometria clínica. Exame do sistema linfático, das mucosas aparentes, da pele e dos anexos cutâneos, da glândula mamária, dos sistemas cardiovascular, respiratório, gênito urinário, digestivo, músculo - esquelético e SNC. E interpretação dos achados clínicos.

d) Bibliografia Básica

FEITOSA, Francisco Leydson. **Semiologia Veterinária a Arte do Diagnóstico.** 3ª. ed.- São Paulo: Roca, 2014.

JERICÓ, Márcia et al. **Tratado de Medicina Interna de Cães e Gatos.** São Paulo: Gen, 2015.

RADOSTITS, M. O.; MAYHEW, J. I. G.; HOUSTON, M. D. **Exame clínico e diagnóstico em veterinária.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

e) Bibliografia Complementar

ROSENBERGER, G. **Exame clínico dos bovinos.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

GARCIA, M. **Manual de Semiologia e Clínica dos Ruminantes.** São Paulo: Varela. 1996.

BRAZ, M. BAPTISTA. **Semiologia médica animal.** 2. ed. Lisboa: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1982.

CHELINI, M. O. M. **Terapia assistida por animais.** Barueri, SP: Manole. 2016.

LAPCHIK, Vania Gomes de Moura Mattaraia. **Cuidados e manejo de animais de laboratório.** 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Atheneu. 2017.

f) Periódico: Ciência Animal Brasileira

a) Disciplina: ZOOTECNIA, BIOCLIMATOLOGIA E ETOLOGIA

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Conhecimentos sobre a taxonomia zootécnica. Estudo das espécies de animais de produção. Raças. Características dos bovinos de corte e de leite. Estudo do exterior das espécies. Estudo dos aprumos. Cronometria dentária. Pelagem dos animais domésticos. Julgamentos. Estudo da bioclimatologia e comportamento animal. Etologia como ciência do comportamento, evolução e comportamento, instinto e aprendizagem, adaptação, comportamento reprodutivo, comportamento social, comunicação, métodos de observação e descrição do comportamento, enriquecimento ambiental. Aspectos do comportamento aplicados ao manejo e criação de animais. Metodologia da pesquisa em etologia. Etologia aplicada no Brasil. Estresse, dor e depressão e saúde. Meio ambiente e bem-estar animal. Animais de companhia. Eutanásia.

d) Bibliografia Básica

HAFEZ, B.; HAFEZ, E.S.E. **Reprodução Animal**. Barueri: Manole, 2004.

PIRES, A. V. **Bovinocultura de Corte**. Piracicaba, 2010.

LORENZ, Konrad. **Os Fundamentos da etologia**. São Paulo: UNESP, 1995.

e) Bibliografia Complementar

COSTA, H. E.; MANSO FILHO, H.; FERREIRA, L. **Exterior e treinamento do cavalo**. UFRPE, Imprensa Universitária, 2001.

MULLER, P. B. **Bioclimatologia Animal**. Porto Alegre: Sulina. 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DAS RAÇAS SIMENTAL E SIMBRASIL. **Sumário de touros de raça simental**. Cachoeira de Itapemirim, 2005.

SALZANO, Francisco M. **Genômica e evolução**. São Paulo: Oficina de textos, 2012.

SANDERS, Mark. **Análise genética: uma abordagem integrada**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

f) Periódico: Revista Brasileira de Zootecnia

a) Disciplina: NUTRIÇÃO ANIMAL

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Importância da nutrição e alimentação animal. Conceitos em Nutrição Animal. Balanceamento alimentar. Fisiologia da Digestão. Consumo de Água e Energia, digestão, absorção e metabolismo de proteínas, carboidratos, lipídeos. Vitaminas e Minerais. Principais ingredientes utilizados na alimentação animal. Análise bromatológica dos alimentos. A

importância da nutrição nas criações, suas interferências e exigências nutricionais em diversas espécies. Tópicos em Nutrição das Principais Espécies Domésticas.

d) Bibliografia Básica

ANDRIGUETTO, J. M. **Nutrição Animal**. São Paulo: Nobel. 2005.

LEWIS, L. D. **Nutrição clínica equina: alimentação e cuidados**. São Paulo - SP: Roca. 2000.

WORTINGER, A. **Nutrição para cães e gatos**. São Paulo - SP: Roca. 2009.

e) Bibliografia Complementar

PESSOA, R. A. S. **Nutrição Animal**. São Paulo, 2014.

PEIXOTO, A. M.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. **Nutrição de bovinos: conceitos básicos e aplicados**. Piracicaba, SP: FEALQ. 2004.

ANDRIGUETTO, J. M. **NUTRIÇÃO ANIMAL: as bases e os fundamentos da nutrição animal: os alimentos**. São Paulo: Nobel, 2006.

BROOM, D. M. **Comportamento e bem-estar de animais domésticos**. 4. Ed. Barueri, SP: Manole. 2010

PANSANI, D. **Nutrição e dietética**. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2016.

f) Periódico: Revista Brasileira de Saúde e Produção Animal

a) Disciplina: PATOLOGIA VETERINÁRIA II

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (40h) + Prática (40h)

c) Ementa: Fisiopatologia das alterações ocorridas nos organismos doentes, como também explicar essas modificações e suas manifestações representadas pelos sinais macro e microscópicos. Patologia dos sistemas cardiovascular, respiratório, digestório, urinário, hemolinfático, musculoesquelético, nervoso, endócrino, reprodutor e sistema tegumentar dos animais domésticos. Fundamentos teóricos e necroscópicos das alterações congênitas, funcionais, degenerativas, circulatórias, inflamatórias, infecciosas e neoplásicas dos animais domésticos. Ênfase às enfermidades mais comuns aos animais domésticos no Estado e no país.

d) Bibliografia Básica

DIJK, J. E. Van; MOUWEN, J.M.V.M. **Atlas colorido de patologia veterinária: reações morfológicas gerais de órgãos e tecidos**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008.

SANTOS, R. L.; ALESSI, A. C. **Patologia Veterinária**. 1. ed. São Paulo: Roca, 2010.

ZACHARY, J. F., MCGAVIN, M. D. **Bases da Patologia em Veterinária**. 5. Ed. Rio de

Janeiro: Elsevier. 2018.

e) Bibliografia Complementar

BARROS, C. L. S.; DRIEMEIER, D.; DUTRA, I. S.; LEMOS, R. A. A. **Doenças do Sistema Nervoso de Bovinos no Brasil**. São Paulo, 2006.

CARLTON, W. W. **Patologia veterinária especial de Thomson**. 2. ed. 1998.

GREENE, C. E. **Infectious diseases of the dog and cat**. 4. ed. Editora: Elsevier, 2011.

RASKIN, R. E.; MEYER, D. J. **Atlas de Citologia de Cães e Gatos**. São Paulo: Roca, 2003.

FRANCO, Marcello. **Patologia: processos gerais**. 6. ed. São Paulo: Atheneu, 2015.

f) Periódico:

5º SEMESTRE

a) Disciplina: MANEJO E CONSERVAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES E BIOTERISMO

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Introdução ao manejo de fauna silvestre. Aspectos ecológicos e sociais da conservação de fauna silvestre. Classificação dos seres vivos. Legislação aplicada a fauna. Espécies brasileiras ameaçadas de extinção. Manejo, alimentação, reprodução e sanidade da fauna silvestre. Levantamentos faunísticos. Captura e contenção de Répteis, Aves e Mamíferos Silvestres. Marcação e rastreamento de animais silvestres. Técnicas de manejo de fauna silvestre. Conservação e exposição de animais silvestres. Ambiência, instalações. Projetos técnicos. Princípios éticos para o uso de animais em pesquisa: Modelos biológicos convencionais e não convencionais. Biotérios: estrutura, biossegurança e controle de qualidade em biotérios. Cuidados de manutenção e manuseio de animais no laboratório. Analgesia e Eutanásia em animais de experimentação. Bem-estar animal.

d) Bibliografia básica

CULLEN JR., L; RUDRAN, R. VALADARES-PÁDUA, C. **Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre**. Curitiba: UFPR, 2003.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina: Editora Planta, 2001.

REIS, N. R.; PERACCHI, A. L.; ROSSANEIS, B. K.; FREGONEZI, M. N. **Técnicas de estudos aplicadas aos mamíferos silvestres brasileiros**. Rio de Janeiro: Technical Books, 2010.

e) Bibliografia complementar

BECKER, M.; DALPONTE, J. C. **Rastros de mamíferos silvestres brasileiros: um guia de campo**. Rio de Janeiro: Technical Books, 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Livro vermelho da Fauna Brasileira ameaçada de extinção**. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2008. 2 volumes.

CUBAS, Z. S.; SILVA, J. C. R.; CATÃO-DIAS, J. L. **Tratado de Animais Selvagens**. São Paulo: Roca, 2007.

MEZADRI, TJ et al. **Animais de laboratório, cuidados na iniciação experimental**. 15ª ed. Editora UFSC, 2004.

HARKNESS, JE et al. **Biologia e Clínica de coelhos e roedores**. 3ª ed. Roca, 1993.

f) Periódico:

SNELL, George D. *Biology of the laboratory mouse*. New York: Dover, 1941, 497 p.

Guide for care and Use of Laboratory Animal ([http:// www.nap.edu/html/labrats/](http://www.nap.edu/html/labrats/))

Colégio Brasileiro de Experimentação Animal (<http://www.cobea.org.br>)

Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, CTNBio (<http://www.mct.gov.br/cntbio>)

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/>

<http://www.periodicos.capes.gov.br/>

a) Disciplina: GENÉTICA APLICADA E MELHORAMENTO ANIMAL

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Genética de Populações. Constituição genética de uma população. Mudanças nas frequências gênicas. Genética Quantitativa. Efeito médio de um gene e valor genético de um indivíduo. Variância genética. Herdabilidade. Repetibilidade e capacidade provável de produção. Métodos de estimação. Parentesco e endogamia. Seleção, diferencial de seleção e ganho genético. Tipos de seleção: pelo desempenho, pela genealogia, pela progênie. Métodos de seleção: tandem, níveis independentes, índice de seleção e BLUP. Uso de informação molecular em melhoramento genético.

d) Bibliografia Básica

BOWMAN, JOHN C. **Introdução ao melhoramento genético animal**. [S.l.]: EPU, 1981.

LAZZARINI NETO, S. **Reprodução e Melhoramento Genético**. Viçosa: Aprenda Fácil Editora. 2011.

MENEZES, G.; SILVA, L.O.; MARTINS, E.N. **Melhoramento genético aplicado em gado de corte**. Campo Grande: EMBRAPA. 2014.

e) Bibliografia Complementar

SANDERS, M. F.; BOWMAN, J.L. **Análise Genética: uma abordagem integrada**. São Paulo: Pearson. 2014.

RAMALHO, M. A. P. et al. **Genética na agropecuária**. 5ª ed. Lavras: Editora UFLA, 2008. SNUSTAD, P.;

SIMMONS, M. J. **Fundamentos de genética**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

HAFEZ, B. **Reprodução animal**. 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2004.

SANDERS, Mark. **Análise genética: uma abordagem integrada**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

f) Periódico:

VAN VLECK, L.D et al. Selection index and introduction to mixed model methods. CRC Press, 1993. Disponível em: <http://www.enbgeo.soe.vt.edu/greenbook.php> KLEPER, E.F.

Melhoramento genético animal no Brasil: fundamentos, história e importância. Disponível em: <http://www.crpbz.org.br/PortalUploads/Docs/814.pdf>

JUSSIAU, R. et al. Amélioration génétique des animaux d'élevage. Educagri Editions, 2013. Disponível em: publications.cta.int/media/publications/downloads/1549_PDF_1.pdf

a) Disciplina: PATOLOGIA CLÍNICA

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (40h) + Prática (40h)

c) Ementa: Colheita e remessa de material biológico para exames de laboratório. Exames de urina e sua interpretação; hematologia clínica; neoplasias hematopoiéticas; transfusão sanguínea; bioquímica clínica; avaliação laboratorial da função hepática; exame dos líquidos cavitários; exame do líquido cefalorraquidiano; exames des fezes e exame do raspado de pele.

d) Bibliografia Básica

ROCCO, L. C.M. **Guia Prático para Coleta e Interpretação de Exames Laboratoriais em Cães e Gatos**. São Paulo: Interbook, 2009.

BUSH, B. M. **Interpretação de resultados laboratoriais para clínicos de pequenos animais**, São Paulo - SP: Roca, 2004.

REAGAN, William J. **Atlas De Hematologia Veterinária**. 2. Ed. Revinter, 2011.

e) Bibliografia complementar

SINK, C. A.; FELDMAN, B. F. **Urinálise e Hematologia Laboratorial para o Clínico de Pequenos Animais**. São Paulo: Roca, 2007.

SANTOS, JEFFERSON ANDRADE DOS SANTOS. **Patologia geral dos animais domésticos: mamíferos e aves**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

FARIA, JOSÉ LOPES DE. **Patologia geral: fundamentos das doenças, com aplicações clínicas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

CHEVILLE, Norman F. **Introdução à patologia veterinária**. 3. ed. Barueri, SP: Manole. 2009.

MACINTIRE, Douglas K. **Emergência e cuidados intensivos em pequenos animais**. Barueri, SP: Manole. 2007.

f) Periódico:

Comparave Clinical Pathology.

Veterinary Clinical Pathology.

Pesquisa Veterinária Brasileira.

Semina: Ciências Agrárias.

a) Disciplina: MANEJO E CADEIAS PRODUTIVAS DE ANIMAIS DE PRODUÇÃO

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (40h) + Prática (40h)

c) Ementa: Produção, manejos (reprodutivo, alimentar e sanitário), instalações, equipamentos e cadeias produtivas dos animais de produção: aves, suínos, bovinos de corte, bovinos de leite, caprinos, ovinos, pescado, equídeos e coelhos.

d) Bibliografia Básica

CÔRREA, Afonso N.S. (Ed.) **Gado de corte: o produtor pergunta, a Embrapa responde**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1996. 208p. [Exemplares disponíveis: Não informado.]

FERREIRA, R.A. **Suinocultura. Manual prático de criação**. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2012. 433p. [Exemplares disponíveis: Não informado.]

MENDES, A. A.; NAAS, I. A.; MACARI, M. **Produção de frangos de corte**. Campinas: Facta, 2004. 356p. [Exemplares disponíveis: 12]

e) Bibliografia complementar

ALBINO, L. F. T.; BARRETO, S. L. T. **Criação de codornas para produção de ovos e carne**. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 290p. 2012.

ALCÂNTRA, P.B. & BUFARAH, G. **Plantas forrageiras - gramíneas e leguminosas**. São Paulo: Nobel, 1988. 162p.

CASTAGNOLLI, N. **Criação de peixes de água doce**. Jaboticabal: FUNEP, 1992. 402p.

CHAPACAL, L. et al. **Manual do produtor de cabras leiteiras**. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2006. 214p.

MELLO, H.V.; SILVA, J.F. **Criação de coelhos**. Ed. Aprenda Fácil, 2003. 260p. **f) Periódico:**

a) Disciplina: TERAPÊUTICA VETERINÁRIA

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa:

Introdução à Terapêutica Veterinária. Tipos de receituário disponíveis, lista de drogas: suas classificações e metodologia de preenchimento de uma receita médica. Fluidoterapia. Hemoterapia. Terapêutica das convulsões. Terapêutica do Sistema Renal. Terapêutica das intoxicações. Terapêutica do Sistema Cardiovascular. Terapêutica do Sistema Respiratório. Terapêutica do Sistema Gastrointestinal. Terapêutica das Doenças Parasitárias.

d) Bibliografia Básica

ANDRADE, S.F. **Manual de terapêutica**, 2.ed. São Paulo: Roca, 2000. BLOOD, D. C.; RADOSTITS, O. M.; ARUNDEL, J. H.; GAY, C. C. **Clínica veterinária**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

BOOTH, N.H.; MCDONALD, N.L. **Farmacologia e terapêutica em veterinária**, 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1992.

e) Bibliografia Complementar

SMITH, B. P. **Tratado de medicina interna de grandes animais**. São Paulo: Manole, 1993.

SPINOSA, H.S.; GÓRNIK, S. L.; BERNARDI, M. M. **Farmacologia aplicada à medicina veterinária**. 2. ed. Guanabara Koogan, 1999. STASHAK, T. S.

ADAMS, H. R. **Veterinary pharmacology and therapeutics**. 8ed. Ames: Iowa State University Press, 2001. 1220p.

ANDRADE, S. F. **Manual de terapêutica veterinária**. 2ed. São Paulo: Roca, 2002. 697p.

RADOSTIS, O. M. et al. **Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos**. Rio de Janeiro: 9.ed., Guanabara Koogan, 2002.

f) Periódico:

American Journal of Clinical

Pathology British Journal of Nutrition

Journal of the American Veterinary Medical Association

Journal of Clinical Pathology

Journal of Clinical Pharmacology

Journal of Pharmacology

Journal of Physiology Reviews

Proceedings of the Association Veterinary

Veterinary Medicine Small & Large Animal Clinician Veterinary Practice

a) Disciplina: EPIDEMIOLOGIA E PLANEJAMENTO EM SAÚDE ANIMAL

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Histórico. Usos da epidemiologia. Variáveis relacionadas ao animal, tempo, espaço e sua classificação. Fatores determinantes no controle e prevenção de doenças de importância para a saúde pública e animal. Os serviços de saúde pública e de defesa sanitária animal. Roteiro e fontes de dados para estudos descritivos: levantamentos, inquéritos, investigações. Vigilância epidemiológica nos serviços de saúde pública animal e de defesa sanitária. Desenhos de estudos epidemiológicos. Técnicas de amostragem e análise estatística. Validação. Influência do erro diferencial e não diferencial sobre a interpretação dos resultados. Noções de análise espacial: técnicas de geoprocessamento, Sistemas de Informações Geográficas. Análise de Bases de Dados.

d) Bibliografia Básica

HRUSFIELD, M. **Epidemiologia Veterinária**. 2. ed. São Paulo: Roca; 2004.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Introdução à Epidemiologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

THRUSFIELD, M. **Epidemiologia Veterinária**. 2. ed. São Paulo: Roca; 2004.

e) Bibliografia Complementar

BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTRÖM, T. **Epidemiologia Básica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

BELLUSCI, S. M. **Epidemiologia**. São Paulo: Senac; 2002

TIETZMANN, D. **Epidemiologia**. São Paulo: Pearson. 2014

FRANCO, L. J.. Fundamentos de epidemiologia. 2. Ed. Barueri, SP: Manole, 2011.

BUSATO, Ivana Maria Saes. Epidemiologia e processo saúde-doença. Curitiba: Intersaberes, 2016.

f) Periódico:

6º SEMESTRE

a) Disciplina: MEDICINA DE CÃES E GATOS

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (40h) + Prática (40h)

c) Ementa:

Estudo das patologias e determinação das condutas terapêuticas e profiláticas de cães e gatos em relação aos diversos sistemas orgânicos: respiratório, cardiovascular, digestório, urinário, nervoso, locomotor, tegumentar, oftálmico, auditório e endócrino. Geriatria. Fluidoterapia e transfusão sanguínea. Homeopatia. Terapêuticas diversa.

d) Bibliografia Básica

BIRCHARD, S. J., SHERDING, R. G. (2005). **Saunders Manual of Small Animal Practice** - E-Book. Reino Unido: Elsevier Health Sciences.

BISTNER, S. I., FORD, R. B. **Manual de Procedimentos Veterinários e Tratamentos de Emergência**. São Paulo, Ed. Roca, 6ª ed., 1997.

ETTINGER, A.S.J. **Tratado de Medicina Interna Veterinária**. Ed. Manole, São Paulo, 1997.

e) Bibliografia Complementar

FENNER, W. et al. **Manual de prática clínica veterinária**. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, RJ, 1985.

JAIN, N. C. **Essentials of veterinary hematology**. 1 ed. Lea & Febiger, Philadelphia, 1993.

LORENZ, M. & CORNELIUS, L. M. **Diagnóstico clínico em pequenos animais**. 1 ed. Interlivros Ltda., Cordovil, RJ, 1996.

MCCURNIN & POFFENBARGER. **Small animal Physical Diagnosis**. W.B.Saunders Company, 1991.

NELSON, R. W. **Fundamentos de medicina interna em pequenos animais**. 2 ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1994.

f) Periódico:

a) Disciplina: DOENÇAS BACTERIANAS E FÚNGICAS DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Etiologia, aspectos epidemiológicos, sinais clínicos, patogênese, diagnóstico, tratamento e profilaxia das principais doenças dos animais domésticos causadas por bactérias e fungos.

d) Bibliografia Básica

MEGID, J.; RIBEIRO, M. G.; PAES, A. C. **Doenças Infecciosas Em Animais De Produção e de Companhia**. São Paulo: Roca. 2016.

GUARDABASSI, L.; JENSEN, L.B.; KRUSE, H. **Guia De Antimicrobianos Em Veterinária**. Porto Alegre: Artmed. 2010.

SMITH, B. **Medicina interna de grandes animais**. 3 ed. São Paulo: Manole. 2006.

e) Bibliografia Complementar

GUTIERREZ, M.M.B. et al. **Manual Gráfico de Imunologia e Enfermidades Infecciosas do Cão e do Gato**. São Paulo: MedVet livros. 2011

QUINN, P. J. e cols. **Microbiologia Veterinária e Doenças Infecciosas**. 1ª ed, Porto Alegre: Artmed, 2005.

QUINN, P.J. **Microbiologia Veterinária Essencial**. 2ED. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018

CHELINI, M. O. M. **Terapia assistida por animais**. Barueri, SP: Manole. 2016.

LAPCHIK, V. G. de M. M. **Cuidados e manejo de animais de laboratório**. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Atheneu. 2017.

f) Periódico:

a) Disciplina: ANESTESIOLOGIA VETERINÁRIA E INTENSIVISMO

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Introdução ao estudo da Anestesiologia. História da Anestesiologia. Avaliação pré-anestésica. Classificação anestésica do paciente. Medicação préanestésica. Anestésicos injetáveis: farmacologia e técnicas. Anestésicos inalatórios: farmacologia e técnicas. Circuitos e aparelhos para anestesia. Anestesia locorregional: farmacologia e técnicas. Monitoração anestésica. Estudo das principais emergências na clínica médica dos animais domésticos, atendimento de emergências respiratórias, cardiovasculares e neurológicas; reanimação cardiopulmonar cerebral, técnicas de monitoramento e suporte básico de vida.

d) Bibliografia Básica

ANDRADE S.F. **Manual de Terapêutica Veterinária**. São Paulo: Roca. 2000

IBAÑEZ, J.F. **Anestesia veterinária para acadêmicos e iniciantes**. São Paulo: Medvet, 2012.

NATALINI, C. C. **Teoria e técnicas em anestesiologia veterinária**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

e) Bibliografia Complementar

FANTONI, D. T.; CORTOPASSI, S.R.G. **Anestesia em cães e gatos**. São Paulo: Roca, 2009.

MASSONE, F. **Anestesiologia Veterinária - Farmacologia e Técnica**. 6ª ed. 2010 Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2010.

TRANQUILLI, W.J.; THURMON, J.C.; WILEY, K. A. G. **Lumb and Jones' Veterinary Anesthesia and Analgesia**. New Jersey: Blackwell Publishing. 2007.

AULER JÚNIOR, J. O. C. **Anestesiologia básica: Manual de anestesiologia, dor e terapia intensiva.** São Paulo: Editora Mamole Ltda, 2011.

CARROLL, Gwendolyn L. **Anestesia e analgesia de pequenos animais.** São Paulo: Manole, 2012.

f) Periódico:

a) Disciplina: MEDICINA VETERINÁRIA LEGAL (EAD)

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Técnica de necropsia nas diferentes espécies animais e necropsia médico legal. Colheita e processamento de material para análise diagnóstica. Formas de eutanásia em medicina veterinária. Provas de cessação da vida. Fenômenos cadavéricos. Cronotanatognose. Perícia forense. Laudos e petições. Normas e procedimentos de perícia judicial. Traumatologia médico legal. Documentos médico legais. Registro fotográfico e exames laboratoriais em medicina legal. Atuação do perito veterinário frente a seguradoras. Vícios rebiditórios e fraudes.

d) Bibliografia Básica

CROCE, DELTON. **Curso básico de medicina legal.** Rio de Janeiro. Editora Forense. 2005.

EÇA A.J. **Roteiro de Medicina Legal.** Editora Forense. Rio de Janeiro – RJ. 2005

CONCEIÇÃO, C.D.C. **Perícia Médico Veterinária in: CRMV-RJ.** Editora Publicações. 2000.

e) Bibliografia Complementar

PAARMANN, K. **Medicina Veterinária Legal.** Editora do Autor. São Paulo – SP. 2005

WENDT-OLIVEIRA, J. R., RIVERO-WENDT, C. L. G., & GUEDES, N. M. R. (2023). **Tráfico de animais silvestres: atuação da Polícia Rodoviária Federal no enfrentamento aos crimes contra a fauna silvestre nativa do Brasil.** Editora Científica.

BIZATTO, J.I. **Eutanásia e Responsabilidade Médica.** Editora Sagra. Porto Alegre – RS. 2004.

FILHO, D. A. **Direito dos Animais.** Editora Themis. Mogi das Cruzes – SP. 2001

NASSARO, A. L. F. (2013). **Animais silvestres e o propósito da estimação.** MPG Jurídico, 1, 40-47.

f) Periódico:

International Journal o Legal Medicine

Journal of Legal Veterinary Medicine

a) Disciplina: TECNOLOGIA, HIGIENE E INSPEÇÃO DE LEITE, DERIVADOS E MEL

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (40h) + Prática (40h)

c) Ementa: Composição do leite. Análises físico-químicas e microbiológicas do leite e derivados. Doenças transmissíveis pelo leite e derivados. Aspectos teórico-práticos relacionados à legislação referente à produção, transporte, processamento e armazenamento de leite e derivados.

d) Bibliografia Básica

EVANGELISTA, J. **Tecnologia de alimentos**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

FRANCO, B.D.G.M., LANDGRAF, M. **Microbiologia dos alimentos**. São Paulo: Atheneu, 1996.

FELLOWS, P. J. **Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.

e) Bibliografia Complementar

JAY, J.M. **Microbiologia de alimentos**. 6 ed. Porto Alegre: Art Med, 2009.

ORDONEZ PEREDA, J. A. (Org.) et al. **Tecnologia de alimentos: componentes dos alimentos e processos**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

COSTA, J.C. M. **Inspeção e Segurança Alimentar do Leite Fluido**. Colatina: ISAF. 2016.

GERMANO, P. M. L. **Higiene e vigilância sanitária de alimentos**. 3. Ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

FONSECA, L. F. L.; SANTOS, M. V. **Qualidade do leite e controle da mastite**. São Paulo: Lemos Editorial, 2000. 175 p.

f) Periódico:

7º PERÍODO

a) Disciplina: DOENÇAS VIRAIS DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Informações teóricas sobre as principais infecções virais dos animais domésticos em relação à etiologia, patogenia, diagnóstico laboratorial, epizootiologia, prevenção e controle. Discussão sobre as principais técnicas de pesquisa de antígenos virais, como: técnicas sorológicas (reação de Imunofluorescência indireta - IFI, reação de hemaglutinação-HA, ensaio imunoenzimático - EIEA); identificação de vírus a partir de técnicas moleculares (reação em cadeia de polimerase -PCR, eletroforese em gel de poliacrilamida - EGPA), isolamento e identificação de vírus em animais e culturas celulares, pesquisa de anticorpos

virais através de técnicas sorológicas (soroneutralização – SN, imunodifusão em gel – IDGA).

d) Bibliografia Básica

MEGID, J.; RIBEIRO, M. G.; PAES, A. C. **Doenças Infecciosas Em Animais De Produção e de Companhia**. São Paulo: Roca. 2016.

QUINN, P.J.; MARKEY, B.K.; CATER, M.E.; DONNELLY, W.J.; LEONAR, F.C. **Microbiologia Veterinária e Doenças Infecciosas**. 1ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2005.

FLORES, E. **Virologia Veterinária. Virologia Geral e Doenças Víricas**. 3 ed., 2017. 1136 p.

e) Bibliografia Complementar

CHELINI, M. O. M. **Terapia assistida por animais**. Barueri, SP: Manole. 2016.

GUTIERREZ, M.M.B. et al. **Manual Gráfico de Imunologia e Enfermidades Infecciosas do Cão e do Gato**. São Paulo: Med Vet livros. 2011.

QUINN, P.J. **Microbiologia Veterinária Essencial 2ED**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

FLINT, S. J., L. W. ENQUIST, V. R. RACANIELLO, and A. M. SKALKA. **Principles of Virology: Molecular Biology, Pathogenesis, and Control of Animal Viruses**. ASM Press, 2ed. 2003.

KNIPE, D., HOWLEY, P. **Fields Virology 6 ed**. 2664 p., 2013.

f) Periódico:

a) Disciplina: TÉCNICA CIRÚRGICA VETERINÁRIA

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (20h) + Prática (40h)

c) Ementa: Introdução à técnica operatória veterinária; estrutura e funcionamento de um centro cirúrgico; conceitos gerais sobre técnica cirúrgica asséptica (aspepsia, antissepsia, desinfecção e esterilização); paramentação e instrumentação; pré, trans e pós-operatório. Princípios da diérese, hemostasia e síntese; técnicas cirúrgicas gerais e especiais.

d) Bibliografia Básica

BOJRAB, M. J. **Técnicas atuais em cirurgia de pequenos animais**. 3º ed. São Paulo: ROCA, 2005.

FUBINI, SUSAN L.; DUCHARME, NORM G. **Farm Animal Surgery**. Editora Saunders 2008.

TURNER, A. S. **Técnicas cirúrgicas em animais de grande porte**. São Paulo - SP: Roca, 2002.

e) Bibliografia Complementar

FOSSUM, T. W. **Cirurgia de pequenos animais**. 2ª ed. São Paulo - SP: Roca, 2005.

AUER, J. A.; STICK, J. A. **Equine surgery**. 4ª ed. Philadelphia: W.B. Saunders Co. 2011.

SLATTER, D. **Manual de Cirurgia de Pequenos Animais**. 2 Vols. 3ª Ed. São Paulo: Manole. 2007.

PIERMATTEI, Donald L. **Ortopedia e tratamento de fraturas de pequenos animais**. 4. ed. Baruei, SP: Manole, 2009.

CARROLL, Gwendolyn L. **Anestesia e analgesia de pequenos animais**. São Paulo: Manole, 2012.

f) Periódico:

a) Disciplina: MEDICINA DE RUMINANTES

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (40h) + Prática (40h)

c) Ementa: Propedêutica, diagnóstico, prognóstico, tratamento e controle de afecções de ruminantes. Práticas hospitalares no manejo clínico de ruminantes. Abordagem das técnicas de exame clínico de ruminantes. Principais enfermidades que acometem os diferentes sistemas em ruminantes. Doenças metabólicas e nutricionais. Enfermidades do neonato ruminante. Medidas de tratamento e controle das principais enfermidades em ruminantes.

d) Bibliografia Básica

PUGH, D. G. **Clínica De Ovinos e Caprinos**. São Paulo: Roca. 2004.

RIET-CORREA, F. **Doenças de Ruminantes e Equinos - 2 Volumes**. São Paulo: Varela. 2001.

RADOSTITS, O. M. **Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-grupo gen. 2002

e) Bibliografia Complementar

SMITH, B. **Medicina interna de grandes animais**. 3 ED. SÃO PAULO: MANOLE. 2006.

GARCIA, M. **Manual de Semiologia e Clínica dos Ruminantes**. São Paulo: Varela. 1996.

COCKCROFT, P; Jackson, P. **Exame Clínico dos Animais de Fazenda**. São Paulo: Andrei. 2003.

OTTA, E.; CHELINI, Ma. O. M. (Coord.) **Terapia assistida por animais**. Barueri, SP: Manole, 2016.

ROSENBERGER, G. **Exame clínico dos bovinos**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

f) Periódico:

a) Disciplina: GESTÃO E PLANEJAMENTO DE AMBIENTES DE PRODUÇÃO

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Gestão, planejamento, organização, controle e coordenação na empresa rural. Registros agrícolas. Fatores que afetam os resultados econômicos. Noções de contabilidade agropecuária e informática aplicada à administração rural. Fundamentos de desenho técnico e arquitetônico para instalações rurais de interesse zootécnico; principais materiais empregados em construções rurais de interesse zootécnico; noções de projeto arquitetônico para instalações rurais e zootécnicas; técnicas de construções rurais.

d) Bibliografia Básica

FABICHAK, I. **Pequenas Construções Rurais**. São Paulo: Ed. Nobel, 2000.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. São Paulo: Campus, 2000.

SILVA, R. A. G. da. **Administração Rural: teoria e prática**. Curitiba: Juruá, 2013.

e) Bibliografia Complementar

BUENO, C.F.H. **Materiais e técnicas construtivas rurais**. 1ed, Lavras:UFLA, 2000. 84p.

ERDMANN, Rolf Hermann. **Administração da produção: planejamento, programação e controle**. Florianópolis: Papa-Livro, 2000.

PEREIRA, M.F. **Construções rurais**. São Paulo. Nobel, 2011. 330p.

NORONHA, J. F. **Projetos agropecuários: administração financeira, orçamento e avaliação econômica**. São Paulo: Atlas, 1987.

SANTOS, G. J. dos. **Administração de custos na agropecuária**. São Paulo: Atlas, 2002.

f) Periódico:

a) Disciplina: TECNOLOGIA, HIGIENE E INSPEÇÃO DE CARNES, PESCADOS E PRODUTOS DERIVADOS

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (40h) + Prática (20h)

c) Ementa: Informações teóricas sobre legislação, classificação e regulamentação dos estabelecimentos de carne e derivados. Funcionamento dos estabelecimentos, instalações e equipamentos. Abate sanitário e métodos de insensibilização. Julgamento e critérios de classificação para destino das carcaças. Inspeção *ante* e *post mortem*. Entendimento sobre condições bioquímicas e fisiológicas da carne. Cortes da carne, rendimento e tipificação. Noções de ferramentas de controle de qualidade. Boas Práticas de Fabricação (BPF).

Procedimento Padrão de Higiene Operacional (PPHO). Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC); Resíduos químicos em produtos cárneos. Morfofisiologia do pescado. Composição química do pescado. Alterações do pescado após morte. Captura e manipulação higiênica do pescado a bordo. Manipulação do pescado após o desembarque. Higiene e sanidade de produtos pesqueiros. Intoxicações e infecções produzidas por pescado. Microbiologia na indústria pesqueira. Métodos de conservação do pescado. Uso de substâncias químicas nos produtos pesqueiros. Legislação. Emprego de tecnologia para preservação e conservação do pescado. Produtos e subprodutos do pescado.

d) Bibliografia Básica

GONÇALVES, Alex Augusto. Tecnologia do pescado: ciência, tecnologia, inovação e legislação. São Paulo, SP: Atheneu, 2011. 608 p.

OETTERER, Marília. **Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos**. Barueri, SP: Manole, 2006. 612 p.

WILSON, W.G. Wilson's. **Inspeção Prática Da Carne**. 7ª. Ed. São Paulo: Roca. 2010

e) Bibliografia Complementar

VIEIRA, R. H. S. F.. **Microbiologia, higiene e qualidade do pescado teoria e prática**. São Paulo, SP: Varela, 2004. 380 p.

JAY, J.M. **Microbiologia de alimentos**. 6 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

ORDONEZ PEREDA, J. A. (Org.) et al. **Tecnologia de alimentos: componentes dos alimentos e processos**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007

GERMANO, P. M. L.. **Higiene e vigilância sanitária de alimentos**. 3. Ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

FRANCO, B.D.G.M.; LANDGRAF, M. **Microbiologia dos alimentos**. 2. ed. Atheneu: São Paulo. 2008.

f) Periódico:

a) Disciplina Optativa I

b) Ementa: Trata-se de disciplina de livre escolha do aluno, dentre as disciplinas oferecidas no curso e em outros cursos, que complementam a formação profissional, numa determinada área ou subárea de conhecimento, e permitem ao aluno iniciar-se numa diversificação de conteúdo. Constará de seu histórico escolar, cuja carga será acrescida a carga mínima prevista para o curso.

8º PERÍODO

a) Disciplina: GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA VETERINÁRIA

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (40h) + Prática (40h)

c) Ementa: Estudo da fisiologia, endocrinologia e patologia do sistema reprodutivo das fêmeas de animais domésticos assim como dos aspectos envolvidos nos procedimentos obstétricos. Diagnóstico de gestação. Parto eutócico e distócico seu diagnóstico e prognóstico. Estudo dos processos fisiológicos da gestação, do parto, do puerpério e as suas complicações patológicas. Medidas indispensáveis à parturiente e ao recém-nascido. Fisiopatologia do sistema reprodutor feminino e ciclo estral das fêmeas dos animais domésticos. Diagnóstico e tratamento da infertilidade e das afecções reprodutivas das fêmeas. Práticas de Campo.

d) Bibliografia Básica

HAFEZ, E. S. E.; HAFEZ, B. **Reprodução animal**. 7. ed. Editora: Manole, 2004.

NASCIMENTO, E. F.; SANTOS, R. L. **Patologia da Reprodução Dos Animais Domésticos**. 3. ed. Editora: Guanabara Koogan, 2011.

PRESTES, N. C. LANDIN-ALVARENGA, F. C. **Obstetrícia veterinária**. São Paulo: Roca. 2017.

e) Bibliografia Complementar

BALL, P. J. H.; PETERS, A. R. **Reprodução Em Bovinos**. São Paulo: Roca. 2013

ENGLAND, G.; HEIMENDAHL, A. **Manual of canine and feline reproduction and neonatology**. 2. ed. Blackwell Scientific Pub, 2010.

FELICIANO, M.A.R.; CANOLA, J.C.; VICENTE, W.R.W. **Ultrassonografia na Reprodução Animal**. São Paulo: Med Vet. 2013

GONCALVES, P. B. D. **Biotécnicas aplicadas a reprodução animal**. 3. ed. Editora: Roca, 2021.

NEILL, J. D. **Physiology of Reproduction**. 3. ed. Elsevier, 2006. Vol. 1 e Vol. 2.

f) Periódico:

a) Disciplina: MEDICINA DE SUÍNOS E AVES

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (40h) + Prática (40h)

c) Ementa: Estudo da etiologia, diagnóstico, tratamento, prognóstico e controle das principais enfermidades clínicas que afetam os suínos e aves, dando ênfase aquelas de maior interesse e impacto produtivo. Padrões sanitários exigidos pelo consumidor e pelos mercados compradores. Fatores de risco relacionados às doenças dos suínos e aves. Principais

enfermidades que acometem os diferentes sistemas de produção de suínos e aves. Prevenção e controle de doenças infecciosas e não infecciosas em suínos e aves. Manejo sanitário de granjas. Práticas de Campo.

d) Bibliografia Básica

COELHO, H. E. **Patologia das aves**. São Paulo: Tecmedd, 2006.

RADOSTIS, O. M. et al. **Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos**. Rio de Janeiro: 9.ed., Guanabara Koogan, 2002.

SOBESTIANSKY, J. & BARCELOS, D. **Doenças dos suínos**. 2. ed. Goiânia: Canone, 2012. 959p.

e) Bibliografia Complementar

BORDIN, L. E. **Tratado de ornitopatologia sistêmica**. Nobel, 1981.

HOFSTAD, M. S. et. al. **Diseases of poultry, america association of avian pathologists**. Iowa State Univerdity Press, 1984. 831 p.

SANTOS, JEFFERSON ANDRADE DOS SANTOS. **Patologia geral dos animais domésticos: mamíferos e aves**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

SOBESTIANSKY, J. et. al. **Suinocultura intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho**. 1998.

SOBESTIANSKY, J. **Clínica e patologia suína**. 2. ed. Goiânia: Sobestiansy, J., 1999. 464p.

f) Periódico:

a) Disciplina: CLÍNICA CIRURGICA VETERINÁRIA

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (20h) + Prática (60h)

c) Ementa: Afecções cirúrgicas da cabeça, pescoço e tórax, parede abdominal, estômago, intestinos, sistema geniturinário masculino e feminino, vias biliares e extra-hepáticas, baço, pâncreas e do sistema locomotor. Traumatologia, infecções cirúrgicas, distrofias cirúrgicas, fraturas, luxações e entorses.

d) Bibliografia Básica

BOJRAB, J.M. **Mecanismos das Doenças em Cirurgia de Pequenos Animais**. 3ª. ed. São Paulo: Roca. 2014.

RABELO, R.E. et al. **Cirurgias Do Aparelho Reprodutor De Machos Bovinos E Equinos**. São Paulo: MedVet. 2017.

FOSSUM, T. W. **Cirurgia de pequenos animais**. 3ª ed. São Paulo: Roca, 2008.

e) Bibliografia Complementar

TURNER, A. S.; MCILWRAITH, C.W. **Técnicas cirúrgicas em animais de grande porte**.

São Paulo: Roca, 2002.

SLATTER, D. **Manual de cirurgia de pequenos animais**. 2ª.Ed. São Paulo: Manole, 2005.

AUER, J. A.; STICK, J. A. **Equine surgery**. 4ª ed. Philadelphia: W.B. Saunders Co. 2006.

PIERMATTEI, Donald L. **Ortopedia e tratamento de fraturas de pequenos animais**. 4. ed. Baruei, SP: Manole, 2009.

CARROLL, Gwendolyn L. **Anestesia e analgesia de pequenos animais**. São Paulo: Manole, 2012.

f) Periódico:

a) Disciplina DEFESA SANITÁRIA ANIMAL, SAÚDE PÚBLICA E GESTÃO DO MEIO AMBIENTE (EAD)

b) Carga Horária Total: 60h – Teórica (60h)

c) Ementa: Conceituação de Defesa Sanitária Animal, sua estruturação, legislação, funcionamento e atribuições. Funções dos organismos internacionais de regulamentação do comércio internacional (OMC), de regulamentação internacional de conformidade de produtos (CODEX, ISSO) e da Oficina Internacional de Epizootias (OIE) na Vigilância Epidemiológica Internacional. Enfermidades da lista A e B da OIE. Programas Nacionais de erradicação e/ou controle das enfermidades dos rebanhos. Sistema de informação na Vigilância Epidemiológica usado pelos Serviços de Defesa Sanitária animal. Ações em saúde pública. Importância sanitária, econômica, política e social das zoonoses. Princípios do saneamento básico e ambiental. Meio ambiente e crescimento econômico; desenvolvimento rural sustentável; impactos e formas de mitigação ambiental; legislação e passivo ambiental; métodos de diagnóstico e de planejamento ambiental; noções sobre produção agro-ecológica em medicina veterinária

d) Bibliografia Básica

ASSIS, R. L. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia**. Econ. Apl. [online]. 2006, vol.10, n.1, pp. 75-89. ISSN 1413-8050.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de Legislação: Programas nacionais de saúde animal do Brasil**. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal> Acesso em : 28 de março de 2023.

BUSATO, I. M. S. **Epidemiologia e processo saúde-doença**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

e) Bibliografia Complementar

BROWN, C. & BOLIN C. **Emerging Diseases of Animals**. ASM Press. 2000, 304p.

CONSOLI, R.A.G.B; OLIVEIRA, R.L. **Principais mosquitos de importância sanitária no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FLETCHER, R. H. **Epidemiologia Clínica: Elementos Essenciais**. 5ª edição. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Ltda, 2014. 281 p.

FORATTINI, O. P. **Ecologia, Epidemiologia e Sociedade**. 2ª edição. São Paulo: Editora Artes Médicas Ltda, 2004. 529 p.

VIANA. G et. Al. (Org.). **O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

f) Periódico:

a) Disciplina: MEDICINA DE EQUINOS

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (40h) + Prática (40h)

c) Ementa: Avaliação clínica e afecções que acometem os equídeos, a pele e seus anexos, bem como os sistemas digestório, respiratório, cardiovascular, nervoso, urinário, locomotor, genital masculino e feminino. Conhecimentos dos aspectos fisiopatológicos e sua correlação com as manifestações clínicas para o diagnóstico das enfermidades, o prognóstico e as medidas terapêuticas. Neonatologia: cuidados gerais e lactação; doenças neonatais.

d) Bibliografia Básica

RADOSTITS O. M.; GAY C. C.; BLOOD D. C.; HINCHCLIFF, K. W. **Clínica Veterinária - Um Tratado de Doenças dos Bovinos, Ovinos, Suínos, Caprinos e Equinos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

THOMASSIAN, A. **Enfermidades dos cavalos**. 4ª. ed. São Paulo - SP: Varela, 2005.

REED, S.M.; BAYLY, W.M. **Medicina Interna Equina**. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2000.

e) Bibliografia Complementar

STASHAK, T. S. **Claudicação em Equinos Segundo Adams**. 5ª. ed. São Paulo: Roca. 2006.

RIET-CORREA, F. **Doenças de Ruminantes e Equinos - 2 Volumes**. São Paulo: Varela. 2001.

FEITOSA, F.L.F. **Semiologia Veterinária: A Arte do Diagnóstico**. São Paulo: Editora Roca. 2008.

OTTA, E.; CHELINI, M. O. M. (Coord.) **Terapia assistida por animais**. Barueri, SP: Manole, 2016.

ANDRADE, S. F. **Manual de terapêutica veterinária**. 3. ed. Editora: Roca, 2008.

f) Periódico:

9º SEMESTRE

a) Disciplina: ANDROLOGIA E BIOTECNOLOGIA DA REPRODUÇÃO

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (40h) + Prática (40h)

c) Ementa: Estudo da fisiologia, endocrinologia e patologia do sistema reprodutivo dos machos de animais domésticos. Comportamento sexual nas diferentes espécies domésticas. Avaliação andrológica de reprodutores. Fatores relacionados à infertilidade de reprodutores. Tecnologias de manipulação do sêmen. Biotecnologias aplicadas à reprodução animal. Controle do estro e da ovulação. Inseminação artificial convencional e em tempo fixo. Tecnologias de manipulação de embriões. Superovulação. Aspiração folicular e fertilização *in vitro*. Inovulação de embrião. Clonagem e Transgenia.

d) Bibliografia Básica

GONÇALVES, P. B. D. **Biotécnicas aplicadas a reprodução animal**. 3. ed. Editora: Roca, 2021.

OLIVEIRA, M. E. F.; TEIXEIRA, P. P. M.; VICENTE, W. R. R. **Biotécnicas Reprodutivas em Ovinos e Caprinos**. 1. ed. Editora: Editora MedVet, 2013.

SINGH, B. K. **Compêndio de Andrologia e Inseminação Artificial em Animais de Fazenda**. 1. ed. Editora: Andrei, 2006.

e) Bibliografia Complementar

ENGLAND, G.; HEIMENDAHL, A. **Manual of canine and feline reproduction and neonatology**. 2. ed. Blackwell Scientific Pub, 2010.

HAFEZ, B.; HAFEZ, E.S.E. **Reprodução Animal**. Barueri: Manole, 2004.

COLÉGIO BRASILEIRO DE REPRODUÇÃO ANIMAL. **Manual para exame andrológico e avaliação de sêmen animal**. 3.ed. Belo Horizonte: CBRA, 104p., 2013.

NEILL, J. D. **Physiology of Reproduction**. 3. ed. Elsevier, 2006. Vol. 1 e Vol. 2.

YOUNGQUIST, R.; THRELFALL, W. **Current therapy in large animal theriogenology**. 2. ed. Editora: Elsevier, 2006.

f) Periódico:

a) Disciplina: CLÍNICA CIRURGICA VETERINÁRIA II

b) Carga Horária Total: 80h – Teórica (20h) + Prática (60h)

c) Ementa: Discussão de casos cirúrgicos e técnicas inovadoras na abordagem cirúrgica. Práticas em centro cirúrgico e de cirurgias a campo.

d) Bibliografia básica

BOJRAB, J.M. **Mecanismos das Doenças em Cirurgia de Pequenos Animais**. 3ª. ed. São Paulo: Roca. 2014.

RABELO, R.E. et al. **Cirurgias Do Aparelho Reprodutor De Machos Bovinos E Equinos**. São Paulo: MedVet. 2017.

FOSSUM, T. W. **Cirurgia de pequenos animais**. 3ª ed. São Paulo: Roca, 2008.

e) Bibliografia complementar

TURNER, A. S.; MCILWRAITH, C.W. **Técnicas cirúrgicas em animais de grande porte**. São Paulo: Roca, 2002.

SLATTER, D. **Manual de cirurgia de pequenos animais**. 2ª.Ed. São Paulo: Manole, 2005.

AUER, J. A.; STICK, J. A. **Equine surgery**. 4ª ed. Philadelphia: W.B. Saunders Co. 2006.

PIERMATTEI, Donald L. **Ortopedia e tratamento de fraturas de pequenos animais**. 4. ed. Baruei, SP: Manole, 2009.

CARROLL, Gwendolyn L. **Anestesia e analgesia de pequenos animais**. São Paulo: Manole, 2012.

f) Periódico:

a) Disciplina: EMPREENDEDORISMO E MARKETING

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (40h)

c) Ementa: Introdução à administração e seus elementos essenciais. Estrutura organizacional dos serviços veterinários. As organizações e a administração de pessoal. Atendimento ao cliente, elementos do planejamento sistêmico de relações públicas. Fundamentos de marketing. Análise e planejamento de marketing. Tópicos especiais de marketing. Projeto aplicado em marketing. Formação, organização e transformação social. Planejamento estratégico.

d) Bibliografia Básica

MARIANO, S. R. H.; MAYER, V. F. **Empreendedorismo: fundamentos e técnicas para criatividade**. São Paulo: Grupo GEN, 2010. (Recurso eletrônico).

NEVES, M.F.; CASTRO, L.T. **Marketing e Estratégia em Agronegócio e Alimentos**. São Paulo: Atlas, 2007.

SERTECK, Paulo. **Administração e planejamento estratégico**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

e) Bibliografia Complementar

FERREIRA JR, Achiles Batista. **Marketing digital: uma análise do mercado 3.0**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

COBRA, Marcos. **Administração de marketing no Brasil**. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2014. (Recurso eletrônico).

DORNELAS, J. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. São Paulo: Editora Empreende, 2021. (Recurso eletrônico).

LAS CASAS, Alexandre Luzzi; GARCIA, Maria Tereza. **Diferenciação e Inovação em Marketing**. São Paulo: Nobel, 2007. (Recurso eletrônico).

SANTOS. G.S., MARCON, J.C. **Administração de custos agropecuários**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

a) Disciplina: Trabalho de conclusão de curso I (TCC I)

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (40h) + Prática (-)

c) Ementa: O eixo central da disciplina é a realização de um trabalho de conclusão de curso, sob orientação docente, com foco no processo de formação, de modo a contribuir para o desenvolvimento de capacidades técnicas, científicas e crítico-reflexivas do futuro profissional. Para isso, serão definidos: tema específico sobre o qual será feito o trabalho de conclusão de curso; forma de elaboração do projeto abordando aspectos técnicos relativos a escrita acadêmica, incluindo a definição das atividades a serem desenvolvidas e cronograma de execução; e formas de apresentação de relatório (s) de atividades desenvolvidas, incluindo parte de material/dados a serem analisados e apresentados, conforme normas acadêmicas vigentes na IES e na Legislação Educacional Brasileira.

d) Bibliografia Básica

SALOMON, D. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins, 2004.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

e) Bibliografia Complementar

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e sapiência: o dilema da educação**. São Paulo: Loyola.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

IDE, Pascal. **A Arte de pensar**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOCH, Ingedore. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2004.

NERY, J.R.C; BORGES, M.L.T. **Orientações técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos.** Macapá: UNIFAP, 2005.

f) Periódico:

a) Disciplina: DISCIPLINA OPTATIVA II

b) Ementa: Trata-se de disciplina de livre escolha do aluno, dentre as disciplinas oferecidas no curso e em outros cursos, que complementam a formação profissional, numa determinada área ou subárea de conhecimento, e permitem ao aluno iniciar-se numa diversificação de conteúdo. Constará de seu histórico escolar, cuja carga será acrescida a carga mínima prevista para o curso.

10º SEMESTRE

a) Disciplina: ESTÁGIO EM MEDICINA VETERINÁRIA

b) Carga Horária Total: 400h – Prática (400h)

c) Ementa: Devem ser realizadas conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados que procurem assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas no Projeto Pedagógico, assegurando o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, em consonância com o PPC, regulamentos e normas institucionais e legislação pertinente.

d) Bibliografia Básica

As referências bibliográficas serão indicadas pelo professor responsável pela disciplina.

e) Bibliografia Complementar

As referências bibliográficas serão indicadas pelo professor responsável pela disciplina.

a) Disciplina: Trabalho de conclusão de curso II (TCC II)

b) Carga Horária Total: 20h – Teórica (20h)

c) Ementa: O eixo central da disciplina é a defesa de um trabalho de conclusão de curso, sob orientação docente, com foco no processo de formação, de modo a contribuir para o desenvolvimento de capacidades técnicas, científicas e crítico-reflexivas do futuro profissional.

d) Bibliografia Básica

SALOMON, Delcio. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

e) Bibliografia Complementar

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e sapiência: o dilema da educação**. São Paulo: Loyola.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

IDE, Pascal. **A Arte de pensar**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOCH, Ingedore. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2004.

NERY, J.R.C; BORGES, M.L.T. **Orientações técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Macapá: UNIFAP, 2005.

f) Periódico:

DISCIPLINAS OPTATIVAS

a) Disciplina: TOXICOLOGIA VETERINÁRIA

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (20h) + Prática (20h)

c) Ementa: Princípios da toxicocinética, toxicodinâmica, da avaliação de risco e da importância dos índices de toxicidade. Conhecer e identificar o mecanismo de toxicidade e os efeitos tóxicos de praguicidas, metais pesados e plantas tóxicas e as consequências de resíduos em produtos de origem animal. Conhecer e identificar os efeitos de venenos de origem animal. Conhecer as técnicas para o diagnóstico toxicológico.

d) Bibliografia Básica

NOGUEIRA, Rosa Maria Barilli, Silvia Franco Andrade. **Manual de Toxicologia Veterinária**. 1º edição, São Paulo, Editora Roca, 2011, 323 p.

SPINOSA, H. S; GORNIK, S.L; BERNARDI, M. M. **Farmacologia aplicada à Medicina Veterinária**. 5a Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

SANTOS, Renato de Lima; ALESSI, Antonio Carlos (Org.). **Patologia veterinária**. São Paulo, SP: Roca, 2011. x, 982 p.

e) Bibliografia Complementar

ANDRADE, Silvia Franco. **Manual de terapêutica veterinária**. 3. ed. São Paulo, SP: Roca, 2008. xxiv, 912 p.

HENDRIX, Charles M. **Procedimentos laboratoriais para técnicos veterinários**. 4. ed. São Paulo, SP: Roca, 2006. xii, 556 p.

JERICÓ, Márcia Marques; João Pedro de Andrade Neto; Márcia Mery Kogika. **Tratado de Medicina Interna de Cães e Gatos vol. 1 e 2**. Editora Roca, 2015.

ADAMS, H. Richard (Ed.). **Farmacologia e terapêutica em veterinária**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2003. 1034 p.

BARROS, Ciro Moraes; DI STASI, Luiz Claudio (Ed). **Farmacologia veterinária**. Barueri, SP: Monole, 2012. 580 p.

a) Disciplina: ECOLOGIA

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (40h) + Prática (-)

c) Ementa: Conceitos básicos em ecologia. Cadeias e teias alimentares. Fluxo de energia e níveis tróficos. Ciclos biogeoquímicos. Características das populações. Fatores que regulam o tamanho das populações biológicas. Oscilações em populações naturais. Tipos de relações ecológicas. Relações intraespecíficas. Relações interespecíficas. Sucessão ecológica. Fatores que afetam a evolução dos ecossistemas. Grandes biomas do mundo. Biomas brasileiros. O impacto da espécie humana sobre a natureza. Poluição ambiental. Interferência humana em ecossistemas naturais. Caminhos e perspectivas.

d) Bibliografia Básica

MILLER, G. T.; SPOOLMAN, S. E. **Ciência Ambiental**. 14^a ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

PHILIPPI JR., A.; ROMÉRO, M.A; BRUNA, G.C. **Curso de gestão ambiental coleção ambiental**. 2^a ed. São Paulo: Manole. 2011.

BLÜCHER, E. **Em busca do conhecimento ecológico**. 2^a. ed. São Paulo: Edgard Blucher LTDA, 1995.

e) Bibliografia Complementar

FERRI, Mario Guimarães. **Ecologia geral**. [S.l.]: ITATIAIA, 1980.

COSTA, Maria Diana Braga. **Ecologia e meio ambiente**. [S.l.]: BRASÍLIA JURÍDICA, 1992.

CALDAS, Ricardo. **Responsabilidade socioambiental**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

BERTÉ, Rodrigo. **Gestão Socioambiental no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

REICHARDT, Klaus. **Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2016.

a) Disciplina: FORRAGICULTURA

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (20h) + Prática (20h)

c) Ementa: Terminologia e classificação de plantas forrageiras. Morfofisiologia de plantas forrageiras. Interação entre plantas forrageiras e entre plantas e herbívoros em pastagens. Ciclagem de nutrientes em pastagens. Gramíneas de clima tropical. Leguminosas de clima tropical e subtropical. Caatinga como suporte forrageiro. Uso de corretivos agrícolas e fertilizantes. Consumo, digestibilidade e análise bromatológica de plantas forrageiras. Fatores que afetam a qualidade de plantas forrageiras. Métodos de Pastejo. Nutrição de ruminantes em pastejo e equídeos em pastejo. Pasto diferido e capineiras. Conservação de forragem: ensilagem. Conservação de forragem: fenação.

d) Bibliografia Básica

REIS, R A. et al. **Forragicultura: Ciência, Tecnologia e Gestão dos Recursos Forrageiros**. São Paulo: FUNEP. 2014.

SILVA, S.C.; NASCIMENTO JÚNIOR, D. do; EUCLIDES, V.B.P. **Pastagens: conceitos básicos, produção e manejo**. Viçosa: Suprema, 2008.

FONSECA, D. M. da; MARTUSCELLO, J. A. **Plantas forrageiras**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2010.

e) Bibliografia Complementar

SOUSA, D.M.G. de; LOBATO, E. **Cerrado: correção do solo e adubação**. 2.ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

PIRES, W. et al. **Manual de Pastagens**. Viçosa: Editora Aprenda Fácil. 2011

ALCANTARA, P. B. **Plantas Forrageiras-gramineas & Leguminosas**. São Paulo: Nobel. 2009.

LEPSCH, Igo F. **Formação e conservação dos solos**. 2. ed. São Paulo: Oficina de textos, 2010.

REICHARDT, Klaus. **Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2016.

a) Disciplina: MANEJO E PATOLOGIA DE ORGANISMOS AQUÁTICOS

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (20h) + Prática (20h)

c) Ementa: Introdução e Importância do conhecimento aplicado à sanidade de organismos aquáticos. Normal macro e micro anatomia de crustáceos, peixes, moluscos e anfíbios. Sinais

de doença de organismos aquáticos. Principais agentes etiológicos. Princípios e métodos de prevenção e controle.

d) Bibliografia Básica

OIE (Office International des Epizooties/World Animal Health Organization). **Aquatic Animal Health Code (2014), 10th ed. Office International des Epizooties, Paris.** 238 pp. <http://www.oie.int/international-standard-setting/aquatic-code/access-online/> download gratuity.

OIE (Office International des Epizooties/World Animal Health Organization). **Manual of diagnostic tests for aquatic animals (2014), 7th ed.** Office International des Epizooties, Paris. 389 pp. [http://www.oie.int/international-standard-setting/aquaticmanual/](http://www.oie.int/international-standard-setting/aquaticmanual/access-online/) access-online/ download gratuity.

e) Bibliografia Complementar

World Organization for Animal Health (OIE) <http://www.oie.int>. **Aquatic Animal Health Standard Commission** - <http://www.oie.int/international-standard-setting/specialists-commissions/groups/aquatic-animal-commission-reports/overview/> Coordenação geral de sanidade pesqueira do Ministério da Pesca e Aquicultura.

a) Disciplina: EQUIDEOCULTURA

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (20h) + Prática (20h)

c) Ementa:

Introdução a equinocultura. Classificação zoológica, origem e domesticação. População e importância econômica para o Brasil e demais países. Caracterização racial. Introdução ao estudo do exterior do cavalo. Andamentos dos equinos. Escolha de raças e reprodutores. Manejo reprodutivo. Manejo nutricional. Manejo sanitário. Cuidados com os potros recém-nascidos. Manejo de potros do nascimento à doma. Escrituração zootécnica de equinos. Utilização do cavalo no esporte.

d) Bibliografia Básica

FRAPE, D. **Nutrição e Alimentação de Equinos.** 3. ed. Editora: Roca, 2008.

GALVÃO, C. C. A. **O Cavalo - Características, Manejo e Alimentação.** 1. ed. Editora: Roca, 2011.

LEY, W. B. **Reprodução em Éguas para Veterinários de Equinos.** 1. ed. Editora: Roca, 2006.

e) Bibliografia Complementar

DUARTE, E. R. **Doma racional de equinos.** Viçosa: 2. ed. Editora LK, 2007.

LEWIS, L. D. **Nutrição Clínica Equina - Alimentação e Cuidados**. 1. ed. Editora: Roca, 2000.

PARKER, R. **Equine Science**. 4. ed. Publisher: Cengage Learning, 2012.

SAMPER, J. C. **Equine Breeding Management and Artificial Insemination**. 2. ed. Publisher: Saunders, 2008.

a) Disciplina: SOCIOLOGIA RURAL

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (40h) + Prática (-)

c) Ementa:

Definição de Sociologia Rural e campo temático. Estrutura fundiária e políticas de reforma agrária; formação sócio-econômica rural e relação com os modelos de desenvolvimento do Brasil. Agricultura familiar e agricultura patronal no Brasil. Estratificação e desigualdade rural. Comunidades tradicionais e ancestrais (origens africanas e ameríndias); diversidade sócio cultural da população rural, história e relações étnico-raciais. Relação campo-cidade, políticas de desenvolvimento territorial e sustentabilidade. Introdução à Sociologia. Cultura, sociedade e meio ambiente. O homem, os animais e os alimentos na sociedade moderna. Análise sociológica de tópicos relacionados à medicina veterinária. Sociologia e o desenvolvimento rural. A modernização da agricultura, a tecnologia agropecuária e o agronegócio. Discussão sobre as relações étnico-raciais no Brasil a partir de comunidades quilombolas e indígenas. A questão agrária, a agricultura familiar e as políticas públicas.

d) Bibliografia Básica

AUED, B. W; VENDRAMINI, C. R. **O campo em Debate**. In: Educação do campo: desafios teóricos e práticos. Florianópolis: Insular, 2009.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. SP: Companhia das letras, 2007.

GOULART, A. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2007.

e) Bibliografia Complementar

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. RS: Ed. UFRGS, 2003.

BURSZTYN, M.; PERSEGONA, M. **A grande transformação ambiental: uma cronologia da dialética homem-natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BHABHA, H. K. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

COSTA, R. H. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 5. ed. rev. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2010.

DIAMOND, J. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas**. 12. ed. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2010.

a) Disciplina: EXTENSÃO RURAL

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (40h) + Prática (-)

c) Ementa: Ementa: Estrutura agrária brasileira e extensão rural. Transformação tecnológica – geração, difusão e adoção. Organização social da produção. Política e instrumentos de política agrícola. Comunicação rural, os métodos e meios de comunicação utilizados pela extensão rural. Planejamento em extensão rural.

d) Bibliografia Básica

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em Extensão Rural**. Brasília: ABEAS, 1989.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. 3. ed. Brasília: MDA/NEAD, 2007. 166 p.

FONSECA, M. T. L. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

e) Bibliografia Complementar

ARCAFAR. **Manual das Casas Familiares Rurais**. Barracão - PR, 1995.

BIASI, C. A. F.; GARBOSSA NETO, A.; SILVESTRE, F. S.; ANZUATEGUI, I. A. **Métodos e meios de comunicação para a Extensão Rural**. Curitiba, 1979. v. 1 e 2.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 93 p.

LIMA, J. R. T.; FIGUEIREDO, M. A. B. **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006. 191 p.

MÜLLER, J. E.; AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DE SANTA CATARINA.

Agroecologia: a semente da sustentabilidade. Florianópolis: Epagri, 2009. 211 p.

a) Disciplina: AVICULTURA

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (20h) + Prática (20h)

c) Ementa: Importância econômica e social de avicultura. Sistema de criação. Instalação equipamentos. Linhagens de maior interesse econômico. Técnicas de manejo nas diferentes fases da criação. Alimentação das aves. Controle sanitário e profilaxia das principais doenças. Planejamento da empresa avícola.

d) Bibliografia Básica

ALBINO, L.F.T.; VARGAS JÚNIOR, J.G.; SILVA, J.H.V. **Criação de Frangos e Galinhas Caipiras: Avicultura Alternativa**. Viçosa-MG. Ed. Aprenda Fácil. 2001.

ENGLERT, S. I. **Avicultura**. 6. ed. Porto Alegre: Agropecuária, 1987. 288 p. LUCHESI, J. B. et. al. **Manejo de frangos**. São Paulo: FACTA, 1994. 174 p.

MALAVAZZI, G. **Avicultura: manual prático**. São Paulo: Nobel, 1986. 156p.

e) Bibliografia Complementar

ALBUQUERQUE, R. et. al. **Manejo de frangos de corte**. São Paulo: R. Vieira Editora Ltda, 1989, 150 p.

MORENG, R.E.; AVENS, J.S. **Ciência e Produção de Aves**. São Paulo: Roca. 1990.

ROSTAGNO, H. S. et. al. **Composição de alimentos e exigências nutricionais de aves e suínos**. Viçosa: UFV, 1992. 49 p.

SCOTT, M. et. Al. **Nutrition of the chicken** . New York: Scott & Associates, 1970. 511 p.

SOBESTIANSKY, J.; WENTZ, I.; SILVEIRA, P.R.S. da. et al. **Suinocultura Intensiva: Produção, Manejo e Saúde do Rebanho**. Embrapa-SPI; Concórdia: Embrapa:CNPSA, 1998.

a) Disciplina: ORNITOPATOLOGIA VETERINÁRIA

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (20h) + Prática (20h)

c) Ementa: Noções básicas de anatomia, fisiologia e imunologia aviária; Enfermidades das aves causadas por bactérias; Enfermidade das aves causadas por vírus; Enfermidades causadas por fungos e seus metabólicos; Ectoparasitos e endoparasitos importantes para a indústria avícola; Enfermidade parasitárias; Enfermidades metabólicas em frangos de corte; Enfermidades nutricionais.

d) Bibliografia Básica

BERCHIERI, JR.; MACARI, M. **Doenças das aves**. Campinas: FACTA, 2000.

BORDIN, L. E. **Tratado de ornitopatologia sistêmica**. Nobel, 1981.

COELHO, H. E. **Patologia das aves**. São Paulo: Tecmedd, 2006.

e) Bibliografia Complementar

DORN, P. **Manual de patologia aviária**. 19. ed. Zaragoza, 342, 1973.

HOFSTAD, M. S. et. al., **Diseases of poultry, america association of avian pathologists**. Iowa State Univerdity Press, 1984. 831 p.

LEVINSON, W.; JAWETZ, E. **Microbiologia médica e imunologia**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

McGAVIN, M. D.; ZACHARY, J. F. **Bases da patologia em veterinária**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

REVOLLEDO, L.; FERREIRA, A. J. P. **Patologia aviária**. Barueri, São Paulo: Manole, 2009.

a) Disciplina: SAÚDE, CULTURA, GÊNERO E SOCIEDADE

b) Carga Horária Total: 40h – Teórica (40h)

c) Ementa: Conceitos de cultura, sociedade e ideologias. Tipos de relações sociais. Entendimento de diversidade cultural. Relação entre a naturezas e culturas. Identidade de gênero. Simbolismo e imaginário. Sexualidade. Equidade de gênero e raça. Gênero e poder. Atendimento humanitário.

d) Bibliografia Básica

CHARON, Joel M.; VIGILANT, Lee G. **Sociologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. (Recurso eletrônico)

METCALF, Peter. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Saraiva, 2015. (Recurso eletrônico)

ZANCHI, Marco Túlio; ZUGNO, Paulo Luiz. **Sociologia da saúde**. 3. ed. Caixas do Sul: Educs, 2012.

e) Bibliografia Complementar

CASTRO, Celso; O'DONNELL, Julia. **Introdução às Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

LAPLANTINE, François. **Antropologia da doença**. 4. ed. São Paulo: WMF, 2016

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

FERRAZ, Carolina V.; LEITE, Glauber S. **Direito à Diversidade**. São Paulo: Grupo GEN, 2015. (Recurso eletrônico)

CHARON, Joel M.; VIGILANT, Lee G. **Sociologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. (Recurso eletrônico)

a) Disciplina: MEIO AMBIENTE

b) Ementa: Saneamento ambiental. Saneamento básico. Ecossistemas urbano e rural. Percepção, avaliação, análise e gerenciamento de riscos ambientais. Meio ambiente e saúde como direto constitucional. Meio ambiente, saúde e qualidade de vida. A biosfera e seu equilíbrio. Efeitos da tecnologia sobre o equilíbrio ecológico. Preservação dos recursos naturais. Evolução dos conceitos de ecologia e desenvolvimento sustentável. Marcos da discussão ambiental. Noções de ecologia aplicada (energia nos ecossistemas e

ciclosbiogeoquímicos). Poluição ambiental. Principais problemas e conflitos ambientais da atualidade. Evolução da política ambiental internacional e nacional.

c) Bibliografia Básica

NASCIMENTO, Simone Murta Cardoso do. **Meio ambiente e saúde: desdobramentos éticos e jurídicos da inter-relação entre condições ambientais e genética humana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo (coord.). **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Barueri: Manole, 2018.

GOMES, Patrícia Caroline Guedes. **Gestão integrada de resíduos sólidos: uma aplicação prática**. Curitiba: Appris, 2019.

d) Bibliografia Complementar

MIRANDA, Ary Carvalho de (org.) et al. **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MILAN, Marcos. **Reciclagem de materiais: empresa e conceito**. São Paulo: SENAI-SP, 2017.

FRAGA, Simone Carvalho Levorato. **Reciclagem de materiais plásticos: aspectos técnicos, econômicos ambientais e sociais**. São Paulo: Érica, 2014.

MANO, Eloisa Biasotto; PACHECO, Élen B. A. V.; BONELLI, Cláudia M. C. **Meio ambiente, poluição e reciclagem**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2010.

PHILLIP JUNIOR, Arlindo.; PELICIONI, Maria Cecília F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo: Editora Manole, 2014. (Recurso eletrônico)

6 PROPOSTA PEDAGÓGICA

6.1 Metodologia de Ensino

O Instituto Florence de Ensino Superior, em consonância com os documentos normativos institucionais e visando atender às expectativas da comunidade, em relação à promoção de formação superior com excelência, desenvolve, em seus Cursos de Graduação e Pós-graduação, o referencial teórico cognitivista, que tem como preocupação a maturação intelectual do indivíduo, tendo como referencial metodológico a interdisciplinaridade.

O Instituto Florence de Ensino Superior compreende que a metodologia interdisciplinar deve ser desenvolvida através da problematização, contextualização e

flexibilização, tendo a definição de um objeto entre as unidades de uma dada disciplina, entre as disciplinas de um dado curso, entre os cursos superiores ofertados pela IES, bem como em suas atividades de pesquisa e extensão.

A interdisciplinaridade utiliza em suas vivências curriculares as linguagens de afirmação, negação e complementação, o que aprofunda e articula objetos de saber, em favor da elaboração de um conhecimento cada vez mais sofisticado. Deste modo, a trama interdisciplinar é estabelecida através de processos mentais que são configurados em meio aos desafios pedagógicos.

Os procedimentos e estratégias metodológicas somente possuem significado quando possibilitam a mobilização, elaboração e aplicação dos diferentes conhecimentos. Então, a reflexão sobre as ações propostas passa a ser o eixo norteador do trabalho metodológico do professor.

O trabalho metodológico desenvolvido investe, então, na construção do conhecimento, nas possíveis correlações com a realidade e na implementação de ações criativas, científicas e críticas, mediatizadas pela interação dos professores, num ambiente de diálogo e entendimento.

Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem Um processo de ensino-aprendizagem moderno, fundamenta-se nos princípios da pedagogia interativa, de natureza democrática e pluralista, com um eixo metodológico firmemente estabelecido e que prioriza metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, os alunos passam à condição de sujeitos ativos desse processo, adquirindo conhecimentos de forma significativa pelo contato com metodologias de ensino voltadas à construção de competências vinculadas ao raciocínio e à reflexão crítica. O professor, por outro lado, passa a desempenhar o papel de incentivador, garantindo situações que estimulem a participação do aluno no ato de aprender; e de orientador, auxiliando a construção do conhecimento. Em sala de aula, a crescente diversificação das estratégias de ensino e aprendizagem buscam favorecer a operacionalização dos objetivos indicados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A utilização de Metodologias Ativas e de outras Estratégias de Ensino aproximam os alunos da realidade e propiciam o desenvolvimento de habilidades e competências constantes do perfil de formação desejado. É estimulado o uso de metodologias de ensino baseadas na interação, tais como a discussão; o debate; a mesa redonda; o seminário; o simpósio; o painel; o diálogo, a entrevista, o estudo de caso, os estudos dirigidos; e o uso, em algumas áreas, da metodologia do aprendizado baseado em

problemas, com o estudo centrado em casos reais.

A diretriz pedagógica postulada pela Direção Acadêmica é a de que o curso deve ser centrado no aluno - o agente de seu próprio aprendizado. Para isso, deve desenvolver, no seu decorrer, competências e habilidades de consulta à biblioteca e à Internet, de leitura de artigos científicos e de trabalho em equipe. O aluno é o principal provedor de seu próprio aprendizado, que é conquistado ativamente, por meio da observação, estudo e pesquisa.

A pedagogia interativa busca promover um processo de aprendizado mais ativo, capaz de estimular a troca de informações entre professores e alunos e entre os próprios alunos, estimulando a criatividade e levando-os a desenvolver a habilidade de reagir às novas situações que, de maneira concreta, serão impostas pela prática profissional. Supera, com vantagens, a pedagogia da transmissão passiva de conhecimentos utilizada nos métodos tradicionais de ensino, possibilitando o aperfeiçoamento contínuo de atitudes, conhecimentos e habilidades dos estudantes. Facilita o desenvolvimento dos seus próprios métodos de estudo, aprendendo a selecionar criticamente os recursos educacionais mais adequados, trabalhar em equipe e aprender a aprender.

A problematização dos conteúdos constitui requisito necessário e essencial para o desenvolvimento dessa proposta pedagógica, na medida em que estimula a participação do aluno e fornece ao professor uma constante atualização do perfil do aluno, dos diferentes níveis de ganhos, bem como do grau de dificuldade identificado durante o processo de aprendizagem. A partir de questões problematizadoras, consideram-se os conhecimentos prévios e experiências do aluno, buscando uma síntese que explique ou resolva a situação problema que desencadeou a discussão.

Nessa perspectiva, os elementos curriculares adquirem novas formas e os conteúdos não são memorizados, mas apreendidos compreensivamente. Os alunos são incentivados a avaliar o próprio trabalho, praticando assim a autoavaliação, postura indispensável à construção do conhecimento.

Aprendizagem Baseada em Problemas – PBL

Uma política de ensino não pode prescindir de uma metodologia apropriada e, sendo assim, o Instituto Florence busca desenvolver projetos que privilegiem o protagonismo do aluno e estimulem a Aprendizagem Baseada em Problemas ou Problem-Based Learning (PBL).

Essa metodologia apresenta como características principais o fato de ser centrada no aluno, se desenvolver em pequenos grupos tutoriais, apresentar problemas em contexto real, possuir processos ativos, cooperativos, integrados e interdisciplinares e orientada para a aprendizagem do adulto.

A PBL estimula no aluno a capacidade de aprender a aprender, de trabalhar em equipe, de ouvir outras opiniões, mesmo que contrárias às suas e induz o aluno a assumir um papel ativo e responsável pelo seu aprendizado. A metodologia objetiva, ainda, conscientizar o aluno do que ele sabe e do que precisa aprender e motiva-o a ir buscar as informações relevantes.

Neste sentido, a IES vem implantando, gradativamente, a PBL em seus currículos a partir da reserva de parte da carga horária das disciplinas para atividades orientadas pelos professores tutores, cujo desenvolvimento é protagonizado pelos alunos. Além dos projetos específicos com a tutoria de um professor especialista no tema, as disciplinas são orientadas a encerrar cada unidade de ensino com uma questão problema, baseada no desenvolvimento de habilidades e competências. São reservadas horas docentes para acompanhamento dos alunos que necessitem de orientação para a sua resolução.

Práticas Inovadoras

O modelo pedagógico do curso de graduação em Medicina Veterinária ofertado pelo Instituto Florence de Ensino Superior tem como foco o desenvolvimento da aprendizagem do discente, na qual ele é protagonista do processo de educativo. A proposta metodológica visa incentivar a participação ativa nas atividades pedagógicas, bem como oferecer subsídios didáticos para atendimento ao perfil a ser formado.

O FLY – Florence Laboratório de Inovação se caracteriza por sua natureza didático-pedagógica, servindo de complemento aos usuários, na busca pela informação e pelo conhecimento. É uma importante ferramenta para a realização de pesquisas, consultas, reuniões, debates e desenvolvimento de ideias e projetos de produtos, serviços e negócios. Incentivar e dar suporte à criação e desenvolvimento de ideias e projetos.

Através das atividades no Laboratório de Inovação é viável a colaboração, quando necessário, com outros grupos de alunos e/ou professores ligados a todos os cursos do Instituto Florence de Ensino Superior na realização de seminários, palestras e cursos, quando estes requerem a utilização do laboratório.

O FLY promove a prática de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e ao

desenvolvimento do conhecimento na área da inovação, pesquisa e outras áreas correlatas. Com esta proposta, é favorecido o desenvolvimento da autonomia e autoaprendizagem, visão crítica, parceria cognitiva com o docente que deixa de ser um transmissor de conhecimento e passa a ser um orientador, instigador e mediador; criação de um espaço de comunicação que permite a troca permanente de ideias entre docentes e estudantes e construção de uma rede colaborativa.

A metodologia do curso de Medicina Veterinária abarca as práticas pedagógicas realizadas no espaço de sala de aula, laboratórios e espaços profissionais que eventualmente o discente utilize para realizar as atividades práticas referentes à sua formação. Neste sentido, as ações educacionais buscam ser flexíveis, mas ao mesmo tempo apoiar na organização sistemática dos estudos e no desenvolvimento da autonomia para a aprendizagem, proatividade na organização de estudos, com o propósito de desenvolver no sujeito a capacidade de aprender a aprender.

A utilização de metodologias ativas permeia a proposta da estrutura de oferta de graduação em Medicina Veterinária, ainda que a prática pedagógica não se restrinja a este método de ensino-aprendizagem. A prática pedagógica do curso visa o desenvolvimento de competências que valorizam as vivências sociais que o discente já desenvolveu, com o intuito de se apoiar de maneira significativa a construção de novos conhecimentos, tanto individualmente quanto de maneira colaborativa, alicerçado pelas experiências anteriores, para se correlacionar aspectos teóricos e práticos.

Assim, no processo de aprendizagem significativa adotado pelo curso, busca-se estruturar as atividades e conteúdos com temas que instiguem e valorizem os conhecimentos prévios do educando a fim de correlacioná-los de maneira contextualizada aos temas das ementas, objetivos e competências estabelecidos em cada disciplina.

Quanto ao desenvolvimento das competências, depreende-se nas atividades e conteúdo das disciplinas os aspectos relacionados a construção de processos cognitivos, operacionais e de inter-relações humanas de maneira integrada.

A finalidade da organização deste conjunto de procedimentos é valorizar os conhecimentos prévios dos discentes e tornar o processo de aprendizagem de novos conceitos curriculares mais contextualizados com as constantes transformações socioculturais que perpassam as demandas profissionais e os paradigmas tecnológicos do século XXI.

Em vista disso, destaca-se os seguintes referenciais que norteiam as práticas educativas do curso de Medicina Veterinária:

- ✓ Foco na aprendizagem do estudante: Concepção e desenvolvimento das atividades educacionais tendo como centro o contexto, as características e as necessidades dos estudantes;
- ✓ Prioridade para os processos interativos: Utilização de metodologias e ferramentas de comunicação para a garantia de uma dinâmica com forte interação entre os atores (estudantes, docentes, pessoal de suporte, gestores), conformando uma sólida comunidade de aprendizagem;
- ✓ Construção da autonomia: Desenho e implementação de estratégias pedagógicas utilizando-se da inserção de práticas de metodologias ativas e flipped classroom, com o objetivo de que os estudantes desenvolvam autonomia no seu processo de aprendizagem;
- ✓ Teoria e prática: Desenvolvimento de metodologias educacionais que combinam dialeticamente teoria e prática na busca de aprendizagem significativa;
- ✓ Interlocução entre o ambiente acadêmico e a sociedade: Desenvolvimento de atividades extensionistas dentro do plano de ensino das disciplinas.

No âmbito da proposta metodológica do curso de Medicina Veterinária, considera-se que o aprendizado é uma característica inerente ao ser humano, uma vez que o aprendizado se dá em variados contextos, seja em situações que envolvam ações educativas em âmbito formal, informal ou não-formal. Nesse ínterim, abarca-se ainda a perspectiva da neurociência na qual ratificou-se que cada indivíduo aprende de uma forma singular, ou seja, a subjetividade é intrínseca a aprendizagem.

O IFES compreende que a metodologia interdisciplinar deve ser desenvolvida em suas características de problematização, contextualização e flexibilização, tendo a definição de um objeto entre as unidades de uma dada disciplina, entre as disciplinas de um dado curso, entre os cursos superiores ofertados pela IES, bem como em suas atividades de pesquisa e extensão.

Dentro da proposta pedagógica da IES, o processo ensino-aprendizagem será ampliado para além do espaço de sala de aula. As atividades formativas se articularão em uma estrutura flexível e integradora composta de:

- Aulas regulares;
- Práticas investigativas em ambiente social e escolar;
- Práticas de laboratório;

- Iniciação científica acadêmica;
- Estudos individuais e em grupo, em período extraclasse;
- Estágio supervisionado curricular de natureza obrigatória e não obrigatória;
- Oficinas e seminários sobre temas relacionados a cada área de formação;
- Ações específicas visando a Responsabilidade Social; e
- Atividades de extensão universitária nas áreas educativas, culturais e sociais.

Deste modo, destacam-se como metodologia de ensino-aprendizagem, as seguintes atividades: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, discussão de artigos e casos clínicos, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, seminários, estágios, simpósios, palestras, pesquisa bibliográfica e iniciação científica.

6.2 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

A avaliação do processo de ensino aprendizagem é uma atividade complexa, que abrange a mediação de diversas dimensões que influenciam o processo educacional e, portanto, exige uma concepção de avaliação mais abrangente, que não se limita a aferição de notas ou conceitos, obtidos por meio de testes padronizados aplicados ao final de um período letivo, que visam quantificar o “rendimento” do estudante.

Entendemos que a avaliação da aprendizagem também incide sobre a qualidade do ensino, sobre as metodologias empregadas pelos docentes, sobre a infraestrutura e recursos de aprendizagem disponíveis, além de outros fatores que influenciam o processo didático. Para tanto, a concepção de avaliação adotada pelo Instituto Florence de Ensino Superior, compreende-se como um processo formativo, dialógico e reflexivo, que aponta para as potencialidades do processo pedagógico e para as efetivas necessidades de aprendizagem do estudante, como um verdadeiro instrumento de gestão da qualidade do ensino.

Portanto, as avaliações contemplam diversas etapas e instrumentos, utilizados pelos professores ao longo do período letivo, a fim de verificar a aquisição dos conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas, tendo um caráter diagnóstico e formativo, através da qual serão detectadas as fragilidades e potencialidades do estudante naquele determinado componente, bem como somativa, a fim de verificar o rendimento do estudante.

Os resultados das avaliações são acompanhados pela coordenação do curso e

pela Coordenação de Apoio Pedagógico (CAP), como indicadores da qualidade do ensino e como ferramentas de planejamento pedagógico.

Conforme o Regimento Interno da Faculdade Florence, a avaliação de desempenho escolar integra o processo de ensino e aprendizagem, como um todo articulado, incidindo sobre o aproveitamento do aluno nas atividades curriculares e de ensino de cada disciplina. É considerado aprovado na disciplina o aluno que alcance conceito igual ou superior a 7,0 (sete) na média das atividades avaliativas realizadas ao longo do período letivo.

A Coordenação de Apoio Pedagógico – CAP acompanha e orienta o professor na elaboração das atividades avaliativas, fornecendo algumas diretrizes que devem ser observadas na elaboração dos instrumentos avaliativos pelos docentes.

Segundo o Regimento Interno do Instituto Florence de Ensino Superior, em seu Título IV do Regime Escolar- Capítulo VI - da Avaliação do Desempenho Escolar, tem-se que:

Art.77 – A avaliação de desempenho escolar é feita por disciplina.

Art.78 – Avaliação de desempenho escolar integra o processo de ensino e aprendizagem, como um todo articulado, incidindo sobre a frequência, ações atitudinais e o aproveitamento do aluno nas atividades curriculares e de ensino de cada disciplina.

§ 1º - Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência, no mínimo, de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

§2º - A verificação e o registro de frequência são de responsabilidade dos professores e o controle, para efeito do parágrafo anterior, da Secretaria Acadêmica.

Art. 79 – Nos dias de avaliação bimestral, deve-se observar o tempo de sua aplicação, sendo igual à carga horária diária, trabalhada em sala de aula, naquele dia de aplicação da avaliação.

§ 1º - Os docentes devem entregar para CAP as suas avaliações bimestrais para análise. Caso o docente não observe a demanda expressa pela CAP e pelas Coordenações de Curso, a prova não será realizada, resultando em advertência ao professor;

§2º - A sistemática de avaliação do IFES é composta, por:

- a) Disciplinas Teóricas: avaliação intermediária e avaliação regimental– 1º e 2º bimestres. A avaliação intermediária tem peso 3 e diz respeito a 30% do Processo avaliativo, sendo desdobrada através de situações de aprendizagem problematizadoras. A avaliação regimental tem peso 7 e diz respeito a 70% do

processo avaliativo, sendo desdobrada através de prova mista. A prova mista valoriza o referencial cognitivista, respeitando as linguagens da epistemologia interdisciplinar: problematização, contextualização e flexibilização;

- b) Disciplinas Teórico-práticas: avaliação regimental e plano de trabalho – 1º e 2º bimestres. A avaliação regimental tem peso 5 e diz respeito a 50% do processo avaliativo, sendo desdobrada através de prova mista. A prova mista valoriza o referencial cognitivista, respeitando as linguagens da epistemologia interdisciplinar: problematização, contextualização e flexibilização. O plano de trabalho tem peso 5 e diz respeito a 50% do processo avaliativo, sendo desdobrado a partir da sistematização, pelo docente, de critérios que consideram as habilidades e competências previstas em DCN's e PPP do Curso, pertinentes à formação discente;
- c) Disciplinas Práticas: plano de trabalho – 1º e 2º bimestres. O plano de trabalho tem peso 10 e diz respeito a 100% do processo avaliativo, sendo desdobrado a partir da sistematização, pelo docente, de critérios que consideram as habilidades e competências previstas em DCN's e PPP do Curso, pertinentes à formação discente;

§3º - O Trabalho Discente Efetivo – TDE é um conjunto diversificado de atividades relacionadas ao ensino, que incorporam as práticas pedagógicas previstas nos mais diversos componentes curriculares, realizadas dentro ou fora de sala de aula, de forma individual ou coletiva, voltadas à integralização dos currículos dos cursos de graduação, favorecendo a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nos projetos pedagógicos de curso - PPC.

§4º - São consideradas como atividades do Trabalho Discente Efetivo qualquer atividade realizada na forma de Metodologias Ativas composto de:

- I - Atividade de leitura e pesquisa na biblioteca (que deve ser melhor explorada) ou em plataforma digital;
- II - Atividades de fixação de conteúdos e desenvolvimento de competências, tais como estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, visitas técnicas, relatórios, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários,

desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outros;

III - Trabalhos individuais ou em grupo no âmbito interno ou externo às IES com o objetivo de desenvolver estudos de caso, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações problemas reais ou simulados, estudos de viabilidades técnicas, júris simulados etc.

§5º - O TDE é componente integrante da carga horária das disciplinas. Deve, portanto, ser realizado pelos discentes como requisito parcial para a obtenção da aprovação na disciplina.

Art. 80 – Respeitando o limite mínimo de frequência, a verificação da aprendizagem abrange em cada disciplina:

- I. Desenvolvimento de capacidades cognitivas (conceituais, procedimentais e atitudinais) e habilidades;
- II. Assimilação progressiva do conhecimento;
- III. Trabalho individual e/ou em grupos em atividades curriculares de estudo e de aplicação de conhecimento.

§ 1º - Ao conjunto desses aspectos verificados no semestre letivo ou período especial correspondem às seguintes avaliações:

- a) Avaliação Bimestral – 02 por disciplina teórica e teórico-prática;
- b) Avaliação Substitutiva – 01 por disciplina (referentes ao 1º e/ou 2º bimestre);
- c) Avaliação Final – 01 por disciplina;
- d) A avaliação substitutiva / mista – terá de 7 a 10 questões, sendo o seu peso 10;
- e) A prova final / objetiva – terá de 7 a 10 questões, sendo o seu peso 10;
- f) Apenas na situação de disciplinas teórico-práticas e práticas é que as provas substitutivas e finais poderão ser aplicadas em laboratório.

§ 2º - O aluno está obrigado, regimentalmente, a submeter-se a avaliações por semestre letivo. A média aritmética para aprovação nas avaliações bimestrais será igual ou superior a sete (7,0).

§ 3º - O aluno que deixar de comparecer às provas bimestrais, nas datas fixadas ou que obtiver média inferior a sete (7,0), poderá submeter-se a uma avaliação substitutiva que será realizada ao final do período letivo, antes da Avaliação de exames finais. O conteúdo programático versará sobre o bimestre a ser substituído. Caso o resultado da prova substitutiva seja inferior à nota obtida anteriormente nas Avaliações Bimestrais, permanecerá inalterada a situação anterior.

§4º - O aluno que, após as duas avaliações bimestrais e a correspondente prova

substitutiva, alcançar média inferior a sete (7,0) e igual ou superior a quatro (4,0), deverá submeter-se à Avaliação Final, que versará sobre todo o conteúdo programático da disciplina, ministrado durante o semestre letivo.

§ 5º - O aluno que, após a média aritmética das avaliações bimestrais e substitutiva obtiver, como resultado, média inferior a quatro (4,0), ficará impedido de submeter-se à Avaliação Final e, automaticamente, estará reprovado na disciplina.

§6º- Para que o aluno não seja considerado reprovado na disciplina, deverá, na Avaliação Final, obter uma NOTA igual ou superior a cinco (5,0) e MÉDIA igual ou superior a seis (6,0).

Art. 81 – O aluno reprovado poderá ser promovido ao período seguinte com dependência em até quatro disciplinas, podendo cursar até duas disciplinas do período regular.

Art. 82 – Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e responsabilidade sobre o controle de frequência dos alunos, devendo o Coordenador do Curso supervisionar essa atividade, intervindo em caso de omissão.

§ 1º - É atribuída nota zero (0) ao aluno que usar meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração de trabalhos de verificação parcial, provas ou qualquer outra atividade que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuição de notas, sem prejuízo de aplicação de sanções previstas neste regimento.

§2º - As notas correspondentes à Avaliação Final, em disciplinas cursadas sem aproveitamento, serão substituídas no histórico escolar do aluno, quando cursadas novamente com aproveitamento.

§ 3º - É garantido ao aluno o direito a pedido de reconsideração e revisão das notas atribuídas pelo professor da disciplina ao seu desempenho acadêmico.

Art. 83 – É considerado aprovado o aluno que:

- I. Obter frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) das aulas e demais atividades programadas em cada disciplina e obtiver, após as avaliações bimestrais, média igual ou superior a sete (7,0);
- II. Obter, após avaliação final, média (Nota da Avaliação Final + Média Final /2) igual ou superior a seis (6,0).

Art. 84 – O aproveitamento do desempenho escolar do aluno é avaliado mediante verificações parcial e final expressas em nota de zero (0) a dez (10), permitindo se apenas um (01) decimal.

Art. 85 – Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento de estudos,

demonstrado por meio de instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora, composta por 3 (três) docentes do Curso, sendo um deles a Coordenação e constituída para esse fim, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, caso as DCNS do curso o permita.

I – Para concessão dos benefícios previstos no caput deste artigo, observar-se-á rigorosamente:

- a) A conclusão do ciclo básico do currículo do curso de graduação em que o aluno estiver matriculado;
- b) Experiência profissional de 1(um) ano;
- c) Comprovação de experiência profissional, considerando a área de conhecimento solicitada para aproveitamento;
- d) Aprovação em prova escrita, dissertativa, contendo 09 (nove) questões. Necessitando que a média seja, no mínimo, 7,0 (sete); e) Aprovação em prova prática. Tal avaliação simulará situação real associada à área de conhecimento solicitada para aproveitamento, necessitando que a média seja, no mínimo, 7,0(sete).

Art. 86 – A revisão de notas, provas e frequências dar-se-á no prazo de até 5 dias úteis após o lançamento no sistema acadêmico e que corresponda ao semestre em pauta.

Parágrafo único – o aluno que, por motivo de saúde, ausentar-se da instituição, comprometendo suas atividades acadêmicas, terá um prazo de até 72 horas para comparecer à SECAD, registrando e comprovando a ocorrência através de boletim médico, o que lhe conferirá a justificativa de suas faltas. Caso a ausência perdure, após registro na SECAD, por 15 dias, será necessário solicitar o exercício de atividades domiciliares.

O Trabalho Discente Efetivo – TDE caracteriza-se por atividades relacionadas ao ensino, realizadas fora de sala de aula, de forma individual ou coletiva, voltadas à integralização dos currículos dos cursos de graduação, favorecendo a apropriação do conhecimento e o desenvolvimento das competências e habilidades. São consideradas como atividades do Trabalho Discente Efetivo qualquer atividade realizada na forma de Metodologias Ativas.

O TDE poderá, de acordo com o planejamento docente, ser composto de:

- a) Atividade de leitura e pesquisa na biblioteca ou em plataforma digital;
- b) Atividades de fixação de conteúdos e desenvolvimento de competências, tais como estudos dirigidos, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, desenvolvimento de projetos, atividades em laboratório, atividades de campo, visitas técnicas,

relatórios, oficinas, pesquisas, estudos de casos, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, dentre outros; e

c) Trabalhos individuais ou em grupo no âmbito interno ou externo às IES com o objetivo de desenvolver estudos de caso, projetos, seminários, análises técnicas, resoluções de situações problemas reais ou simulados. A atividade é componente integrante da carga horária das disciplinas.

Deve, portanto, ser realizado pelos discentes como requisito parcial para a obtenção da aprovação na disciplina, correspondendo aos 30% das notas bimestrais. Dessa forma o curso de graduação em Medicina Veterinária da Faculdade Florence será organizado em regime modular por bloco de componentes curriculares mensais, cabendo 02 (duas) notas parciais, 01 (uma) substitutiva e 01 (uma) de exame final. As notas serão atribuídas pelos professores, tutores e por meio de processo de autoavaliação.

Será considerado aprovado no componente curricular, independente de prova final, o aluno deverá ter, obrigatoriamente, frequência mínima de setenta e cinco por cento da carga horária do componente curricular, e sobre a média aritmética, faz necessário que as notas parciais iguais ou superiores a sete, caso o discente faça a prova final, sua média mínima para aprovação será 6,0 (seis).

6.2.1 Práticas para o Desenvolvimento e a Autonomia do Discente:

Atividades de prática profissional, complementares e de estágio Inserido numa sociedade pluralista e desafiadora, o Instituto Florence de Ensino Superior compreende que a sua função não é apenas de contribuir para a formação intelectual do ser humano, mas, também, de preparação dele para atuação no mundo do trabalho. Assim é que as ações delineadas pela IES possibilitam aos seus alunos oportunidades de iniciarem a academia em uma perspectiva de associação entre a teoria e a prática, através de experimentações in loco, seja através das práticas profissionais, atividades complementares e estágios curriculares supervisionados obrigatórios.

As práticas profissionais são realizadas no contexto das disciplinas do eixo profissional, em laboratórios da IES ou em organizações conveniadas, sob a orientação dos docentes das disciplinas. Tais práticas são favorecidas a partir da implantação dos Laboratórios de Práticas Profissionais.

6.2.2 Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino e

de aprendizagem

Com a necessidade de ensino híbrido e em virtude de vários problemas psicossomáticos adquiridos por alunos, o processo de ensino-aprendizagem ficou intensamente comprometido. Desta forma, a coordenação do Curso de Medicina Veterinária visa realizar um acompanhamento desses alunos juntos com o trabalho da psicopedagogia, identificando precocemente problemas que podem ser solucionados em benefício dos alunos.

6.2.3 Disponibilidade dos Resultados

Ao final de cada bimestre, após as avaliações bimestrais, os docentes / tutores corrigem as avaliações, discutem as questões da prova com os alunos em sala de aula e adicionam ao programa da IES, que se tornam disponíveis para os alunos através do “Portal do Aluno” no site da Faculdade Florence. Cada aluno deve fazer o acompanhamento de seu desenvolvimento, entre presenças / faltas e notas. Os docentes entregam os diários com notas, frequências e conteúdos programáticos, bimestralmente, à coordenação do curso de Medicina Veterinária e Secretaria Acadêmica via sistema pelo Portal do Professor.

6.3 Atividades Práticas de Ensino

A necessidade de aproximar o aluno dos saberes trabalhados em sala de aula, fazendo com que ele visualize, contextualize e compreenda determinado conteúdo, nos remete à importância das atividades práticas. Com acadêmicos da saúde este aspecto ganha uma relevância ainda maior, uma vez que, é preciso que estes possuam um profundo entendimento sobre o ser humano e a sociedade.

Desta forma, tendo como orientação as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Medicina Veterinária, concebemos um ensino articulado a experiência prática desde o primeiro semestre do curso. Para tanto, o Instituto Florence de Ensino propõe a articulação das dimensões teórica e prática por meio de Atividades Práticas de Ensino (APE) que, utilizando vários cenários da prática da referida área, terá o papel de integrar os conteúdos teóricos trabalhados durante o curso.

A Atividade Prática de Ensino (APE) será um dos eixos básicos do curso e terá por finalidade articular do ensino, da pesquisa e da extensão, com a assistência, proporcionando aos alunos inserção em contextos reais de aprendizagem, por meio de ações em diferentes comunidades, pela integração aos serviços de saúde, pelo aprendizado das ações

preventivas e de promoção da saúde, assim como pela atuação em equipes multiprofissionais constituídas por estudantes/técnicos das diferentes áreas, desde o início da sua formação, sob a supervisão docente.

As Atividades Práticas de Ensino, no âmbito do curso de Medicina Veterinária, têm por objetivo subverter a relação hermética e a hierarquia estabelecida entre teoria e prática, consagrada nos formatos tradicionais de formação, onde primeiro se “aprende” a teoria e, posteriormente, se “aplica” na prática o conhecimento aprendido em sala de aula. Compreendendo a relação teoria-prática como uma relação dialética, entendemos que toda a teoria é originada da prática, do contato com os desafios reais que esta impõe ao ser humano, cuja tentativa de enfrentamento gera respostas na forma de conhecimentos válidos, que são repassados por meio do ensino, enquanto os mesmos forem dotados de relevância social. Entretanto, como a prática é dinâmica, sua alteração constante demanda o questionamento dos conhecimentos produzidos e transmitidos por meio da teoria, sendo por ela validados ou descartados. Portanto, a prática constitui como um elemento dinamizador do processo de conhecimento e do processo de ensino-aprendizagem.

A fim de atender seus objetivos torna-se importante o desenvolvimento das capacidades de observação do meio sociocultural, de identificar as características da população local e estadual, bem como suas demandas e respondê-las adequadamente; registrar os dados sobre as condições de vida e saúde da população e de saneamento básico; sistematizá-los e transformá-los em informações utilizáveis em orientações de saúde à população. Esse material, acolhido a partir de um olhar crítico sobre a prática, será problematizado em sala de aula, com a participação de docentes de diferentes disciplinas, contribuindo para o aprimoramento tanto do serviço como do processo de ensino e aprendizagem.

Nesta perspectiva, busca-se a integração com a comunidade, por meio de utilização de diversificados cenários de ensino e aprendizagem disponíveis, com o fito de ressignificar a articulação teoria-prática, ensino-aprendizagem-trabalho, estabelecendo com a comunidade e com as unidades de saúde animal uma relação sistemática e duradora de caráter orgânico, com vistas ao cumprimento da função social do curso.

Propõe-se com essas atividades a integração dos saberes oriundos da área da Medicina Veterinária com os reais problemas e necessidades da comunidade, gerados a partir de observações de situações reais, possibilitando estratégias de intervenções que venham a atender a esses desafios, especialmente no âmbito de controle de zoonoses. Para tanto, as APE serão realizadas desde o primeiro semestre do curso, como um eixo integrador dos

conhecimentos teóricos obtidos nas disciplinas do respectivo semestre, visando a interdisciplinaridade.

No planejamento das atividades a serem desenvolvidos temas transversais se articularão aspectos da ética e bioética, o conhecimento científico e a abordagem de seus métodos investigativos, componentes socioculturais e de saúde, zootecnia e produção animal, Inspeção e Tecnologia dos produtos de origem animal e clínica veterinária. Os cenários de aprendizagem a serem utilizados devem ser definidos a partir dos principais temas trabalhados no semestre, conforme determinado pelas Diretrizes Curriculares para curso de Medicina Veterinária. Os principais locais de atividade serão as clínicas e hospitais veterinários, Secretaria de agricultura, pesca e abastecimento do Municípios de São Luis, Centros de controle, prevenção de doenças e zoonoses, órgãos de defesa sanitária, agronegócio, comunidades e bairros periféricos no entorno da instituição e os municípios do Estado, principalmente, naqueles em que se identifique o programa de saúde pública e de controle de doenças infecciosas e contagiosas na busca da irradiação das enfermidades, dentre outros.

As Atividades Práticas de Ensino contemplarão uma carga-horária variável por semestre, e estão previstas do primeiro até o décimo semestre do curso. A cada semestre terão um docente coordenador, com o papel de fazer a articulação entre os professores que ministram componentes curriculares no semestre correspondente a integralização vertical, desenhar atividades no período e realizar o planejamento antes do início de cada semestre. Estas atividades deverão ser apresentadas aos demais professores do curso, na semana de planejamento, prevista para o início de cada semestre.

Como forma de avaliação, ao final de cada semestre, os alunos deverão produzir um relatório individual com os resultados das atividades vivenciadas e propondo uma estratégia de intervenção.

7 ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO

Para que o processo de ensino-aprendizagem seja o mais abrangente e completo possível faz-se necessário sair do convencional e extrapolar o ambiente institucional. Com isso, o acadêmico de Medicina Veterinária é estimulado a buscar informações, atualizações e conhecimentos nas áreas de atuação profissional que mais o atraem.

Para isso ao longo do curso o aluno deverá realizar atividades complementares nas áreas de ensino, pesquisa e extensão e no último semestre de graduação realizará um estágio curricular supervisionado totalizando 450 horas de práticas junto com profissionais atuantes

no mercado de trabalho.

7.1 Estágio Curricular

O Estágio Curricular é parte integrante da disciplina “Estágio Curricular Supervisionado”, de caráter obrigatório, para a conclusão da graduação em Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior. O estágio deverá ser executado pelo aluno no último período do curso, quando o acadêmico já concluiu todas as disciplinas obrigatórias.

O Estágio Curricular abrangerá uma ou mais áreas do conhecimento médico veterinário aplicado às tarefas de clínica e cirurgia, medicina veterinária preventiva, saúde pública, produção e reprodução animal, tecnologia e inspeção de alimentos, administração agropecuária, entre outras.

O estágio desenvolver-se-á em empresas, instituições, estabelecimentos, clínicas, hospitais veterinários e entidades que realizam trabalhos relacionados com exercício profissional do Médico Veterinário, segundo a legislação em vigor. Deverá existir um convênio firmado entre o Instituto Florence de Ensino Superior e o local de desenvolvimento do estágio.

O estágio terá duração de 450 (quatrocentas e cinquenta) horas, durante as quais o estagiário deverá cumprir tarefas compatíveis com a sua formação, não sendo computada, para fins de estágio, a carga horária que ultrapassar 30 (trinta) horas semanais.

7.2 Acompanhamento do Estágio

O estágio curricular é coordenado por uma Central de Estágio do Instituto Florence de Ensino Superior. A qual possui a função de gerenciar todo processo relativo ao estágio. Incluindo a definição de normas e credenciamento dos estabelecimentos de estágios e dos supervisores. A Central de Estágio tem, ainda, a função de intermediar ações para que os estudantes possam realizar seus Estágios Supervisionados em conformidade com a proposta pedagógica do curso e em sintonia com a legislação vigente, tendo como referência o regulamento.

Durante o estágio o acadêmico é orientado por um professor. O docente é responsável por auxiliar o acadêmico na escolha do estabelecimento de estágio, acompanhar o

andamento do mesmo, ainda que à distância, e orientá-lo na elaboração do trabalho final de estágio.

Ao longo de todo processo o discente também é acompanhado, no local do estágio, por um supervisor. Sendo esse profissional graduado no mínimo há 2 anos, com atuação nas áreas médico veterinárias. O supervisor é responsável por avaliar a atuação do aluno no decorrer do estágio e comunicar à Central de Estágio sobre qualquer dificuldade ao longo do processo.

O Estágio é integralizado em três etapas, sendo:

1ª etapa: inscrição - preenchimento de formulário próprio e termo de compromisso entre as partes envolvidas. Deverá ser apresentado no ato da matrícula na disciplina “Estágio Curricular Supervisionado”;

2ª etapa: atividades de estágio - o estagiário deverá realizar tarefas compatíveis com sua formação em Medicina Veterinária em estabelecimentos previamente cadastrados junto à Central de Estágio do Instituto Florence de Ensino Superior. O estágio terá duração de 450 (quatrocentas) horas, carga horária que não deve ultrapassar 30 (trinta) horas semanais;

3ª etapa: apresentação do Relatório de Estágio - compreende da avaliação do acadêmico por uma banca examinadora composta por três professores. O conceito final da disciplina é atribuído pelo professor orientador, baseado na avaliação da banca examinadora, avaliação do supervisor de estágio e avaliação do orientador. As normas para realização do Relatório de Estágio serão estipuladas pelo NDE do curso e apresentadas aos acadêmicos antes da realização do estágio curricular.

7.2.1 Relevância do Estágio e da Prática Profissional

O estágio curricular supervisionado visa complementar o processo de aprendizagem, tornando-se o elo principal de ligação do estudante com o mercado de trabalho. O estágio oferece ao estudante a oportunidade de um maior envolvimento com as situações práticas do cotidiano do profissional de veterinária e um avançado contato com o ambiente de trabalho. Sendo uma oportunidade ímpar para o aluno aprimorar a conexão entre a teoria e a prática.

A diversidade das oportunidades de estágio oferecidas, por empresas e entidades afins, nas mais diversas áreas de formação, garante abrangência para a qualificação dos profissionais requeridos pelo mercado de trabalho. Essa inserção do estudante em um ambiente real de trabalho mantém sintonia com as exigências do mercado, familiarizando-o

com o contexto profissional.

O Estágio Supervisionado possibilita o desenvolvimento de competências profissionais, colocando o estudante frente a uma realidade diversa ao âmbito acadêmico, ampliando seu senso de responsabilidade, ética e compromisso com a cidadania.

7.3 Trabalho de Conclusão de Curso

Em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Medicina Veterinária, há existência de uma disciplina específica que envolve o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é opção interna do colegiado. Sendo assim, os acadêmicos não cursarão uma disciplina para elaboração do TCC. No entanto, as atividades de conclusão de curso estarão vinculadas ao Estágio Curricular. O acadêmico deverá apresentar após o término do processo um Relatório de Estágio que será avaliado por uma banca examinadora.

7.4 Atividades Complementares

As atividades complementares são as ações acadêmicas desenvolvidas pelo aluno através de estudos e práticas independentes de forma presencial ou à distância, em situações e oportunidades voltadas para o aperfeiçoamento da Medicina Veterinária. Essa participação deve ser integrada ao currículo escolar do estudante como conhecimentos complementares adquiridos na graduação. Os quais são enriquecedores do perfil do estudante e possibilitam ampliar habilidades, conhecimentos e competências que são adquiridas em ações de ensino, pesquisa e extensão.

As atividades complementares são componentes curriculares obrigatórios que o discente precisa realizar como requisito essencial para a conclusão da graduação. É importante salientar que essas atividades devem contribuir de maneira significativa para o somatório de conhecimentos adquiridos pelo discente ao longo de seu processo de formação.

As atividades complementares poderão ser desenvolvidas no próprio Instituto Florence de Ensino Superior, ou em outras instituições (empresas, escolas, instituições públicas ou privadas) que contenham ou ofereçam atividades relevantes ao curso de Medicina Veterinária e que forneçam documentação para comprovação.

No Curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior as atividades complementares deverão totalizar um mínimo de 200 (duzentas) horas distribuídas

em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Serão consideradas atividades de ensino a serem validadas como atividades complementares:

- I. monitoria em disciplinas dos cursos ofertados pela instituição;
- II. estágio não obrigatório desenvolvido com base nos convênios firmados com a instituição;
- III. disciplinas pertencentes a outros cursos superiores da instituição ou de outras instituições de ensino superior, devidamente comprovadas quanto à frequência e aprovação, desde que não tenham sido objeto de aproveitamento de estudos;
- IV. trabalho de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses realizadas na instituição ou em outras instituições de ensino superior, em que o aluno participa como ouvinte;
- V. cursos livres de idiomas, comunicação e expressão e de informática, com frequência e aprovação, cujas cargas horárias não tenham sido objeto de aproveitamento de estudos;
- VI. visitas técnicas monitoradas por docentes da instituição;
- VII. programas de intercâmbios nacional ou internacional, realizados em outras instituições de ensino superior;
- VIII. atividades complementares realizadas na modalidade virtual.

Serão consideradas atividades de pesquisa a serem validadas como atividades complementares:

- I - trabalhos de iniciação científica; trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados na instituição e em eventos científicos;
- II - trabalhos desenvolvidos com orientação docente, apresentados em eventos científicos específicos ou seminários e publicados em anais, mencionando o nome da instituição;
- III - trabalhos científicos publicados em revista de circulação nacional, registrando o nome da instituição;
- IV - trabalhos científicos publicados em periódicos científicos, registrando o nome da instituição;
- V - livros ou capítulos de livros publicados, registrando o nome da instituição, quando for o caso;
- VI - Bancas de TCC, dissertações e teses, em que o aluno participa como ou ouvinte; Eventos científicos, internos e externos (semana acadêmica, jornada, congresso, simpósio, fórum, entre outros), nos quais o aluno participa como apresentador ou ouvinte;
- VII - eventos científicos ou culturais promovidos pela instituição, nos quais o aluno participa

de sua organização;

VIII - atividades de iniciação científica (aluno bolsista ou voluntário).

Serão consideradas atividades de extensão a serem validadas como atividades complementares:

I - Eventos de extensão promovidos pela instituição e por outras instituições de ensino superior;

II - cursos e/ou eventos internos ou externos à instituição, de interesse da comunidade, nos quais o aluno participa como coordenador ou como componente de comissão organizadora;

III - ligas acadêmicas, atlética, jornal do curso e/ou da instituição, diretório acadêmico, entre outros, em que o aluno participa de sua organização;

IV - Programas sociais, voluntários, tais como: comunidade solidária, escola solidária ou afins, em que o aluno participa, em suas diversas ações;

V - Eventos culturais promovidos pela instituição ou organizações afins.

7.4.1 Acompanhamento das Atividades Complementares

As Atividades Complementares do currículo do curso de Medicina Veterinária devem ser desenvolvidas de forma desdobrada, abrangendo os primeiros nove semestres letivos do curso, totalizando 200 (duzentos) horas de atividades. As ações educativas desenvolvidas no âmbito das aulas práticas e do estágio curricular não poderão ser computadas como atividades complementares.

O cumprimento desta carga horária total de atividades complementares é de responsabilidade do acadêmico, devendo este estar atento à divulgação dos eventos disponíveis, oferecidos pelo curso ou por outras instituições.

O discente deverá ter com uma postura proativa para complementar a sua formação profissional com estas atividades.

O estudante deverá requerer a validação das atividades realizadas, considerando a data prevista no calendário semestral divulgado.

O requerimento deverá ser acompanhado de documentação comprobatória, com clara discriminação dos conteúdos, atividades, períodos, carga horária e formas de organização ou realização.

O estudante deverá desenvolver as atividades em pelo menos 2 (dois) eixos dos três, ensino, pesquisa e extensão, porém a carga horária de cada eixo não poderá ultrapassar 50%.

O estudante transferido de outra IES para o Instituto Florence de Ensino Superior deverá cumprir as horas de atividades complementares previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, que podem, inclusive, se for o caso, solicitar no ato da transferência, a reavaliação das atividades já realizadas na IES de origem.

7.4.2 Relevância das Atividades Complementares

O desenvolvimento de atividades complementares por parte dos discentes é fundamental para o somatório de conhecimentos adquiridos ao longo da sua formação acadêmica. Não obstante, estimula a busca contínua por conteúdos e atualizações, característica fundamental ao longo de toda vida do profissional.

Tal procedimento ainda capacita o aluno nas áreas do conhecimento que mais o atraem tornando-o mais preparado e confiante para atuar no mercado de trabalho. Também o aproxima de profissionais já graduados, o que possibilita um intercâmbio de conhecimentos e interesses.

7.5 Programas ou Projetos de Pesquisa (Iniciação Científica)

O Instituto Florence de Ensino Superior entende como prioritário para o seu desenvolvimento o incremento à oportunidade de acesso a programas de iniciação científica de seus alunos.

Esta orientação se realiza dentro do conceito de desenvolvimento educacional realizado com inserção do ensino, pesquisa e extensão de forma harmônica que proporcione um ensino diferenciado.

Para atender a esta política, são realizadas ações internas, buscando-se ainda a participação em programas externos à Instituição.

Internamente, a Instituição estabeleceu o incentivo à projetos pesquisa e extensão, com edital anual e disponibilidade de bolsas de iniciação científica distribuídas de forma igualitária entre os seus cursos de graduação. Ainda, estabeleceu como ação permanente no seu calendário acadêmico o Encontro de Iniciação Científica que permitirá aos acadêmicos apresentarem seus trabalhos, orientados pelo corpo docente e terá como resultado a publicação dos anais do encontro. Busca-se indexar esta publicação para que os temas alcancem maior relevância para seus autores.

Outra iniciativa esta sendo realizada em relação aos trabalhos de conclusão de

curso da graduação, tornando possível a realização de resumos científicos para publicação no periódico indexado pela Instituição - Florence em Revista. E, nos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, a exigência final de conclusão passou a ter como alternativa artigos científicos, apresentados em formato de *banner*, orientados e avaliados por docentes titulados da IES ou de IES parceiras.

7.6 Programas ou Projetos de Extensão

A política de extensão do Instituto Florence de Ensino Superior se desenvolve a partir do pressuposto da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Também está em consonância com os princípios de sua identidade Institucional, e com os valores que se estabeleceram como norteadores de sua ação.

As ações desenvolvidas estão alicerçadas nos seus objetivos institucionais e com as finalidades suas e de sua Mantenedora, estabelecidas nos diversos documentos Institucionais. A extensão no Instituto Florence de Ensino Superior deverá contribuir para a construção do homem integral, promovendo a dignidade humana no aspecto de preservação de seus valores e de sua cultura.

Sua concepção compreende e está inserida dentro da busca da excelência acadêmica e do compromisso social da instituição. Estes direcionamentos não deverão ocorrer de forma segmentada, ao contrario, deve ocorrer um relacionamento próximo entre o desenvolvimento acadêmico – científico e as temáticas sociais, políticas e culturais.

A concepção da extensão do Instituto Florence de Ensino Superior visa o interrelacionamento eficaz das matrizes educacionais e da pesquisa científica com a oferta da extensão, ultrapassando a questão da prestação de serviços e do “assistencialismo”. O fundamento é a construção do conhecimento perpassando em todos os seus significados, incrementando-os na busca de qualidade acadêmica.

Assim, a extensão está inclusa nos processos educacionais e de formação da comunidade acadêmica, sendo elo de efetiva participação desta comunidade com a sociedade local e regional.

A extensão entenderá o atendimento às demandas sociais na ótica de gestão de qualidade do ensino e da pesquisa, nas diversas áreas do conhecimento em que o Instituto Florence de Ensino Superior atua.

Nesta construção do conhecimento, o seu desenvolvimento se dará através de ações coordenadas, estabelecidas em calendário acadêmico e, também, através de editais

específicos que permitam a avaliação das atividades de forma sistematizada. A estes que compete a gestão da extensão, desde o planejamento organização e divulgação das atividades.

As formas de atuação serão incluídas dentro do planejamento Institucional, abrangendo a oferta de cursos livres, seminários e especializações que contribuam com a formação e aperfeiçoamento profissional.

Nas atividades de extensão é que a Instituição enfocará sua contribuição à sociedade sob a ótica de cumprimento de suas finalidades, nas quais se inclui ser uma IES com responsabilidade social. A identificação destas necessidades sociais, seu estudo e apresentação de propostas visarão melhorar a qualidade de vida da comunidade local e regional.

A extensão no Instituto Florence de Ensino Superior é entendida como um componente do processo educativo indissociável junto ao ensino e a pesquisa e, também, como canal de diálogo da Instituição com a sociedade que propicie o entendimento das finalidades e princípios institucionais centradas no desenvolvimento integral do ser humano.

8 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

8.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático e cumulativos de apuração do aproveitamento do aluno em relação a conhecimentos, habilidades e competências exigidas para a intervenção na realidade, para o exercício profissional e científico e para a educação continuada.

Em face da complexidade e importância da avaliação educacional e das práticas educativas apresentam-se as diretrizes pedagógicas que subsidiam a avaliação da aprendizagem do curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior.

Todo o processo está sob a supervisão da Coordenação de Apoio Pedagógico - CAP. Que age de maneira preventiva e também corretiva com relação aos problemas relativos à parte pedagógica ou outras que possam interferir no rendimento acadêmico.

5.1.1 Princípios Norteadores da Avaliação do Processo Ensino e Aprendizagem

Ensinar e aprender são processos intimamente relacionados uma vez que o professor propõe os objetivos a serem alcançados em sua disciplina e prevê as competências e

habilidades a serem alcançados pelos alunos como resultado da aprendizagem.

Há, pois, uma estreita vinculação entre a avaliação e a definição de objetivos, porque avaliar é basicamente comprovar se os resultados desejados foram alcançados. Neste contexto, é de fundamental importância que os critérios de avaliação estejam sempre subordinados às finalidades e objetivos previamente estabelecidos para a prática educativa.

Os critérios de avaliação são padrões de referência, parâmetros, mediante os quais o professor reflete, analisa, julga e toma decisões. No entanto, via de regra, os critérios de avaliação se resumem à definição dos procedimentos e metodologias que serão utilizados no processo avaliativo. Tal processo deve ser contínuo e abrangente, priorizando a utilização de instrumentos diversificados.

Assim, visando asseverar fidedignamente o nível de aprendizado do aluno, e, conseqüentemente se os objetivos traçados foram alcançados, algumas características básicas permearão a avaliação no âmbito do curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior, quais sejam:

- A avaliação é um processo contínuo e sistemático: A avaliação não pode ser esporádica nem improvisada, mas, ao contrário, deve ser constante tendo como ponto de referência o planejamento de ensino elaborado pelo professor. A avaliação contínua permite valorizar o caminho percorrido pelo acadêmico e realimentar, em todo o seu trajeto, o processo de ação educativa.
- A avaliação é funcional: A avaliação se realiza em função de objetivos e estes constituem o elemento norteador da avaliação. Consiste em verificar em que medida os acadêmicos estão atingindo os objetivos previstos. A avaliação é uma maneira de tentar conhecer, com mais clareza, o que estamos fazendo, o que mais precisamos fazer e qual é a melhor forma de fazê-lo para atingir os objetivos.
- A avaliação é orientadora: A avaliação não visa eliminar acadêmicos mas orientar seu processo de aprendizagem para que possam atingir os objetivos previstos, permitindo ao aluno conhecer seus erros e acertos, auxiliando-o na correção dos desvios do processo de ensino-aprendizagem. A avaliação é componente intrínseco do cuidado constante com a qualidade.

No Instituto Florence de Ensino Superior o sistema de avaliação da aprendizagem por si só não existe, pois está a serviço de uma atividade e, no caso específico, ao melhoramento da ação educativa.

8.2 SISTEMA DE AUTO AVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação institucional permite que, a partir dos resultados, as IES possam atualizar e melhorar seus processos continuamente. Assim, também o próprio processo de autoavaliação deve passar por melhorias. O Instituto Florence de Ensino Superior vem, a cada ano, tentando melhorar o seu processo de autoavaliação, atualizando os instrumentos de coleta e o tratamento dos dados. Para o exercício de 2018, foram utilizados sistemas de informação disponíveis nas ferramentas do Ambiente Virtual da IES.

Vale lembrar que os dados colhidos no processo de autoavaliação não são usados apenas para compor o relatório de autoavaliação, mas principalmente, como subsídios para tomadas de decisões, tanto na área acadêmica, quanto de gestão e estratégica.

Ressalta-se que a análise dos resultados teve por base a média mínima de 70%, ou seja, a mesma média exigida por meio do Regimento Interno aos acadêmicos, centrando-se assim a meta de atingi-la minimamente para todos os quesitos avaliados.

8.2.1 Objetivos da Autoavaliação Institucional

Um dos objetivos da CPA é de contribuir para a criação de uma cultura de Autoavaliação Institucional em relação aos processos da avaliação em seus diversos aspectos, tornando-a amplamente difundida entre a comunidade acadêmica.

8.2.1.1 *Objetivo Geral:*

Realizar o levantamento de dados sobre a percepção de todos os segmentos da comunidade acadêmica do Instituto Florence de Ensino Superior sobre os projetos, setores, cursos e atividades promovidos pela Faculdade.

8.2.1.2 Objetivos Específicos

- realizar pesquisas de opinião junto à comunidade acadêmica em relação aos setores, serviços, projetos e processos da instituição;
- realizar a tabulação e tratamento dos dados obtidos;
- identificar as fragilidades do Instituto Florence de Ensino Superior;
- identificar as potencialidades institucionais;
- redigir relatório de Autoavaliação;

- informar os resultados aos diversos componentes da comunidade acadêmica;
- elaborar planos de ação de melhorias.

8.2.2 Público Alvo

Todos os segmentos da comunidade acadêmica, discentes, docentes, servidores técnico-administrativos, coordenadores de cursos e equipe de direção. A abordagem foi feita simultaneamente e utilizando a mesma ferramenta, porém com instrumentos diferenciados para cada segmento.

8.2.3 Metodologia

Fase 1 – Sensibilização

Esclarecimento dos todos os envolvidos sobre a importância do processo de avaliação, tanto no que tange à legislação da Educação Superior, quanto no que diz respeito ao autoconhecimento institucional.

Além de visitas às salas de aula, realização de reuniões com direção e com coordenadores de cursos, reuniões de colegiado dos diversos cursos e palestras durante os períodos de planejamento.

Em seguida, disponibilização pelo *site*, on-line, 24 horas por dia, durante um período de 60 dias, para a comunidade acadêmica responder aos questionários eletrônicos.

Fase 2 – Coleta de dados Propriamente Dita

Recebimento de um e-mail com um link de acesso direto ao *site* para cada participante responder ao questionário eletrônico. Programação de um disparo de e-mails semanais apenas para os retardatários.

Acompanhamento das atividades realizadas pelas coordenações de curso e setoriais. Atendimentos individualizados aos funcionários de serviços gerais, uma vez que não possuem habilidades para manuseio do computador e de navegação da internet.

Fase 3 - Tabulação, Compilação e Geração de Gráficos

Devido ao grande número de questões relacionadas nos questionários eletrônicos, o tratamento exige um tempo considerável, sendo auxiliado por ferramentas do Microsoft Excel e de bancos de dados.

A ferramenta utilizada gera a maioria dos gráficos. Àqueles que necessitarem de cruzamento de informações, como será o caso da dimensão nº 02 apenas para os cursos de abrangência do Enade de cada ano. A elaboração dos gráficos será realizada pela TI (auxílio técnico temporário).

Será oportunizado a todos os setores institucionais a análise e relato dos dados coletados. Podendo os participantes expressar suas críticas, sugestões e elogios, bem como estabelecerem ações a serem realizadas para a otimização dos seus respectivos setores durante o início do ano subsequente da pesquisa. Tal análise será divulgada no presente relatório geral de autoavaliação institucional do ano correspondente à pesquisa.

Fase 4 – Divulgação dos Resultados

Disponibilização dos resultados, de forma que os diferentes segmentos da comunidade o receberão por meios e em formatos diferentes:

- CPA: reunião ordinária da comissão para análise geral de resultados.
- Acadêmicos: divulgação por meio de slides previamente elaborados pela CPA pelos professores, prevista em calendário acadêmico; poderão acessar os resultados via web, no site institucional; terão acesso, sobretudo aos dados gerais da avaliação, como índices pedagógicos por curso, avaliação dos principais aspectos, etc.
- Docentes: além do relatório divulgado no site, participarão de uma apresentação em reunião de colegiado dos índices pedagógicos específicos do seu curso antes do dia previsto em calendário acadêmico para a divulgação do relatório geral de Autoavaliação Institucional, bem como de uma prévia de resultados gerais na Semana de Jornada Pedagógica, ocorrida no início dos semestres letivos e, também, prevista em calendário acadêmico.
- Coordenadores: receberão os gráficos relativos aos principais aspectos apenas dos cursos de abrangência do Enade correspondente, além de participarem de uma reunião para análise dos dados junto aos seus respectivos colegiados em março do ano subsequente à pesquisa.
- Técnicos: terão acesso ao relatório geral no site, além de dados específicos dos diversos setores da instituição para análise dos dados coletados em março do ano subsequente

à pesquisa.

- Diretoria: terão acesso aos demais relatórios, além de relatórios formatados especificamente para subsidiar a tomada de decisões desde o nível estratégico até o nível operacional.
- Todos: apresentação de resultados gerais pela CPA prevista em calendário acadêmico.

8.3 AVALIAÇÕES OFICIAIS DO CURSO

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) foi criado pelo pela Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e implantado em todas as Instituições de Ensino Superior (IES) que, desde então passaram a contar com uma Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Os objetivos da CPA são conduzir o processo de Autoavaliação Institucional, da Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) e do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), desde a coleta de dados, análise por setores e cursos, registros, relatos, divulgação e acompanhamento de planos de ação. Ela é composta atualmente por um coordenador e por um representante: docente, discente, administrativo, da ouvidoria interna e da comunidade externa. Reunindo-se ordinariamente semestralmente e extraordinariamente quando necessário.

Sendo assim, os Cursos de Graduação são acompanhados sistematicamente pela CPA por meio de instrumentos que permitem perceber a impressão anual da comunidade acadêmica sobre o Instituto Florence como um todo, bem como que permitem analisar e monitorar semestralmente a autoavaliação do docente, a do discente e a avaliação do docente pelo discente. Outros instrumentos também aplicados semestralmente são voltados para o acompanhamento dos estudantes ingressantes e concluintes de cada um dos cursos de graduação.

A CPA também auxilia a coordenação do curso, bem como o Núcleo Docente Estruturante (NDE) na oportunidade das visitas avaliativas *in loco* do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para autorização de funcionamento de cursos, bem como reconhecimento dos mesmos.

Outro processo avaliativo externo acompanhado anualmente pela CPA no Instituto Florence de Ensino Superior é o Enade. Tal acompanhamento envolve a parte operacional do processo, estabelecendo uma ponte entre o Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do Governo Federal encarregado pelo Exame, inscrições de estudantes regulares e irregulares, esclarecimento e ampla divulgação aos estudantes envolvidos no processo junto aos coordenadores dos cursos de acordo com o ano de abrangência.

Outra parte integrante do referido acompanhamento realizado é pedagógica onde, é vigilante junto aos NDEs dos cursos de graduação em relação ao compromisso dos colegiados de desenvolver nos acadêmicos as competências mínimas exigidas pelas Diretrizes Curriculares dos Cursos (DCNs) e as àquelas cujas especificidades são mais locais e que estão inclusas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), no decorrer do curso.

As presentes formas de avaliação estão diretamente relacionadas ao Conceito Preliminar dos Cursos (CPCs), bem como ao Índice Geral dos Cursos (IGC) que de uma forma simplificada, corresponde a uma espécie de média entre os primeiros.

Contudo, a CPA e o Procurador Institucional (PI), colaborador que responde pela IES junto ao Portal do e-MEC e ao Inep, se encontram e se colocam sempre numa atitude vigilante e colaborativa com a coordenação dos cursos e seus respectivos NDEs a fim de garantir não só o melhor conceito possível, mas, sobretudo a formação e entrega de profissionais de excelência técnica e humana que farão a diferença na comunidade a qual estarão inseridos.

IV CORPO SOCIAL DO CURSO

9 CORPO DISCENTE

9.1 Forma de Acesso ao Curso

O processo seletivo para o curso de Medicina Veterinária seguirá os critérios estabelecidos para acesso e as orientações presentes no Regimento Geral do Instituto Florence de Ensino Superior.

Os critérios que compõem o processo seletivo são fixados pela direção geral, de acordo com a sua natureza e devidamente publicado em edital, que deverá estar à disposição do candidato, e ser amplamente divulgado, de acordo com a legislação pertinente.

O processo seletivo abrange conhecimentos comuns às diversas formas de

escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, a serem avaliados em provas.

A classificação, respeitado o limite de vagas aprovadas, faz-se pela ordem decrescente dos resultados obtidos e excluídos os candidatos que não atendem aos critérios estabelecidos no edital do processo seletivo. A classificação obtida é válida, exclusivamente, para a matrícula no período letivo para o qual se realiza o processo seletivo.

Tornam-se nulos os efeitos de classificação no processo seletivo se o candidato deixar de requerer a matrícula nos prazos previstos, ou, em o fazendo, não apresentar a documentação necessária ou apresentar-se fora do prazo para efetivação da matrícula.

O ingresso também poderá ocorrer através do Programa Universidade para Todos (Prouni). O estudante a ser beneficiado será pré-selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). As vagas disponíveis para essa modalidade de ingresso seguem os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderá realizar-se novo processo seletivo, e, ainda, restando vagas, nelas poderão ser recebidos alunos transferidos de outro curso ou instituição ou portadores de diploma de graduação, mediante processo seletivo.

9.2 GESTÃO DO CURSO

9.2.1. Coordenação do Curso

O Curso de Medicina Veterinária é coordenado pela Professora Dra. Anali Linhares Lima, designada pela Portaria nº 602, de 26 de julho de 2017, com a seguinte qualificação:

- Pós-Doutorado em Desenvolvimento Científico Regional (DCR). Universidade Estadual do Maranhão – UEMA;
- Pós-Doutorado em Nutrição Animal. Centro de Energia Nuclear – CENA/USP;
- Doutorado em Ciências. Escola Superior de Agricultura – ESALQ/USP;
- Mestrado em Agronomia. Escola Superior de Agricultura – ESALQ/USP;
- Graduação em Medicina Veterinária. Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

9.2.3. Experiência

Possui 8 anos de experiência docente, no magistério superior e 06 anos de

experiência na gestão educacional Coordenando o Núcleo de Disciplinas Integradas (NDI), o núcleo de Iniciação Científica, Comitê de Ética em Pesquisa - CEP e a Comissão de Ética no Uso Animal – CEUA, além de ser editora Chefe da Revista DêCiência. Atualmente, no Instituto Florence de Ensino Superior é coordenadora de Pesquisa e Extensão e do Comitê de ética em Pesquisa; Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP FLORENCE. Experiência nas áreas de Medicina Veterinária e Zootecnia, com ênfase em Produção e Nutrição Animal, Formação e Transferência de Imunidade Passiva, atuando principalmente nos seguintes temas: imunidade passiva, microbiologia, fisiologia, imunologia e histologia animal.

9.2.4. Regime de trabalho e carga horária dedicada ao curso

A Coordenadora possui carga horária de 40 horas na Instituição.

9.2.5. Atuação da coordenação

A coordenação atua de maneira ética e profissional em busca da organização, consolidação e qualidade do curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence de Ensino Superior. Ela também atua conjuntamente com o Núcleo Docente Estruturante a fim de elaborar e executar um Projeto Pedagógico que atenda o perfil do egresso e esteja em consonância com as necessidades do mercado de trabalho.

A gestão do curso também trabalha a fim de estruturar a graduação em Medicina Veterinária para proporcionar aos acadêmicos uma formação teórico-prática de qualidade.

9.3 COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO COLEGIADO DE CURSO

O colegiado do curso deverá se reunir frequentemente para as deliberações pertinentes aos assuntos pedagógicos e estruturais do curso, essas deliberações são registradas em atas. Todo professor ao ingressar no colegiado assume as responsabilidades de:

- apresentar o plano de ensino no início do semestre letivo, discutindo-o com o aluno, de modo a assegurar o pleno comprometimento de ambos, professor e aluno, com os objetivos propostos, com a programação estabelecida, critérios de avaliação, oportunidades de recuperação e encaminhamento pedagógico das atividades;
- Proceder a avaliação do acadêmico, tendo como referencial o estabelecido no item

“Procedimentos de Avaliação” do Plano de Ensino e do Regimento da IES, assegurando-lhe oportunidades de recuperação mediante a realização de estudos orientados, seguidos de nova avaliação e previstos no respectivo planejamento;

- elaborar os instrumentos de avaliação, os quais deverão estar em absoluta consonância com os conteúdos desenvolvidos em sala de aula e com a bibliografia recomendada;
- divulgar os resultados aos alunos, em tempo hábil, possibilitando aos mesmos o conhecimento de erros e acertos na perspectiva da recuperação da aprendizagem;
- incentivar e promover a autoavaliação dos alunos, ajudando-os na identificação de suas potencialidades e dificuldades;
- discutir com os alunos os resultados obtidos nas avaliações, analisando coletiva e individualmente, se for o caso, em que medida os objetivos estabelecidos para a sua disciplina foram alcançados;
- identificar e adotar estratégias alternativas para a efetividade da aprendizagem dos alunos;
- acompanhar a frequência escolar informando os acadêmicos de suas frequências e adotar estratégias preventivas para minimizar reprovações por falta e desta maneira evasão escolar;
- cabe ao professor de cada disciplina acompanhar a assiduidade dos acadêmicos e no caso de acadêmicos menores de 18 anos, informar a coordenação de curso quando este atingir 25% das faltas permitidas, para que seja informado seu rendimento aos representantes legais.

9.3.1 Núcleo Docente Estruturante – NDE

9.3.1 Composição

O Núcleo Docente Estruturante – NDE é composto por cinco docentes do colegiado do curso e presidido pelo Coordenador do Curso.

As ações conduzidas na implementação do Projeto Pedagógico são de responsabilidade do NDE, além de qualquer alteração ou atualização que se julgar necessária para o aprimoramento dos resultados almejados no processo ensino- aprendizagem. Compõem o atual Núcleo Docente estruturante:

Docente	Graduação	Titulação	Carga-horária
Davi Alves Lopes	Medicina Veterinária	Especialista	Integral
Mysa	Medicina Veterinária	Especialista	Integral
Tássia Lopes do Vale	Medicina Veterinária	Doutora	Parcial
Carolina Rocha e Silva	Medicina Veterinária	Doutora	Parcial
Isabelle	Zootecnia	Mestre	Parcial

9.3.2 Atuação

O NDE – Núcleo Docente Estruturante do Curso de Medicina Veterinária do Instituto Forence de Ensino Superior tem como objetivo favorecer e respaldar o processo de implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso.

Este núcleo é formado por uma equipe multiprofissional, que busca desenvolver programas, projetos e atividades dirigidas ao corpo docente e discente e demais membros da comunidade, buscando atingir os objetivos pretendidos do Projeto Pedagógico do Curso. As reuniões são mensais, mas são convocadas reuniões sempre que há a necessidade de discussão ou implantações de atividades referentes ao curso.

O Núcleo Docente Estruturante é composto integralmente por professores com titulação em nível de pós-graduação stricto sensu, pertencentes ao quadro efetivo do curso, com vasta experiência profissional e acadêmica, além do coordenador do Curso, que o preside. Todos os membros do NDE possuem regime de trabalho de tempo parcial (40%) ou integral (60%) ao Curso, com previsão de carga-horária destinada às atividades do Núcleo.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- ✎ Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- ✎ Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- ✎ Analisar periodicamente o PPC e propor alterações para possíveis adequações às Diretrizes Curriculares Nacionais, às exigências do mercado de trabalho e aos avanços no campo de ensino, da iniciação científica, da extensão e das práticas contemporâneas e sua articulação com as diretrizes didático-pedagógicas e o Plano de

Desenvolvimento Institucional (PDI);

✎ Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;

✎ Analisar e avaliar os planos de ensino à luz do PPC, recomendando à Coordenadoria do Curso possíveis alterações;

✎ Propor melhorias na qualidade do ensino ofertado.

9.4 CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso é constituído por professores imbuídos da nobre tarefa de educar e formar profissionais qualificados, éticos e conscientes de sua responsabilidade social. Nortear, incentivar e ser exemplo aos futuros Médicos Veterinários também é missão dos professores do curso do Instituto Forence de Ensino Superior.

Os professores também devem possuir profunda competência pedagógica, que, aliada ao domínio do conhecimento específico, proporciona condições para o desempenho satisfatório de atividades nas áreas do ensino, pesquisa e extensão. Os professores do curso de Medicina Veterinária são mestres (40%) e doutores (60%), com experiência prática e acadêmica.

COMPONENTE	BLOCO	DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME
1º SEMESTRE				
Metodologia da Pesquisa Científica	1	Adryanny Karolyny Rosa Pereira Sampaio	Mestre	Integral
Bioquímica	1	Samara Leticia Silva Melo	Mestre	Integral
Citologia e Histologia	1	Gustavo Henrique Rodrigues Vale de Macedo	Mestre	Parcial
Introdução à profissão	1	Danillo Brenno de Assis Torres	Mestre	Parcial
Microbiologia básica	1	Pedro Henrique Cunha Fontenelle	Mestre	Parcial
Anatomia descritiva dos animais domésticos I	1	Carolina Rocha e Silva	Doutora	Parcial
2º SEMESTRE				
Embriologia e Genética	2	Naylla Raquel Costa Leite	Mestre	Parcial

		Campos		
Anatomia descritiva dos animais domésticos II	2	Naylla Raquel Costa Leite Campos	Mestre	Parcial
Histologia Veterinária	2	Carolina Rocha e Silva	Doutora	Parcial
Bioestatística	2	Eduarda Gomes Boga	Doutora	Integral
Fisiologia Veterinária I	2	Naylla Raquel Costa Leite Campos	Mestre	Parcial
Parasitologia e Helmintologia veterinária	2	Tássia Lopes do Vale	Doutora	Parcial
3º SEMESTRE				
Anatomia Topográfica dos animais domésticos	3	Danillo Brenno de Assis Torres	Mestre	Parcial
Fisiologia veterinária II	3	Naylla Raquel Costa Leite Campos	Mestre	Parcial
Forrageiras e Manejo de Sistemas de Produção (ead)	3	Luiz Bruno Oliveira Chung	Mestre	
Imunologia Veterinária		Pedro Henrique Cunha Fontenelle	Mestre	
Doenças Parasitárias dos animais domésticos	3	Tássia Lopes do Vale	Doutora	Parcial
Patologia Veterinária I	3	Carolina Rocha e Silva	Doutora	Parcial
4º SEMESTRE				
Patologia Veterinária II	4	Thamiza Carla dos Santos	Mestre	Parcial
Diagnóstico por Imagem	4	Danillo Brenno de Assis Torres	Mestre	Parcial
Farmacologia Veterinária	4	Tássia Lopes do Vale	Doutora	Parcial
Semiologia Veterinária	4	Thamiza Carla dos Santos	Mestre	Parcial
Zootecnia, Bioclimatologia e Etologia	4	Luiz Bruno Oliveira Chung	Mestre	Parcial
Nutrição Animal	4	Luiz Bruno Oliveira Chung	Mestre	Parcial
Epidemiologia e Planejamento em Saúde Animal	4	Eduarda Gomes Boga	Doutora	Integral
5º SEMESTRE				
Manejo e conservação de animais de animais silvestres e	5	Carolina Rocha e Silva	Doutora	Parcial

bioterismo				
Genética Aplicada e Melhoramento Animal	5	Luiz Bruno Oliveira Chung	Mestre	Parcial
Patologia Clínica Veterinária	5	Tássia Lopes do Vale	Doutora	Parcial
Manejo e Cadeias de Animais de Produção	5	Luiz Bruno Oliveira Chung	Mestre	Parcial
Terapêutica Veterinária	5	Tássia Lopes do Vale	Doutora	Parcial

9.4.1 Titulação e experiência do corpo docente e efetiva dedicação ao curso

No decorrer da implementação curso de Medicina Veterinária será necessário a contratação de pelo menos 10 médicos veterinários para compor o corpo docente. Parte desses profissionais deverá ter dedicação integral ao curso, uma vez que deverão compor o corpo clínico de atendimento do Hospital Veterinário da Faculdade.

9.5 Plano de carreira e incentivos ao corpo docente

O Plano de Carreira Docente do Instituto Florence de Ensino Superior, regulamenta a valorização de experiências docentes no magistério superior, assim como define, normatiza e disciplina as condições de admissão, demissão, promoção, progressão, desenvolvimento profissional, direitos e deveres. Quanto às experiências profissionais não acadêmicas, são consideradas relevantes, pela Instituição, as experiências (atividades) realizadas por seus docentes fora do contexto acadêmico, como fonte de aperfeiçoamento e ampliação de conhecimentos teórico-práticos, removendo limitações e fronteiras de saberes específicos e compartimentados.

O Instituto Florence de Ensino Superior, por meio da operacionalização de seu plano de Capacitação e Qualificação do Corpo Docente – PQD, tem envidado esforços para atrair para seus quadros professores com renomada trajetória profissional e acadêmica e com titulação stricto sensu, e fomentado a fixação destes docentes mediante avaliação da qualidade do ensino e da produtividade dos mesmos, através da concessão de incentivos e benefícios constantes a capacitação profissional e a produção científica, de modo que essas políticas reflitam positivamente na qualidade dos cursos.

Ressalta-se nesse processo a CAP – Coordenação de Apoio Pedagógico aos

Docentes e Discentes, que é composta por: Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente/ NAP, responsável pelo atendimento às necessidades do corpo docente da instituição, através da viabilização do Programa de Apoio ao Docente e do Plano de Qualificação Docente/ PQD.

O regime de trabalho dos docentes da Instituição será o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pela qual se regem todos os respectivos contratos.

Os docentes do Magistério Superior da Instituição serão contratados como Professores de Ensino Superior, em um dos seguintes regimes de trabalho:

- Em tempo Integral: será atribuído ao docente que se obriga a prestar quarenta (40) horas semanais de trabalho à Instituição, no desempenho de atividades de ensino, pesquisa, extensão ou de administração universitária ou acadêmica.
- Em tempo parcial: docente contratado atuando com no mínimo 12 (doze) horas semanais de trabalho, reservando-se, pelo menos, 25% desta carga-horária para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

A título eventual e por tempo estritamente determinado, a Instituição pode dispor do concurso para Professor Substituto, Professor Colaborador e Professor Visitante, destinado a suprir a falta temporária de docentes integrantes da carreira.

O docente poderá ainda exercer atividades de pesquisa e extensão, quando aprovadas, ou administrativas, na coordenação de cursos e supervisão de estágios.

O número de horas-aula do docente poderá variar, de acordo com o planejamento curricular dos cursos, por semestre, sendo definido pela coordenação do curso e aprovado pelo Colegiado do Curso antes do início do semestre letivo regular. Nenhum contrato de trabalho poderá ter duração superior a 40 horas semanais. O tempo da hora-aula determinado pela legislação pertinente, despendido pelo docente quando em atividade em sala de aula, equivalerá sempre à uma hora de trabalho contratual.

Enquanto política de apoio pedagógico ao corpo docente, o Instituto Florence de Ensino Superior, por meio da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP, operacionaliza o Núcleo de Apoio Pedagógico ao Docente – NAP, que consiste em ações e programas voltados à formação pedagógica e orientação aos docentes do curso, assim como a promover ações de capacitação docente, sobretudo através do Programa de apoio didático-pedagógico ao docente.

O Programa tem como objetivo auxiliar e orientar os professores na condução de sua prática pedagógica a partir da sugestão de metodologias, recursos, atividades e propostas de trabalho, além de oferecer todo o suporte estrutural para a operacionalização das atividades planejadas pelo docente e terá os seguintes objetivos:

- Acompanhar o desempenho acadêmico do professor, verificando suas dificuldades e conferindo ao mesmo o suporte necessário;
- Subsidiar materialmente e teoricamente todas as necessidades do docente;
- Propor alternativas de solução para os problemas detectados/ou apontados pela comunidade acadêmica;
- Implantar e implementar a formação inicial e continuada do professor;
- Fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da instituição com vistas a consecução dos objetivos inerentes a academia;
- Acompanhar junto com o professor e o NUPAD o desempenho do discente, propondo soluções imediatas;
- Interagir criativamente em face de dificuldades pedagógicas sentidas pelos cursos;
- Apoiar as coordenações em atividades e programas que visem o bom funcionamento dos currículos;
- Selecionar, em consenso com os docentes, procedimentos didáticos-metodológicos para melhor atender as necessidades dos alunos e a natureza das disciplinas;
- Utilizar estratégias adequadas de ação para possibilitar o envolvimento dos docentes nos projetos pedagógicos dos cursos;
- Orientar para a resolução de problemas e enfrentar desafios oriundos da implantação dos novos modelos curriculares nos cursos;
- Buscar informações especializadas analisá-las, tomar e justificar decisões metodológicas;
- Avaliar a efetividade das ações curriculares desenvolvidas nos cursos;
- Participar da formulação, acompanhamento e avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos;
- Incorporar ao trabalho docente, novas metodologias de ensino e avaliação da aprendizagem;
- Fornecer suporte didático pedagógico aos docentes.

A avaliação docente é um processo interno que acontece semestralmente, e estará articulado as atividades desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação/CPA e pela Coordenação de Apoio Pedagógico ao Docente e Discente/CAP, tendo como protagonistas o grupo de alunos, os professores e a coordenação do curso. A avaliação obedece às seguintes etapas:

- Participação dos alunos respondendo ao questionário de avaliação semestral, onde cada disciplina e o seu professor é avaliado, assim como a infraestrutura física, a organização

acadêmica e os serviços prestados pela faculdade;

- Autoavaliação docente, onde o próprio professor comenta a sua atuação em sala de aula, destacando os seus objetivos para o período e as suas dificuldades;
- Avaliação docente sobre as turmas, onde cada professor avalia o desempenho e destaca as características das turmas que lecionou; e
- Reunião com a coordenação do curso, onde o coordenador discute com os professores os resultados e as sugestões apontadas nas avaliações acima.

O objetivo de todo o processo do sistema permanente de avaliação docente é auxiliar o professor no seu desempenho em sala de aula. De posse de todas as avaliações e após discussão com o docente, cabe à coordenação do curso propor medidas de auxílio a atuação docente como, por exemplo, a disponibilidade de novos equipamentos de auxílio as aulas, a atualização em algum campo ou a atuação do docente em outras disciplinas compatíveis com a sua formação acadêmica.

9.6 Participação do corpo docente na direção da instituição

O Instituto Florence de Ensino superior propõe e incentivará a efetiva participação de seu corpo docente em todas suas atividades. Pedagogicamente, adota a metodologia do “aprendizado cooperativo” o que vem criando um modelo de gestão participativo e corresponsável. Essa forma cooperativa de gestão deverá, pouco a pouco, ser ainda mais implementada através da criação de novos órgãos de participação:

- Conselho de Ensino e Pesquisa - um representante do corpo docente, nos termos da legislação vigente na condição de Coordenador de Curso de Graduação;
- Colegiado de Curso - cuja composição compreende todos os professores em exercício em um mesmo curso;
- Coordenação de Curso - posição exercida por um dos docentes do curso, indicado pelos corpos discente e docente através de uma lista tríplice, com mandato de dois anos, sendo permitida a recondução.
- Núcleo Docente Estruturante (NDE) – grupo formado professores do curso responsáveis por repensar e nortear ações que propiciem o crescimento e adaptação constante as necessidades institucionais, acadêmicas e docentes.

10 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O Corpo Técnico-Administrativo da Instituição é constituído pelos funcionários enquadrados nesta categoria e que prestem serviços de apoio técnico, administrativo e operacional, bem como de assessoramento a todos os órgãos e níveis hierárquicos da Instituição, que desempenhem as seguintes funções:

- Gerencias: administração, controle, coordenação, supervisão e avaliação;
- Atividades técnicas de assessoria e suporte à administração superior ou intermediária, que demandem análises, pareceres, procedimentos e execução;
- Atividades de apoio administrativo;
- Atividades de apoio operacional em execução de serviços gerais, necessários ao bom desempenho institucional.

O Corpo Técnico-Administrativo da Instituição é constituído pelas seguintes categorias:

- Auxiliar de Serviços Gerais;
- Auxiliar Administrativo;
- Técnico Administrativo de Nível Médio;
- Técnico Administrativo de Nível Superior.

O Corpo técnico-administrativo do Instituto Florence de Ensino Superior é composto de acordo com os critérios previstos no Plano de Cargos, Salários e Carreira do Corpo Técnico-administrativo, observando as seguintes condições:

- Remuneração compatível com seu cargo e desempenho;
- Acesso, promoção e progressão no plano de carreira;
- Incentivo ao seu aprimoramento profissional;
- Direito, em igualdade de condições a qualquer funcionário da Instituição, à política de benefícios/vantagens da instituição;
- Direito a voto e a elegibilidade, em conformidade com o Regimento Interno da Instituição;
- Condições adequadas ao exercício profissional.

O Regime disciplinar do corpo técnico-administrativo está previsto no Regimento Interno da Instituição.

O Programa de Integrado de Gestão de Capital Humano (PIC), prevê ações de

capacitação e avaliação do corpo técnico-administrativo por meio do Programa de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo/PEQ-TEC, desenvolvidas pelo setor de recursos humanos da IES. A progressão do funcionário nos níveis previstos no Plano de Cargos, Salários e Carreira leva em consideração a avaliação do funcionário e a participação e rendimento nas atividades de capacitação previstas no PEQ/TEC. O regime de trabalho dos funcionários da Instituição será o previsto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, pelas quais se regem todos os contratos trabalhistas.

V INFRAESTRUTURA

11 INFRAESTRUTURA FÍSICA

11.1. Instalações Gerais

O Instituto Florence de Ensino Superior dispõe de uma área com cerca de, 6.756,45 m², localizado no endereço Rua Rio Branco 216, Centro – São Luís – MA. Todas as dependências do imóvel foram adequadas em seus acessos e áreas internas para melhor atender ao Decreto 5.296/04, facilitando o acesso e uso das instalações por portadores de necessidades especiais. Nas proximidades da instituição já se encontra instalado um bom setor de serviços, contando com lanchonetes, livrarias, papelarias, restaurantes e *self-service*.

Todas as dependências do Instituto Florence de Ensino Superior estão adequadas ao atendimento e desenvolvimento das atividades e programas curriculares dos cursos da instituição.

As especificações de serventias obedecem aos padrões arquitetônicos recomendados quanto à ventilação, iluminação, dimensão e destinação específica.

As salas de aula, laboratórios, biblioteca e outras dependências são de uso privativo do corpo docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas estranhas quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Direção.

A infraestrutura física está à disposição dos alunos para atividades extraclasse, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente reservados.

Os ambientes atendem as exigências específicas do ensino superior, são amplos e com iluminação natural e artificial adequadas, atendendo às necessidades dos cursos projetados pela IES. No que diz respeito à dimensão, providenciou-se espaço físico adequado para o número de usuários e para todos os tipos de atividades desenvolvidas na instituição.

O sistema de ventilação é adequado às necessidades climáticas locais, utilizando-se

equipamentos, sempre que necessário.

A IES prima pelo asseio e limpeza mantendo as áreas livres varridas e sem lixo, pisos lavados, sem sujeira e móveis sem poeira.

Os depósitos de lixo são colocados em lugares estratégicos, como próximos às salas de aula, na biblioteca, nas salas de estudo etc.

As instalações sanitárias gozam de perfeitas condições de limpeza com pisos, paredes e aparelhos lavados e desinfetados. Para isso as instituições mantem pessoal adequado e material de limpeza disponível.

As plantas das instalações encontram-se na instituição, à disposição das autoridades educacionais.

11.2. Instalações Administrativas

Para realizar o atendimento de alunos e visitantes foi destinada uma sala de secretaria Geral com cerca de 36,28 m², uma secretaria de apoio com 16,14m² de acesso restrito para registro de notas e arquivos administrativos e pedagógicos e uma sala da direção acadêmica com 16,22m².

São destinadas 03 (três) salas com cerca de 10,20m² cada, sendo uma disponível para atendimentos psicopedagógicos, outra para reuniões com a Comissão Própria de Avaliação – conforme exigência do INEP -, e outra para o técnico de informática.

A IES dispõe ainda de salas específicas para o diretor geral, diretor acadêmico e diretor administrativo-financeiro e coordenações conforme quadro abaixo:

Quadro 11: Demonstrativo das Instalações Administrativas do Instituto Florence de Ensino Superior

DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Direção Acadêmica	16,22	8:00 às 22:00
Secretaria de apoio	16,14	8:00 às 22:00
Sala para registro de notas e arquivos	46,00	8:00 às 22:00
Sala de espera/recepção	36,28	8:00 às 22:00
Biblioteca	436,97	8:00 às 22:00
Tesouraria	17,52	8:00 às 20:00
Sala para atendimentos psicopedagógicos	10,20	8:00 às 22:00
Sala coordenação de Odontologia	10,07	8:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00
Sala coordenação de Estética	7,94	8:00 às 12:00 e 18:00 às 22:00
Sala coordenação de Fisioterapia e Nutrição	10,82	8:00 às 12:00 e 18:00 às 22:00
Sala coordenação de Enfermagem	10,32	8:00 às 12:00 e 18:00 às 22:00
Sala coordenação Biomedicina e Farmácia	11,31	8:00 às 12:00 e 18:00 às 22:00

Sala coordenação Medicina Veterinária		8:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00
Sala coordenação Administração e Ciências Contábeis		8:00 às 12:00 e 18:00 às 22:00
Sala coordenação do Direito		8:00 às 12:00 e 18:00 às 22:00
Sala Conex/CAP	12,31	08:00 às 22:00
Sala de Reuniões	21,07	8:00 às 22:00
Sala para o Técnico de Informática / NTI	39,15	8:00 às 22:00
Sala do Diretor Geral	32,24	8:00 às 22:00
Sala do Diretor Operacional	19,23	8:00 às 22:00
Sala do Diretor Jurídico	11,65	8:00 às 22:00
Sala do Diretor Administrativo e Financeiro	20,33	8:00 às 22:00
Sala Departamento de Recursos Humanos	31,69	8:00 às 22:00

Fonte: Direção Administrativa/FLORENCE (2023)

11.3 Núcleo de Educação a Distância e Espaço da Equipe Multidisciplinar

O NEaD localiza-se no prédio do Núcleo Integrado de Prática Jurídica (NIPJ), nele encontramos: sala da coordenação, laboratórios de informática, sala de docentes, sala de atendimento ao estudante, salas de aulas e o estúdio de gravações e edições de vídeo, e na sede da faculdade, está o restante de sua estrutura, que consta de mais um laboratório, secretaria acadêmica, biblioteca. O NEaD, no NIPJ, tem a seguinte composição:

- 1) Laboratório;
- 2) Auditório;
- 3) Cabines de transmissão;
- 4) Sala da coordenação
- 5) Sala de docentes
- 6) Estúdio de gravação e edição de vídeos
- 7) Gabinetes de trabalho docente de tempo integral
- 8) NEAD – Núcleo de Educação a Distância
- 9) Sala da Equipe Multidisciplinar

11.4 Instalações para Docentes e Coordenação do Curso

Visando proporcionar um ambiente de trabalho favorável e confortável, o quadro docente dispõe de 02 (duas) salas reservadas para os professores e 01 sala descanso, a primeira com 72,79 m², devidamente climatizada, e equipada com computadores de última geração com acesso à Internet banda larga (Wireless), sofás de apoio, mesas para reuniões em grupo e armários de uso individual São destinados também 02 (dois) banheiros para uso exclusivo dos professores, sendo um masculino e um feminino. A segunda sala com 14,20 m² devidamente climatizada com acesso à Internet banda larga

(Wireless), sofá de apoio, para descanso com vestiário e armários de uso coletivo e 01 banheiro com chuveiro. A terceira sala com 30,00 m² devidamente climatizada, e equipada com 09 (nove) computadores de última geração com acesso à Internet banda larga (Wireless), mesa para reuniões em grupo e armários de uso individual.

A IES conta ainda com sala de reuniões para o NDE, com ambiente climatizado e equipada com mesa de reuniões, cadeiras, armários para guarda de arquivos, documentos e materiais de expediente.

A infraestrutura da Faculdade está formatada para abranger as atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme necessidades específicas dessas atividades. Portanto, dispõe de 20 (vinte) Gabinetes de trabalho para Professores Tempo Integral, equipados com mobiliários de apoio como Computadores de última geração, acesso à Internet banda larga (Wireless) aparelhos de ar-condicionado, mesas e cadeiras. Estes espaços contam ainda com limpeza, boa iluminação, acessibilidade para pacientes portadores de necessidades especiais, conservação e comodidade. O Instituto Florence de Ensino Superior assume a responsabilidade pela constante adequação destes gabinetes conforme necessidade que decorrerá com o andamento do curso.

A faculdade dispõe de salas específicas para coordenação de curso. Para o curso de Enfermagem, a sala da coordenação dispõe de uma área com cerca de 10,32 m², devidamente instalada e equipada de forma a subsidiar as atividades administrativas e o atendimento a docentes, discentes e visitantes da instituição de ensino, seja individualmente, ou em reuniões.

A IES conta ainda com sala de reuniões para o NDE, com ambiente climatizado e equipada com mesa de reuniões, cadeiras, armários para guarda de arquivos, documentos e materiais de expediente.

Quadro 12: Sala de Reunião do NDE

DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Sala principal de NDE	31,02	7:30 às 22:00
Sala auxiliar do NDE	9,96	7:30 às 22:00
Banheiros exclusivos	3,60	7:30 às 22:00
Gabinetes para Professores em TI	8,40	7:30 às 22:00

Fonte: Direção Administrativa/FLORENCE (2023).

11.5 Salas de Aula

A infraestrutura da Faculdade está formatada especificamente para atividades de ensino, dispondo inicialmente de 35 salas de aula com área média entre 54m² a 70m² cada, devidamente climatizadas, com iluminação adequada e com quadros brancos. Os alunos dispõem de carteiras individuais, reservado o espaço de 1m² por aluno, dispondo também de acesso à Internet banda-larga via rede Wireless, além do acesso através da intranet da IES, aos bancos de dados, artigos eletrônicos e

ao acervo da biblioteca.

Ao professor reserva-se uma mesa de trabalho, cadeira acolchoada tipo Diretor, quadro branco e data show fixo.

Quadro 13: Sala de Aula

DESCRIÇÃO	ÁREA (M ²)	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
Sala Matriz 201 a 204		7:30 às 22:00
Sala Matriz 301 a 319	54 a 74	7:30 às 22:00
Sala NPIJ 01 a 14	30 a 74	7:30 às 22:00

Fonte: Direção Administrativa/FLORENCE (2023).

11.6 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

A IES conta com três laboratórios de informática, divididos da seguinte forma:

- Laboratório 01: com 30 computadores com internet banda larga;
- Laboratório 02: com 26 computadores também com banda larga;

Além destes, a IES conta com outros terminais para consulta de atendimento ao aluno, localizados na biblioteca, totalizando 89 terminais. A IES disponibiliza ainda acesso a rede wifi em suas instalações para todos os estudantes, que, deste modo, podem acessar a rede de qualquer ponto da IES, por meio de dispositivos móveis e notebooks.

Quadro 14: Especificação da Informática

ESPECIFICAÇÃO	EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
LABORATÓRIO PRINCIPAL (INTERNET 1GB BANDA LARGA)	COMPUTADORES	30
	LICENÇAS WIN VISTA HOME	30
	LICENÇAS WIN SEVEN HOME	30
	OFFICE 2007 HOME STUDENT	30
	OFFICE 2010 HOME STUDENT	30
LABORATÓRIO 2 (1º ANDAR) (INTERNET 1GB BANDA LARGA)	COMPUTADORES	26
	LICENÇAS WIN SEVEN HOME	26
	OFFICE 2007 HOME STUDENT	26
	OFFICE 2010 HOME STUDENT	26
TERMINAL CONSULTA BIBLIOTECA	COMPUTADORES	3
	O.S. LINUX - UBUNTU	3
	OFFICE 2007 HOME STUDENT	3
	BR OFFICE 2	
	O.S. LINUX - UBUNTU	3
	PONTOS DE REDE WIFI	34
	DATASHOW (comp/tc/ms/som/DVD-RW)	20
	TELEVISÕES 29"	3
	TELEVISÕES 42"	1

	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA	2
	MICROFONE	2
	APARELHO DE DVD	2
	SERVIDOR SISTEMA ACADÊMICO	1
	SERVIDOR DE E-MAIL	1
	SERVIDOR DE ARQUIVO/DHCP	1
	CFTV	1
	LINK FAULT 4MB	1
	LINK FAULT 1MB (administrativo)	1
	COMPUTADORES ADMINISTRATIVO	186
	IMPRESSORAS COLOR	4
	IMPRESSORA LASER	8
	PARQUE TOTAL DE COMPUTADORES EM REDE	366

Fonte: Direção Administrativa/FLORENCE (2023)

11.7 Laboratórios da Área da Saúde

O Instituto Florence de Ensino Superior conta com uma ampla gama de laboratórios que são comuns a todos os cursos da área de saúde, enquanto outros destinam-se a atividades mais específicas. A gestão desses laboratórios está sob a responsabilidade do Coordenador de Laboratórios, que auxilia diretamente os professores na preparação de material para as aulas práticas, bem como funcionários auxiliares encarregados da organização e limpeza dos materiais e equipamentos dos laboratórios.

O horário de funcionamento é de segunda a sexta, nos turnos matutino, vespertino e noturno dependendo da necessidade, podendo ainda funcionar aos sábados conforme cronograma de aulas práticas. É obrigatório o uso de bata ou jaleco para a permanência nos laboratórios, bem como a adoção das medidas de biossegurança adequadas a cada ambiente, conforme normas contidas no regimento dos laboratórios. A estes laboratórios, integra-se salas de apoio laboratorial, onde os alunos podem deixar seus materiais em armários específicos, e onde há a preparação dos materiais necessários para as aulas práticas.

A manutenção dos equipamentos é realizada periodicamente por técnico especializado (antes do início das aulas de cada semestre letivo) ou quando houver necessidade.

Documentos com os detalhes das instalações, equipamentos, vidrarias, reagentes, materiais de insumo e materiais didáticos dos laboratórios encontram-se na instituição, à disposição das autoridades educacionais.

11.8 Descrição dos Laboratórios Multidisciplinares

Quadro 15: Laboratórios Multidisciplinares

Descrição	Área (m ²)
Sala da Coordenação de laboratórios e clínicas	15,14
Laboratório Multidisciplinar I	68,80
Laboratório Multidisciplinar II	44,08
Laboratório Multidisciplinar III	73,40
Laboratório Multidisciplinar IV	65,91
Laboratório Multidisciplinar V	53,02
Laboratório Multidisciplinar VI	30,91
Laboratório Multidisciplinar VII	29,73
Laboratório Multidisciplinar VIII	76,39
Laboratório Multidisciplinar IX	34,10
Laboratório Fly	49,44
Laboratório Fitofármaco	20,15
Laboratório de Controle de Qualidade	35,14
Laboratório Cosmético I	20,69
Laboratório Cosmético II	22,35

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Multidisciplinar I

Disciplinas: Química Geral, Físico-química, Química Analítica; Bromatologia e Bioquímica Básica

Área física: 68,80 m²

Capacidade de atendimento: 35 alunos

Disposição do Laboratório:

- Laboratório com 04 bancadas central para a realização das aulas práticas;
- Duas capelas de exaustão de gases;
- Um chuveiro lava olhos;
- Um quadro para explanação da aula;
- Bancadas laterais com uma pia para lavagem de mãos e equipamentos;
- Armários;
- Conexão de rede/wifi

Quadro 16: Laboratórios Multidisciplinar I

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Aparelho para eletroforese	01
2.	Agitador magnético	01
3.	Balança SEMI Analítica ADVENTURE OHAUS	02

4.	Balança analítica eletrônica SHIMADZU	01
5.	Banho-Maria 0 a 120°	01
6.	Bomba a vácuo	02
7.	Capela de exaustão de gases Grande	02
8.	Cronômetros	01
9.	Fotocolorímetro	01
10.	Geladeira	01
11.	Magneto (para homogeneização de soluções)	05
12.	Peagâmetro de Bancada	01
13.	Peagâmetro de Vidro (portátil)	05
14.	Placa de agitação e aquecimento	01
15.	Suporte para Bureta	06
16.	Termômetro graduado até 200°C	02
17.	Espectofôtometro SP-20	01
18.	Manta Aquecedora 220V	01
19.	Polarímetro	01
20.	Lava Olhos de Emergência	01
21.	Lixeiras	02
22.	Ar condicionado de 48 BTUS	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Multidisciplinar II

Disciplinas: Anatomia Sistêmica e Fisiologia Humana

Área física: 44,08 m²

Capacidade de atendimento: 25 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 04 bancadas central para realização das aulas práticas;
- ✓ Armários para peças anatômicas;
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ Conexão de rede/wifi

Laboratório Multidisciplinar III

Disciplina: Anatomia Sistêmica / Peças Orgânicas

Área física: 73,40 m²

Capacidade de atendimento: 40 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 06 bancadas de inox para a realização das aulas práticas;
- ✓ 02 pias para lavagem das mãos;
- ✓ Um chuveiro lava olhos;
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ Conexão de rede/wifi

Laboratório Multidisciplinar IV

Disciplinas: Anatomia Sistêmica e Fisiologia Humana

Área física: 65,91 m²

Capacidade de atendimento: 40 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 04 bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- ✓ Armários para peças anatômicas;
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ Tv com monitor touch screen com programa de anatomia 3D
- ✓ Conexão de rede/wifi

Quadro 17: Laboratórios Multidisciplinar II, III e IV

Cod	Especificações	Qtde.
1.	Anatomytreiner	01
2.	Aparelho para medir pressão arterial	10
3.	Braço	04
4.	Cabeça	01
5.	Cérebro	03
6.	Cérebro com artérias 9 partes.	01
7.	Cérebro neuroanatômico, 8 partes	03
8.	Circulação Sanguínea	01
9.	Coluna vertebral	04
10.	Coração	05
11.	Coração com diafragma	01
12.	Coração funcional e sistema circulatório	01
13.	Crânio	01
14.	Crânio com encaixe versão anatômica	01
15.	Crânio com encéfalo, 8 partes	02
16.	Esqueleto clássico	02
17.	Esqueleto da perna	02
18.	Esqueleto desarticulado	01
19.	Esqueleto do braço	02
20.	Esqueleto Humano	02
21.	Estetoscópio	10
22.	Estômago, 2 partes	4
23.	Estrutura óssea	02
24.	Estrutura óssea do crânio, 6 peças	01
25.	Fígado	03

26.	Fígado com vesícula biliar, pâncreas e duodeno	01
27.	Figura muscular com sexo dual, 45 partes	01
28.	Glândulas Endócrinas	01
29.	Kit com 42 vértebras	01
30.	Kit com 5 vértebras	01
31.	Kit com 5 vértebras	01
32.	Laringe	01
33.	Laringe, 2 partes	05
34.	Meio esqueleto desarticulado, 52 peças	02
35.	Mini torso em 12 partes	01
36.	Muscletrainer	01
37.	Musculatura humana dorsal	01
38.	Musculatura humana frontal	01
39.	Nariz e órgão olfativo	01
40.	Neurotraine	01
41.	Olho	03
42.	Olho 5x o tamanho natural, 11 partes	01
43.	Olho funcional	01
44.	Olho, 6 vezes o tamanho natural, 6 partes.	03
45.	Órgãos da Fala	01
46.	Órgãos Internos	01
47.	Órgãos Pelvicos Feminino	01
48.	Órgãos pélvicos Masculino	01
49.	Órgãos Respiratórios	02
50.	Ouvido	07
51.	Pele modelo em bloco	01
52.	Pélvico Feminino	03
53.	Pélvis feminina, duas partes	01
54.	Pélvis masculino	01
55.	Pélvis masculino, 2 partes.	04
56.	Pulmão	01
57.	Pulmão, 7 partes	02
58.	Rins	05
59.	Rins, néfrons, vasos sanguíneos e corpúsculo renal	01
60.	Sangue Composição	01
61.	Seção lateral da cabeça com 4 partes	01
62.	Série mini juntas	01
63.	Sistema Digestivo	03
64.	Sistema digestivo 3vezes, 3 partes	01
65.	Sistema Linfático	01
66.	Sistema Muscular	02
67.	Sistema Nervoso	02
68.	Sistema nervoso ½ do tamanho natural	01
69.	Sistema Nervoso Central	01
70.	Sistema Nervoso Frontal	01
71.	Sistema Nervoso Posterior	01
72.	Sistema Nervoso Vegetativo	01
73.	Sistema Urinário	01
74.	Sistema Vascular	01
75.	Tecido Muscular	01
76.	Torso	01
77.	Torso clássico aberto, 18 partes	01
78.	Torso muscular em tamanho natural, 27 partes	01

79.	Articulação Joelho	01
80.	Articulação Escápula	01
81.	Articulação Mão direita	01
82.	Articulação Pé direito	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023)

Laboratório Multidisciplinar V

Disciplinas: Microbiologia Básica e Clínica

Área física: 53,02 m²

Capacidade de atendimento: 25 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 03 bancadas de granito (para a realização das aulas práticas);
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ 01 pia para lavagem das mãos;
- ✓ Um chuveiro lava olhos;
- ✓ Conexão de rede/wifi

Quadro 18: Laboratórios Multidisciplinar V

Cód.	Especificações	Qtde.
	Alça de platina	02
	Autoclave de 21 litros	01
	Autoclave de 12 litros	01
	Balança	01
	Lamparina	02
	Centrífuga até 4000 rpm	01
	Estufa bacteriológica	03
	Cabina de Fluxo Laminar	01
	Geladeira	01
	Freezer	01
	<i>Microscópio binoculares</i>	20
	<i>Chuveiro lava olhos</i>	01
	<i>Micro-ondas</i>	01
	<i>Ar-condicionado de 36000 BTUS</i>	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Multidisciplinar VI

Disciplinas: Imunologia e Hematologia

Área física: 30,91 m²

Capacidade de atendimento: 20 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 02 bancadas de granito (para a realização das aulas práticas);
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ 01 pia para lavagem das mãos;
- ✓ Conexão de rede/wifi

Quadro 19: Laboratórios Multidisciplinar VI

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Célula 100 X	01
2.	Microscopio Nikon com Câmera	01
4.	Tv LCD 42 ‘	01
5.	Microscópios	20
6.	Agitador magnético	01
7.	Centrifuga FANEN	01
8.	Banho Maria Hematológico	01
9.	Espectrofotometro SP22	01
10.	Ar Condicionado 36000 BTUS	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2022)

Laboratório Multidisciplinar VII

Disciplinas: Farmacologia e Toxicologia

Área física: 29,73 m²

Capacidade de atendimento: 20 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 04 bancadas de granito (medindo 2m e 1 bancada lateral de 5m para a realização das aulas práticas);
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ 01 pia para lavagem das mãos;
- ✓ Conexão de rede/wifi

Quadro 20: Laboratórios Multidisciplinar VII

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Balança semi analítica	02

2.	Banho-Maria	01
3.	Capela de exaustão de gases	01
4.	Estufa de secagem	01
5.	Peagmetro de Bancada	01
6.	Agitador Magnético com Aquecimento	02

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023)

Laboratório Multidisciplinar VIII

Disciplinas: Citologia, Histologia; Embriologia e Genética e Patologia

Área física: 76,39 m²

Capacidade de atendimento: 40 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 05 bancadas de granito (para a realização das aulas práticas);
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ 01 pia para lavagem das mãos;
- ✓ Conexão de rede/wifi

Quadro 21: Laboratórios Multidisciplinar VIII

Cód.	Especificações	Qtde
1.	Microscópio	30
2.	Microscópio Nikon com Câmera	01
3.	TV LCD 42	01
4.	Contador diferencial de células Marca CELM	01
5.	Deionizador	01
6.	Diluidor Marca CELM	01
7.	Centrífuga	01
8.	Analizador Bioquímico CELM- SB – 190	01
9.	Braço para punção venosa	01
10.	Contador manual de Células	04
11.	Microcentrifugadora	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2022).

Laboratório Multidisciplinar IX

Disciplinas: Parasitologia Geral e Clínica

Área física: 56,06 m²

Capacidade de atendimento: 40 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 06 bancadas de granito (para a realização das aulas práticas);
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ 01 pia para lavagem das mãos;
- ✓ Conexão de rede/wifi

Quadro 22: Laboratórios Multidisciplinar IX

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Microscopios Binocular Bioval L2000A	30
2.	Microscópio Nikon com Câmera	01
3.	TV LCD 50	01
4.	Atlas Parasitologico	06
5.	CONJUTO DE LAMINAS DE PARASITOLOGIA	02
6.	Banheiro (Fezes)	01
7.	Deionizador	01
8.	Lavador Automático de Pipetas	01
9.	Estufa de Esterilização	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Fly

Disciplinas: Desenvolvimento de metodologia ativas, projetos e empreendedorismo

Área física: 49,44 m²

Capacidade de atendimento: 25 alunos;

Disposição do Laboratório:

- Laboratório com 08 mesas de apoio;
- Um quadro para explanação da aula;
- Um quadro de vidro
- Conexão de rede/wifi

Quadro 23: Laboratório FLY

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Impressora 3D	01
2	Computadores	07
3	TV LCD 50	01
4	Ar condicionado 30000 btus	1
5	Mesa de trabalho	08

6	Cadeiras	08
7	Arquibancada de madeira	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Fitofármacos

Disciplinas: Farmacologia, Bromatologia, análises ambientais

Área física: 20,15 m²

Capacidade de atendimento: 25 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 03 bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ Uma pia para lavagem das mãos;
- ✓ Conexão de rede/wifi.

Quadro 24: Laboratório Fitofármaco

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Balão fundo chato de 100 ml	10
2	Balão fundo chato de 250 ml	10
3	Balão fundo chato de 500 ml	05
4	Balão fundo chato de 1000 ml	02
5	Becker de 50 ml	20
6	Becker de 100 ml	10
7	Becker de 250 ml	05
8	Becker de 500 ml	05
9	Erlenmayer de 50 ml	15
10	Erlenmayer de 100 ml	10
11	Erlenmayer de 250 ml	10
12	Erlenmayer de 500 ml	10
13	Funil de Separação 125 ml	10
14	Funil de Separação 250 ml	05
15	Funil de Separação 500 ml	05
16	Funil analítico	10
17	Funil analítico	10
18	Funil de Buchner	05
19	Gral e pistilo 150	05
20	Gral e pistilo 180 ml	05
21	Gral e pistilo 500 ml	01
22	Proveta de 10 ml	05
23	Proveta de 25 ml	05
24	Proveta de 50 ml	05
25	Suporte Universal	05
26	Vidro de Relógio	05
27	Vidro de Relógio	10
28	Pêra de Borracha	05

29	Pipetas de 5 ml	10
30	Pipetas de 10 ml	10
31	Pipetas de 20 ml	20
32	Balança semi-analítica	02
33	Rotaevaporador	01
34	Lixeiras	02
35	Ar condicionado 24000 btus	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Controle de Qualidade

Disciplinas: controle de medicamentos, Bioquímica

Área física: 35,14 m²

Capacidade de atendimento: 35 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 05 bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ Uma pia para lavagem das mãos;
- ✓ Um chuveiro lava olhos,
- ✓ Conexão de rede/wifi.

Quadro 25: Laboratório Controle de Qualidade

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Aparelho para determinação de ponto de Fusão 03 provas	01
2	Polarímetro Rotacional Circular (02 escalas)	01
3	Refratômetro de bancada tipo ABB 0-95% BRIX	01
4	Viscosímetro Tipo Cup FORD em Alumínio	01
5	Aparelho para teste de Friabilidade	01
6	Desintegrador de Comprimidos	01
7	Dissolutor de comprimidos 299-1	01
8	Dessecador a Vacuo	01
9	Durometro para comprimidos Manual Portatil	01
10	Balança semi-analítica	02
11	Estufa para esterilização	01
12	Câmara UV	01
13	Osmose reversa	01
14	Forno mufla EDGCON 220 V	01
15	Chapa aquecedora	01
16	Bomba à vácuo 220 v	01
17	Capela de exaustão 220 v	01
18	Dessecador de vidro	01
19	Lixeiras	02
20	Ar condicionado 30000 btus	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Cosmético I

Disciplinas: Farmacobotônica, Homeopatia

Área física: 20,69 m²

Capacidade de atendimento: 25 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 04 bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ Uma pia para lavagem das mãos;
- ✓ Conexão de rede/wifi

Quadro 26: Laboratório Cosmético I

CÓD.	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE
1	Seladora Blister Compact	01
2	M120 Capsulas ciclo A00/01/2/3/04	01
3	Dosador para Pellets Sendo 10% Omeprazol e 8,5% Omezaprol	01
4	Forma Ovoplus para 12 óvulos pequeno	01
5	Forma para Suppplus 12 supositórios Adulto	01
6	Blister 00/0-1/2-3/4 10 cápsula triplo	1000
7	Balança Analítica	01
8	Balança semi-analitica	02
9	Agitador Magnético com aquecimento	01
10	Calice de 2000 ml	02
11	Calice de 500 ml	05
12	Cálices de 125 ml	20
13	Becker de 100 ml	10
14	Becker de 50 ml	10
15	Lixeiras	02
16	Ar condicionado 30000 btus	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratório Cosmético II

Disciplinas: Cosmetologia, Farmacologia

Área física: 22,35 m²

Capacidade de atendimento: 30 alunos;

Disposição do Laboratório:

- ✓ Laboratório com 04 bancadas de granito para a realização das aulas práticas;
- ✓ Um quadro para explanação da aula;
- ✓ Uma pia para lavagem das mãos;
- ✓ Conexão de rede/wifi

Quadro 27: Laboratório Cosmético II

CÓD.	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	Folhas de alumínio	1000
2	Blister 00/0-1/2-3/4 10 cps triplo	1000
3	Balança semi-Analitica	02
4	Agitador Magnético com aquecimento	01
5	Phmetro de bancada	01
6	Bancos Madeira	10
7	Calice de 2000 ml	02
8	Calice de 500 ml	05
9	Cálices de 125 ml	20
10	Becker de 100 ml	10
11	Becker de 50 ml	10
12	Lixeiras	02
13	Ar condicionado 24000 BTUS	01

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

11.10 Políticas de Atualização e Expansão dos Laboratórios

Anualmente são revistas todas as necessidades de aquisição, expansão e atualização física e digital da Instituição de Ensino Superior - IES. Estas revisões são baseadas no orçamento para investimentos. As revisões acontecem no início de cada semestre letivo, mais especificamente nos meses de janeiro e julho de cada ano, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais, com o objetivo principal de atender à proposta pedagógica dos cursos e da instituição.

As ações tomadas na hora de avaliar ou melhorar determinados equipamentos parte, inicialmente, da constatação de inoperabilidade de determinado equipamento. Assim, por meio de formulário, os responsáveis pela manutenção serão acionados para realizar vistoria e possível ação corretiva.

Neste sentido, é de extrema importância a participação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Faculdade Florence, que está diretamente ligada ao registo de possíveis falhas e mal funcionamento dos equipamentos acima relatados, e é o órgão responsável pela avaliação da satisfação dos diversos setores da Instituição de Ensino Superior.

A manutenção e atualização dos equipamentos tecnológicos da Faculdade Florence é realizada preventivamente com inspeções e vistorias, realizadas independentemente de defeitos aparentes. Os equipamentos que demonstram fadiga ou imperfeições, são substituídos ou atualizados antes do problema se agravar, para evitar riscos e custos maiores. Há também a manutenção corretiva, realizada a partir da solicitação dos usuários.

As solicitações de manutenção e atualização corretiva são encaminhadas a Diretoria Geral e Departamento de TI, que administra os serviços e defere as solicitações e na medida em que chegam, são introduzidas na programação de trabalho conforme sua urgência ou emergência. Os serviços de manutenções e atualização corretivas de menor relevância são realizados regularmente em todas as

dependências da Instituição, internas e externas pela própria equipe de TI. A Instituição possui profissionais terceirizados para realizar a manutenção periódica, sistema acadêmico, projetores, internet, equipamentos tecnológicos.

11.11 Normas Gerais de Utilização dos Laboratórios e Clínicas

Para os exercícios das atividades clínicas será exigido de todos os docentes, discentes, técnico de laboratórios e pessoal de apoio, aparência compatível com as normas de higiene como: cabelos presos e unhas curtas, além do uso de roupa e sapatos brancos, bem como a utilização dos EPIs (jaleco de gola alta, manga longa com elástico no punho, gorro, máscara, pro pé, óculos de proteção) indicados para o desenvolvimento de cada procedimento. Todos deverão portar também, crachá de identificação, removendo adornos (anéis, relógio e pulseiras) durante todas as fases do atendimento.

Será vedado o acesso de estranhos (acompanhantes) às salas de aula, laboratórios, clínicas, central de esterilização e área de expurgo. Os EPIs, adequados, são de uso obrigatório para o desenvolvimento de qualquer procedimento em laboratórios e clínicas. O uso dos EPIs é limitado às áreas de atuação, sendo, portanto, proibido circular com os mesmos em corredores, sala da coordenação, cantina e outros.

Não será permitido o uso de telefones celulares em clínica, assim, como, em sala de aula. É necessário respeitar as regras hierárquicas, levando em consideração seus respectivos cargos. Protocolos específicos de utilização e biossegurança estão elencados nas normas de utilização de laboratórios do Instituto Florence de Ensino.

11.12 Biblioteca

Para armazenar e disponibilizar o acervo bibliográfico da instituição conta com uma biblioteca central e uma setorial, reserva-se uma área de biblioteca apropriada as atividades de estudo individual, à pesquisa e à reunião de grupos de estudo, com cerca de 498,00 m², dispondo internamente de uma área (balcão fechado) para atendimento técnico-administrativo referente à recepção e entrega de livros, devidamente catalogados e cadastrados pela bibliotecária em sistema gerencial específico com código de barras.

Serão disponibilizados, inicialmente, 26 computadores para a consulta à base de dados do acervo da biblioteca por parte dos alunos, os quais terão livre acesso ao mesmo, que irá contar, inicialmente, com 22.516 livros (dispostos em estantes adequadas), 1.075 revistas/ periódicos científicos e 2.463 CDS, fitas de vídeo/DVD

À biblioteca reserva-se, também, 02 bancadas de estudos individuais com 09 posições (baias)

09 salas fechadas para estudos em grupo, 25 mesas de quatro lugares para estudos em grupo na área comum da biblioteca.

A expansão do acervo será feita na proporção de pelo menos 01 (um) livro da bibliografia básica para cada 9 (nove) alunos e a atualização será feita anualmente, de acordo com solicitação formal do corpo docente.

No tocante ao plano de expansão da IES, a biblioteca passará por ampliação do seu espaço físico a fim de atender a demanda de alunos e ascensão da faculdade em razão da grande procura por seus cursos. As ampliações fazem parte do plano de expansão institucional elaborado para atender as metas especificadas no PDI no período de 2021 a 2025.

Quadro 32: Infraestrutura da Biblioteca

INFRAESTRUTURA	Área	Capacidade
Disponibilização do Acervo	117,40 m ²	10.000 livros
Leitura	164,59 m ²	60 alunos
Estudo individual	4,5 m ²	12 alunos
Estudo em grupo	12 m ²	04 alunos/sala
Acesso à Internet	3m ²	11 comp.
Circulação	9m ²	-

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

O acervo da biblioteca do Instituto Florence de Ensino Superior é totalmente disponibilizado ao usuário, sendo que todo acervo classificado, uma vez tombado, é disponibilizado aos usuários da biblioteca. Disponibiliza aos discentes um ambiente adequado ao estudo individual, num total de 12 unidades e previsão de expansão de mais quinze posições para estudos individuais.

Analogamente, a biblioteca da IES conta com instalações específicas adequadas para estudos de grupos, num total de 08 salas e previsão de expansão de mais cinco ambientes. Funcionará de segunda a sexta-feira em horário integral, das 08:00h às 22:00h, e aos sábados, das 08:00h às 12:00h.

11.12.1 Política de Atualização do Acervo

A ampliação e atualização do acervo de livros e periódicos é feita através de orçamento anual e desembolso mensal, mediante a informação do corpo docente e demandas específicas, centralizadas através da bibliotecária, que promove a aquisição e renovação periódica do acervo. O Instituto Florence de Ensino Superior conta, em seu orçamento, com uma rubrica que possibilita a reposição mensal, à qual se soma a aquisição semestral.

O aspecto qualitativo do acervo é avaliado pelos especialistas que compõe o NDE da Instituição, com o acompanhamento da literatura especializada existente e produzida, adaptando-se às características do curso, às condições de acesso dos estudantes a esta literatura quanto ao domínio de

conhecimentos e terminologias mais atualizadas na área.

A política de aquisição de acervos determinar-se-á pelos aspectos qualitativos e quantitativos, possibilitando acesso à bibliografia básica do curso, em número e conteúdo.

A ampliação do acervo ocorre gradativamente de acordo com o crescimento do número de alunos e a necessidade de atualização do acervo da área, com planejamento de expansão anual, em títulos novos, edições novas e número de exemplares complementares.

Com a política de aquisição, o número de exemplares define-se a partir dos parâmetros estabelecidos pelo MEC para cada curso de graduação, além de livros mais especializados para os professores e para os alunos de pós-graduação, quando houver.

O acervo bibliográfico é constantemente atualizado, por indicação dos professores, por solicitação dos NDE's ou colegiado dos cursos ou por sugestão de alunos, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos das disciplinas que compõem as diretrizes curriculares dos cursos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de extensão e de iniciação científica.

11.12.2 Acervo Geral

A biblioteca oferece aos alunos do curso de Medicina Veterinária acesso a periódicos impressos e on-line e indexados a bases de dados gratuitas que podem ser acessadas dos terminais da biblioteca ou por meio do site da Faculdade no link da biblioteca. Os periódicos especializados disponíveis para a área de Biomedicina encontram-se listados abaixo:

11.12.3 Informatização da Biblioteca e Serviços

A biblioteca encontra-se totalmente informatizada e integrada com o sistema de processamento de dados da Faculdade. Nas dependências da biblioteca encontram-se onze equipamentos disponíveis aos usuários para consultar o acervo e realizar pesquisas associadas.

A biblioteca oferece aos seus usuários bases de dados de acesso livre, estando previsto em seu orçamento a aquisição de novas bases, ao longo do curso de graduação.

Podem inscrever-se na biblioteca os alunos, professores e funcionários da IES.

A inscrição é feita na Recepção da Biblioteca, mediante a apresentação do cartão de matrícula, carteira funcional ou carteira de identidade.

A biblioteca oferece os seguintes serviços de acesso à informação:

- Serviço de referência – Atendimento direto ao usuário: orientação no uso do sistema de bibliotecas, disseminação seletiva da informação, orientação na elaboração de referências bibliográficas e na apresentação normativa de trabalhos acadêmicos, produção de ficha

catalográfica para trabalhos de conclusão de curso.

- Empréstimo – local e domiciliar
- Serviço de comutação bibliográfica – Possibilita o fornecimento de cópias de artigos de periódicos existentes em outras Bibliotecas do território nacional.
- Internet –onze computadores para acesso à Internet.
- Acesso a base de dados.

Para consulta, pesquisa ou empréstimo, o usuário deverá utilizar-se dos terminais de consulta e dirigir-se ao balcão para solicitar o material selecionado. O acesso às estantes é fechado, somente os docentes e pessoal técnico da biblioteca tem acesso direto. O usuário poderá solicitar renovação do empréstimo, caso não haja reserva do material.

O acervo de livros está agrupado de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU). Os periódicos estão agrupados em ordem alfabética de título. Os multimeios (CD-ROM, Fitas de vídeo e DVDs) devem ser solicitados no balcão. A biblioteca disponibiliza de serviço de orientação bibliográfica, além de suporte para digitação de trabalhos acadêmicos de acordo com as normas da ABNT.

11.12.4 Pessoal Técnico-Administrativo

A biblioteca do Instituto Florence de Ensino Superior conta com 01 bibliotecária contratada em regime de tempo integral, 02 bibliotecárias auxiliares em regime parcial e 04 auxiliares de biblioteca. Compete à bibliotecária-chefe, a administração e atualização da biblioteca, de seu acervo, bem como a integração da unidade com os seus usuários, discentes, docentes e/ou pessoal técnico e administrativo.

11.13 Bibliotecas Virtuais

O Instituto Florence de Ensino Superior possui atualmente contrato vigente com duas Bibliotecas Virtuais: “Minha Biblioteca” e “Biblioteca A”. O amplo e multidisciplinar acervo digital disponível atende plenamente às indicações bibliográficas básicas e complementares, referidas nos programas das disciplinas.

As bibliotecas virtuais disponibilizam o acesso à títulos que podem ser lidos e pesquisados on-line, livros personalizados e sob demanda e consultoria em conteúdo e metodologia educacionais, dentre outros. Também promovem a atualização permanente do acervo da Biblioteca, a partir da disponibilização de novas edições e lançamentos. Ferramentas que enriquecem e agilizam a pesquisa e/ou estudo estão disponíveis, como

pesquisa inteligente, marcadores de páginas, anotações personalizadas; e impressões de páginas avulsas e/ou capítulos avulsos (opcional). Além da leitura digital dos livros, a plataforma oferece aos usuários um conjunto de funcionalidades que enriquecem a experiência de leitura. Alguns exemplos: Acesso em tablets (iPad e sistema Android); Seleção de livros favoritos; Anotações eletrônicas nas páginas; Compartilhamento de conteúdo em redes sociais (Facebook e Twitter); Disponibilidade de acesso 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana.

O Instituto Florence disponibiliza para a comunidade acadêmica mais de 10.000 (dez mil) títulos que podem ser acessados virtualmente nas Bibliotecas Virtuais. As obras, de diferentes editoras, estão disponíveis no site www.florence.edu.br, acessando a área do aluno ou do professor, no link Biblioteca. Elas poderão ser acessadas 24 (vinte e quatro) horas por dia a partir de qualquer computador com acesso à Internet, em diversas áreas de conhecimento.

11.14 Condições de Acesso para Pessoas com Deficiência - PCD

Atendendo às exigências da Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que revoga a Portaria nº 1.679/99, e dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e, de credenciamento de instituições, o Instituto Florence de Ensino Superior tem como uma de suas prioridades, a integração da pessoa com deficiência, garantindo-lhe o acesso, o ingresso e a permanência em todos os serviços oferecem à comunidade.

Preocupada em garantir aos alunos com necessidades especiais condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma às suas edificações, espaço, mobiliário e equipamentos, a instituição está cuidando para que suas instalações físicas sejam pertinentes a tal objetivo.

Tomando como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a estrutura física (edificações, espaço, mobiliário e equipamentos) construída, está adaptada de acordo com as seguintes preocupações básicas:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para permitir o acesso do estudante com necessidades especiais aos espaços de uso coletivo da Faculdade;
- Vagas em estacionamentos nas proximidades da Faculdade e em estacionamento próprio;
- Banheiros adaptados, com portas largas e espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;

- Barras de apoio nas paredes dos banheiros;
- Lavabos e bebedouros instalados em altura acessível aos usuários de cadeiras de rodas;

Além disso, a instituição se compromete em prover infraestrutura para proporcionar, caso seja solicitado pela pessoa com deficiência, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio especial para alunos com deficiência visual e auditiva, nas seguintes condições:

Para alunos com deficiência visual:

- ✓ Máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada ao computador, sistema de síntese de voz;
- ✓ Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- ✓ Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- ✓ Software de ampliação de tela do computador;
- ✓ Lupas e régua de leitura;
- ✓ Scanner acoplado a computador; e
- ✓ Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para alunos com deficiência auditiva:

- ✓ Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa;
- ✓ Flexibilidade na correção de avaliações, valorizando o conteúdo semântico;
- ✓ Iniciativas para o aprendizado da língua portuguesa; e
- ✓ Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade lingüística do portador de deficiência auditiva.

De forma a propiciar um atendimento diferenciado a pessoas com deficiência física, em conformidade com o Decreto 5.296/04, serão reservados aos mesmos um banheiro específico, áreas especiais para acesso às instalações da instituição (através de rampas e/ou elevadores) e divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Abaixo, quadro com instalações voltadas para pessoas com deficiências físicas.

Quadro 34: Instalações e Equipamentos para portadores de Necessidades Especiais/Física

INSTALAÇÕES	ÁREA (M²)
Banheiro específico para portadores de deficiência física/05 (banheiros)	4,0
EQUIPAMENTOS	ÁREA (M²)
01 – Elevador	3,79

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

11.15 Instalações e Infraestrutura de Serviços

3.15.1 Instalações Sanitárias e Vestiários

Reserva-se banheiros para alunos (07 conjuntos femininos com 8.5m² cada, e 07 masculinos, com 8.5m² cada), além de 02 vestiários masculinos com 04 cabines de 22.50m² e feminino com 05 cabines de 22.50m² e lavatórios para o pessoal de apoio e serviços gerais, conforme quadro abaixo:

Quadro 35: Instalações – Banheiros e Vestiário

INSTALAÇÕES	ÁREA (M²)
Banheiros para alunos – Conjunto masculino (06 banheiros)	8.50
Banheiros para alunos – Conjunto masculino (02 banheiros)	9,50
Banheiros para alunos – Conjunto feminino (07 banheiros)	8.50
Banheiros para alunos – Conjunto feminino (02 banheiros)	9,50
Vestiário Masculino -04 cabines/banheiro	22.50
Vestiário Feminino – 05 cabines/banheiro	22.50
Banheiros/lavatórios para apoio e serviços gerais	5.00

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2022).

11.15.2 Áreas de Convivência e Infraestrutura para o Desenvolvimento de Atividades de Recreação e Culturais

A Faculdade conta com área de convivência, com cerca de 111,50m², arejado e, decorado de forma a proporcionar um ambiente de descontração e sociabilização por parte de alunos, professores e funcionários da instituição.

11.16.3 Infraestruturas de Alimentação e de Outros Serviços

O Instituto Florence de Ensino Superior conta com serviços próprios e terceirizados para a manutenção e conservação das instalações físicas e conservação dos equipamentos. Disponibiliza para toda a comunidade acadêmica serviços terceirizados de reprografia (com respeito às leis de propriedade intelectual), lanchonete e telefones públicos, áreas para depósito e almoxarifado e elevadores para pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, conforme quadro abaixo:

Quadro 36 -Alimentação e Outros Serviços

INSTALAÇÕES	ÁREA (M²)
Lanchonete	41.76
Reprografia (06 máquinas)	41.70
Telefones Públicos	79.73
Área de depósitos	11.19
Almoxarifado/estoque	8.81
Elevador/plataforma	3.79
Elevador/comum	1,50

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2022).

11.17 Resumo Geral das Instalações

Quadro 37: Resumos das Instalações

INFRAESTRUTURA FÍSICA	QUANTIDADE	ÁREA (M²)
ÁREA DE LAZER	1	111.50
BANHEIROS FEMININOS	7	8.5 (cada)
BANHEIROS MASCULINOS	7	8.5 (cada)
BIBLIOTECA	1	368,25
INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS	10	18.22 (cada)
SALAS DE AULA	43	54 (cada)
SALA DE COORDENAÇÃO	4	10 (cada)
SALA DE DOCENTE	1	30
SALA DE NDE/ CONSEP/ CONSUP	4	10.20 (cada)
SALA DO NUPES/ SALA DA COORD. DE MONOGRAFIA	1	10.20
SALA DA CPA/ SALA DA CAP	1	10.20
SALA DA OUVIDORIA	1	10.20
SALA DO NPD	1	35.29
SALA DE DIREÇÃO	4	10.00 (cada)

LANCHONETE	1	41.76
REPROGRAFIA	1	41.70
VESTIÁRIO FEMININO (5 CABINES)	1	22.50
VESTIÁRIO MASCULINO (4 CABINES)	1	22.50
DEPÓSITOS	4	11.19 (cada)
ALMOXARIFADO	1	8.81
ELEVADOR	1	3.79
LAVATÓRIOS PARA O PESSOAL DE APOIO E SERVIÇOS GERAIS	1	5.0
TELEFONES PÚBLICOS	1	79.73

Fonte: Diretoria Administrativa/FLORENCE (2023).

Laboratórios de Medicina Veterinária

Os laboratórios específicos do curso de Medicina Veterinária possuem instalações adequadas para atenderem as necessidades de formação teórico-prática do curso e aos requisitos de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e são dotados de equipamentos de segurança necessários a cada tipo de laboratório ou serviço, observando as normas da ABNT, nos seguintes aspectos:

- Espaço físico adequado com, no mínimo, um metro quadrado por aluno;
- Salas com iluminação, ventilação e mobiliário adequados;
- Instalações hidráulicas, elétricas, sanitárias e outras adequadas ao atendimento de alunos, professores e funcionários;
- Política de uso dos laboratórios compatível com a carga horária de cada atividade prática;

Plano de atualização tecnológica, além de serviços de manutenção, reparos e conservação realizados sistematicamente, sob a supervisão dos técnicos responsáveis pelos laboratórios

Todas as atividades acadêmicas desenvolvidas nos laboratórios são supervisionadas por um corpo docente qualificado, seguindo os horários definidos pela coordenação do curso. O Curso **MEDICINA VETERINÁRIA** dispõem da seguinte estrutura para a execução das atividades acadêmicas:

DESCRIÇÃO DOS LABORATÓRIO DE ANATOMIA VETERINÁRIA

LABORATÓRIO (Anatomia)

- **Área física:** 64,04 m²
- **Capacidade de atendimento:** 30 alunos;

Disposição do Laboratório:

- Laboratório com 03 bancada central 150X70X90m para a realização das aulas práticas;
- 02 Pias de inox medindo 150X70X90
- Um quadro para explanação da aula;
- Conexão de rede.

Equipamentos

Cód.	Especificações	Modelo	Qtde.
1.	CRANIO CÃO	NACIONAL OSSOS	05
2.	MANDIBULA CÃO G	NACIONAL OSSOS	05
3.	TORNOZELO ESPONJOSO CÃO	NACIONAL OSSOS	05
4.	JOELHO ESPONJOSO	NACIONAL OSSOS	05
5.	SACRO CÃO	NACIONAL OSSOS	05
6.	CERVICAL CÃO	NACIONAL OSSOS	05
7.	LAMBOSACRO COM T11A T13 CÃO	NACIONAL OSSOS	05
8.	MEMBRO POSTERIORES ESPONJOSO COMOLETO	NACIONAL OSSOS	03
9.	MEMBRO ANTERIOR E. COMPLETO	NACIONAL OSSOS	05
10.	BACIA COM FEMUS ESPONJOSO	NACIONAL OSSOS	05
11.	MENBRO ANTERIOR CAVALO	NACIONAL OSSOS	05
12.	MODELO ESQUELETO CAVALO	ANATOMIC TGD 0608-C	01
13.	MODELO ESUQLETO VACA	ANATOMIC TGD 0609-V	01
14.	ESQUELETO DE CACHORRO	ANATOMIC TGD 0601	01
15.	ESQUELETO DE GATO	ANATOMIC TGD 0602	01
16.	ANATOMIA DO CACHORRO 29 PEÇAS	MOD. QC 26115	01
17.	ANATOMIA DA VACA COM 29 PARTES	MOD. QC 26100	02
18.	ANATOMIA DO PORCO COM 19 PEÇAS	MOD. QC-26102	01
19.	ANATOMIA DO GATO	MOD.TGD -0602-0	01
20.	ANATOMIA DO GATO 28 PEÇAS	MOD.QC 26005	01
21.	ANATOMIA DO CAVALO COMO 26 PEÇAS	MOD.QC.26101	02
22.	ANATOMIA DA GALINHA COM 23 PEÇAS	MOD.QC.26003	01
23.	ESQUELETO DE AVE PEQUENA	MOD. BR53	01
24.	Ossos de Vaca	XXXXXX	100
25.	LIEXEIRAS		02
26.	AR CONDICIONADO 30 BTUS	MIDEA	01
27.	BANCADAS DE INOX	XXXX	02
28.	ARMÁRIA	XXXX	02
29.	PRATELEIRAS DE INOX	XXXXXX	03
30.	AR CONDICIONADO DE 30000 BTUS	MIDEA	01

LABORATÓRIO LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E NECROPSIA

- **Área física:** 28,93 m²
- **Capacidade de atendimento:** 15 alunos;

Disposição do Laboratório:

- Laboratório com 02 bancada Inox medindo 2m e 01 bancada lateral de 5m para a realização das aulas práticas;
- 01 pia para Lavagem de mãos;
- Um chuveiro lava olhos.
- Um quadro para explanação da aula;
- Conexão de rede.

SALA DE PREPARO

- **Área física:** 29,85 m²

Disposição da sala

- Sala com 01 bancada de INOX medindo 2,20 m e 01 bancada lateral de inox de 3,45m;
- 01 pia de Inox para lavagem de materiais;
- Bancadas laterais com uma pia para lavagem de mãos e equipamentos;
- Conexão de rede.

Equipamentos

Cód.	Especificações	Modelo	Qtde.
1.	BANCADA DE INOX	XXXXX	02
2.	AR CONDICONADO 18 BTUS	GREE	01
3.	LIXEIRAS		02

Equipamentos

Cód.	Especificações	Modelo	Qtde.
1.	CRANIO CÃO	NACIONAL OSSOS	05
2.	MANDIBULA CÃO G	NACIONAL OSSOS	05
3.	TORNOZELO ESPONJOSO CÃO	NACIONAL OSSOS	05
4.	JOELHO ESPONJOSO	NACIONAL OSSOS	05
5.	SACRO CÃO	NACIONAL OSSOS	05
6.	CERVICAL CÃO	NACIONAL OSSOS	05
7.	LAMBOSACRO COM T11A T13 CÃO	NACIONAL OSSOS	05
8.	MEMBRO POSTERIORES ESPONJOSO COMOLETO	NACIONAL OSSOS	03
9.	MEMBRO ANTERIOR E. COMPLETO	NACIONAL OSSOS	05
10.	BACIA COM FEMUS ESPONJOSO	NACIONAL OSSOS	05

11.	MEMBRO ANTERIOR CAVALO	NACIONAL OSSOS	05
12.	MODELO ESQUELETO CAVALO	ANATOMIC TGD 0608-C	01

Clínica Escola veterinária

A Clínica-Escola VetFlorence do curso de Medicina Veterinária da Faculdade Florence foi inaugurada no dia 09-11-2022, nela são realiza-dos atendimentos Clínicos, cirúrgicos, especialidades em Clínica Médica, coleta para exames complementares laboratoriais, diagnóstico por imagem entre outros procedimentos ambulatoriais. A Clínica VetFlorence estimula e possibilita a vivencia dos alunos de forma positiva para o aprendizado teórico-prático. Os serviços são prestados a população de São Luis- MA, e tem contribuído de forma positiva na saúde preventiva e curativa dos animais. Na clínica-escola VetFlorence acontecem importantes campanhas de castração de cães e gatos, conscientizando a população sobre a importância do desse controle populacional, desses animais. São desenvolvidas ações de bem-estar e direito dos animais, controle das zoonoses, saúde pública e saúde única, todas com envolvimento e participação dos nossos alunos e docentes. O curso de Medicina Veterinária da Faculdade Florence está no 5º Período, mas entendemos a importância da integração dos alunos nas práticas e vivências da Clínica-escola, que tem sua importância social e educadora através dos diversos atendimentos realizados na mesma.

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA CLÍNICA MÉDICA VETERINÁRIA

Item	Dados	Descrição do empreendimento
01.	Proprietário	INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR
02.	Endereço	Rua Rio Branco, Nº 380, Centro, São Luis-Maranhão
03.	Tipo do projeto	Arquitetônico
04.	Levantamento de Arquitetura	Edelto Nunes Filho – CPF 215716513-49 – CAU A51443-8
05.	Memorial Descritivo	Edelto Nunes Filho – CPF 215716513-49 – CAU A51443-8
06.	Coordenador	Davi Alves Lopes – CRMV-MA 2326VS
07.	Área da Clínica	168,65m ²
08.	Zona de ocupação	ZPH, São Luis - Maranhão

Clínica Veterinária

- **Área física: 168,65m²**
- **Capacidade de atendimento: 30 ALUNOS**

Descrição da Clínica Veterinária:

A Clínica está localizada no Térreo do segundo nível com área de 168,65m² (Cento e sessenta e oito e sessenta e cinco metros quadrados).

A Clínica está dividida nos seguintes ambientes: Espera/Recepção, Circulação1, Circulação2, Consultório1, Consultório2, Farmácia, DML1, DML2, WC, Expurgo, Observação/Recuperação, Indução/Preparo, Centro Cirúrgico, Escovação, Barreira/Vestiário, Guarda de Materiais e Equipamentos, Sala de esterilização e sala preparo de matérias esterilizados.

Quadro 1: Recepção

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Computador	02
2.	Balcão para recepção em marmore	01
3.	Cadeiras	03
4.	Poltronas	04
5.	Lixeiras	02
6.	Armário porta de vidro para medicamentos	01
7.	Impressora	01
8.	Ar-condicionado 18 btus	01
9.	Mesa escritório	01
10.	Mesa para impressora	01
11.	Telefone Fixo	01

Quadro 2: Consultório 1

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Notebook	01
2.	Mesa Escritório	01
3.	Cadeiras	03
4.	Mesa para atendimento em Inox	01
5.	Lixeiras	02

6.	Armário porta de vidro para medicamentos	01
7.	Pia para lavagem de mãos	01
8.	Ar-condicionado 12 btus	01
9.	Descartax- Perfurocortante	02
10.	Venax- Com termostato p/acondicionar vacinas	01
11.	Gaveteiro 03 partes	01
12.	Mesa de ambulatório 02 gavetas	01
13.	Porta Papel Toalha	01
14.	Jogo Fucieiras- 05 Tamanhos	01
15.	Garrote	01
16.	Caixas de Luvas	01
17.	Álcool 70° 1L	01
18.	Rolo de Algodão	01
19.	Almotaíla 500ml	02
20.	Pote para Algodão em Inox	01
21.	Termômetro Digital	01
22.	Estetoscópio	01
23.	Porta Sabonete Líquido	01
24.	Glicosímetro + Fitas	01
25.	Doppler Vascular Portátil Veterinário	01
26.	Esfigmomanômetro Veterinário + 5 Mangueiros	01
27.	Teste Alere Leishmaniose Ac – cx com 05	01
28.	Teste Alere Fiv/Felv Ag – cx com 05	01
29.	Teste Alere Cinomose Ag – cx com 05	01
30.	Teste Snap 4DX - IDEX com 15	01
31.	Teste Alere Parvo/Corona – cx com 05	01
32.	Teste Alere Giárdia – cx com 05	01
33.	Seringas 1ml,3ml,5ml,10ml e 20ml cx c/100	01
34.	Água Oxigenada 1L	01
35.	Tubos ensaio com e sem coagulante – c/30unid.	01 cada
36.	Sondas Nasogátrica- Tamanhos 4 à 10	05 cada
37.	Vanina Anti-Rábica	10
38.	Vacina Poli-viral Cães	10
39.	Vacina Poli-viral Felinos	10
40.	Vacina Tosse do canis	05

41.	Vacina leish-Tec	05
42.	Sulfato de Vincristina 1ml	01
43.	Tubo Coletor	05
44.	Scalp N° 21 e 23	05 cada

Quadro 3: Consultório 2

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Notebook	01
2.	Mesa Escritório	01
3.	Cadeiras	02
4.	Mesa para atendimento em Inox	01
5.	Lixeiras	02
6.	Armário MDF Pequeno	01
7.	Pia para lavagem de mãos	01
8.	Ar-condicionado 12 btus	01
9.	Descartax- Perfurocortante	01
10.	Gaveteriro 03 partes	01
11.	Toalha banho/ Contenção Felinos	02
12.	Garrote	01
13.	Porta Papel Toalha	01
14.	Caixas de Luvas	01
15.	Álcool 70° 1L	01
16.	Rolo de Algodão	01
17.	Almotoila 500ml	01
18.	Termômetro Digital	01
19.	Estetoscópio	02
20.	Porta Sabonete líquido	01
21.	Água Oxigenada 1L	01
22.	Tubos ensaio com e sem coagulante – 30unid.	30 cada
23.	Sondas Nasogátrica- Tamanhos 4 à 10-	05 cada
24.	Teste Alere Leishmaniose Ac – cx com 05	01
25.	Teste Alere Fiv/Felv Ag – cx com 05	01
26.	Teste Alere Cinomose Ag – cx com 05	01
27.	Teste Alere Giárdia – cx com 05	01
28.	Teste Alere Parvo/Corona – cx com 05	01

29.	Tube Coletor	01
30.	Seringas 1ml,3ml,5ml,10ml e 20ml cx c/100	01 cada
31.	Água Oxigenada 1L	01
32.	Tubos ensaio com e sem coagulante – c/30unid.	01 cada
33.	Sondas Nasogátrica- Tamanhos 4 à 10	05 cada
34.	Scalp nº 21 e 23	05 cada

Quadro 4: Centro Cirúrgico

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Mesa Cirúrgica calha regulável c/ balde em Inox	01
2.	Aparelho de Anestesia Inalatória DL700	01
3.	Bancada em Inox para instrumentais Cirúrgicos	01
4.	Kit Baraca Anestesia	01
5.	Lixeiras	02
6.	Descartax- Perfurocortante	01
7.	Ar-condicionado 22 btus	01
8.	Foco Cirúrgico com Pedestal 8 lâmpadas	01
9.	Foco de Teto Cirúrgico com Câmera em Led	01
10.	Monitor Veterinário Multi-parâmetros modular	01
11.	Balão Respiratório 1 Litro	01
12.	Balão Respiratório 2 Litros	01
13.	Cilindro Oxigênio em Alumínio 15 Litros	01
14.	Ambur Silicone Grande	01
15.	Ambur Silicone Pequeno	01
16.	Kit Instrumental Cirúrgico com 32 peças	01
17.	Luvas Cirúrgicas tamanhos 7, 7,5 e 8	05 cada
18.	Fio nylon Cirúrgico nº 0, 2.0 e 3.0	20 cada
19.	Fio Catgut Cirúrgico Absorvível 0, 2.0	20 cada
20.	Avental Cirúrgico	20
21.	Campo Cirúrgico em NT. Esteril 50cmx50cm	10
22.	Campo Cirúrgico em NT. Esteril 50cmx80cm	10
23.	Compressa Cirúrgica pacotes c/ 30unid.	05
24.	Compressa de gases estéril pacotes c/ 10unid.	200
25.	Máscara Cirúrgica cx 50-unidades	02
26.	Goró pacote com 100 unid.	01

27.	Pró-pé pacote com 100 unid.	01
28.	Escova-Riohex 2% antieeéptica	06
29.	Clorexidina Alccólica 0.5%	01
30.	Toalhas de mão	10

Quadro 5: Obervação/Recuperação

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Mesa auxiliar	02
2.	Armário porta de vidro para medicamentos	01
3.	Cadeiras	01
4.	Canil e Gatil em Inox com 6 lugares	04
5.	Lixeiras	02
6.	Ar-condicionado 18 btus	01
7.	Pia para lavagem de mãos	01
8.	Descartax- Perfurocortante	01
9.	Suporte para Fluidoterapia	01
10.	Colchão Térmico para Pets	01
11.	Porta Papel Toalha	01
12.	Porta sabonete líquido	
13.	Soros Ringer, Ringer c/ lactato,Nacl0.9%500ml	10 cada
14.	Ceteter Intravenoso N° 14,16, 18,20,22 e 24	10 cada
15.	Equipo macro-gotas	10
16.	Alcool 70%	1
17.	Rolo de Algodão	1
18.	Esparadrapo	1
19.	Atadura 10 e 20cm	05 cada
20.	Tapetes Higiénicos	50

Quadro 7: Indução e Preparo

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Bancada em marmore com pia	01
2.	Porta papel toalha	01
3.	Porta sabonete Líquido	01
4.	Ar-condicionado 12 btus	01
5.	Descartax- Perfurocortante	01

6.	Lixeiras	02
----	----------	----

Quadro 6: Escovação

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Pias de Higienização em Inox	02

Quadro 7: Esterilização

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Auto-clave	01
2.	Seladora manual	01
3.	Papel Grau cirurgico	01

Quadro 8: Expurgo

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Pia para lavagem em Inox	01

Quadro 9: Sala lavagem materias

Cód.	Especificações	Qtde.
1.	Bancada em marmore com Pia	01

- RELAÇÃO DE SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS CLÍNICA VETERINÁRIA FLORENCE:

1 – ESPERA/RECEPÇÃO

- Área destinada a atendimento inicial dos clientes para cadastro, bem como esclarecimento de dúvidas, recebimento de valores e recepção dos animais.

2 – CIRCULAÇÃO 1

- Área de acesso aos consultórios, farmácia, DML1, e Observação de Animais.

3 – CIRCULAÇÃO 2

- Área de Acesso aos ambientes, DML2, WC, Expurgo, Observação, Recuperação, Indução/Preparo, Centro Cirúrgico, Escovação, Barreira, Vestiário Masculino, Vestiário Feminino, Guarda de Materiais e Equipamentos, Preparo de Materiais Esterilizados.

4 – CONSULTÓRIO 1

- Sala para procedimento clínico eletivos, exame físico, triagem dos animais, coleta de exames simples e procedimentos ambulatoriais simples (aplicação de medições, vacinação, curativo, remoção de pontos). Espaço destinado a atendimentos de caninos.

5 – CONSULTÓRIO 2

- Sala para procedimento clínico eletivos, exame físico, triagem dos animais, coleta de exames simples e procedimentos ambulatoriais simples (aplicação de medições, vacinação, curativo, remoção de pontos). Espaço destinado a atendimentos de felinos.

6 – FARMÁCIA

- Sala para guarda de medicamentos.

7 – DML1/DML2

- Depósito de material de limpeza (DML) sala destinada à guarda de aparelhos, utensílios e material de limpeza.

8 – EXPURGO

- Área que são acondicionados também, todos os sacos de resíduos hospitalares, subdivididos em tipos de resíduos para o descarte, materiais como artigos críticos e semicríticos para a limpeza e desinfecção, e ao encaminhamento para a esterilização dos materiais.

9 – OBSERVAÇÃO/RECUPERAÇÃO

- Espaço destinado a procedimentos de fluido terapia, colocação de acesso venoso periférico, curativos complexos, administração de medicações parenterais procedimentos ambulatoriais e observação dos animais em recuperação.

10 – INDUÇÃO/PREPARO

- Espaço destinado a preparação de animais para a cirurgia: sedação, acesso venoso, tricotomia, anti-sepsia.

11 – CENTRO CIRÚRGICO

- Sala destinada a cirurgias de emergências simples, cirurgias eletivas, coletas de medula e liquor, e Ressuscitação Cardiopulmonar.

12 – ESCOVAÇÃO

Sala destinada anti-sepsia dos membros da equipe antes de adentrar o centro cirúrgico.

13 – BARREIRA/VESTIÁRIO MASCULINO/FEMININO

- Espaço para troca de roupas e EPIs da equipe.

14 – GUARDA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

- Área de armazenamento materiais e suprimento.

15 – PREPARO DE MATERIAL ESTERILIZADO

-A clínica conta com o suporte de uma sala para esterilização e uma sala para lavagem e limpeza, uma sala para selagem e entrega de material, uma autoclave de porte hospitalar.

**NORMAS ESPECÍFICAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA**

São Luís

2019

Normas Específicas de Atividades Complementares do Curso do Instituto Florence

As atividades complementares são componentes curriculares de grande peso no enriquecimento e completitude na formação do perfil do discente. Tais atividades possibilitam a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

As atividades complementares são caracterizadas pelo aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo discente através de estudos e práticas independentes, presenciais e ou à distância, que integram o currículo do Curso de Medicina Veterinária do Instituto Florence ou por outra instituição.

As atividades caracterizam-se pela flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo.

Desta maneira, orienta-se a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade para a atualização profissional específica sobre o mundo do trabalho e com as diferentes correntes de pensamento e evidências científicas, devendo ser estabelecidas e realizadas ao longo do curso, sob as mais diversas modalidades enriquecedoras da prática pedagógica curricular, integrando-as às diversas peculiaridades regionais e culturais. Segue as normas deste regulamento:

As Atividades Complementares são componentes curriculares, com carga horária variável por atividade, que deve ser cumprida, por todos os alunos regularmente matriculados como requisito acadêmico para a conclusão do curso.

As Atividades Complementares têm como finalidade formalizar o registro curricular de conhecimentos e competências dos alunos, assim como estudos e atividades independentes, realizados dentro ou fora da IES, e que em sua totalidade somam-se a opção do aluno por uma ênfase específica para seus estudos.

O cumprimento da carga horária das Atividades Complementares deve obedecer aos critérios de integralização previstos no projeto pedagógico de cada curso.

O aluno deve cumprir entre o 1º e o último semestre letivo do curso a carga horária de 200 horas, que são de livre escolha do discente, distribuídas entre atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e /ou de representação estudantil. Em período previsto em calendário acadêmico, os alunos regularmente matriculados devem protocolar os comprovantes da integralização da carga horária das Atividades Complementares.

Após protocolados os certificados na Secretaria Acadêmica, o setor encaminhará para coordenação, que irá validá-los ou não, avaliando os casos de cada aluno de forma independente.

A validação, por parte da Coordenação do curso, das cargas horárias das Atividades Complementares depende:

I – Do entendimento de que a atividade somou o valor desejado à formação acadêmica e profissional do aluno, considerando a missão do Curso, seus objetivos, as demandas do mercado profissional e, em especial, o perfil do egresso;

II – Da autenticidade do documento entregue pelo aluno;

III – Da observância do critério de que nenhuma Atividade Complementar isolada, da mesma natureza, salvo disposições específicas, pode representar a integralização de mais do que 50 horas no mesmo semestre letivo, sendo que a carga horária que superar esse limite será desconsiderada pela Coordenação.

Serão consideradas Atividades Complementares os seguintes:

I – Participação em palestras ou seminários;

II – Participação em congressos, locais, regionais, nacionais ou internacionais;

III – Participação em projetos (extensão, iniciação científica, Empresa Junior);

IV – Participação em cursos de extensão e de aperfeiçoamento;

V – Visitas técnicas e orientadas;

VI – Trabalhos voluntários;

VII – Publicação de artigos em jornais ou afins;

VIII – Participação em comissões e grupos de trabalhos acadêmicos;

IX – Estágio não supervisionado;

X – Monitoria;

XI – Participação como representação estudantil;

XII – Participação na Diretoria da Empresa Junior;

XIII – Participação na Diretoria do Diretório Acadêmico;

XIV – Participação (como ouvinte) em disciplina de outro curso da IES, desde que com aproveitamento satisfatório atestado pelo professor da mesma;

XV – Participação em cursos livres, desde que comprovada o aproveitamento satisfatório;

As integralizações das horas, por evento, cumpridas em Atividades Complementares obedecerão aos seguintes critérios de validação, por categoria de eventos:

Aperfeiçoamento Acadêmico (cursos livres)
Congresso Local/Nacional / Internacional
Disciplinas extracurriculares ou eletivas cursadas em outros cursos de graduação
Iniciação Científica
Publicação de artigos em jornais ou afins
Monitoria (frequência comprovada)
Palestras diversas, Apresentação de trabalhos científicos em Congressos ou afins
Seminário/Simpósio/Conferência
Atividades de Extensão
Trabalho Voluntário
Visita Técnica e Orientada
Participação em Comissões e Grupos de Trabalho da IES (frequência comprovada)
Participação em diretoria na CPA, DA e Empresa Junior (frequência comprovada)
Estágio não supervisionado.

Um mesmo evento será validado uma única vez, mesmo que cumprido mais de uma vez pelo mesmo aluno.

Mesmo que pertencentes a uma mesma categoria ou natureza, eventos diferentes podem ser validados, desde que realizados em períodos distintos.

Será considerado para efeito de registro acadêmico, computando como carga horária de atividades complementares a carga horária máxima prevista no Projeto Pedagógico do Curso, não excedendo a 10% desta.

Cursos livres ou de aperfeiçoamento online só serão aceitos os que compuserem acima de 10h cada

No caso de disciplinas extracurriculares ou eletivas cursadas em quaisquer outros cursos superiores, só serão analisados se realizados no período de vivência acadêmica do aluno e que tenham aproveitamento no último ano.

No caso de palestras e estágios extracurriculares só serão analisados se realizados no período de vivência acadêmica do aluno e não excedendo a um (01) ano a contar da realização desta(s) na instituição de origem em relação à solicitação de análise dessas atividades na IES.

A iniciação científica, a monitoria, o trabalho voluntário, a visita técnica e participação em conselhos e órgãos estudantis só serão analisadas mediante apresentação de declaração dessas atividades.

O estágio não supervisionado será analisado mediante apresentação de declaração contendo período, local realizado, turno e regime de horas dessas atividades e descrições das atividades desenvolvidas, devendo ser assinada impreterivelmente pelo responsável da rede de saúde seja municipal, estadual ou federal em unidades públicas e em instituições privadas pelo coordenador geral ou diretor, em conjunto com o supervisor de campo, este não sendo o aluno solicitante.

As integralizações das horas, por evento, cumpridas em Atividades Complementares obedecerão aos seguintes critérios de validação, por categoria de eventos:

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA	LIMITE MÁXIMO
Aperfeiçoamento Acadêmico (cursos livres)	Variável	80
Congresso Nacional / Internacional	20 horas	40
Disciplinas extracurriculares ou eletivas cursadas em quaisquer outros cursos de graduação	20 horas p/ disciplina	40
Iniciação Científica	15 horas p/ mês	60
Publicação de artigos em jornais ou afins	8 horas p/ mês	60
Monitoria (frequência comprovada)	até 10 horas p/ mês	70
Palestras	4 horas	50
Seminário/Simpósio/Conferência	até 10 horas	50
Trabalho Voluntário	15 horas p/ mês	75
Visita Técnica e Orientada	8 horas p/ dia	50
Participação em Conselhos, Comissões e Grupos Trabalho da IES (frequência comprovada)	até 40 horas p/ semestre	80

Participação em diretoria na CPA, DA e Empresa Junior (frequência comprovada)	até 40 horas p/ semestre	80
Representação estudantil	30 horas por semestre	60
Estágio não supervisionado	até 10 horas p/ mês	60

O Instituto Florence, por meio dos professores-orientadores de áreas, viabilizará (promovendo, sugerindo ou divulgando) no semestre letivo, por área, atividades que possam ser aproveitadas na integralização de seu currículo.

Atividades Complementares cumpridas em eventos não promovidos (ou sugeridos) pelos professores-orientadores serão analisadas normalmente pelo Colegiado do Curso visando à validação da carga horária.

Havendo despesas de qualquer natureza para o cumprimento de Atividades Complementares, estas serão de responsabilidade do aluno.

Casos omissos, especiais e circunstâncias não previstas nesse regulamento devem ser encaminhados ao Coordenador do Curso para consulta prévia e, se necessário, encaminhamento para apreciação do Colegiado do referido Curso.

**NORMAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO
DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA (TCC)**

Normas Específicas de Trabalho de Conclusão de Curso do Curso do Instituto Florence

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do Instituto Florence, para o Curso Medicina Veterinária, consiste em uma pesquisa individual, sob a forma de Artigo Científico, em qualquer área do conhecimento, desde que especificada no Projeto Pedagógico do Curso, sendo indispensável para a outorga de Bacharel em Medicina Veterinária.

O TCC tem por finalidade propiciar aos alunos dos cursos de graduação a oportunidade de demonstrar o grau de conhecimento adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, a pesquisa bibliográfica especializada e o aprimoramento da sua área específica.

O Instituto Florence colocará à disposição da comunidade acadêmica, a Coordenação de Curso e um docente indicado, para prestar atendimento aos orientandos e orientadores durante o período de elaboração e apresentação dos trabalhos.

Compete aos orientandos, portanto o é dever dos discentes em fase de realização do TCC:

I – Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de TCC e pelo professor orientador, assinando o controle de frequência da ficha padronizada de atendimento/orientação;

II – Manter contato, no mínimo quinzenalmente, com o professor orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa;

III – Cumprir o calendário específico divulgado pela Coordenação de TCC;

IV- A defesa é pública do TCC, de acordo com o projeto previamente apresentado, a discussão de versão(ões) preliminar(res) do trabalho com o(a) orientador(a) e a redação da versão final;

V – Depositar junto a Secretaria Acadêmica, os termos de Responsabilidade do Aluno Orientando; de Responsabilidade de Professor Orientador; de Responsabilidade de Professor Orientador Out-Instituto Florence se necessário; e a Frequência de Orientação de TCC, devidamente preenchidos e assinados, em prazo estabelecido em calendário específico de TCC;

VI – Entregar à Coordenação a Secretaria Acadêmica, para a defesa, 03 (três) cópias de seu TCC, e após a defesa e aprovação, 01 (uma) cópia impressa de seu TCC corrigido e 01 (uma) cópia em CD-ROM, mediante apresentação do Termo de Aprovação da TCC assinado pelo professor de TCC;

VII – Obedecer rigorosamente ao cronograma de orientação fornecido pelo seu orientador sob pena de reprovação.

Parágrafo Único: O orientando que não estiver mantendo contatos regulares com o Professor Orientador, por motivo exclusivamente do professor, e não estiver recebendo orientação do trabalho poderá se manifestar sobre o assunto à Coordenação de Curso durante o semestre letivo, anterior ao período de entrega dos trabalhos, definido em calendário específico de TCC.

O processo de orientação do TCC será realizado por um docente pertencente ao quadro efetivo do curso, a ser definido por escolha do aluno ou indicação do colegiado do curso, observando-se a confluência entre a temática escolhida pelo aluno e a área de atuação do docente. Cada docente orientará, no máximo, 05 (cinco) alunos por semestre.

O trabalho de conclusão de curso será desenvolvido em uma única etapa. Inicialmente, no 10º período do curso, sobre orientação docente.

Para aprovação, o trabalho de conclusão de curso deverá apresentar os seguintes critérios:

- Devida fundamentação e aprofundamento do tema;
- Sequencia lógica e sistematizada o conteúdo;
- Apresentação gráfica conforme as normas da ABNT;
- Utilização correta da norma culta da língua portuguesa;
- Clareza e objetividade;
- Utilização correta de categorias teóricas, métodos de análise e termos técnicos;
- Capacidade de expressão oral;
- Domínio do conteúdo do trabalho;
- Clareza e objetividade;
- Capacidade de reflexão, análise e síntese do tema abordado;

O TCC deve ter no mínimo 30 (trinta) páginas, quando no modelo de monografia, desconsiderando para esta contagem os elementos textuais e excluindo os elementos pré-textuais e pós-textuais e de 10 (dez) a 15 (quinze) páginas, quando for artigo científico.

Após a apresentação e defesa, o aluno deverá, quando solicitado, fazer as alterações recomendadas pela banca examinadora e entregar à Secretaria Acadêmica, via protocolo, em até 10 dias, já com as assinaturas do professor orientador e demais membros da

banca, uma via do trabalho encadernado em capa dura com a cor representativa de seu curso, com letras douradas e um CD contendo a versão final do TCC gravada em arquivo único, no formato.PDF, denominado, devendo constar na parte externa do CD nome do(s) aluno(s), Curso, e-mail e telefone.

Só será aceito o TCC definitivo com todos os pré-requisitos acima contemplados, a Coordenação tem um período de, no máximo, 15 (quinze) dias para conferir se as alterações recomendadas foram atendidas e encaminhar a Secretaria Acadêmica para registro e, posteriormente, a Biblioteca.

O TCC deverá ser encaminhado, pelo aluno, em 03 (três) vias, à Secretaria Acadêmica, de acordo com o cronograma elaborado pela Direção Acadêmica, para ser remetida aos membros que comporão a Banca, que emitirá calendário específico semestral, fixando prazos para entrega do TCC, designação das Bancas e realização das defesas, de acordo com o calendário acadêmico.

Caso não seja feita a entrega do TCC, o aluno será REPROVADO automaticamente, devendo proceder a defesa do artigo no período subsequente.

A defesa do TCC dar-se-á perante Banca Examinadora, composta pelo professor orientador, que a preside e por outros dois membros designados pela Coordenação de TCC, além de um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares, em caso de impedimento, com exceção do professor orientador;

Os professores titulares que por motivo de força maior não puderem se fazer presentes no dia da defesa de TCC, deverão apresentar justificativa, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis;

Poderá, também, participar da Banca Examinadora o coorientador (se houver), de acordo com a conveniência a ser examinada pelos membros da Banca.

A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos Membros da Banca Examinadora.

Para aprovação, o aluno deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete), na média aritmética das notas individuais, atribuídas pelos Membros da Banca Examinadora.

O resultado final do TCC é de responsabilidade do acadêmico que o elaborou, o que não exime o professor orientador de desempenhar suas atribuições com dedicação.

Será permitido aos membros das Bancas Examinadoras tornarem públicos à nota final atribuídas, por examinador, aos acadêmicos ou público em geral, sob pena de serem advertidos devido ao posicionamento antiético.

O aluno que não entregar o TCC, ou que não se apresentar para sua defesa oral, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, estará automaticamente reprovado.

Não cabe revisão na nota final atribuída ao TCC.

**NORMAS ESPECÍFICA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO
DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA**

NORMAS ESPECÍFICAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA

1 APRESENTAÇÃO

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Instituto Florence de Ensino Superior tem por objetivo a complementação educacional e a prática profissional do estudante e faz-se mediante sua efetiva participação no desenvolvimento de programas e de planos de trabalho, em órgãos públicos ou privados que mantenham atividades vinculadas à natureza do curso frequentado.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é imprescindível para a conclusão do curso e a diplomação do estudante, abrangendo o período de atividade acadêmica, conforme Calendário Acadêmico do semestre letivo. Tem sua carga-horária mínima definida no Projeto Político Pedagógico de cada um dos Cursos de Graduação oferecidos pela IES.

Para início, desenvolvimento e término do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, faz-se necessário observar aspectos pedagógicos, administrativos e legais que fazem parte da constituição da disciplina de estágio, pois a não observância acarretará prejuízos na formação discente e mesmo à própria IES.

2 ASPECTOS LEGAIS DE ESTÁGIO

2.1 LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008.

Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÕES DE ESTÁGIO

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I – matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e nos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos e atestados pela instituição de ensino;

II – celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º A realização de estágios, nos termos desta Lei, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em cursos superiores no País, autorizados ou reconhecidos, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I – identificar oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições de realização;

III – fazer o acompanhamento administrativo;

IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

CAPÍTULO II - DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de

adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 8º É facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio, nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus educandos e as condições de que tratam os arts. 6º a 14 desta Lei.

Parágrafo único. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a instituição de ensino e a parte concedente não dispensa a celebração do termo de compromisso de que trata o inciso II do caput do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO III - DA PARTE CONCEDENTE

Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

CAPÍTULO IV - DO ESTAGIÁRIO

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

CAPÍTULO V - DA FISCALIZAÇÃO

Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como representante de qualquer das partes.

Art. 17. O número máximo de estagiários em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio deverá atender às seguintes proporções:

I – de 1 (um) a 5 (cinco) empregados: 1 (um) estagiário;

II – de 6 (seis) a 10 (dez) empregados: até 2 (dois) estagiários;

III – de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados: até 5 (cinco) estagiários;

IV – acima de 25 (vinte e cinco) empregados: até 20% (vinte por cento) de estagiários.

§ 1º Para efeito desta Lei, considera-se quadro de pessoal o conjunto de trabalhadores empregados existentes no estabelecimento do estágio.

§ 2º Na hipótese de a parte concedente contar com várias filiais ou estabelecimentos, os quantitativos previstos nos incisos deste artigo serão aplicados a cada um deles.

§ 3º Quando o cálculo do percentual disposto no inciso IV do caput deste artigo resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 4º Não se aplica o disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

§ 5º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

Art. 18. A prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta Lei apenas poderá ocorrer se ajustada às suas disposições.

Art. 19. O art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

§ 7º Nas localidades onde não houver oferta de ensino médio para o cumprimento do disposto no § 1º deste artigo, a contratação do aprendiz poderá ocorrer sem a frequência à escola, desde que ele já tenha concluído o ensino fundamental.” (NR)

Art. 20. O art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria.

Parágrafo único. (Revogado).” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 25 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

André Peixoto Figueiredo Lima

Este texto não substitui o publicado no DOU de 26.9.2008

3. ASPECTOS ACADÊMICOS DE ESTÁGIO

No curso de Medicina Veterinária, o estágio ocorrerá a partir no décimo período e compreenderá o exercício de atividades profissionais na área da Medicina Veterinária tendo em vista possibilitar ao discente uma visão geral do campo profissional.

O Instituto Florence tem projetado os seguintes objetivos para o estágio supervisionado:

- Proporcionar ao estudante oportunidades de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional e societário.
- Somar ao processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e fomentar a busca do aprimoramento pessoal e profissional.
- Atenuar o impacto da transição da vida acadêmica para a vida profissional, abrindo ao estágio mais oportunidades de conhecimento da filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das organizações e da comunidade.
- Facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar

aquelas de caráter profissionalizante às conteúdos inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas.

- Incentivar o desenvolvimento das potencialidades coletivas e individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores internos e externo, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas.
- Promover a integração do Instituto Florence/Curso - Mercado de Trabalho – Comunidade.
- Atuar como instrumento de iniciação científica à pesquisa e ao ensino – (aprender e ensinar).
- Compreender e conhecer o grau de flexibilidade permitida entre teoria e prática.
- Oportunizar ao aluno, contatos profissionais que permitam seu ingresso no mercado de trabalho.

Os Estágios Supervisionados abrangem 450 horas + atividades complementares constituindo assim 20% da carga horária total do curso seguindo o proposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina Veterinária.

Os estágios, na forma da legislação vigente (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), poderão ser Obrigatórios e Não-Obrigatórios:

- I. Estágio Obrigatório é aquele definido como tal no Projeto Pedagógico do Curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diplomas.
- II. Estágio Não-Obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

As atividades de estágio, independentemente de sua natureza, serão desenvolvidas ao abrigo de convênios celebrados entre instituições públicas e privadas.

O estágio poderá ser desenvolvido fora da jornada de trabalho, na empresa com a qual o aluno mantém vínculo empregatício. O aluno deve comprovar exercício profissional como estagiário e apresentar relatórios de conclusão de atividades desenvolvidas, acompanhadas de exposição pública sob orientação e avaliação do Supervisor de Estágio.

Todo estágio obedecerá a um programa que deverá, obrigatoriamente, ser aprovado pelo Responsável técnico indicado pela empresa e pelo Coordenador de Estágio.

A avaliação do Estágio é de responsabilidade do Professor Supervisor de Estágio e abrangerá, obrigatoriamente, os seguintes fatores:

- a) Elaboração de relatório de conclusão do estágio;
- b) Fixas de atividades desenvolvidas e frequência no campo de estágio;
- c) Pontualidade, assiduidade, criatividade e participação;
- d) Exposição de conteúdo apresentado em relatório (a critério do Professor Supervisor).

O relatório final do Estágio, assim como as fichas de atividades desenvolvidas e de frequência, deverão ser entregues ao supervisor de estágio devidamente preenchidas, o qual fará a

análise e posteriormente depositará junto a Coordenação do Curso em prazo devidamente estabelecido. Conforme definido no regulamento de estágio (anexo no PDI).

Os resultados da avaliação serão expressos em notas, numa escala de zero a dez, extraindo-se média aritmética final, sendo aprovado no estágio, o aluno que tiver média mínima ou superior a 7,0 (sete inteiros).

3.1 PRÉ-REQUISITOS BÁSICOS PARA O EXERCÍCIO DISCENTE DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

- ✍ Alunos regularmente matriculados, conforme PPPC;
- ✍ O campo de estágio deve ser oficialmente parceiro do Instituto Florence de Ensino Superior;
- ✍ Os (as) alunos (as) devem portar documentação específica de estágio;
- ✍ Ter cumprido os pré-requisitos pedagógicos;
- ✍ Ter sido aprovado(a) em todas as disciplinas obrigatória do seu curso.

3.2 ORIENTAÇÕES AOS ESTAGIÁRIOS

- ✍ Ser agradável com os sujeitos do espaço concedente de estágio, bem como com as Coordenadorias envolvidas no processo de Estágio, evitando futuros problemas de relacionamento pessoal, pedagógico e administrativo;
- ✍ Ser sempre pontual, chegando 10 minutos antes do horário marcado para o início das atividades de estágio;
- ✍ Cuidar bem da aparência;
- ✍ Usar vestuário próprio para cada situação de estágio;
- ✍ Responder às perguntas que lhe forem feitas com cordialidade e objetividade;
- ✍ Demonstrar interesse pelas atividades curriculares em desenvolvimento;
- ✍ Os supervisores e as Coordenadorias de Estágio deverão ser os primeiros sujeitos a saber dos problemas que ocorrem no campo de estágio;
- ✍ Evitar algumas atitudes que possam trazer transtornos ao ambiente de estágio e ao próprio Instituto Florence de Ensino Superior, como fumar em locais não permitidos, usar óculos escuros dentro dos locais de atividade, falar gírias, ler correspondências que não lhes forem autorizadas, discutir religião, mascar chicletes, fazer críticas inadequadas, usar meios de comunicação móveis em sala de aula etc.;
- ✍ O que ocorrer no campo de estágio é assunto sigiloso, quando isto não disser respeito à sua atividade curricular de estágio;
- ✍ Cumprir o regulamento e normas do Instituto Florence de Ensino Superior e dos campos de estágio;

- ✍ Zelar pelos equipamentos e bens em geral dos campos concedentes de estágio, respondendo pelos danos materiais que, individualmente, venham a causar;
- ✍ Cumprir as atividades de estágio da melhor forma e dentro dos prazos previstos, elaborando relatórios parciais (ficha de frequência) e final de estágio;
- ✍ O (a) estagiário (a) deverá compor seu plano de estágio, estando presente às atividades de estágio, pois sua ausência corresponderá à reprovação; Deverá ser supervisionado (a) por colaborador, devendo desenvolver suas atividades de estágio na presença do referido profissional;
- ✍ Legitimar as fichas de frequência de estágio/ Relatório Parcial, solicitando ao professor colaborador assinatura e carimbo, pois a ausência de legitimação acarretará não atendimento às normas institucionais, tendo como consequência a reprovação do (a) estagiário (a).

3.3 DIREITOS E DEVERES DOS ESTAGIÁRIOS

Direitos

- ✍ Receber toda a documentação de estágio;
- ✍ Receber da Coordenadoria de Estágio e dos sujeitos envolvidos na referida atividade toda a orientação necessária para realização de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- ✍ Dar sugestão que contribua para melhoria do estágio;
- ✍ Ter supervisão, orientação e avaliação em meio ao desenvolvimento das atividades de estágio;
- ✍ Realizar avaliação institucional.

Deveres

- ✍ Cumprir as normas do Instituto Florence de Ensino Superior e do campo de estágio;
- ✍ Executar as tarefas que lhe forem apresentadas, desde que sejam curriculares;
- ✍ Cumprir plano de estágio;
- ✍ Observar prazos;
- ✍ Não se ausentar das atividades de estágio, pois a ausência acarretará reprovação;
- ✍ Comportar-se com discrição e ética profissional diante de fatos e situações observadas durante o estágio, revendo sua postura quando necessário;
- ✍ Redigir relatórios parciais e final;
- ✍ Não fraudar nenhuma documentação;
- ✍ Não plagiar nenhuma documentação ou trabalho;
- ✍ Entregar, na finalização estágio, Relatório Final de estágio com todos os anexos cabíveis;
- ✍ Trajar-se adequadamente;

- ✍ Comunicar qualquer alteração ou problema no campo de estágio;
- ✍ Não utilizar comunicação imprópria no campo concedente de estágio, como gírias e palavrões.

4 ASPECTOS ADMINISTRATIVOS DO ESTÁGIO (Documentações)

4.1 Para Adesão ao Estágio

- ✍ **TERMO DE CONVÊNIO**: este documento é providenciado em três vias e obrigatório na oferta de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- ✍ **TERMO DE COMPROMISSO**: este documento é providenciado em três vias. Diz respeito, especialmente, ao compromisso assumido pelo (a) estagiário (a) e Instituição Formadora com Campo Concedente de Estágio;
- ✍ **OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DE ESTAGIÁRIOS**: poderá ser solicitado pelo Campo Concedente de Estágio, sendo mais uma das demandas do estabelecimento de parceria de estágio. O ofício também pode representar a própria organização da IES;
- ✍ **DECLARAÇÃO DE APTIDÃO PARA O ESTÁGIO**: poderá ser solicitado pelo Campo Concedente de Estágio como mais uma das demandas para o estabelecimento de parceria de estágio obrigatório ou não obrigatório. Nessa situação, há que se fazer levantamento da situação acadêmica do (a) aluno (a), sinalizando suas possibilidades curriculares;
- ✍ **APÓLICE DE SEGURO DE VIDA E ACIDENTES PESSOAIS**: certificado, com número específico, gerado pelo banco conveniado com o Instituto Florence de Ensino Superior, assegurando financeiramente o (a) estagiário (a) quanto aos acidentes pessoais, em meio à atividade de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, bem como assegurando à sua família em caso de óbito;
- ✍ **CONTROLE DA OFERTA DE ESTÁGIO**: ficha preenchida pelo (a) aluno (a) estagiário (a). Serve ao controle institucional e mesmo como caráter de ciência pelo (a) estagiário (a) quanto à oferta feita pelo Instituto Florence de Ensino Superior e aceita por ele/ ela.

4.1.2 Para o Desenvolvimento da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

- ✍ **REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTAÇÕES**: formulário preenchido pelo (a) estagiário (a), em qualquer tempo, com finalidade de responder a demandas institucionais, profissionais ou pessoais;
- ✍ **CARTA DE APRESENTAÇÃO DO (a) ESTAGIÁRIO (a)**: documento elaborado pela Coordenadoria Geral de Estágio, tendo como finalidade a apresentação do (a) estagiário (a) ao campo concedente de estágio;
- ✍ **CARTA AO (à) SUPERVISOR (a)**: documento elaborado pela Coordenadoria Geral de Estágio, tendo como finalidade destacar a honra do Instituto Florence de Ensino Superior em ter em seu grupo de colaboradores um profissional de tão estimada competência. Na carta, fica evidenciado o papel do (a) supervisor (a) nesse processo de formação do (a) estagiário (a), destacando as ações de acompanhamento, supervisão e avaliação;
- ✍ **CARTA AO (à) GESTOR (a) da instituição concedente de estágio**: documento elaborado pela Coordenadoria Geral de Estágio, tendo como finalidade destacar a honra do Instituto Florence de Ensino Superior em estabelecer parceria de estágio com tão honrosa instituição;

- ⇒ **TERMO DE DESISTÊNCIA DE ESTÁGIO:** documento que deve ser preenchido pelo (a) estagiário (a) que receber encaminhamento de estágio pela Coordenadoria de Estágio do Instituto Florence de Ensino Superior e não puder, por qualquer razão, prosseguir, no período de oferta, com a atividade curricular;
- ⇒ **NOTIFICAÇÃO DE CONDUTA:** documento que deve ser preenchido pelo (a) aluno (a) estagiário (a) que não observar as normas de estágio em vigência no Instituto Florence de Ensino Superior;
- ⇒ **MANUAL DE ESTÁGIO:** guia elaborado pela Coordenação de Estágio do curso, tendo como objetivo nortear a ação discente no estágio;
- ⇒ **PLANO DE ESTÁGIO:** documento elaborado pelo (a) estagiário (a), com orientação da Coordenadoria de Estágio do Curso e Supervisor (a) de Estágio, constando o planejamento das atividades de estágio, respeitando a carga horária prevista para a atividade. Nele deve ser sistematizada a proposta de trabalho a ser desenvolvida pelo (a) estagiário (a);
- ⇒ **PLANO DE AULA:** documento elaborado pelo (a) supervisor (a) de estágio, sob orientação da CAP – Coordenadoria de Apoio Pedagógico aos Docentes e Discentes.
- ⇒ **AValiação DE ESTÁGIO:** o (a) professor (a) supervisor (a) aplicará avaliação do desempenho discente através de ficha específica, valorizando toda a sistemática de estágio daquele período de oferta;
- ⇒ **RELATÓRIO PARCIAL/ FICHA DE FREQUÊNCIA:** ficha preenchida pelo (a) estagiário (a) e assinada pelo (a) professor (a) supervisor (a). Nela deve conter o conjunto de atividades desenvolvidas com sua respectiva jornada de estágio, conforme Lei Federal de Estágio;
- ⇒ **CRONOGRAMA DE ESTÁGIO:** documento que apresenta as atividades de estágio com a previsão de carga horária mínima e máxima, diária e semanal.

4.1.3 Para Conclusão do Estágio

- ⇒ **RELATÓRIO FINAL:** constitui a última atividade de estágio. Segue o modelo ABNT de NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO;

As normas do relatório final devem constar do manual do estagiário.